

RELATÓRIO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

R E O T

VIANA DO CASTELO



Índice

1.	Introdução	9
2.	Ficha técnica	10
3.	Metodologia	11
4.	Estado do Ordenamento do Território	12
4.1	Demografia e Caracterização Socioeconómica	12
4.1.1	Demografia	12
4.1.2	Atividade Económica	23
4.2	Ambiente	29
4.2.1	Formação ambiental	29
4.2.2	Espaços Naturais	39
4.2.3	Espaços Florestais	61
4.2.4	Espaços verdes urbanos	80
4.2.5	Monumentos Naturais Locais	83
4.2.6	Alterações Climáticas	85
4.3	Ocupação do Território	87
4.4	Dinâmica do Investimento Público	89
4.5	Investimento Privado e Transformação do Uso do Solo	91
4.5.1	Licenciamento	91
4.6	Mobilidade, infraestruturas básicas e equipamentos	100
4.6.1	Mobilidade	100
4.6.2	Infraestruturas Básicas	102
4.6.3	Equipamentos	117
5.	Política de Ordenamento do Território e de urbanismo	145
5.1	Âmbito Nacional	146
5.1.1	PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento de Território	146
5.1.2	PNI 2030 - Plano Nacional de Investimentos	147
5.2	Âmbito Setorial	147
5.2.1	PRN – Plano Rodoviário Nacional	147
5.2.2	PNA - Plano Nacional da Água	148
5.2.3	PROF AM - Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho	148
5.2.4	PROF-EDM- Programa Regional de Ordenamento Florestal Entre Douro e Minho	148
5.2.5	PSN2000 - Plano Sectorial da Rede Natura	151
5.2.6	PGRH - Minho-Lima – Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Minho e Lima	152
5.3	Âmbito Especial	153

5.3.1	POOC-CE – Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha – Espinho.....	153
5.3.2	POC-CE – Programa da Orla Costeira Caminha – Espinho	154
5.4	Âmbito Municipal.....	155
5.4.1	PDM - Plano Diretor Municipal.....	155
5.5	Outros Documentos de Estratégia e Ação	166
5.5.1	PDAM - Plano de Desenvolvimento do Alto Minho - Alto Minho 2020.....	166
5.5.2	Plano Estratégico de Viana do Castelo	167
5.5.3	Programa Polis Litoral Norte	168
5.5.4	PMDFCI - Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios	169
5.5.5	PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano	171
5.5.6	ARU’s - Áreas de Reabilitação Urbana	173
5.5.7	ORU’s - Operações de Reabilitação urbana	175

Índice de mapas

Mapa 1 - Indivíduos e densidade populacional por freguesia no Noroeste do continente, fonte INE, Censos 2011.....	12
Mapa 2 – Variação da população entre 2001 e 2011. fonte INE, Censos.	13
Mapa 3 - 2011 a 2017 - Variação da população estimada -5% todos com variação negativa. Fonte INE, Censos CAOP, DGT 2017.....	13
Mapa 4 - Variação da população absoluta e percentual entre 2001 e 2011. Fonte INE sobre CAOP, DGT 2017.....	14
Mapa 5 - Saldo natural acumulado 2011/2017. Fonte INE sobre CAOP, DGT 2017.....	15
Mapa 6 - Fig. Percentagem indivíduos dos 0 aos 14 e 65 ou mais em 2011. Fonte Censos 2011 INE.	18
Mapa 7 - Percentagem de população em idade ativa em 2011 (15-64) Fonte Censos 2011 INE.	18
Mapa 8 - Índice de envelhecimento por freguesia – censos 2011 Fonte Censos 2011 INE.	19
Mapa 9 - Residentes analfabetos e com apenas ensino básico Fonte Censos 2011 INE.	20
Mapa 10 - Residentes que somente concluíram ensino secundário e pós-secundário não superior Fonte Censos 2011 INE.	20
Mapa 11 - Residentes que concluíram ensino superior e residentes a frequentar o ensino Fonte Censos 2011 INE.	21
Mapa 12 - Taxa de atividade em 2011 e variação entre 2001 e 2011. Fonte Censos 2001 e 2011 INE.	22
Mapa 13 - Taxa de desemprego em 2011 e taxa de emprego no setor primário em 2011, Fonte Censos 2011 INE.	22
Mapa 14 - Taxa de emprego no setor secundário e setor terciário em 2011. Fonte Censos 2011 INE.	23
Mapa 15 - Expansão da Acácia Longifolia no litoral sul de Afife (1986 - 2014).....	48
Mapa 16 - Zonas húmidas do Estuário do Rio Lima.....	51
Mapa 17 – Anexo I - Sistemas dunares e falésias minhotas.....	52
Mapa 18 – Anexo II - Acreção e Erosão - 1987-2014.....	53
Mapa 19 - Anexo III - Segmentos costeiros em erosão e acreção.....	54
Mapa 20 - Anexo IV - Consequência dos temporais de 2014.....	55
Mapa 21 - Anexo V - Sítios com Interesse Comunitário (SIC).....	56
Mapa 22 - Anexo VI - Mosaico de Habitats na Orla Costeira Vianense.	58
Mapa 23 - Anexo VII - Bacias hidrográficas internacionais e nacionais entre Minho e Lima.	59
Mapa 24 - Anexo VIII - Zonas húmidas da Veiga de S. Simão.....	60
Mapa 25 - Uso e ocupação do solo do Concelho de Viana do Castelo.....	62
Mapa 26 - Maciços florestais do Concelho de Viana do Castelo.....	63
Mapa 27 - Povoamentos florestais do Concelho de Viana do Castelo.....	66
Mapa 28 - Rede Viária Florestal do concelho de Viana do Castelo.	75
Mapa 29 - Rede de pontos de água do concelho de Viana do Castelo.	76
Mapa 30 - Rede Primária dos Pontos de Água no concelho de Viana do Castelo.	77
Mapa 31 - Mapa de densidade de pontos de ignição no concelho de Viana do Castelo.	79

Mapa 32 - Áreas Áridas no concelho de Viana do Castelo.....	80
Mapa 33 - Monumentos Naturais Locais do Concelho de Viana do Castelo.....	84
Mapa 34 - Correlação entre solo urbano do PDM e COS de 2007 e 2015.....	88
Mapa 35 - Distribuição geográfica dos edifícios e fogos licenciados 2010 a 2018.....	92
Mapa 36 - Total de fogos novos e edifícios recuperados (Ago. 2010 a 2018).....	94
Mapa 37 - Sistemas de abastecimento e os reservatórios existentes.....	104
Mapa 38 - Sistemas de drenagem de águas residuais.....	109
Mapa 39 - Sistemas de recolha de resíduos sólidos urbanos.....	112
Mapa 40 - Faseamento da implementação do recolha de resíduos por carga lateral.....	114
Mapa 41 - Varredura manual e mecânica.....	116
Mapa 42 - Carta de equipamentos escolares. Fonte: CMVC.....	119
Mapa 43 - Carta dos Equipamentos Desportivos. Fonte: CMVC 2018.....	127
Mapa 44 - Carta dos Equipamentos Sociais. Fonte: CMVC 2015.....	132
Mapa 45 - Carta dos Equipamentos de Saúde. Fonte: CMVC 2018.....	137
Mapa 46 - Mapa de Perigosidade do PMDFCI do Concelho de Viana do Castelo.....	158

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Evolução estimada da população nos concelhos do Alto Minho entre 2011 e 2017, Fonte INE.....	13
Gráfico 2 - Saldo natural em Viana do Castelo entre 2011 e 2017. Fonte INE.....	15
Gráfico 3 - Saldo migratório em Viana do Castelo entre 2011 e 2017. Fonte INE.....	16
Gráfico 4 - Fonte Censos 2001 e 2011 INE.....	16
Gráfico 5 - Fonte Censos 2001 e 2011 INE.....	17
Gráfico 6 - Fonte Censos 2001 e 2011 INE.....	17
Gráfico 7 - População dos 0 aos 24, 24 aos 65 e mais 65 anos Fonte Censos 2011 INE.....	17
Gráfico 8 - Volume de negócios (€) dos estabelecimentos por localização geográfica (NUTS 2013) e atividade económica (CAE Rev. 3); Anual. Fonte INE.....	24
Gráfico 9 - Volume de negócios dos estabelecimentos em Viana do Castelo. Fonte INE.....	24
Gráfico 10 - N.º de empresas e estabelecimentos em Viana do Castelo. Fonte INE.....	25
Gráfico 11 - Pessoal ao serviço dos estabelecimentos. Fonte INE.....	25
Gráfico 12 - IRS Líquido no Concelho de Viana do Castelo. Fonte INE.....	26
Gráfico 13 - Proporção do poder de compra per capita por localização geográfica. Fonte INE.....	26
Gráfico 14 - Valor das exportações de mercadorias. Fonte INE.....	27
Gráfico 15 - N.º de dormidas em estabelecimentos hoteleiros. Fonte INE.....	27
Gráfico 16 - Alojamento local – Registos acumulados. Fonte Registo Nacional de Turismo, Turismo de Portugal.....	27
Gráfico 17 - Crédito à habitação - Viana do Castelo. Fonte INE.....	28

Gráfico 18 - Utilizadores dos serviços do CMIA.....	31
Gráfico 19 - Utilizadores dos serviços CMIA.....	32
Gráfico 20 - Número de visitas ao CMIA.....	32
Gráfico 21 - Número de visitas ao CMIA.....	33
Gráfico 22 - População das freguesias do Litoral Minhoto em 1864, 1911, 1960 e 2011.	39
Gráfico 23 - Linha de costa por habitante.	40
Gráfico 24 - Variação da temperatura média entre 1880 e 2014.	41
Gráfico 25 - Variação do nível médio do mar (NMM), entre 1880 e 2014.	41
Gráfico 26 - Média de área ardida e de n.º de ocorrências do Distrito de Viana do Castelo.	78
Gráfico 27 – Distribuição anual de área ardida e de n.º de ocorrências do Distrito de Viana do Castelo.	78
Gráfico 28 - Área verde tratada e número de funcionários afetos ao Setor de Jardins entre 2008 e 2018.	81
Gráfico 29 - Gastos anuais de água da rede pública para rega dos jardins (m3).	82
Gráfico 30 - Valor de investimento direto e indireto da CMVC.....	89
Gráfico 31 - Valores de investimento 2009 - 2018.	89
Gráfico 32 - N.º de Alvarás edifícios de habitação/ano.....	91
Gráfico 33 - N.º Fogos edifícios de habitação/ano.	91
Gráfico 34 - N.º de alvarás / N.º de fogos.	92
Gráfico 35 - Evolução comparativa de edifícios novos / edifícios recuperados.	93
Gráfico 36 - Evolução comparativa do n.º de fogos novos e fogos recuperados.	93
Gráfico 37 - Índice médio de construção.....	94
Gráfico 38 - Comparação de área de construção e utilizada (operações avulso e loteamento).	95
Gráfico 39 - Evolução de n.º de lotes e fogos resultantes de operações de loteamento aprovadas.	95
Gráfico 40 - Área de cedências para arruamentos, equipamentos e espaços verdes.....	96
Gráfico 41 - Distribuição de área de construção aprovada por uso.	96
Gráfico 42 - Evolução de áreas de construção relativas a usos não habitacionais.....	97
Gráfico 43 - Estimativas orçamentais.	97
Gráfico 44 - % Alvarás emitidos e % de Fogos licenciados.	98
Gráfico 45 - % Fogos licenciados.	98
Gráfico 46 - Evolução do licenciamento de fogos no centro histórico.	98
Gráfico 47 - Evolução de emissão de alvarás no centro histórico.	98
Gráfico 48 - Movimentos pendulares 2011. Fonte IMT sobre dados dos Censos 2001 e 2011 INE.	100
Gráfico 49 - Evolução comparativa repartição modal 2011/2011. Fonte IMT sobre dados dos Censos 2001 e 2011 INE	100
Gráfico 50 - Utilização de transportes urbanos por setor. Fonte: AVIC 2019)	101
Gráfico 51 - Acessibilidade física do serviço.....	105
Gráfico 52 - Adesão ao serviço.	105
Gráfico 53 - Caracterização e evolução dos clientes.	106

Gráfico 54 - Evolução do consumo de água.	106
Gráfico 55 - Volume de captação de água.....	107
Gráfico 56 - % de água não faturada.	107
Gráfico 57 - % de água segura.	108
Gráfico 58 - Acessibilidade física do serviço.	110
Gráfico 59 - Adesão ao serviço.	110
Gráfico 60 - Caracterização e evolução dos clientes.	111
Gráfico 61 - Volume de águas residuais.	111
Gráfico 62 - Acessibilidade física do serviço.	113
Gráfico 63 - Recolha indiferenciada de resíduos urbanos.	113
Gráfico 64 - Evolução da recolha seletiva.	114
Gráfico 65 - Somatório dos resíduos recolhidos em ecopontos.	115
Gráfico 66 - Recolha de Biorresíduos (Ton.)	115
Gráfico 67 - N.º de estabelecimentos de ensino (níveis de ensino - variação no período 2001/2017). Fonte: INE.	121
Gráfico 68 - N.º de Alunos matriculados nos diferentes níveis de ensino no período 2001 e 2017. Fonte: INE.	121
Gráfico 69 - Taxa de ocupação – PRÉ-ESCOLAR (ano letivo 2017/2018). Fonte: CMVC 2018.	122
Gráfico 70 - Taxa de ocupação – 1.º CICLO (ano letivo 2017/2018). Fonte: CMVC 2018.	123
Gráfico 71 - N.º de Alunos matriculados e capacidade do equipamento por estabelecimento escolar – EB 2/3 SECUNDÁRIO (ano letivo 2016/2017). Fonte: infoescolas.mec.pt.	124
Gráfico 72 - Usos das escolas EB1 desativadas. Fonte: CMVC 2018.	124
Gráfico 73 - N.º de estabelecimentos desportivos (excetuam-se as salas de desporto dada a tipologia do espaço). Fonte: CMVC 2018.	128
Gráfico 74 - N.º de utentes para as valências sociais com as atividades descritas. Fonte CARTA SOCIAL 2018 - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.	133
Gráfico 75 - Taxa de ocupação de valências sociais com as atividades descritas. Fonte CARTA SOCIAL 2018 - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.	134
Gráfico 76 - Evolução das valências sociais para o distrito de Viana do Castelo (período 2000/2015). Fonte Carta Social 2018 - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.	135
Gráfico 77 - Dados gerais sobre serviços prestados em unidades hospitalares. Fonte: INE.	140
Gráfico 78 - N.º de médicos por 1000 habitantes. Fonte: INE.	140
Gráfico 79 - N.º de enfermeiros por 1000 habitantes. Fonte: INE.	141
Gráfico 80 - Tipologias de espaços / equipamentos culturais. Fonte: CMVC.	142

Índice de tabelas

Tabela 1 - Estudos de indicadores ambientais.	38
--	----

Tabela 2 - Ocupação do solo no Concelho de Viana do Castelo. (Fonte: COS2015).....	61
Tabela 3 - Ocupação do solo por freguesia do Concelho de Viana do Castelo. (Fonte: COS2015)	62
Tabela 4 - Ocupação por categorias do espaço florestal.....	67
Tabela 5 - Evolução da ocupação entre 2007, 2010 e 2015, por categorias do espaço florestal.....	67
Tabela 6 - Ponto de situação de projetos RJAAR.....	69
Tabela 7 - Ponto de situação de projetos RJAAR.....	69
Tabela 8 - Explorações agrícolas e efetivo animal por espécie no concelho de Viana do Castelo.	70
Tabela 9 - Explorações agrícolas e superfície de prados e pastagens permanentes por tipo de prado ou pastagem do concelho de Viana do Castelo.....	71
Tabela 10 - Rede Viária Florestal no concelho de Viana do Castelo.....	75
Tabela 11 - Áreas Ardidas no concelho de Viana do Castelo.....	80
Tabela 12 - Correlação entre solo urbano do PDM e COS 2007 e 2015.	87
Tabela 13 - Intervenções no edificado do Centro Histórico de Viana do Castelo. Fonte: CMVC.	98
Tabela 14 - N.º de equipamentos escolares (níveis de ensino) por freguesias. Fonte CMVC 2017/2018	120
Tabela 15 - Equipamentos desportivos em 2018. Fonte: CMVC 2018.	126
Tabela 16 - N.º equipamentos desportivos por freguesias. Fonte: CMVC 2018.	128
Tabela 17 - N.º de atletas inscritos. Época de 2016/17 **época de 2017/2018. Fonte: CMVC 2018.....	130
Tabela 18 - Tipologia de valências no concelho. Fonte CARTA SOCIAL 2018 - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.	131
Tabela 19 - N.º de valências sociais com as atividades descritas por freguesias. Fonte Carta Social 2018 - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.	133
Tabela 20 - N.º equipamentos de saúde por freguesias. Fonte SNS - Ministério da Saúde	138
Tabela 21 Equipamentos propostos em PDM - Execução de ações previstas.....	143
Tabela 22 - Áreas de perímetros florestais.....	159

1. Introdução

A Câmara Municipal de Viana do Castelo, enquanto responsável pela concretização da política de ordenamento do território e de urbanismo, no âmbito da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio) e do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio), deve promover a permanente avaliação da política de ordenamento do território, o que origina, a nível municipal, a necessidade de elaboração de um Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT).

Este documento deve ser elaborado de quatro em quatro anos, ou quando se confirme a necessidade de promover a revisão de planos municipais. Quando assim for, será submetido a um período de discussão pública, através da página da Câmara Municipal, de duração não inferior a 30 dias e, posteriormente, será sujeito à apreciação da Assembleia Municipal.

De acordo com o n.º 4 do Artigo 189.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial os REOT “traduzem o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão.”

O referido decreto-lei estabelece no seu artigo 199º que as Câmaras Municipais devem, no prazo máximo de cinco anos após a entrada deste vigor incluir as regras de classificação e qualificação do solo, previstas naquele decreto-lei, sob pena de suspensão das normas do plano territorial que deviam ter sido alteradas, não podendo na área abrangida e enquanto durar a suspensão, haver lugar a quaisquer atos ou operações que impliquem a ocupação, uso e transformação do solo.

Teve já lugar o período de discussão pública do Programa de Ordenamento da Orla Costeira Caminha-Espinho e foi já publicado, através da portaria 58/2019 o Programa Regional de Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho. A portaria que procede a publicação deste programa regional estabelece que a atualização em conformidade com o conteúdo do Programa Regional de Ordenamento Florestal é efetuada com recurso à figura de alteração ou revisão e o procedimento deverá estar concluída até 13 de julho de 2020. A Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos de Ordenamento do Território e de Urbanismo estabelece no artigo 46º que a falta de iniciativa por parte do município, tendente a desencadear o procedimento de atualização do plano intermunicipal ou municipal, bem como o atraso da mesma atualização por facto imputável às mesmas entidades implica a rejeição de candidaturas de projetos a benefícios ou subsídios outorgados por entidades ou serviços públicos nacionais ou comunitários, bem como a não celebração de contratos programa até à regularização da situação.

2. Ficha técnica

Elaboração:

CMVC (Câmara Municipal de Viana do Castelo)

Departamento de Administração Geral

Divisão Financeira e de Desenvolvimento Económico

Departamento de Obras e Serviços Municipais

Divisão de Projeto

Divisão de Obras Públicas

Divisão de Equipamentos, Telecomunicações e Energias

Departamento de Cultura, Educação e Desporto

Divisão de Educação

Divisão de Desporto

Departamento de Gestão Territorial, Coesão e Sustentabilidade

Divisão de Planeamento, Gestão Urbana e SIG

Divisão de Licenciamento e Gestão Urbanística

Divisão de Ambiente e Sustentabilidade

SMSBVC (Serviços Municipalizados de Saneamento Básico de Viana do Castelo)

Fontes Consultadas:

CEIIA, retirados do portal Mobi.me., janeiro de 2019.

COS 2015, Direção Geral do Território

ICNF, 2018

INE, Censos 2001 e 2011, Base de Dados Estatística, retirados do portal do Instituto Nacional de Estatística, dezembro de 2018 e janeiro de 2019.

Grupo Avic, janeiro de 2019.

Projeto Bioregisto.

Projeto U-Bike Portugal, newsletter nº 4, dezembro de 2018.

INFOESCOLAS - infoescolas.mec.pt

CARTA SOCIAL 2018 - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

SNS – Portal do SNS (Ministério da Saúde)

3. Metodologia

O presente Relatório do Estado do Ordenamento do Território resulta da análise a um conjunto de indicadores relacionados com a dinâmica demográfica, socioeconómicas, territorial e ambiental.

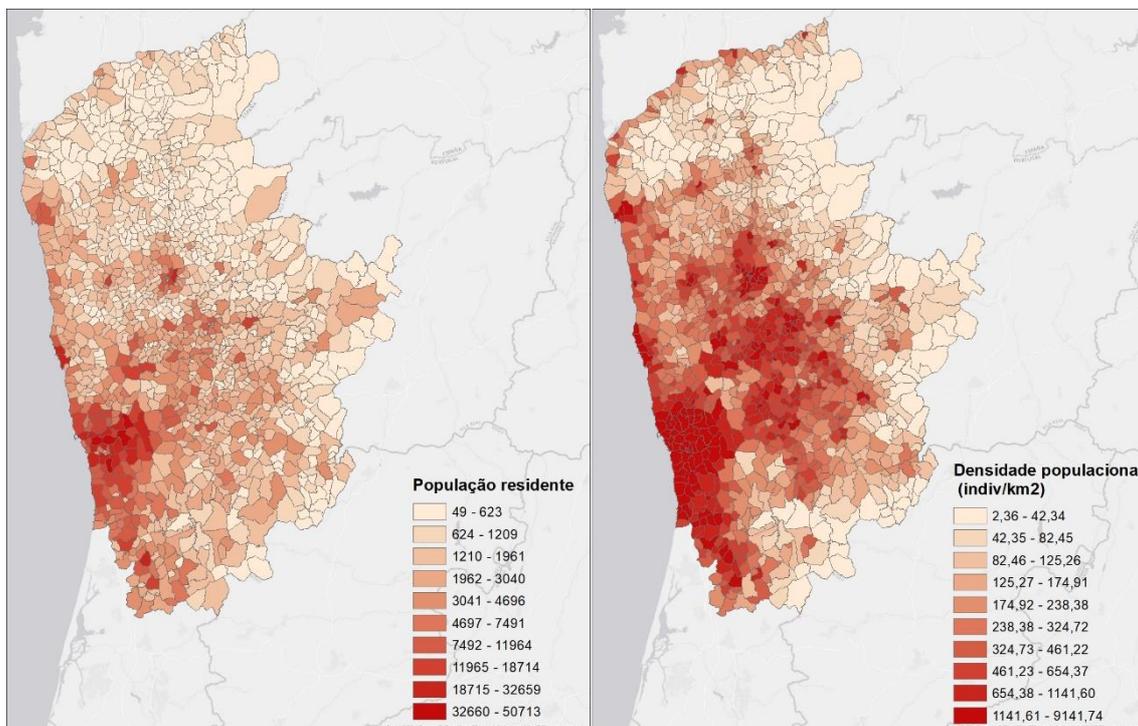
A análise teve em conta os dados disponibilizados por diversas entidades, bem como dados existentes nos vários departamentos da Câmara Municipal de Viana do Castelo sobre o território Municipal. Importa referir a dependência de dados a nível inferior ao do concelho dos dados dos censos, em especial de caracterização de população. Os desenvolvimentos que tiveram lugar desde o último censos, o lapso temporal decorrido conferem um grau significativo de incerteza ao retrato da situação que este procuram desenhar. Em acréscimo a reorganização administrativa de 2013 leva a quebras de série de dados, as quais para serem harmonizadas levam à perda de definição destes.

4. Estado do Ordenamento do Território

4.1 Demografia e Caracterização Socioeconómica

4.1.1 Demografia

4.1.1.1 Padrões de Ocupação



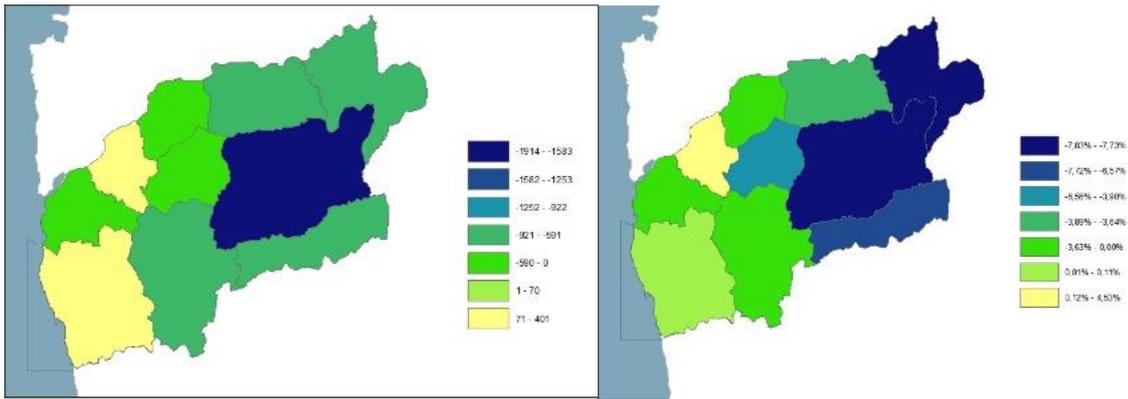
Mapa 1 - Indivíduos e densidade populacional por freguesia no Noroeste do continente, fonte INE, Censos 2011.

Noroeste

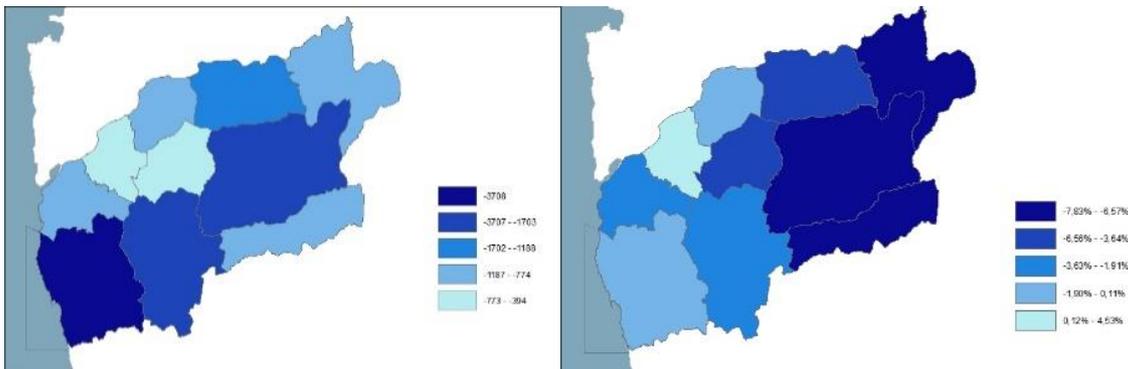
Os dados dos censos de 2011 revelam que a população residente na faixa noroeste do território continental, tende a concentrar-se na área metropolitana do Porto. Fora dela sobressaem Povoia, Vila do Conde, S. Tirso/Trofa, Braga, Vila Nova de Famalicão e Fafe. A análise das densidades populacionais revela concentrações de população para além da AMP no vale do Ave, e em ordem decrescente nos vales do Sousa, Cávado, Lima, Minho e Tâmega Para sul do Porto, as zonas mais densas situam-se à ilharga da E.N. 1. No resto do território sobressaem algumas sedes de concelho, em especial no litoral, e na fronteira norte com Espanha.

Alto Minho

De 2001 a 2011 no Alto Minho a população decresceu na grande maioria dos concelhos. Oito concelhos tiveram variação negativa, apenas dois exibiram variação positiva (V.N. Cerveira 4,5% e Viana do Castelo 0,11%).



Mapa 2 – Variação da população entre 2001 e 2011. fonte INE, Censos.



Mapa 3 - 2011 a 2017 - Variação da população estimada -5% todos com variação negativa. Fonte INE, Censos CAOP, DGT 2017.

Após 2011 as estimativas anuais de população do INE apontam para uma variação negativa, mas com valores menos acentuados, seguindo a tendência anterior de litoralização e concentração fronteiriça. Os concelhos mais populosos perdem mais população em termos absolutos mas em percentagem de população residente, esta perda é menos grave no litoral e nos concelhos adjacentes à fronteira.



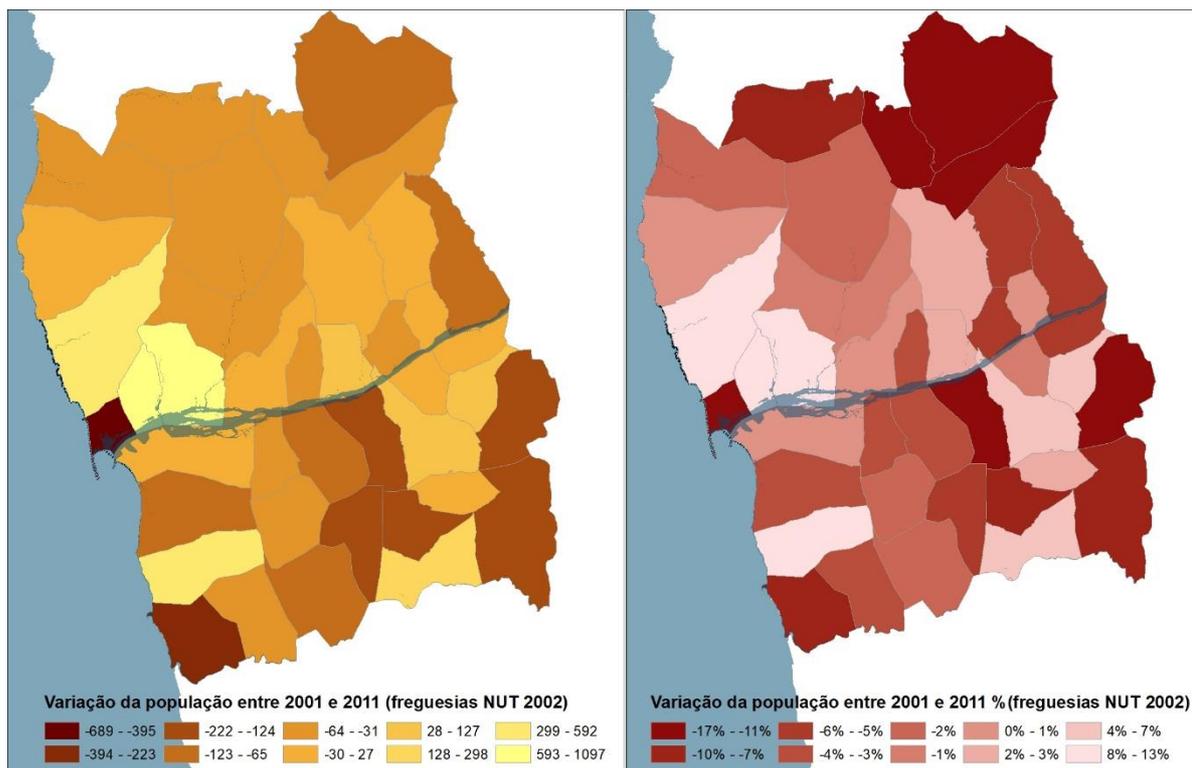
Gráfico 1 - Evolução estimada da população nos concelhos do Alto Minho entre 2011 e 2017, Fonte INE.

A variação negativa da população atingiu o valor mais acentuado entre 2011 e 2012, Tem vindo a suavizar-se até 2017, embora de forma menos acentuado para Viana do Castelo face ao Alto Minho.

Viana do Castelo

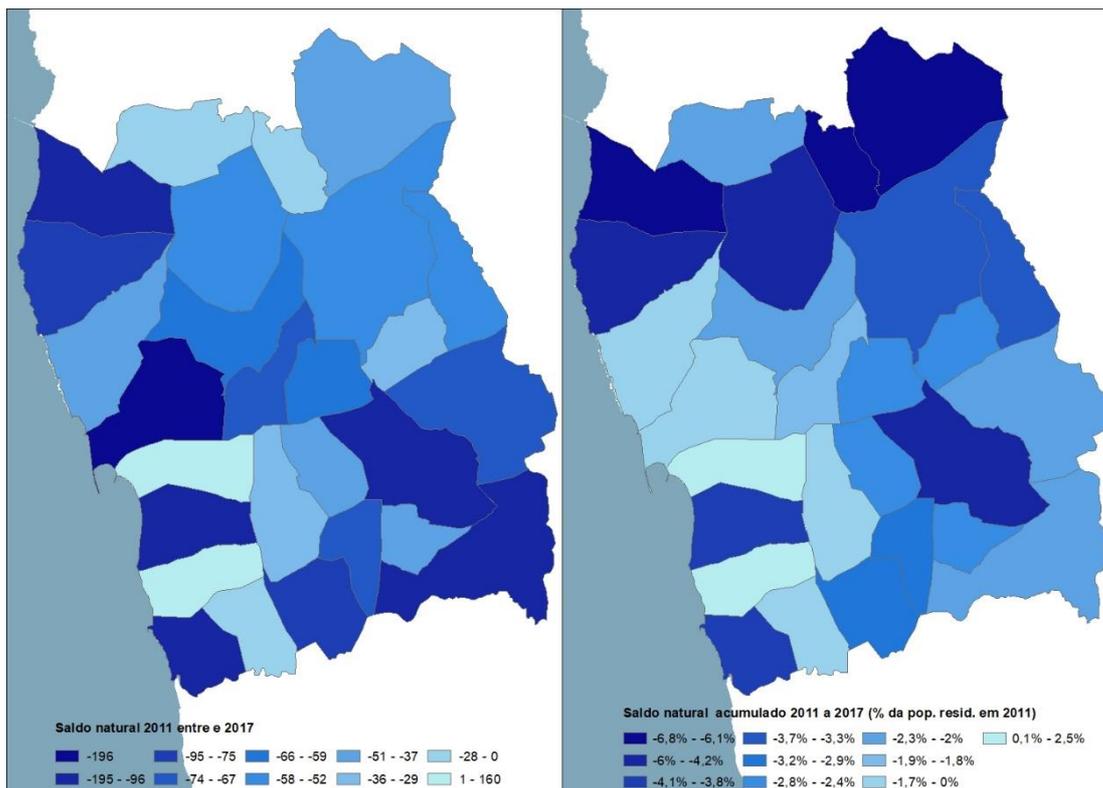
No concelho de Viana do Castelo, a variação da população entre 2001 e 2011 é positiva: Viana do Castelo registou um acréscimo de 94 residentes ou cerca de 0,11%. Doze freguesias, localizadas sobretudo na cidade, litoral sul, Vale do Lima e Barroelas e ainda Portela Susã tiveram uma variação positiva.

Vinte e oito freguesias registaram variação negativa, com destaque para Monserrate, na zona ocidental da cidade e Castelo do Neiva no litoral sul. A norte as freguesias interiores do Vale do Ancora e na metade sul do Concelho, as freguesias de Santa Leocádia e Deocriste apresentaram os valores negativos mais acentuados.



Mapa 4 - Variação da população absoluta e percentual entre 2001 e 2011. Fonte INE sobre CAOP, DGT 2017.

Entre 2001 e 2011 são as freguesias da cidade, em especial do lado norte do rio Lima, com exceção de Monserrate, que concentram um desempenho positivo. Acompanha-as Chafé no litoral sul do concelho, seguidas pelas freguesias situadas no eixo Barroelas-Nogueira, a que se juntam Vila Mou e Santa Maria de Geraz do Lima.



Mapa 5 - Saldo natural acumulado 2011/2017. Fonte INE sobre CAOP, DGT 2017.

Após 2011 a informação demográfica disponível a nível de freguesia limita-se apenas ao saldo natural. Os valores acumulados entre 2011 e 2017 mostram duas freguesias com saldo positivo, Darque e Chafé. Os valores negativos, pelo seu lado, concentram-se no extremo norte do concelho, em Vila Nova de Anha, Castelo do Neiva e União de freguesias de Subportela, Deocriste e Portela Susã. O agrupamento de freguesias de Meadela, Monserrate e S. Maria Maior tem um desempenho negativo. Até 2013 os dados por freguesia apontam para Monserrate e St. Maria Maior terem uma evolução negativa deste saldo e Meadela ter uma evolução positiva. Os dados perdem definição após o agrupamento de freguesias em 2013. Os dados mostram uma tendência de agravamento entre 2011 e 2017. No que respeita ao saldo migratório, embora seja negativo após 2011, a partir de 2012 demonstra uma tendência de desagravamento.

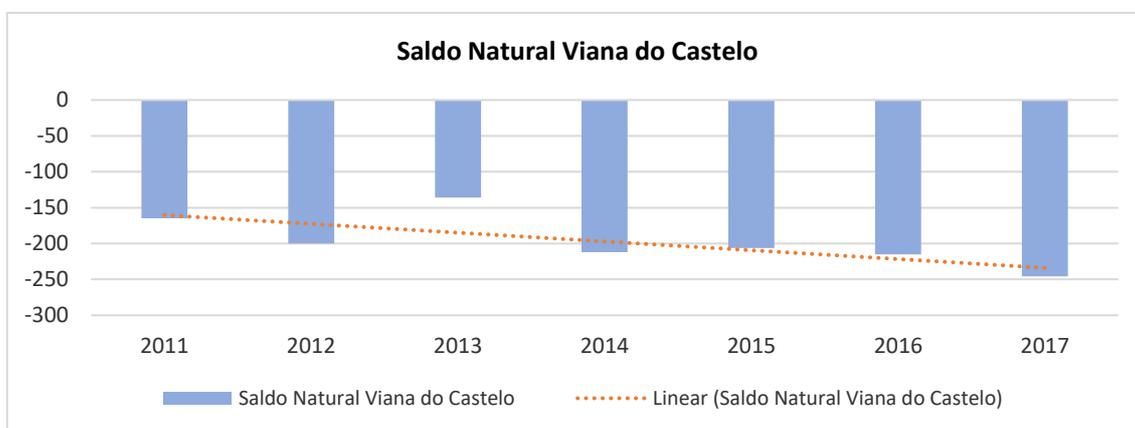


Gráfico 2 - Saldo natural em Viana do Castelo entre 2011 e 2017. Fonte INE.

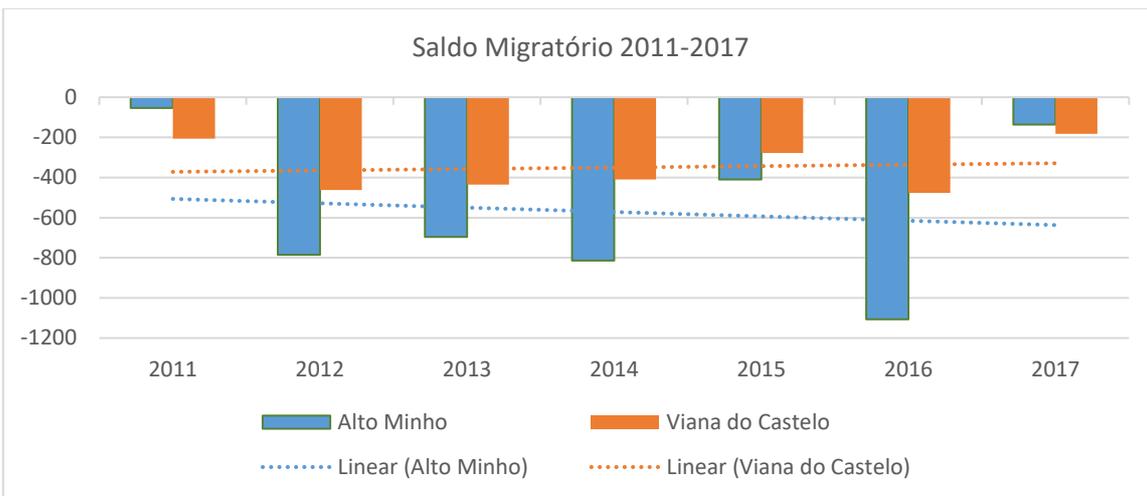


Gráfico 3 - Saldo migratório em Viana do Castelo entre 2011 e 2017. Fonte INE.

Cidade e Polos Urbanos, População e Território não Urbano

Desagregada a evolução da população por tipologia de freguesias verifica-se que as freguesias predominantemente urbanas entre 2001 e 2011 tem um desempenho equilibrado. Metade das freguesias nesta tipologia têm um desempenho positivo e metade a têm um desempenho negativo. O saldo global obtido para estas freguesias é de 1434 indivíduos.

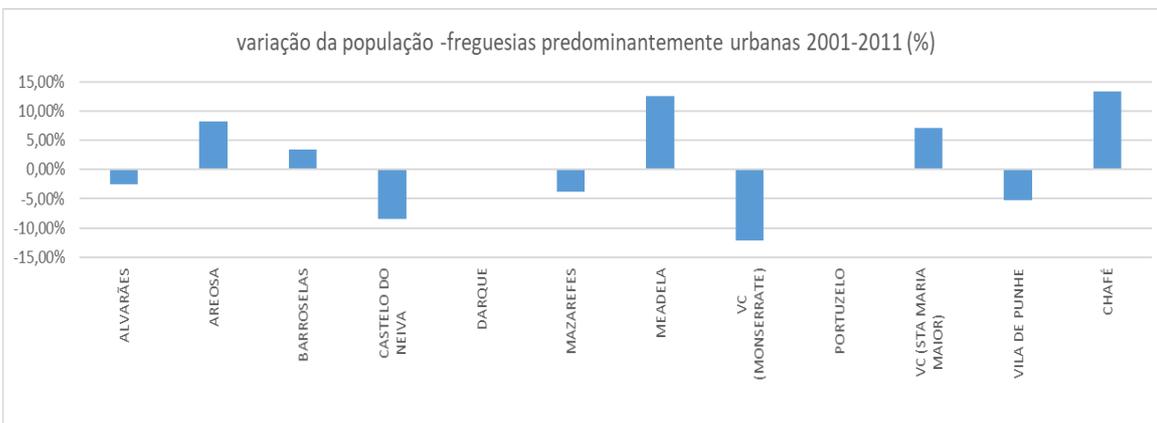


Gráfico 4 - Fonte Censos 2001 e 2011 INE.

Nas 19 freguesias medianamente urbanas, o desempenho é negativo. Apenas cerca de um quinto têm uma evolução de população positiva, resultando num saldo global negativo em 918 indivíduos.

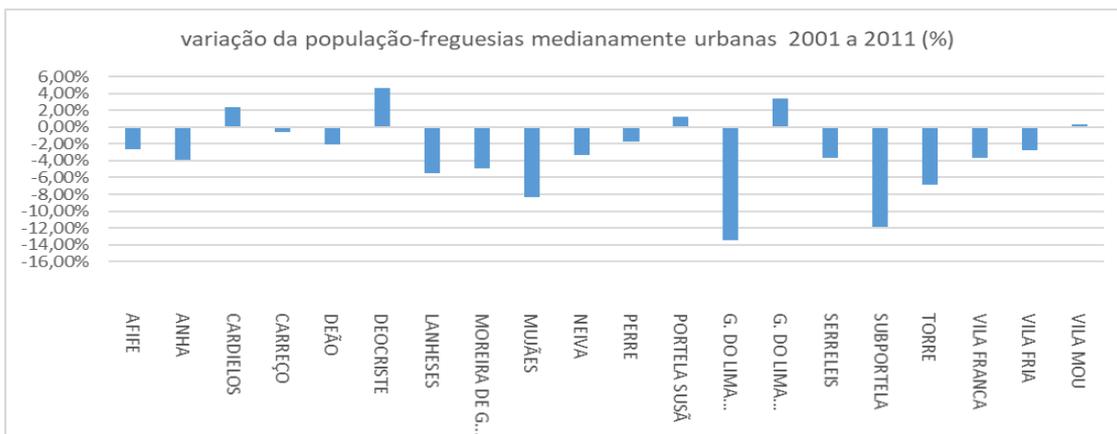


Gráfico 5 - Fonte Censos 2001 e 2011 INE.

Nas freguesias predominantemente rurais, apenas 1 em 7 tem um desempenho positivo. Em consequência o saldo é negativo em 422 indivíduos.

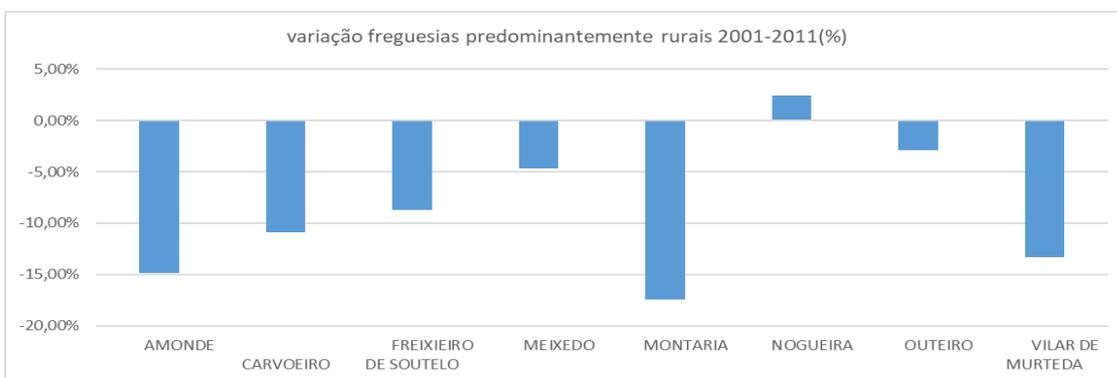


Gráfico 6 - Fonte Censos 2001 e 2011 INE.

No global o desempenho das freguesias predominantemente urbanas permite uma evolução positiva da população entre 2001 e 2011. Os dados para o concelho apontam para uma tendência de concentração da população nas áreas urbanas em detrimento da periferia destas e das áreas rurais.

4.1.1.2 Estrutura Etária

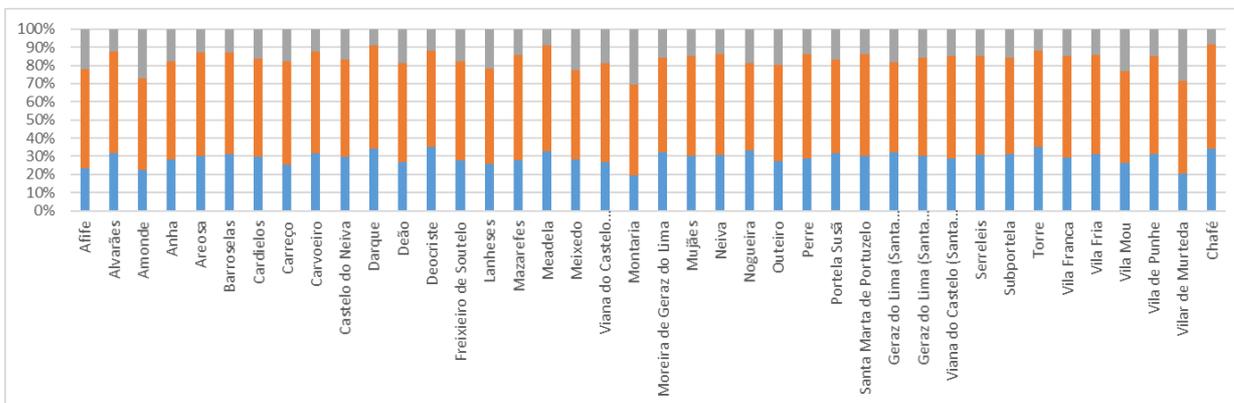
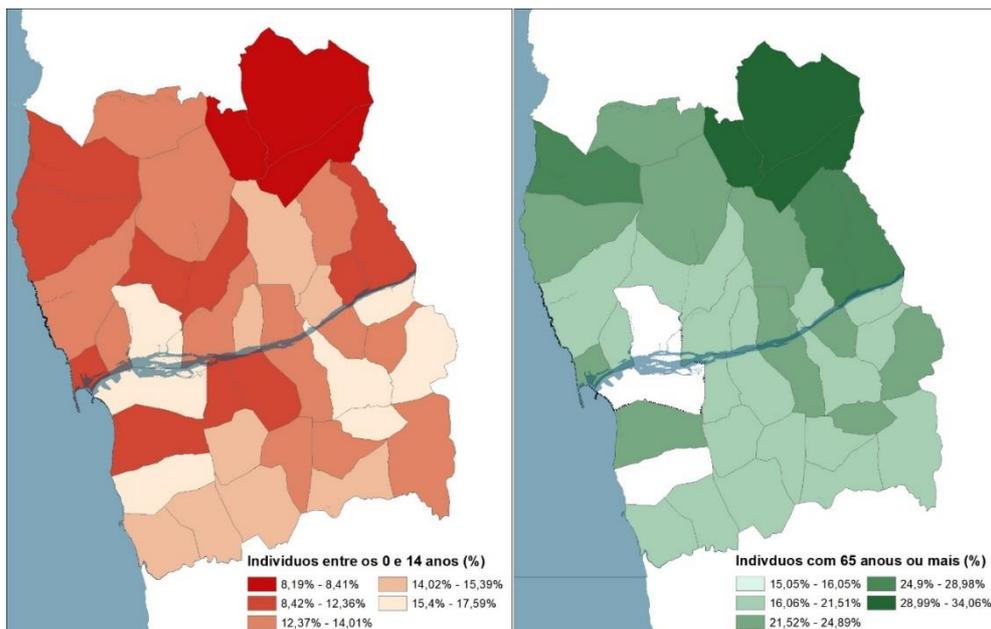
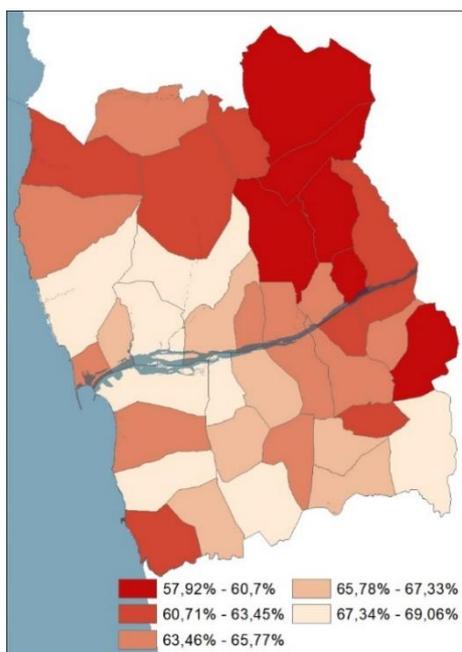


Gráfico 7 - População dos 0 aos 24, 24 aos 65 e mais 65 anos Fonte Censos 2011 INE.



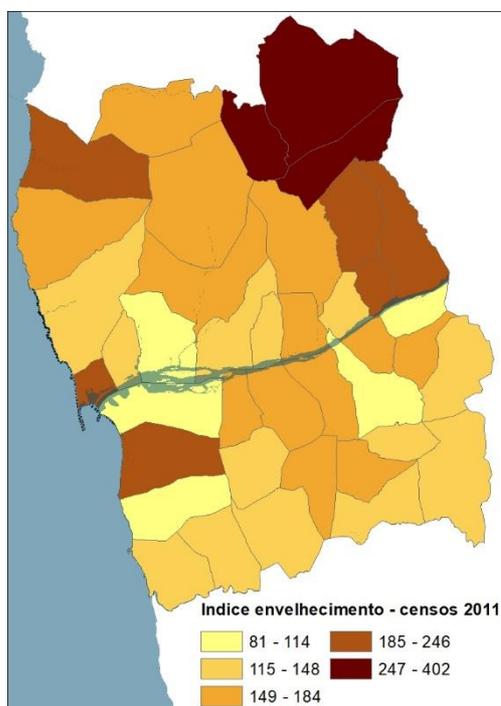
Mapa 6 - Fig. Percentagem indivíduos dos 0 aos 14 e 65 ou mais em 2011. Fonte Censos 2011 INE.

As freguesias da coroa exterior da cidade, da margem sul do vale do Lima, litoral sul e Vale do Neiva, têm as maiores concentrações de população dos 0 aos 14 anos. As menores concentrações registam-se na metade do concelho a norte do rio Lima, nas zonas mais distantes da cidade e do litoral. Em geral as freguesias da margem norte do rio Lima têm melhor desempenho que as restantes (com exceção de Monserrate e Lanheses). No que respeita ao escalão de população com 65 ou mais anos verifica-se um padrão inverso. A população neste escalão etário concentra-se na metade norte do concelho, sobretudo no interior. As freguesias mais próximas da cidade, litoral e Vale do Neiva a têm menores concentrações deste escalão etário (com exceção de Afife e Vila Nova de Anha).



Mapa 7 - Percentagem de população em idade ativa em 2011 (15-64) Fonte Censos 2011 INE.

No que respeita à estrutura etária da população, a população em idade ativa concentrava-se em 2011 nas freguesias urbanas ou periurbanas, no litoral e no sul do concelho. As freguesias de montanha ou mais isoladas, caso de Castelo de Neiva e Afife apresentam pior desempenho.

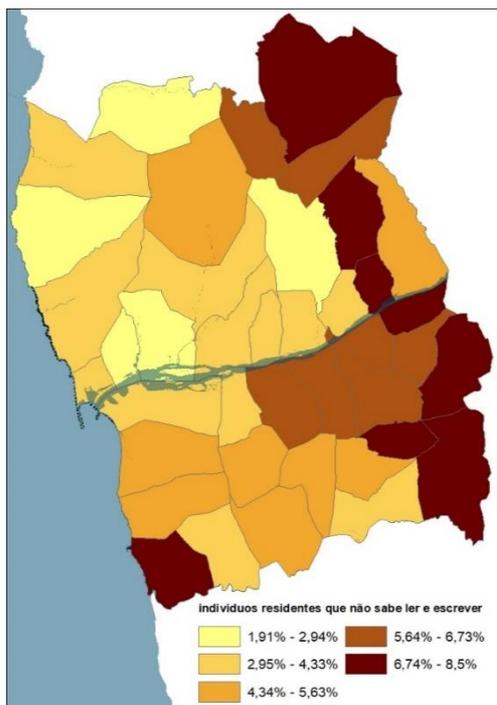


Mapa 8 - Índice de envelhecimento por freguesia – censos 2011 Fonte Censos 2011 INE.

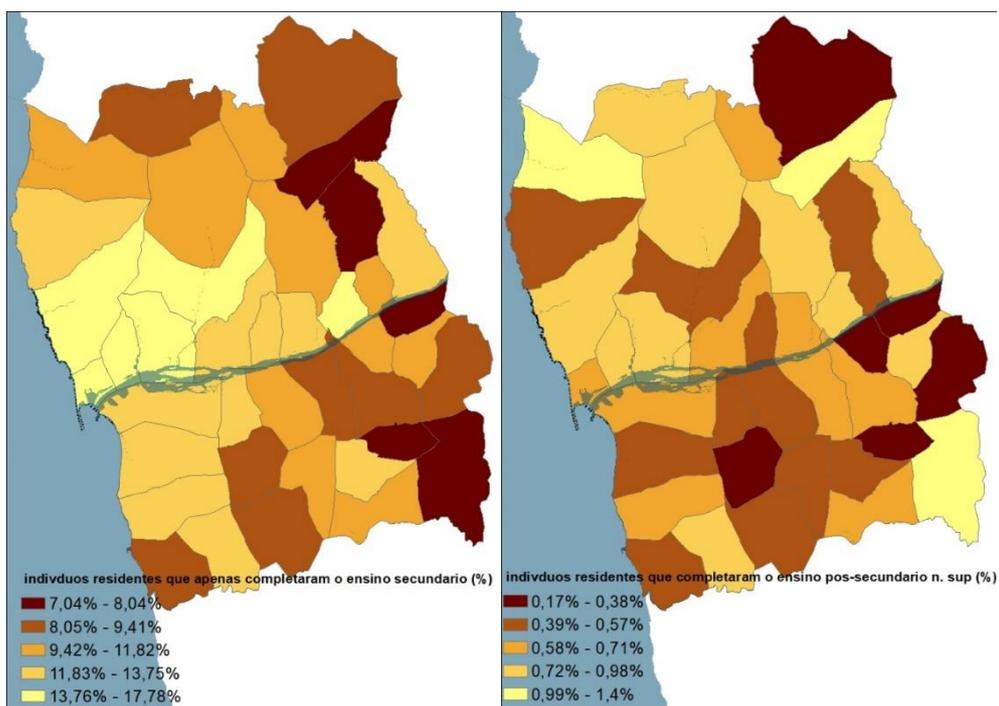
Analisada a distribuição geográfica do índice de envelhecimento continua a verificar-se um desempenho globalmente negativo da metade norte do concelho quando comparado com o sul. O interior tem valores piores, em especial a norte. No litoral, na cidade, Monserrate e Vila Nova de Anha continuam a destacar-se pela negativa face às freguesias adjacentes e no sul, Moreira de Geraz do Lima e Deocriste sobressaem pela positiva.

4.1.1.3 Formação

No que respeita às qualificações da população verificava-se em 2011 um menor nível de qualificação a sul e no interior do concelho. Destacava-se no litoral sul a freguesia de Castelo de Neiva, pelos valores negativos relativamente às freguesias envolventes. No que respeita à conclusão do ensino secundário, também a sul o desempenho é pior face ao norte do concelho. Aí destacam-se pela positiva as freguesias da cidade.

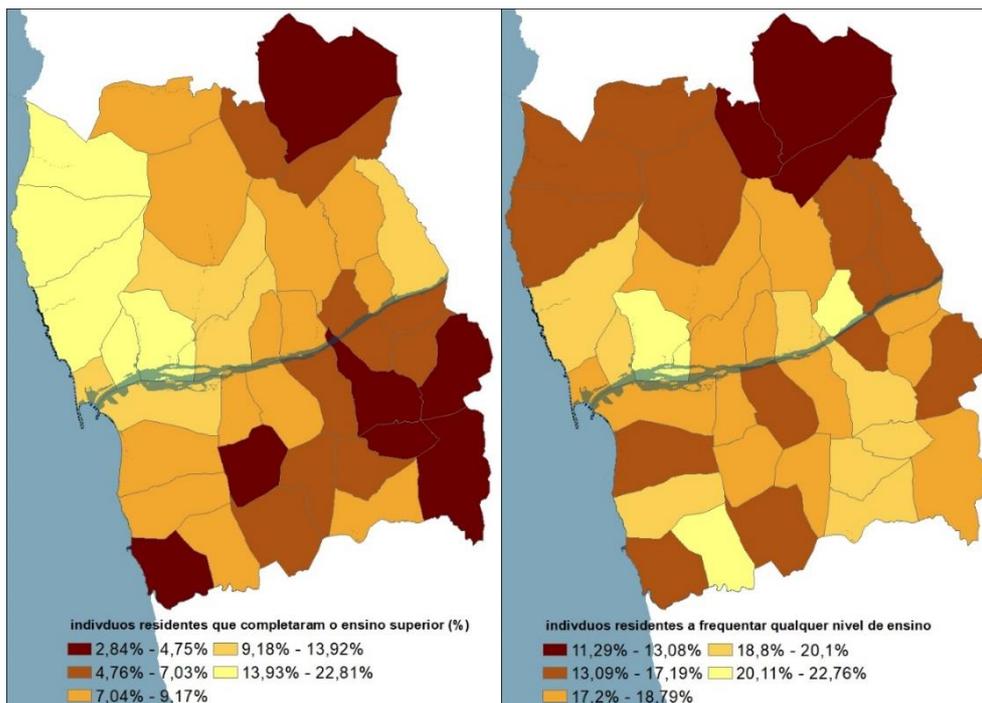


Mapa 9 - Residentes analfabetos e com apenas ensino básico Fonte Censos 2011 INE.



Mapa 10 - Residentes que somente concluíram ensino secundário e pós-secundário não superior Fonte Censos 2011 INE.

Também no que respeita à conclusão de estudos pós-secundário não superior, sul e interior do concelho obtinham valores mais desfavoráveis, enquanto pela positiva destacavam-se Afife Carvoeiro e Vilar de Murteda.

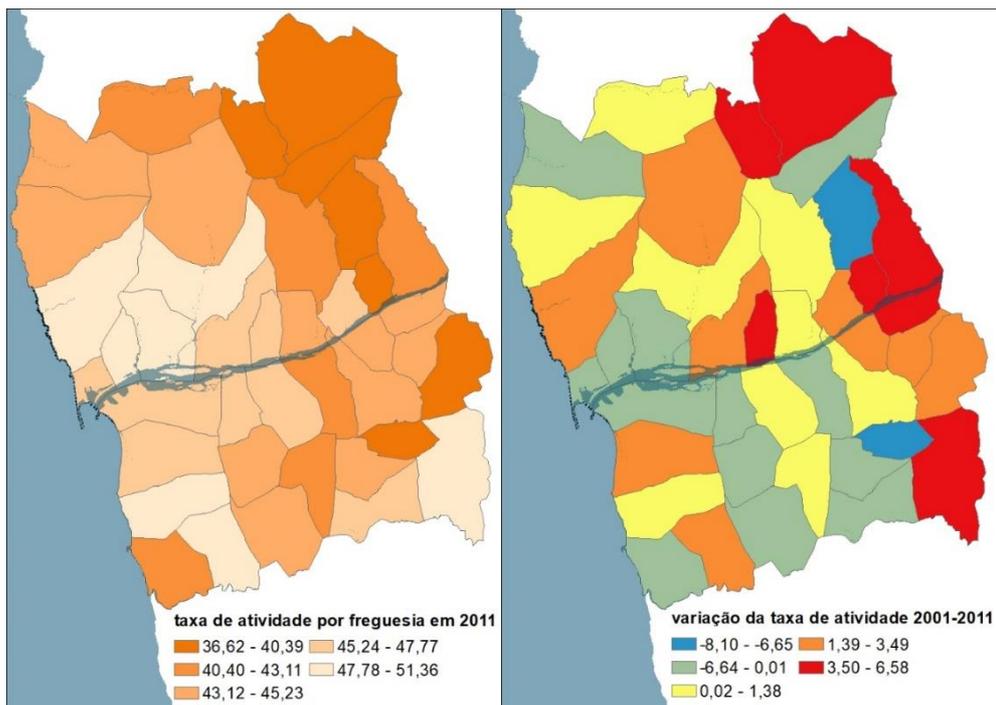


Mapa 11 - Residentes que concluíram ensino superior e residentes a frequentar o ensino Fonte Censos 2011 INE.

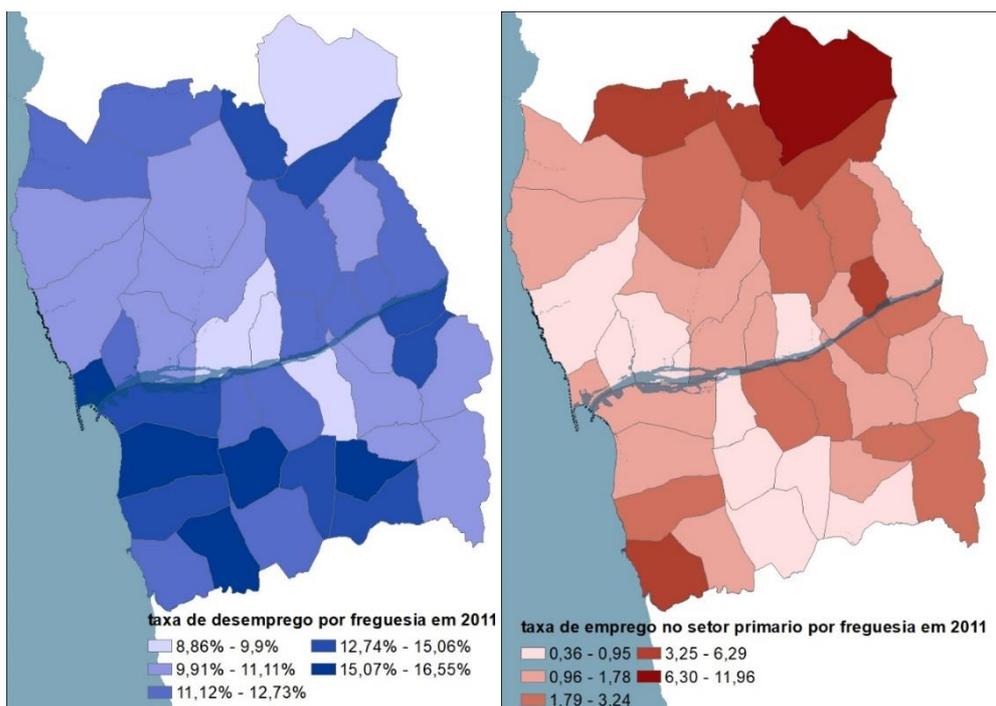
No que respeita a indivíduos que concluíram o ensino superior, a metade norte do concelho, litoral e margem norte do rio Lima, exibiam em 2011 valores mais elevados, em termos percentuais. Quanto à percentagem de indivíduos que se encontravam a frequentar qualquer nível de ensino, a metade norte apresentava valores inferiores, melhorando com a proximidade da cidade e da margem norte do rio Lima.

4.1.1.4 Taxas de Atividade/Emprego

Em 2011 as freguesias onde o peso da população ativa sobre a população total era mais elevado situavam-se na cidade, na envolvente próxima, litoral e ao longo das Estradas 308 e 103, na proximidade dos concelhos a sul. A norte, as freguesias envolventes à serra de Arga e a sul, as freguesias mais distantes das principais vias, apresentam as menores taxa de atividade. As freguesias fronteiras a Ponte do Lima, são aquelas onde a variação entre 2001 e 2011 apresenta valores mais elevados, estendendo-se pela margem norte do rio Lima, litoral sul e litoral norte com Afife e Castelo do Neiva a destacar-se pela negativa. As freguesias de Meixedo e Portela Susã são aquelas que apresentam as piores variações.



Mapa 12 - Taxa de atividade em 2011 e variação entre 2001 e 2011. Fonte Censos 2001 e 2011 INE.

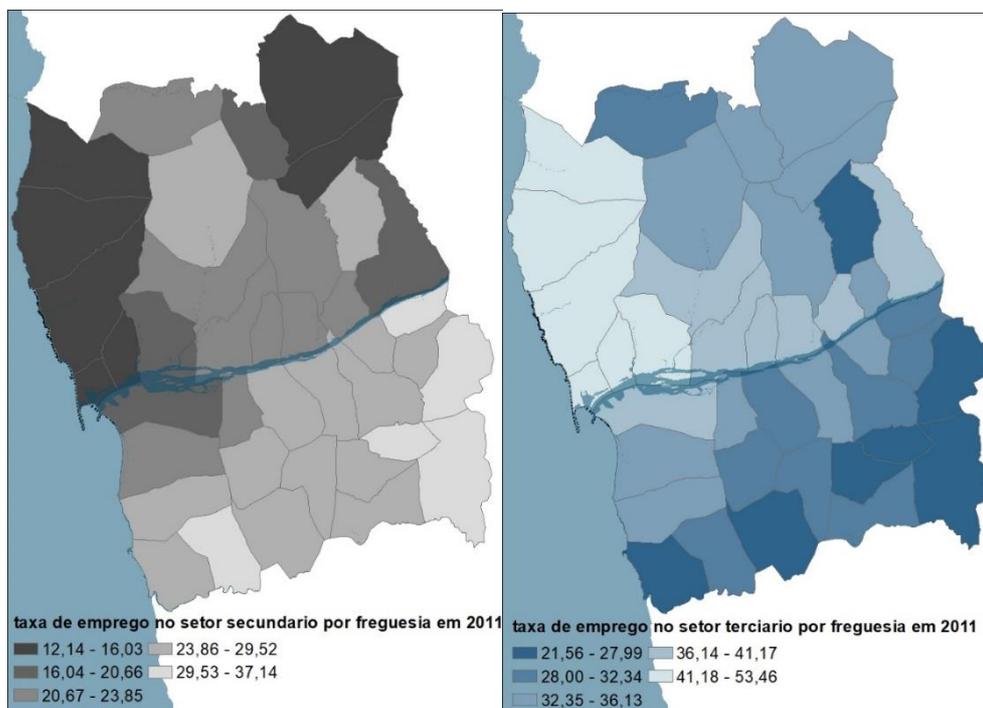


Mapa 13 - Taxa de desemprego em 2011 e taxa de emprego no setor primário em 2011, Fonte Censos 2011 INE.

No respeitante à taxa de desemprego em 2011, esta apresentava valores mais elevados na metade sul do concelho, diminuindo à medida que se afastava do litoral. A norte, Monserrate, Amonde e Vilar de Murteda, apresentavam os piores valores, mas no geral as freguesias mais próximas do litoral e cidade apresentavam os valores menos acentuados.

4.1.1.5 População e Setores de Atividade Económica

No que respeita à distribuição da população por setores de atividade, as freguesias com maior taxa de emprego no setor primário concentravam-se nas freguesias do vale do Âncora e no extremo sudoeste do concelho. As menores taxas de emprego neste setor a distribuíam-se pela cidade, e troço médio do vale do Neiva.



Mapa 14 - Taxa de emprego no setor secundário e setor terciário em 2011. Fonte Censos 2011 INE.

No que respeita ao emprego no setor secundário, este predominava na metade sul do concelho, com maior incidência na sua parte oriental. Comportamento inverso apresentava o emprego no setor terciário, onde o norte litoral e cidade apresentavam valores mais elevados. Sul e em especial a parte nascente, apresentavam os valores mais reduzidos.

4.1.2 Atividade Económica

Quando avaliado o peso relativo destes setores, medidos em termos de volumes de negócios, verificava-se que o volume de negócios gerado pelas atividades agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca constituíam em 2011, 1,27%, apresentando uma ligeira tendência de crescimento relativa, atingindo os 1,56% em 2016.

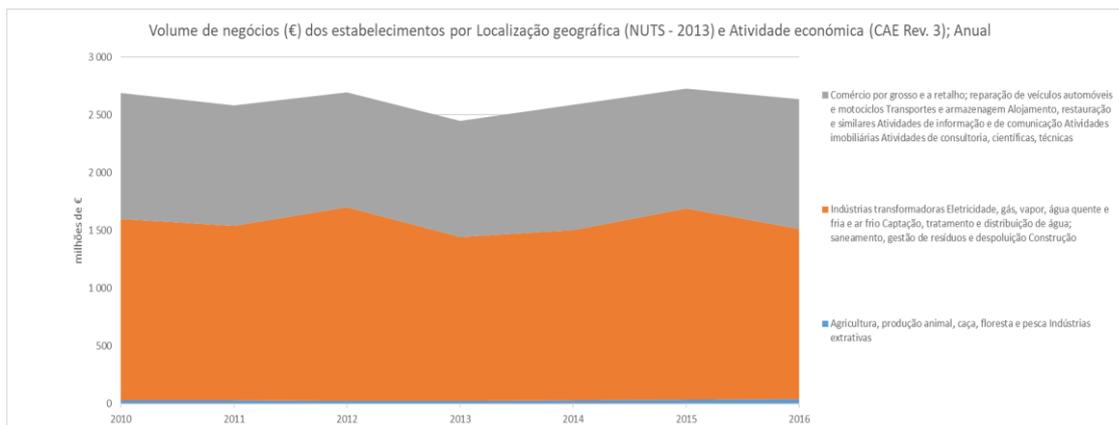


Gráfico 8 - Volume de negócios (€) dos estabelecimentos por localização geográfica (NUTS 2013) e atividade económica (CAE Rev. 3); Anual. Fonte INE.

O peso do setor secundário, quantificado através do volume de negócios das indústrias transformadoras, eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos, despoluição e construção, medido pelo mesmo indicador era de 59%. Em 2016, última data para a qual estão disponíveis dados, tinha o peso relativo deste setor, medido pelo volume de negócios, descido para 56%.

Para o setor terciário, avaliado através do volume de negócios do comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motocicletas, transportes, armazenagem, alojamento, restauração e similares, atividades de informação e de comunicação, atividades imobiliárias, atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, atividades administrativas e dos serviços de apoio, educação, atividades de saúde humana e apoio social, atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas e outras atividades de serviços, o peso respetivo do volume de negócios era de 40%, subindo para 43%.

A tendência global medida pelo volume de negócios de estabelecimentos localizados em Viana do Castelo entre 2012 e 2016 era de crescimento. Não obstante dentro do período estava contida uma queda abrupta entre 2012 e 2013 e uma menos acentuada em 2016.

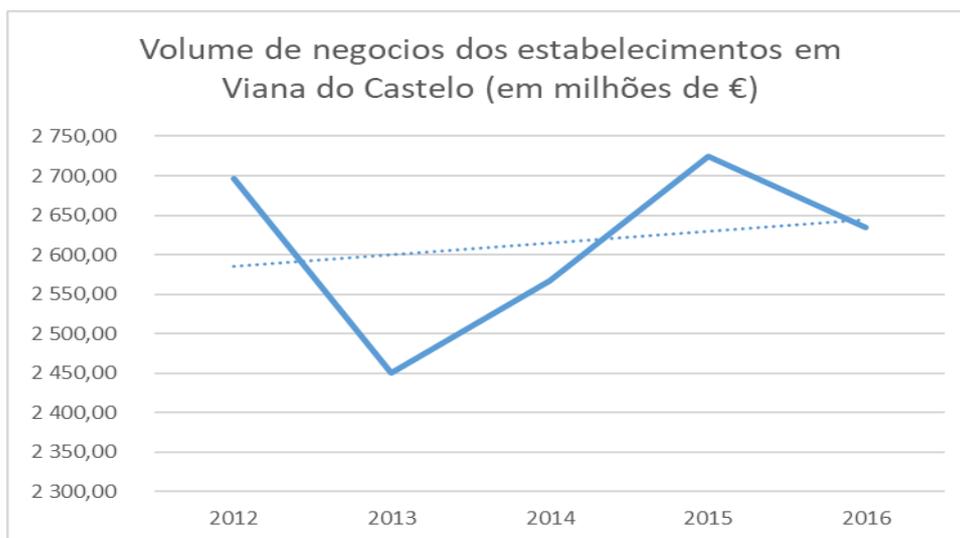


Gráfico 9 - Volume de negócios dos estabelecimentos em Viana do Castelo. Fonte INE.

Também o número de empresas, estabelecimentos e pessoal ao serviço dos estabelecimentos sediados no concelho, apresentava uma tendência de crescimento no mesmo período. Estas passaram de 8.837 empresas e 9.271 estabelecimentos, para 9.685 e 10.135 em 2.016, enquanto que o pessoal ao serviço passou de 26.535 para 29.300.

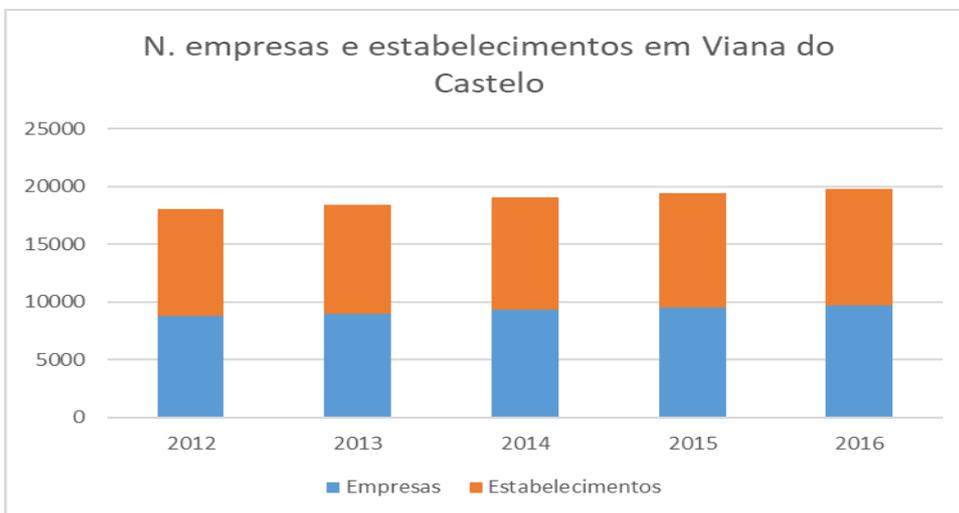


Gráfico 10 - N.º de empresas e estabelecimentos em Viana do Castelo. Fonte INE.

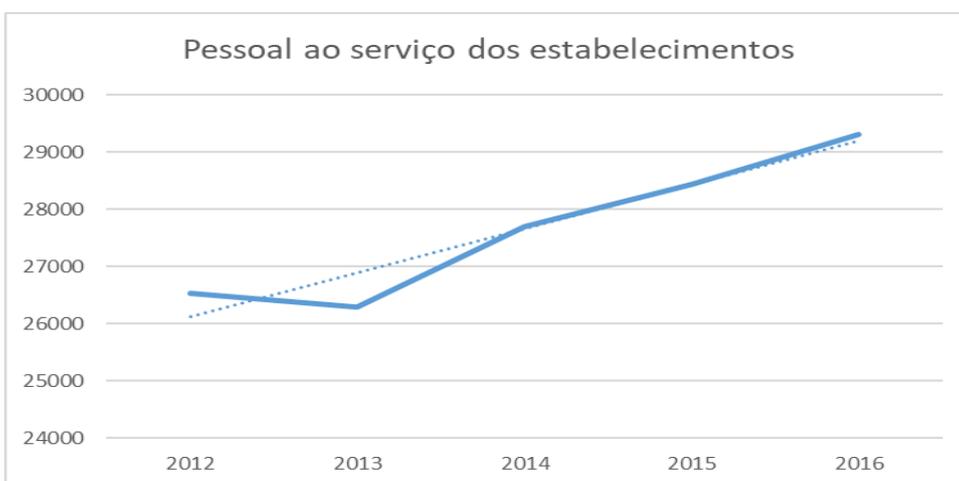


Gráfico 11 - Pessoal ao serviço dos estabelecimentos. Fonte INE.

O valor do IRS liquidado no concelho acompanhava esta tendência positiva, tendo passado de 45 milhões de euros em 2007 para 69 milhões de euros em 2018, pese embora quedas temporárias em 2014 e 2017.



Gráfico 12 - IRS Liquidado no Concelho de Viana do Castelo. Fonte INE.

A proporção do poder de compra face à média nacional apresentava uma tendência de crescimento entre 2009 e 2013. A partir daí, apresentava-se mais ligeiro, sendo de 89,74% em 2009 e 93,65% em 2015, não havendo dados disponíveis a partir desta data.

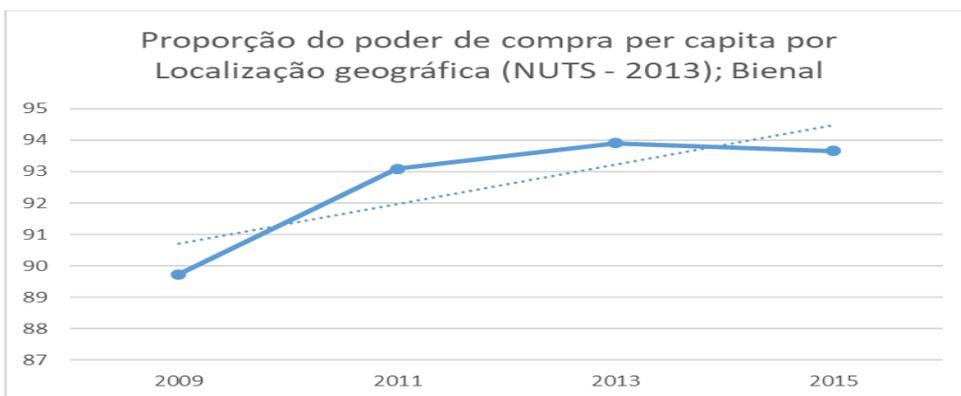


Gráfico 13 - Proporção do poder de compra per capita por localização geográfica. Fonte INE.

Também o contributo para o saldo externo mostra uma tendência global de crescimento entre 2012 e 2017, refletido no valor crescente das exportações de mercadorias.

O nº de dormidas dos estabelecimentos hoteleiros em Viana do Castelo tem vindo a apresentar uma tendência de crescimento acompanhada pelo crescimento da proporção de hóspedes estrangeiros.

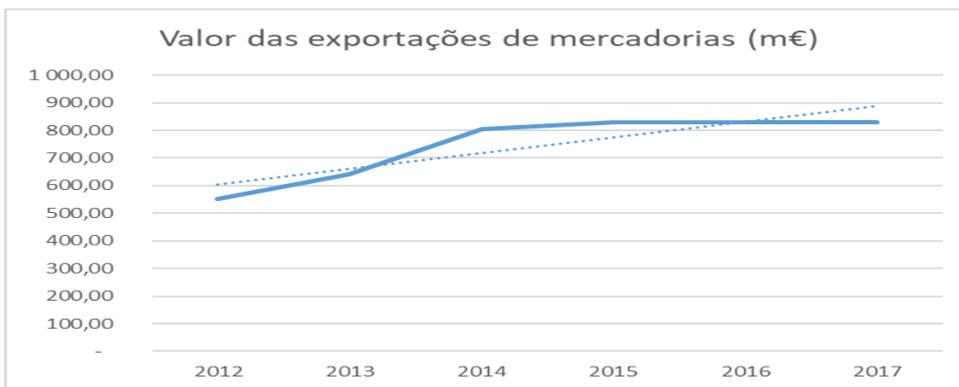


Gráfico 14 - Valor das exportações de mercadorias. Fonte INE.

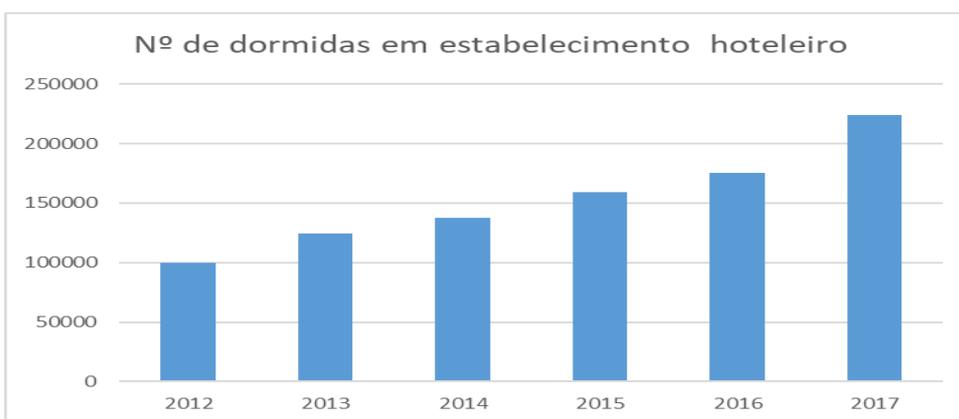


Gráfico 15 - N.º de dormidas em estabelecimentos hoteleiros. Fonte INE.

O alojamento local medido pelo nº de registos efetuados através do registo nacional de turismo tem vindo igualmente a crescer, passando de 2 registos em 2011 para um total acumulado de 243 alojamentos em 2018.

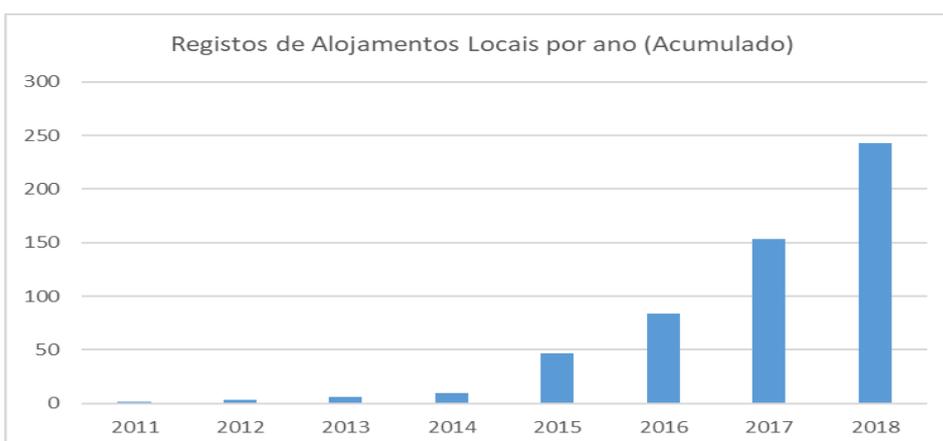


Gráfico 16 - Alojamento local – Registos acumulados. Fonte Registo Nacional de Turismo, Turismo de Portugal.

Entre 2008 e 2017 o crédito à habitação cresce até 2010 e a partir daí decresce até 2017. A tendência geral é de contração durante este período, apresentado sintomas de desagravamento a partir de 2014.

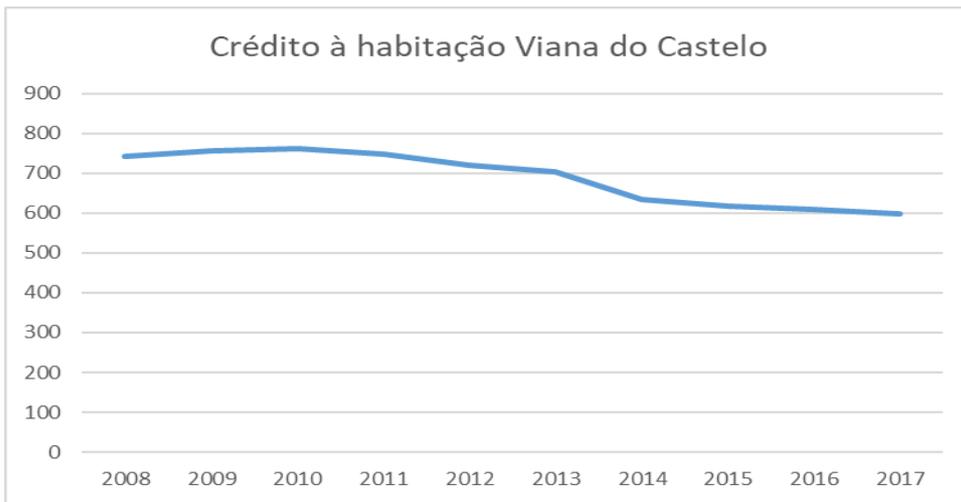


Gráfico 17 - Crédito à habitação - Viana do Castelo. Fonte INE.

4.2 Ambiente

4.2.1 Formação ambiental

4.2.1.1 Indicadores de formação e informação ambiental – Promoção e comunicação

Enquadramento

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica para o espaço comunitário da União Europeia resultante da aplicação da Diretiva 79/409/CEE do Conselho, de 2 de abril de 1979 (Diretiva Aves) - revogada pela Diretiva 2009/147/CE, de 30 de novembro - e da Diretiva 92/43/CEE (Diretiva Habitats) que tem como finalidade assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats mais ameaçados da Europa, contribuindo para parar a perda de biodiversidade. Constitui o principal instrumento para a conservação da natureza na União Europeia (fonte: ICNF, 2018).

O concelho de Viana do Castelo integra três Sítios de Importância Comunitária (SIC) – Sítio Litoral Norte (PTCON0017), Sítio Rio Lima (PTCON0020) e Sítio Serra d'Arga (PTCON0039). Para além deste património natural classificado com estatuto de conservação, o concelho é, por si só, rico em biodiversidade e espaços naturais de elevado interesse ecológico que há já vários anos incentivaram ações e projetos de promoção da sensibilização ambiental reforçada junto de escolas e da comunidade em geral.

Este sentido de promover a valorização do território e de o demonstrar aos munícipes e visitantes do território, o potencial natural, levou a que, integrado no Programa Polis, se propusesse a criação de um espaço de interpretação e comunicação destes temas.

Assim, a 21 de junho de 2007, a Câmara Municipal de Viana do Castelo inaugurou um novo equipamento municipal centrado na promoção de iniciativas fomentadoras da formação e informação dos cidadãos em matéria ambiental. Esse equipamento, sediado nas antigas Azenhas de D. Prior, foi integrado no programa Polis, recebendo assim a designação de Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental.

O edifício é composto pela sala do moinho de maré, com uma exposição permanente sobre o engenho aí existente e demais tipologias de moinhos existentes no concelho com recursos a diferentes fontes de energia, uma sala de exposições temporárias, uma biblioteca uma sala de atividades e um laboratório.

A missão desenha-se então com o foco em quatro pilares:

- a) Promover um espaço de debate e reflexão sobre questões ambientais emergentes;
- b) Promover iniciativas de formação e informação ambiental orientadas em função do público-alvo;
- c) Desenvolver um centro de recursos acessível, diversifica do e versátil em diversas temáticas ambientais;
- d) Fornecer informação tratada sobre os indicadores ambientais e sustentabilidade ambiental.

Lança-se assim o desafio de iniciar uma programação que responda à comunidade em geral nesse último semestre do ano e à comunidade escolar de um novo ano letivo que se iria avizinhar. O plano de atividades e programação foi assim ganhando uma estrutura e consolidação com base num modelo de atuação assente nos seguintes eixos prioritários:

- a) Trabalhar as temáticas ambientais mais emergentes como o património natural classificado, gestão de resíduos urbanos, qualidade da água, sustentabilidade ambiental;
- b) Apresentar uma oferta para comunidade escolar de uma forma o mais transversal possível e responder a públicos das diversas faixas etárias;
- c) Direcionar a oferta para o público em geral em temáticas emergentes na área da informação e da sensibilização ambiental, em diferentes formatos, de forma a responder a distintas necessidades.

Para além dos projetos educativos (exclusivos para escolas do concelho) surgem outras iniciativas adaptáveis a diferentes públicos - sessões de esclarecimento, conversas de fim de tarde, atividades para grupos, comemoração de dias temáticos, exposições temáticas e itinerantes. Consolida-se o modelo de disponibilizar aos munícipes diferentes recursos formativos e informativos seja em suporte físico – exposições catálogos, livros, materiais didáticos – seja por via digital - publicações, fichas de trabalho em sala de aula e fichas de saída de campo, etc.- que foi mais recentemente enriquecido com um projeto de Ciência Cidadã – BIOREGISTO – no qual todos os munícipes são convidados a partilhar registos fotográficos da biodiversidade de fauna e flora encontrada em diferentes espaços do município (e não só).

Tipologia de atividades – promoção e comunicação ambiental

Estrutura de calendarização da programação do CMIA assenta nas seguintes categorias:

- a) Exposição permanente
- b) Exposições temporárias
- c) Exposições itinerantes
- d) Atividades para grupos organizados (cinco temas na área do ambiente)
- e) Projetos educativos para escolas
- f) Workshops
- g) Formação
- h) Conversas de fim de tarde
- i) Sessões de esclarecimento
- j) Comemoração dias temáticos
- k) Voluntariado ambiental
- l) Bioregisto – ciência cidadã
- m) Materiais pedagógicos
- n) Publicações

As atividades e recursos são desenvolvidos para diferentes tipologias de públicos em diferentes áreas temáticas.

Utilizadores dos serviços do CMIA

Neste indicador consideramos todas as pessoas que de alguma forma beneficiaram das valências do CMIA. Não se restringe este indicador ao número de pessoas que visitaram as instalações do CMIA pois integram-se aqui todas as atividades dinamizadas nas escolas, em saídas de campo, em sessões de

esclarecimento em empresas ou escolas, visitas guiadas a outras entidades promovidas pelo CMIA, entre outras.

Cerca de 60 % dos utilizadores estão integrados em grupos organizados (maioritariamente escolas), 30% correspondem a visitas livres ao espaço e os restantes 10% à participação noutras atividades e eventos.

De janeiro de 2008 a dezembro de 2018, foram **90.846 os utilizadores destes serviços**. Este valor corresponde a uma média anual superior a 8.000 utilizadores. Como nos meses de junho e julho o CMIA desenvolve um conjunto de iniciativas direcionadas a jovens em período de férias letivas e nas praias galardoadas com Bandeira Azul da Europa, o número de utilizadores deste serviço apresenta-se destacado de forma significativa no gráfico abaixo.

Neste indicador não está incluído o número de acessos e utilizações ao site do CMIA. De todo o modo, atendendo a que o site do CMIA (reformulado em 2017) foi desenvolvido como uma plataforma de trabalho, não só para a equipa técnica, como também para todos os utilizadores deste serviço público, importa ir acompanhando os acessos efetuados e tempo médio de permanência no site, entre outros dados.

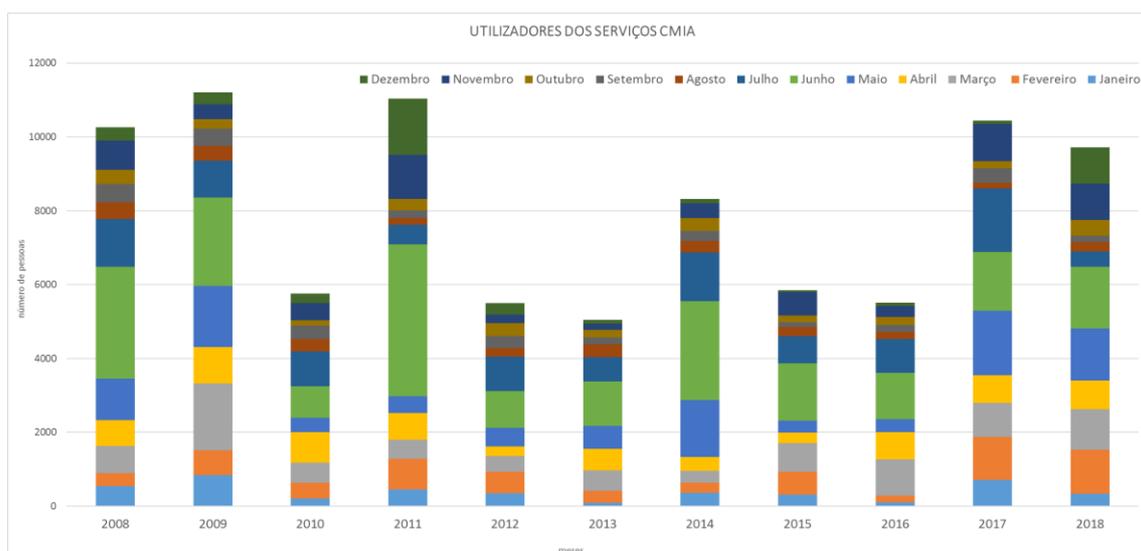


Gráfico 18 - Utilizadores dos serviços do CMIA.

De janeiro a dezembro de 2018, registaram-se mais de 40.000 acessos a este website com uma duração média de 2 minutos o que representa uma utilização efetiva da plataforma na maioria dos acessos.

Consideramos que esta é uma importante ferramenta de comunicar com o público e de o tornar participativo em matéria de conhecimento e opinião acerca dos diversos temas passíveis de integrar na temática ambiental.

A oscilação de utilizadores em cada ano, decorre de diversos fatores, uns mais controláveis que outros.

Alguns anos de maior destaque são coincidentes com mais verba afeta a transportes, exposições temáticas de maior relevo, ou ainda projetos educativos financiados (como o caso do projeto ESCOLA DA NATUREZA) que permitiu um desenvolvimento de atividades com alunos e docentes muito significativos.

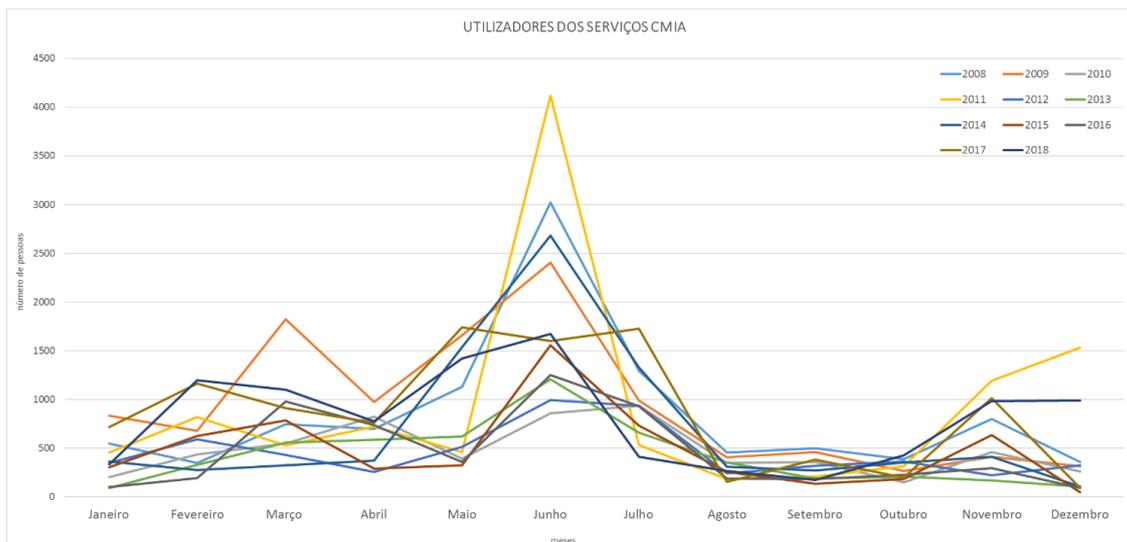


Gráfico 19 - Utilizadores dos serviços CMIA.

Número de Visitas Guiadas ao CMIA

Neste indicador, consideram-se o número de visitas efetuadas com recursos ao apoio técnico dos funcionários afetos ao CMIA. As atividades podem ter sido realizadas nas instalações do CMIA ou em contexto de saída de campo. Estes dados correspondem a visitas guiadas a exposições ou espaços naturais ou visitas de grupos com atividade prática incluída.

De janeiro de 2008 a setembro de 2018, realizaram-se 2.272 visitas orientadas por monitores do CMIA. Este valor corresponde a uma média anual de cerca de 200 visitas orientadas. A oscilação de dados evidenciada no gráfico anterior resulta de diversas circunstâncias associadas não só ao calendário escolar, como também à planificação executada em cada ano. Em novembro de 2017, por exemplo, promoveu-se um conjunto de iniciativas que integravam diversos eventos temáticos – dia da floresta autóctone, semana da cultura científica, entre outros - que resultaram num valor mais significativo que noutros anos.

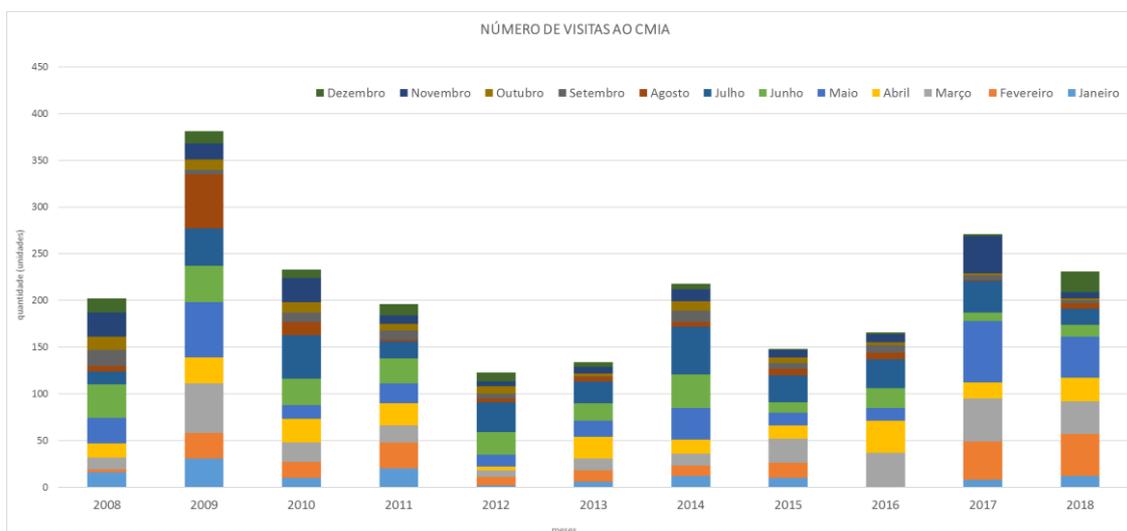


Gráfico 20 - Número de visitas ao CMIA.

Constata-se que a visitação dos espaços (principalmente por grupos organizados) requer o transporte coletivo dos interessados o que é uma dificuldade bastante acentuada e que limita, muitas vezes a realização de atividades nas instalações do CMIA.

Decorrente desse facto, houve necessidade de uma adaptação do setor que promovesse também oferta dos seus serviços fora das instalações próprias – em saídas de campo, em escolas, empresas, etc.

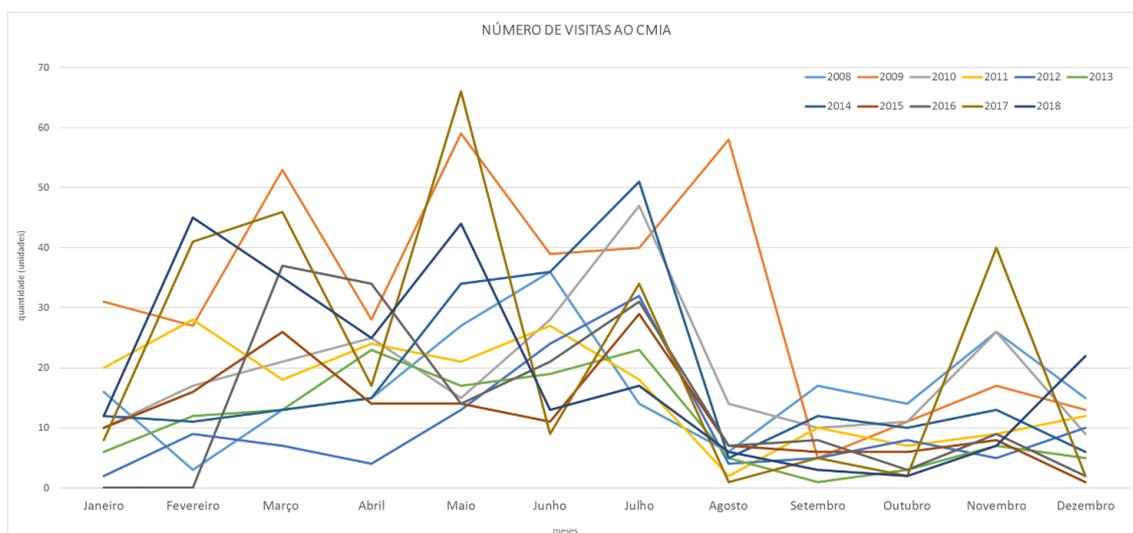


Gráfico 21 - Número de visitas ao CMIA.

Avaliação das Atividades Promovidas

A avaliação das atividades dinamizadas não foi efetuada desde 2008. Só volvidos alguns anos após a consolidação da tipologia de atividades a desenvolver é que se definiram as seguintes medidas de avaliação do serviço prestado:

- Atividades para grupos
 - a) Sessões temáticas realizadas por técnicos municipais;
 - b) É enviado inquérito de satisfação anónimo enviado ao responsável pela marcação da atividade;
 - c) Em 2018: 155 atividades; 4.004 participantes (54% crianças, 25% jovens, 18% adultos e 3% séniores)
 - d) Avaliação escala 1 a 5: 76 respostas, valor médio 4,84

- Workshops / ações de formação / voluntariado ambiental
 - a) Atividades pontuais temáticas realizadas para o público em geral por entidades externas;
 - b) É enviado inquérito de satisfação anónimo enviado a cada um dos participantes da atividade;
 - c) Em 2018: 14 atividades; 240 participantes (1% crianças, 0% jovens, 99% adultos e 0% séniores)
 - d) Avaliação escala 1 a 5: 120 respostas, valor médio 4,78

- Projetos educativos
 - a) Atividades realizadas durante o ano letivo com as turmas inscritas nos diversos temas de trabalho;
 - b) Inquéritos de satisfação aos docentes, por período letivo;

- c) Inquéritos pré-teste para avaliação conhecimento dos alunos (antes de iniciar o projeto – 1º período letivo);
- d) Inquéritos pós-teste para avaliação mudança conhecimentos (no final do projeto – 3º período letivo);
- e) Ano 2017/2018: 46 respostas, valor médio 4,89 (projeto escola da natureza – ciência em rede)
- f) Ano 2017/2018: 29 respostas, valor médio 4,54 (projeto da terra para a terra)

- EXPOSIÇÕES ITINERANTES

- a) Inquéritos enviados ao responsável pela requisição da exposição;
- b) Em 2018: 23 requisições
- c) Avaliação escala 1 a 5: 9 respostas, valor médio 4,09

Exposições Itinerantes

Decorrente das exposições temáticas que se foram desenvolvendo desde o ano 2008, foram sendo produzidas exposições de carácter itinerante que integram agora o Centro de Recursos do CMIA. Estas são passíveis de requisição por parte de qualquer entidade, a título gratuito.

Na listagem seguinte indicamos o ano em que a exposição ficou disponível, o tema e o número de vezes que foi requisitada entre 2009 e 2018, assim como o n.º total de dias que esteve requisitada. Em 2008 ainda não havia nenhuma disponível, de carácter itinerante.

2009 - Rede Natura, Conservar a biodiversidade [24 requisições; 481 dias];

2009 - Mobilidade sustentável, cidade saudável [19 requisições; 374 dias];

2009 - Litoral, novos comportamentos, melhor futuro [20 requisições; 345 dias];

2009 – Compostagem, oportunidade de cidadania [34 requisições; 1.055 dias];

2010 - Biodiversidade em espaços naturais de Viana do Castelo [28 requisições; 495 dias];

2010 - Avifauna em Viana do Castelo [12 requisições; 329 dias];

2010 - Resíduo, para onde vais? [25 requisições; 522 dias];

2010 - Jardins em Viana do Castelo [1 requisição; 30 dias];

2011 - Portugal Subaquático [29 requisições; 718 dias];

2012 - Florestas, um património a descobrir [31 requisições; 574 dias];

2012 - Um olhar sobre as florestas de Portugal [17 requisições; 548 dias];

2014 - Margens com vida [14 requisições; 233 dias];

2014 - Viana do Castelo, cidade náutica do Atlântico [9 requisições; 110 dias];

2017 - Memórias do mar português [5 requisições; 112 dias];

2018 - Escola da Natureza [1 requisição; 30 dias].

Publicações Editadas

Integrada nas exposições temáticas que o CMIA foi preparando, desenvolveram-se diversas publicações disponíveis na biblioteca do CMIA, no decorrer do empréstimo de exposições itinerantes e sempre que solicitado por alguma entidade e/ou munícipe.

Integrado em outras ações e projetos financiados, foram-se editando em suporte de papel o/u digital outros suportes de comunicação em ambiente.

2008 - Rede Natura, Conservar a biodiversidade [5.000 unidades];

2008 - Biodiversidade em espaços naturais de Viana do Castelo [5.000 unidades];

2009 - Avifauna em Viana do Castelo [2.500 unidades];

2009 - Moinhos no concelho de Viana do Castelo [2.500 unidades];

2009 - Resíduo, para onde vais? [2.500 unidades];

2009 - Mobilidade sustentável, cidade saudável [2.500 unidades];

2009 - Mobilidade sustentável, cidade saudável – dossier do professor [1.000 unidades];

2009 - Jardins em Viana do Castelo [1.000 unidades];

2009 - Litoral, novos comportamentos, melhor futuro [2.500 unidades];

2010 - Darwin 200 [1.000 unidades];

2010 - Guias do Litoral de Viana do Castelo [1.000 unidades de cada / financiado];

Algas, identificação;

Algas, utilização;

Cnidários;

Esponjas.

2011 - O vinho e a vinha em Viana do Castelo [1.000 unidades];

2011 - Florestas, um património a descobrir [1.000 unidades / patrocinado];

2013 - Margens com vida [1.000 unidades / financiado / reeditado];

2013 - Viana do Castelo, cidade náutica do Atlântico [1.000 unidades / financiado];

2013 - Viana do Castelo, cidade náutica do Atlântico - caderno de atividades [1.000 unidades / financiado];

2013 - Guia do professor sobre a zona costeira de Viana do Castelo [digital / financiado];

2014 – Um mar de Oportunidades – viana mergulha no mar / viana na história do mar / viana náutica [2.000 unidades];

2015 – Viana e a pesca do bacalhau [2.000 unidades];

2015 – Mar de tradições [2.000 unidades];

2016 – Memórias da Pesca do Bacalhau em Viana do Castelo [500 unidades];

2017- A viagem interminável do lixo marinho [1.000 unidades];

Tríptico [1.000 unidades]

Caderno de atividades [1.000 unidades].

2014, 2015, 2016 – Revista do CMIA “À lupa!” [digital / trimestral];

2017 - Revista digital “À lupa!” [1.000 unidades cada edição / 3 edições] – 10º aniversário CMIA;

2018 - Escola da Natureza [papel e digital / financiado]

Caderno didático [1.000 unidades];

Caderno resumo do projeto [1.000 unidades];

Caderno do explorador [1.000 unidades];

Caderno de atividades MAR [5.000 unidades];

Caderno de atividades RIO [5.000 unidades];

Caderno de atividades MONTANHA [5.000 unidades].

A experiência revela que as publicações / edições são uma preciosa ferramenta de divulgação, promoção e sensibilização para importância do conhecimento e preservação dos valores naturais, bem como da adoção das atitudes e comportamentos ambientalmente e socialmente adequados.

O financiamento desta tipologia de materiais é fundamental pois uma simples edição representa sempre as seguintes etapas de desenvolvimento (e conseqüentemente investimento):

Concepção de conteúdos e/ou revisão científica dos mesmos, recolha de imagens, trabalho de campo;

Concepção gráfica e apelativa dos conteúdos a transmitir;

Tradução dos conteúdos, pelo menos em inglês – ainda que não seja ainda prática corrente, revela-se cada vez mais uma necessidade;

Produção gráfica dos exemplares.

Indicadores Ambientais

Nesta temática, o CMIA vem desde 2008 organizando dados relativos a indicadores ambientais cuja competência de monitorizar seja de outras entidades. É o caso dos resíduos sólidos urbanos recolhidos, da qualidade do ar ambiente, da qualidade da água, em função dos seus usos e do mapa de ruído.

Tipicamente, esta informação é organizada a partir dos dados disponibilizados por outras entidades e facultada ao público através do site do CMIA.

- Resíduos sólidos urbanos

A gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU's) é competência de duas entidades – SMSBVC e RESULTIMA. Destacamos em seguida as principais tipologias de RSU's e qual a fonte preferencial de disponibilização de dados. Contudo, os SMSBVC terão a totalidade dos dados.

- a) Recolha indiferenciada – responsabilidade de recolha dos SMSBVC;
- b) Recolha seletiva trifluxe (ecopontos) – responsabilidade de recolha da RESULTIMA;

- c) Recolha seletiva de resíduos orgânicos alimentares (cantinas e restauração) – responsabilidade de recolha dos SMSBVC;
- d) Recolha seletiva de óleos alimentares usados – responsabilidade de recolha da RESULIMA;
- e) Recolha seletiva de resíduos verdes – responsabilidade de recolha dos SMSBVC;
- f) Outros tipos de resíduos sólidos urbanos – SMSBVC e RESULIMA

Em matéria de gestão de RSU's decorrente de novas exigências legais em matéria de metas de tipologia de resíduos a valorizar e encaminhar para aterro sanitário, os SMSBVC, a RESULIMA e o CMIA (a partir de 2009 foram desenvolvendo iniciativas em parceria, de forma a otimizar os fluxos de resíduos e seu encaminhamento adequado.

Os SMSBVC já efetuam a recolha seletiva de resíduos verdes e outros resíduos de grandes dimensões na casa dos munícipes de forma a evitar o seu encaminhamento indevido.

Em 2009, a Câmara Municipal de Viana do Castelo, os SMSBVC, a RESULIMA e a Lipor assinaram um protocolo no sentido de a recolha seletiva de resíduos orgânicos das cantinas escolares, que se iria iniciar nesse ano, fossem encaminhados para a central de valorização orgânica da Lipor. O projeto de compostagem nas escolas e da rede domiciliar, até essa data, representava uma fração muito pequena.

Em 2010, os SMSBVC abriram esta possibilidade de recolha seletiva de resíduos orgânicos à restauração e hotelaria, com vantagens ao nível das taxas pagas pela gestão destes resíduos. Também os resíduos verdes recolhidos nas habitações dos munícipes são encaminhadas para a central de valorização orgânica da Lipor.

O CMIA vem, desde 2009, a desenvolver iniciativas de limpeza de espaços naturais através da colaboração de voluntários, não só em espaços florestais, como também em ecovias e praias. Estas ações têm o apoio dos SMSBVC e, numa praia em particular – praia do Cabedelo –, a autarquia estabeleceu em 2018 um protocolo com a Agência Portuguesa do Ambiente no sentido de se aplicar a metodologia internacional da OSPAR – monitorização do lixo marinho - com o apoio do município, nessa praia.

- Qualidade da água

Nesta matéria, em função dos usos da água, serão diferentes entidades com competência na matéria.

- a) Água segura para consumo humano – SMSBVC e ERSAR.
- b) Águas (balneares) costeiras de transição - ERSAR, Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos - SNIRH da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.
- c) Qualidade das águas (balneares) interiores - ERSAR, Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos - SNIRH da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.
- d) Perdas reais de água - SMSBVC, ERSAR
- e) Proporção de águas residuais tratadas (INE, INSAAR/VFF, ERSAR, APA)

- Qualidade do ar

A entidade responsável pela rede de estações de monitorização da qualidade do ar é a Agência Portuguesa do Ambiente que tem diversos tipos de estações distribuídas pelo país. No Litoral Norte dispõem de uma estação do tipo de Influência "Fundo" localizada na Serra D'Arga, freguesia da Montaria (Latitude: 41°48'08" e Longitude: -8°41'38"). Integra a Rede de Qualidade do Ar do Norte, sob responsabilidade da

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. Em www.qualar.ambiente.pt é possível fazer o “download” de dados desta estação desde o ano 2005 até ao ano 2017. Os dados de 2018 só serão validados em outubro de 2019.

- Ruído Ambiente
 - a) Mapa estratégico de ruído, Plano de Ação (DL 146/2006 de 31 de Julho);
 - b) População residente exposta a ruído de tráfego (APA, INE).

No âmbito dos trabalhos do Programa Polis e do processo de revisão do PDMVC foram desenvolvidos um conjunto de estudos de Indicadores Ambientais (Ar e Ruído) conforme tabela apresentada:

Designação do Estudo	Área abrangida pelo estudo	Data de conclusão
Carta Ambiental da Cidade Carta de ruído	Cidade	2003
Carta de Zonamento Acústico	Município	2006
Avaliação da Qualidade Ambiental Ruído Ambiental + Qualidade do Ar	Cidade	2008
Mapa de Ruído	Município	2010
Plano Municipal de Redução de Ruído	Município	2014

Tabela 1 - Estudos de indicadores ambientais.

Biomonitorização

Desde o ano de 2008, o CMIA vem efetuando alguns registos de biodiversidade ao nível da fauna e da flora no Parque Ecológico Urbano, numa primeira fase e, posteriormente, em outras áreas naturais do concelho. Este trabalho deveria ser efetuado de forma consistente ao longo do tempo, contudo, tal nem sempre é possível atendendo aos recursos humanos e materiais disponíveis e à necessidade de responder a outras situações que acabam por assumir um carácter prioritário.

Contudo, a partir de 2017 foi possível iniciar um trabalho um pouco mais sistemático no terreno e em 2018 com a implementação do BIOREGISTO no site do CMIA, novas condições se reúnem para esta importante recolha de informação.

Não obstante, existirão planos e estudos ao nível da autarquia, da CIM do ICNF e outras entidades com esta tipologia de informação.

Até à presente data, dispomos de 1.936 registos nos diferentes tipos de Reinos – *Plantae*, *Animalia*, *Chordata*, *Chromista* e *Funghi* – em diferentes espaços naturais do concelho de Viana do Castelo. Estes dados foram recolhidos pela equipa técnica do CMIA e conta também com contributos dos cidadãos na plataforma BIOREGISTO. Neste último caso, de destacar que desde o início de 2018 foram já validadas 112 espécies num total de 150 registos submetidos e validados pela equipa do CMIA.

Nesta matéria, considera-se fundamental haver uma disponibilização “interna” dos diversos planos e estudos desenvolvidos nesta área de forma a melhor estudar, interpretar e “promover” o território. Existem ainda estudos e documentos desenvolvidos por entidades externas da administração central, de

unidades de investigação (e não só) que acabam por ser desconhecidas da administração local, não potenciando esse esforço e investimento na sua plenitude.

4.2.2 Espaços Naturais

4.2.2.1 Orla Costeira

Heterogénea no uso e ocupação, a orla costeira do município de Viana do Castelo, apresenta-se como uma unidade territorial ímpar, devido aos valores naturais, culturais e biodiversidade que congrega. Os 24 km da linha de costa vianense, distribuídos por 16 Km arenosos e 8 Km rochosos, representam 2,6% da orla costeira continental e 47% da linha de costa minhota (Anexo I).

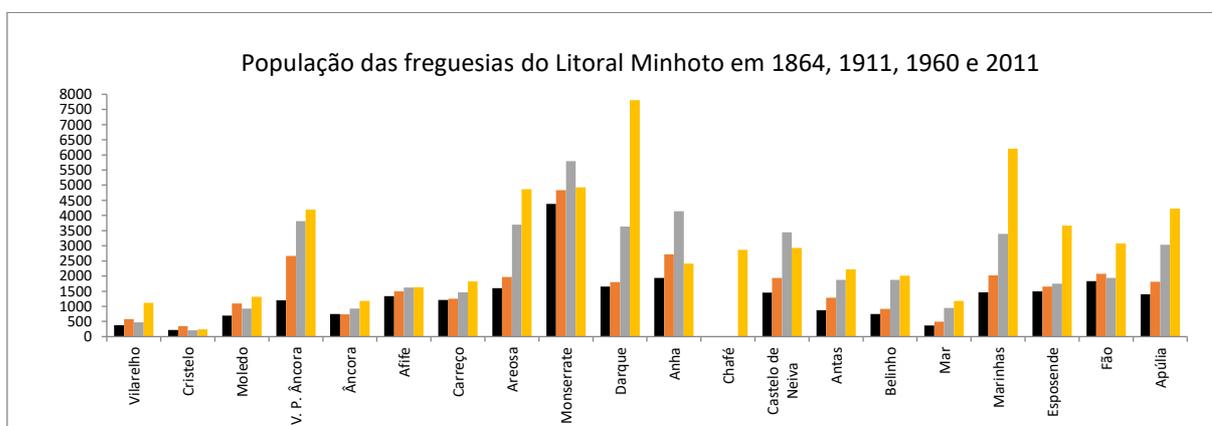


Gráfico 22 - População das freguesias do Litoral Minhoto em 1864, 1911, 1960 e 2011.

Acantonada entre o Atlântico e um mosaico agroflorestal pontilhado por vestígios de uma presença humana milenar, a orla costeira vianense, compreendida entre o espigão granítico do Cão e o rio Neiva, estende-se paralela a aglomerados urbanos (Afife, Areosa e Vila Nova de Anha) ou é, em determinados segmentos, suporte físico de uma malha urbana (Carreço, União de Freguesias de Monserrate, Santa Maria Maior e Meadela, Darque, Chafé e Castelo de Neiva) que, genericamente remonta ao último quartel do século XX. As oito freguesias têm uma população residente de aproximadamente 30.000 habitantes (40.000 habitantes na época balnear), representando 33 % da população do concelho e cerca de 13 % da população do distrito de Viana do Castelo.

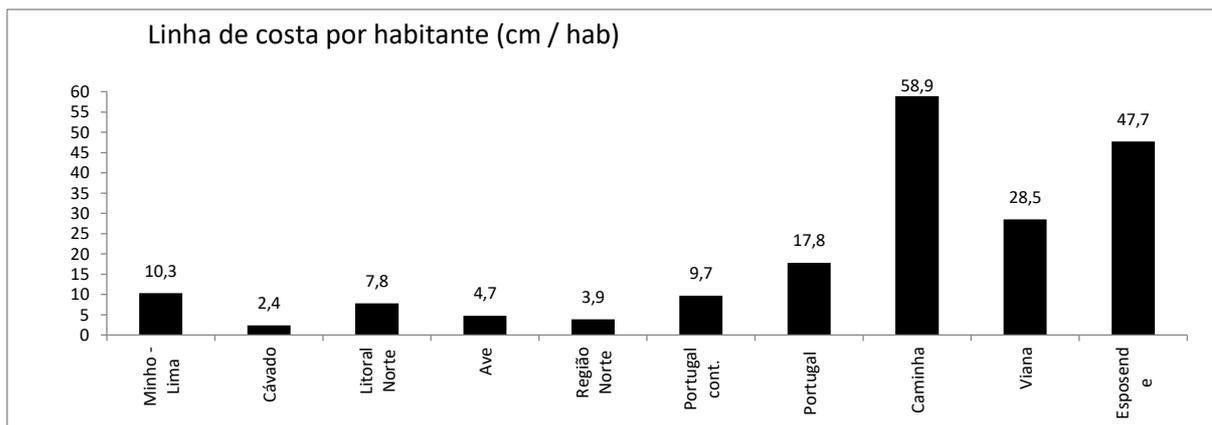


Gráfico 23 - Linha de costa por habitante.

Sublinha-se que a pressão humana na orla costeira vianense intensifica-se na época balnear, não obstante a Ecovia, Geoparque e trilhos municipais induziram uma maior presença humana, ao longo de todo o ano. A Câmara Municipal de Viana do Castelo, em parceria com a APA, desenvolveu um conjunto de medidas e ações no âmbito do ordenamento e valorização da orla costeira vianense, tendo em consideração o estabelecido no Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) de Caminha a Espinho. Com este enquadramento técnico jurídico, através da constituição da Sociedade Polis Litoral Norte, a orla costeira vianense foi dotada com equipamentos de forma a ser fruída por todos, nas diversas áreas e domínios que suporta e oferece aos utentes, tendo sido dedicada uma particular atenção aos desportos náuticos e à utilização destes espaços costeiros, por pessoas com mobilidade reduzida ou portadoras de deficiência motora.

Dinâmica e Processos

De um modo geral as situações de franca erosão e de instabilidade dinâmica, com recuos muito rápidos, registam-se, desde a década de oitenta do século passado, na orla costeira a sul da foz da ribeira do Rodanho. Após as intervenções nos finais do século passado e início deste século, no Portinho de Vila Praia de Âncora, surgiram novos processos erosivos em determinados segmentos costeiros, das freguesias de Afife e Carreço e mais recentemente no limite sul da orla costeira de Darque. Nas restantes praias, da orla costeira vianense, deparamos com situações de equilíbrio dinâmico, pontualmente, alguma instabilidade dinâmica, associada a variações sazonais e episódios de temporal, com uma sucessão de processos erosivos e de acreção até ser atingido o perfil de equilíbrio.

Os trabalhos geoclimarqueológicos desenvolvidos na orla costeira vianense e áreas adjacentes evidenciam diversas perturbações climáticas no decurso da presente fase interglacial, designada, na escala do tempo geológico, por época holocénica do período Quaternário da era Cenozoica do éon Fanerozoico, que se iniciou há cerca de 11.500 anos, após a última glaciação Würm. O Holoceno, genericamente, caracteriza-se por uma sucessão de perturbações climáticas, que induzem ciclos de

aquecimento e arrefecimento da Terra, com as inerentes consequências na temperatura média e Nível Médio do Mar (NMM) e consequentemente na estabilidade da orla costeira, usos e ocupações humanas.

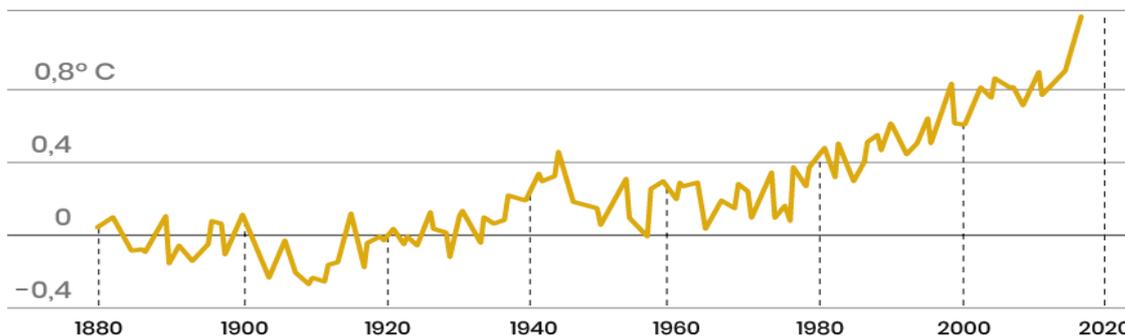


Gráfico 24 - Variação da temperatura média entre 1880 e 2014.

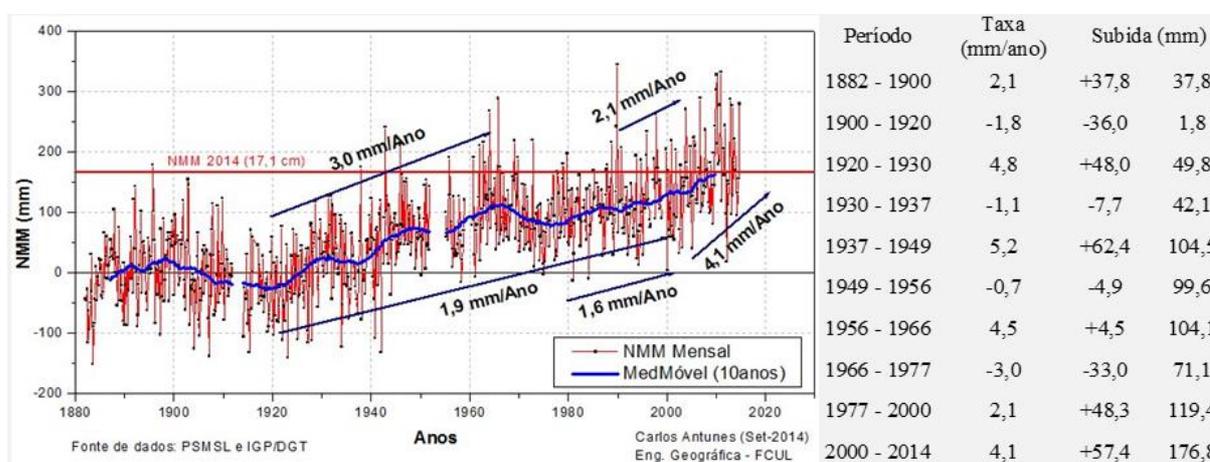


Gráfico 25 - Variação do nível médio do mar (NMM), entre 1880 e 2014.

Presentemente, assiste-se a uma perturbação climática, provavelmente acelerada pela atividade antrópica pós revolução industrial, cujo ciclo evidencia o aumento da temperatura média (aquecimento global) e do nível médio do mar. Não obstante, recorda-se que no ciclo anterior, sob a designação de Pequena Idade do Gelo (1350-1850), verificou-se um decréscimo acentuado da temperatura média (arrefecimento global) e a diminuição do nível médio do mar.

A análise dos indicadores geológicos, conservados na zona costeira vianense, mostram que transgressões e regressões do mar se repetiram em tempos geológicos próximos da atualidade. Releva-se que as transgressões do mar originam situações de instabilidade, que se não forem devidamente consideradas, poderão conduzir a catástrofes, com perda de vidas humanas e bens. O Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Caminha a Espinho, define as zonas de risco onde se prevê o avanço das águas do mar, existindo uma série de restrições no que concerne à ocupação de tais zonas, até à delimitação dessas áreas como zonas ameaçadas pelo mar.

Indicadores ambientais, como por exemplo as transgressões e regressões do mar e as variações climáticas dos últimos 120.000 anos, demonstram que as mudanças que presentemente observamos e inerentes

efeitos, integram-se na continuidade natural de outras que ocorreram num passado recente. No momento presente assiste-se a uma subida global do nível médio do mar, apontando alguns estudos, para a costa portuguesa, valores médios de $1,7 \pm 0,2$ mm/ano, o que tem vindo a gerar processos mais ou menos transgressivos, e conseqüentemente o avanço do mar sobre o território terrestre vianense. Este efeito transgressivo consubstancia-se na manutenção de áreas de costa rochosa, formação e recuo de escarpas e no emagrecimento das praias.

As estruturas de defesa costeira, apenas devem ser construídas nos segmentos costeiros com valores sociais e económicos com relevância nacional ou regional que justifiquem intervenções tão dispendiosas para o erário público. Nos restantes segmentos costeiros será conveniente e aconselhável deixar que a mudança natural ocorra sem qualquer intervenção humana, devendo sensibilizar-se as populações dos aglomerados localizados nas áreas de risco da impossibilidade de se deter o avanço do mar.

Situações de Erosão e Galgamentos

O acompanhamento da dinâmica e mudanças operadas na orla costeira vianense, nas últimas três décadas, permite concluir que a vulnerabilidade desta unidade territorial ao risco da “invasão do mar” tem na sua génese, causas naturais, como a subida do nível médio do mar resultante da combinação da fusão das acumulações de gelo nos continentes (glacieustatismo), com a deformação tectónica da interface Terra - Oceanos. Não obstante, em determinados segmentos costeiros, a ação destas causas naturais não é suficiente para explicar os recuos anuais das arribas dunares, dado existirem contributos negativos, de incidência local e ou regional, resultantes da intervenção antrópica na orla costeira, como por exemplo a construção de esporões e a retenção e ou remoção de sedimentos nas principais bacias hidrográficas, responsáveis pela alimentação sedimentar da orla costeira vianense (Anexo II e VII).

A norte do rio Lima, no termo da década de noventa do século XX, o segmento costeiro compreendido entre a praia das Mós e a Ínsua, na freguesia de Afife, passou a evidenciar uma arriba dunar decorrente da diminuição da alimentação sedimentar, eventualmente, associada à diminuição do transporte sedimentar no rio Minho, conjugado com a alteração da dinâmica costeira local devido aos molhes implantados no portinho de Vila Praia de Âncora. No início da segunda década do século XXI regista-se a rotura do enraizamento do cabedelo do rio de Afife e a destruição total do cabedelo, cuja última formação se tinha processado após 1958. Assinala-se na mesma altura o início de um processo erosivo na praia de Celeiro (Afife) e no chamado Praiaal a sul do rio de Afife, entretanto estabilizado com o desenvolvimento da formação do novo cabedelo. Salienta-se, ainda, a sul do rio do Bico, num pequeno segmento costeiro, o emagrecimento da praia e o início de um processo erosivo na base do cordão dunar (Anexo III).

Na freguesia de Carreço, nos últimos anos, têm sido registados processos erosivos em pequenos troços costeiros na praia da Sarrosa / Paçô e Carreço. Na freguesia de Areosa verificou-se o emagrecimento da praia Norte e a degradação das estruturas aderentes de proteção, levando a obras profundas com recurso a engenharia.

A sul do rio Lima, após a foz do Rodanho, ao longo de toda a orla costeira de Vila Nova de Anha, deparamos com uma arriba talhada no cordão dunar, em recuo acelerado, até ao loteamento da Amorosa (Chafé), onde a arriba dunar na zona frontal, deste loteamento, evidencia um recuo menos acentuado, mas preocupante (Anexo III). Assinala-se, ainda, no decurso deste século, o surgimento de um novo segmento costeiro sujeito a erosão entre o chamado aglomerado da Amorosa Velha e a ribeira de Lordelo (Chafé).

Para sul, da praia de Pedra Alta, até à foz do Neiva, o emagrecimento das praias e o recuo da arriba dunar são notórios, apesar das obras de engenharia executadas. Sublinha-se a inutilidade de alguns molhes implantados, na década de oitenta e em 1994, na orla costeira castelense, registando-se o recrudescimento das situações de erosão que surgiram, em 1983, com a construção do molhe oeste do Porto de Mar de Viana do Castelo, após a instalação do quebra – mar destacado do portinho de pesca da Pedra Alta.

São frequentes os galgamentos, nos segmentos costeiros com cotas baixas, particularmente, no decurso de episódios de temporal, tal como aconteceu, por exemplo, nos diversos temporais de 2014 (Anexo IV).

Situações de Acreção

A inversão da deriva sedimentar, para norte, a partir da foz do Rodanho, é responsável pelo assoreamento da barra do Porto de Mar de Viana do Castelo e pela génese de uma restinga (cabedelo) com a extremidade voltada para norte, cuja progressão é contida pelo molhe sul. A deriva sedimentar proporcionou a criação de uma praia em cunha contra o esporão sul, que desde a implantação do molhe, na década de oitenta do século passado tem aumentado. O crescimento do areal desta praia em cunha, cerca de 320 metros, junto ao molhe sul, desde a sua implantação até ao presente, originou um vigoroso campo dunar, com um trabalho extraordinário das espécies pioneiras na fixação de areias. Sublinha-se que desde a construção do molhe e respetivo prolongamento, o areal tem ocupado em cunha toda a zona frontal desta praia, originando alinhamentos dunares, rapidamente colonizados por um coberto vegetal característico das sucessões ecológicas costeiras (Anexo II e III).

O quebra-mar destacado, implantado na Pedra Alta, no início do século, com a finalidade de proporcionar melhores condições às embarcações de pesca artesanal, que operam no Portinho de Pesca de Castelo de Neiva, alterou a dinâmica costeira local. A estrutura destacada, implantada na zona frontal do portinho, provocou a inversão da deriva sedimentar, originando um tómbolo que liga o mencionado quebra-mar a terra, com interrupção do trânsito sedimentar (Anexo II e III). Estas consequências, da intervenção efetuada no portinho, têm vindo a ocasionar o assoreamento do canal de acesso das embarcações e uma deposição sedimentar extraordinária a norte do tómbolo, isto é, entre a ribeira de Lordelo e o quebra-mar destacado.

Praias Marítimas

As praias marítimas são geofomas costeiras, móveis, em migração para o interior, que em determinados segmentos da orla costeira vianense, sujeita à interação de fatores naturais e antrópicos, podem perder as respetivas areias, ficando a descoberto o substrato rochoso que as suporta. Este fenómeno natural de emagrecimento das praias, comum na orla costeira vianense, genericamente, pode ter subjacente, entre outras causas: a diminuição dos sedimentos em circulação devido ao decréscimo e ou esgotamento nas fontes de alimentação / abastecimento sedimentar; a deformação e rebentação da ondulação e a ocupação e usos desregrados da orla costeira.

Ao longo do ano a morfologia de uma praia marítima sofre alterações periódicas, em função da potência da ondulação incidente, do declive da praia e da granulometria dos sedimentos residentes. Assim sendo, entre os dois extremos morfodinâmicos de uma praia marítima, existem vários estados intermédios, cujo tempo de vida, sempre efémera, é variável de praia para praia, porém a observação da costa vianense nos últimos trinta anos, permite-nos concluir que são necessárias, em média, 9 a 12 semanas, para a recuperação total do perfil de calmaria, após um evento de temporal intenso. A não reposição do perfil de calmaria, em algumas praias marítimas vianenses, terá, essencialmente, como principais causas: a diminuição sedimentar nas fontes de abastecimento (depósitos submarinos e rios) e as correntes associadas à ondulação e sua deformação (difração e refração), em alguns casos induzida pelo Homem com intervenções de engenharia pesada na orla costeira.

Praias Marítimas Designadas

O município de Viana do Castelo possui 9 praias designadas como zonas balneares (Ínsua, Afife, Arda, Paçô, Carreço, Norte, Cabedelo, Amorosa e Castelo de Neiva), que são objeto de um programa de verificação da conformidade das águas balneares, nos termos do disposto na legislação nacional e comunitária. A expressão “zona balnear”, deve ser entendida como o espaço da orla costeira cujo uso requer um conjunto de funções e atividades destinadas ao recreio físico e psíquico do homem, satisfazendo necessidades coletivas que se traduzem em atividades multiformes e modalidades múltiplas conexas com o meio aquático.

Ínsua

A praia da Ínsua encontra-se designada desde 2001, tendo ostentado o galardão Bandeira Azul até 2004. Nos últimos anos foi intervencionada pela Sociedade Polis Litoral Norte, tendo sido executado o Plano de Praia estabelecidos no POOC.

Afife

A praia de Afife encontra-se designada desde 1988, tendo ostentado o galardão Bandeira Azul desde então. Foi intervencionada pela Sociedade Polis Litoral Norte, tendo sido executado o Plano de Praia estabelecido no POOC.

Arda

A praia da Arda encontra-se designada desde 1996, tendo ostentado o galardão Bandeira Azul desde então. Foi intervencionada pela Sociedade Polis Litoral Norte, tendo sido executado o Plano de Praia estabelecido no POOC.

Paçô

A praia da Paçô encontra-se designada desde 1996, tendo ostentado o galardão Bandeira Azul desde então. Foi intervencionada pela Sociedade Polis Litoral Norte, tendo sido executado o Plano de Praia estabelecido no POOC.

Carreço

A praia da Carreço encontra-se designada desde 1988, tendo ostentado o galardão Bandeira Azul desde então. Foi intervencionada pela Sociedade Polis Litoral Norte, tendo sido executado o Plano de Praia estabelecido no POOC.

Norte

A praia Norte encontra-se designada desde 2000, tendo ostentado o galardão Bandeira Azul desde então, com alguns anos de interregno. Foi intervencionada pela Sociedade Polis Litoral Norte, tendo sido executado o Plano de Praia estabelecido no POOC.

Cabedelo

A praia do Cabedelo encontra-se designada desde 1988, tendo ostentado o galardão Bandeira Azul desde então, com alguns anos de interregno. Foi intervencionada pela Sociedade Polis Litoral Norte, tendo sido executado o Plano de Praia estabelecido no POOC.

Amorosa

A praia de Amorosa encontra-se designada desde 2001, tendo ostentado o galardão Bandeira Azul desde então. Foi intervencionada pela Sociedade Polis Litoral Norte, tendo sido executado o Plano de Praia estabelecido no POOC.

Castelo de Neiva

A praia de Castelo de Neiva encontra-se designada desde 1999, tendo ostentado o galardão Bandeira Azul desde então, com alguns anos de interregno. Foi intervencionada pela Sociedade Polis Litoral Norte, tendo sido executado o Plano de Praia estabelecido no POOC.

Praias Douradas

Em 1998 foi lançado um programa de carácter nacional, sob a designação de “Praias Douradas”, com o objetivo de promover a educação ambiental e sensibilização da população, realçando e valorizando, para o efeito, a importância da manutenção e defesa dos ambientes naturalizados, do litoral. Neste contexto, as Praias Douradas, apresentam-se como espaços territoriais da orla costeira, com um elevado valor ambiental e grau de naturalização, com as seguintes linhas de orientação e prioridades de atuação:

proteção dos valores naturais e patrimoniais; divulgação dos valores naturais mais relevantes; ordenamento e requalificação do litoral, com vista à adequada fruição e utilização; impossibilitar ou dificultar ações de que resultem acréscimos de utilização; eliminação de fatores de poluição e melhoria dos índices de qualidade ambiental; intervenção de forma articulada na qualificação da orla costeira; aprofundamento e divulgação do conhecimento de base técnico científico e desenvolvimento de atividades de educação ambiental.

Na orla costeira da região Norte, apenas o município de Viana do Castelo, possui com este galardão de qualidade ambiental e conservação da natureza, praias douradas.

Canto Marinho

A praia de Canto Marinho (Carreço) ostenta o galardão de praia dourada desde 1998, tendo sido intervencionada pela Sociedade Polis Litoral Norte nos últimos anos, no âmbito da Ecovia. Esta praia regista alguma frequência balnear.

Rodanho

A praia do Rodanho (Vila Nova de Anha) ostenta o galardão de praia dourada desde 1999, registando uma frequência balnear média. Encontra-se dotada de passadiços e um parque de estacionamento informal.

Praias não designadas com prática balnear

A prática balnear na orla costeira vianense não se restringe apenas às praias designadas, existindo diversos segmentos costeiros onde tal prática se verifica.

Mós

Praia no topo norte de Afife com alguma prática balnear, dotada de um parque de estacionamento informal e passadiço de acesso à praia.

Charco Afife

Localiza-se a sul da praia de Afife, apresenta intensa prática balnear, numa lagoa costeira que habitualmente se forma no verão na foz do rio de Afife. Dotada de um parque de estacionamento informal e passadiço de acesso à praia.

Praial

Localizada a norte da praia da Arda, foi dotada pela Sociedade Polis Litoral Norte com um parque de estacionamento e passadiço de acesso à praia.

Camarido

Localizada a sul da praia de Carreço, foi recentemente intervencionada pela Sociedade Polis Litoral Norte, registando-se na mesma uma elevada frequência balnear. Possui um parque de estacionamento e passadiços de acesso à praia.

Lumiar

Situada a norte da praia Dourada de Canto Marinho, foi recentemente intervencionada pela Sociedade Polis Litoral Norte, registando-se na mesma uma elevada frequência balnear. Possui um parque de estacionamento e passadiços de acesso à praia.

Vinha

A praia de Vinha tem uma frequência balnear residual, devido à escassez de sedimentos e à decomposição de algas que se acumulam nesta praia no verão. O paredão foi recentemente intervencionado pela Sociedade Polis Litoral Norte.

Atlântico

A praia do Atlântico, localizada a sul da Praia Norte, regista uma elevada frequência balnear, graças ao crescimento do areal, nos últimos anos, e à melhoria da acessibilidade com a intervenção da Sociedade Polis Litoral Norte.

Cabedelo Estuário

Trata-se de uma praia flúvio-marinha, em ambiente estuarino, com uma elevada frequência balnear. Foi recentemente intervencionada pela Sociedade Polis Litoral Norte.

Cabedelo-Luziamar

Localizada a sul da praia do Cabedelo, que ostenta a Bandeira Azul, regista uma elevada frequência balnear. Possui um parque de estacionamento, passadiços de acesso à praia e alguns equipamentos de apoio de praia.

Cabedelo-Parques de Campismo

Situada entre o Luziamar e a foz do Rodanho, regista uma elevada frequência balnear. Possui parque de estacionamento, passadiços de acesso à praia.

Amorosa Velha

Localizada a sul da praia da Amorosa, que tem Bandeira Azul, regista uma elevada frequência balnear. Possui parque de estacionamento e alguns equipamentos de apoio de praia.

Lordelo

Situada a sul da ribeira de Lordelo, regista uma frequência balnear baixa.

Lousado

A praia de Lousado regista uma frequência balnear média, começando a afirmar-se como uma alternativa à praia de Castelo de Neiva, onde o emagrecimento da praia é notório. Possui um parque de estacionamento informal.

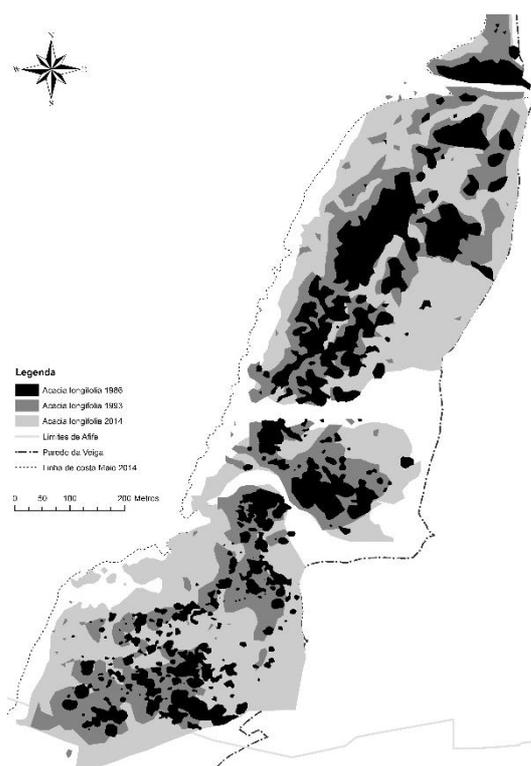
Pedra Alta

A praia de Pedra Alta regista uma frequência balnear média, apresentando-se como uma alternativa à praia de Castelo de Neiva, onde o emagrecimento da praia é preocupante.

Flora, Fauna, Endemismos e Invasoras

Os trabalhos desenvolvidos na orla costeira no âmbito do estudo e inventariação da flora dunar, de que resultou uma exposição e uma publicação, permitiram concluir que a orla costeira possui uma elevada biodiversidade florística com diversos endemismos, como por exemplo, a *Jasione lusitânica*. O acompanhamento e os diversos trabalhos efetuados, na orla costeira vianense, permitiram concluir que existe uma elevada biodiversidade faunística, com alguns endemismos, que requerem medidas especiais de conservação e gestão. Estas constatações implicam medidas de conservação e gestão do território específicas, revelando-se necessária a criação de Zonas Especiais de Conservação (ZEC) Terrestres e Marinhas.

A principal causa da destruição e alteração do coberto vegetal dos sistemas dunares é a propagação e expansão das espécies exóticas invasoras *Acacia longifolia* (Andrews) Willd. e *Carpobrotus edulis* (L.) L. Bolus, vulgarmente conhecidas por acácia de folhas longas e chorão da praia. O acompanhamento e estudos efetuados na orla costeira vianense demonstram que a expansão da acácia de folhas longas constitui uma situação muito grave e preocupante, estando já a afetar outros ecossistemas adjacentes e a biodiversidade animal e vegetal.



Mapa 15 - Expansão da Acácia Longifolia no litoral sul de Afife (1986 - 2014)

Mosaico de Habitats

A orla costeira vianense possui um mosaico de habitats diversificado e rico, constituído por 22 habitats, cinco dos quais prioritários. Conjuntamente com o estudo da flora e fauna dunar também se procedeu à

identificação dos habitats da orla costeira vianense, tendo em vista o estabelecimento de medidas de conservação e gestão destes bens ambientais, com funções muito importantes nas áreas e domínios dos serviços de ecossistema e estruturação da paisagem identitária desta unidade territorial do litoral vianense (Ver Anexo V e VI).

4.2.2.2 Bacias Hidrográficas

O espaço territorial do concelho de Viana do Castelo encontra-se abrangido pelas bacias hidrográficas (Anexo VII) dos rios Âncora, Lima, Neiva e das chamadas ribeiras costeiras atlânticas (Mós, Ínsua, Afife, Bico, Paçô / Montedor, Carreço, Camarido / Rossio, Lumiar, Maganhão, Fial, Pêgo, Vinha, Seixidal, Fincão, Rêgo de Fontes, Rodanho, Rêgo da Amorosa, Rêgo de Lordelo e ribeira de Lousado). A Região Hidrográfica do Minho e Lima (RH1) para além do rio Minho engloba também a Bacia Hidrográfica do rio Lima, com uma superfície de aproximadamente 2470 Km², dos quais cerca de 1177 Km², em território nacional; a bacia hidrográfica do rio Âncora (76 Km²), a bacia hidrográfica do rio Neiva (241 Km²) e das bacias costeiras atlânticas (72 Km²).

Tendo em consideração a gestão dos recursos hídricos e a manutenção, reabilitação, conservação e valorização da rede hidrográfica municipal, particularmente, no seio dos perímetros urbanos, foi efetuada a caracterização das chamadas ribeiras da Serra de Santa Luzia. Com este conjunto de estudos que incidiram, essencialmente, nos recursos hídricos centrados na Serra de Santa Luzia, foi caracterizada e avaliada a situação de 25% da rede fluvial do território municipal vianense, lançando-se, ainda, as bases para a gestão integrada dos recursos hídricos desta sub-unidade territorial e o combate à fixação e propagação de espécies exóticas invasoras.

Procurou-se, ainda, estudar o fenómeno do emagrecimento das praias e processos erosivos em curso na orla costeira vianense, tendo em consideração o caudal sólido litoral e respetivo trânsito sedimentar nas bacias hidrográficas no território municipal e municípios vizinhos, sublinhando-se que o trânsito sedimentar, depende da capacidade das fontes aluvionares, que para a orla costeira vianense, são os rios Minho, Âncora, Lima e as pequenas ribeiras costeiras (Anexo VII). A construção de barragens e a extração de inertes, essencialmente, nos rios Minho e Lima, diminuíram significativamente a contribuição sedimentar destes rios para o caudal sólido, em trânsito, ao longo da costa vianense. No rio Lima foram executadas em parceria com a APA obras de estabilização da margem esquerda, em Lanheses, com recurso a técnicas de engenharia; em Cardielos com técnicas mistas e em Portuzelo engenharia.

Praias fluviais

Desde há algumas décadas que as zonas ribeirinhas dos rios Lima, Âncora e Neiva e de algumas ribeiras costeiras são utilizadas pelas populações locais como áreas para a prática balnear. No rio Lima salienta-se a praia da Argaçosa (Meadela) com aproximadamente 10.0000 utentes por época balnear, e um conjunto de zonas ribeirinhas: Preguiça (Santa Marta de Portuzelo), Parque Fluvial de Serreleis / Cardielos, Vila Mou / Torre, Lanheses, Candeias / Passagem (Moreira de Geraz do Lima), Mós (Subportela), Vila

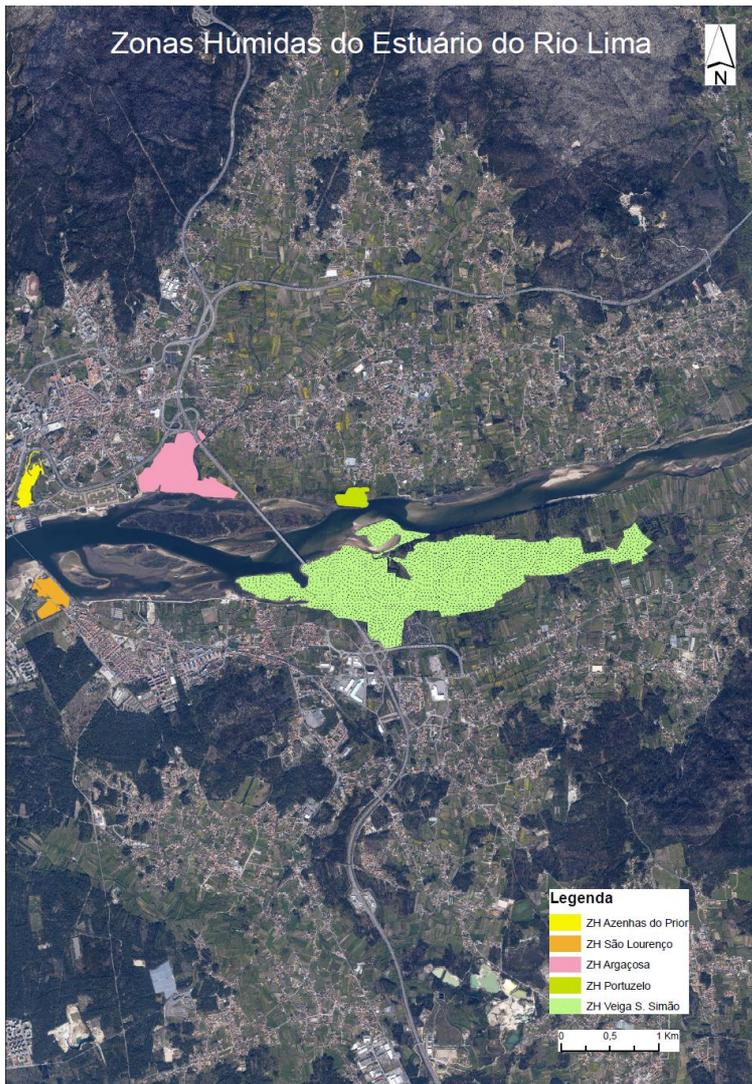
Franca, Mazarefes e S. Lourenço (Darque). No rio Âncora refere-se, entre diversos locais os Viveiros (S. Lourenço de Montaria), Pincho (Amonde) e Estorranha (Freixieiro de Soutelo), enquanto que no rio Neiva o sítio das Alvas (Barroselas), Alvarães e Neiva.

Foram executados projetos de valorização e qualificação dos parques fluviais de Lanheses, Barco do Porto (Cardielos / Serreleis), Preguiça (St^a. Marta de Portuzelo), Argaçosa (Meadela), Mós (Subportela) e Coral (Monserrate). Estes projetos visaram a preservação das zonas ribeirinhas e sua valorização ambiental, todavia a utilização destas áreas como zonas balneares (praias fluviais) implica a sua designação como praias fluviais, ou seja, a existência de um programa de verificação da conformidade das águas balneares, nos termos do disposto na legislação nacional e comunitária.

4.2.2.3 Zonas húmidas

O município de Viana do Castelo possui um conjunto muito diversificado de zonas húmidas distribuídas por áreas costeiras, estuarinas e interiores. Entre as zonas húmidas costeiras mencionam-se as seguintes: Foz do rio de Afife, Fonte Arenosa, Lumiar, Canto Marinho, Fial, Vinha, Rodanho e Foz do Neiva. Estas zonas húmidas apresentam especificidades únicas no que concerne a habitats, espécies endémicas e serviços de ecossistema.

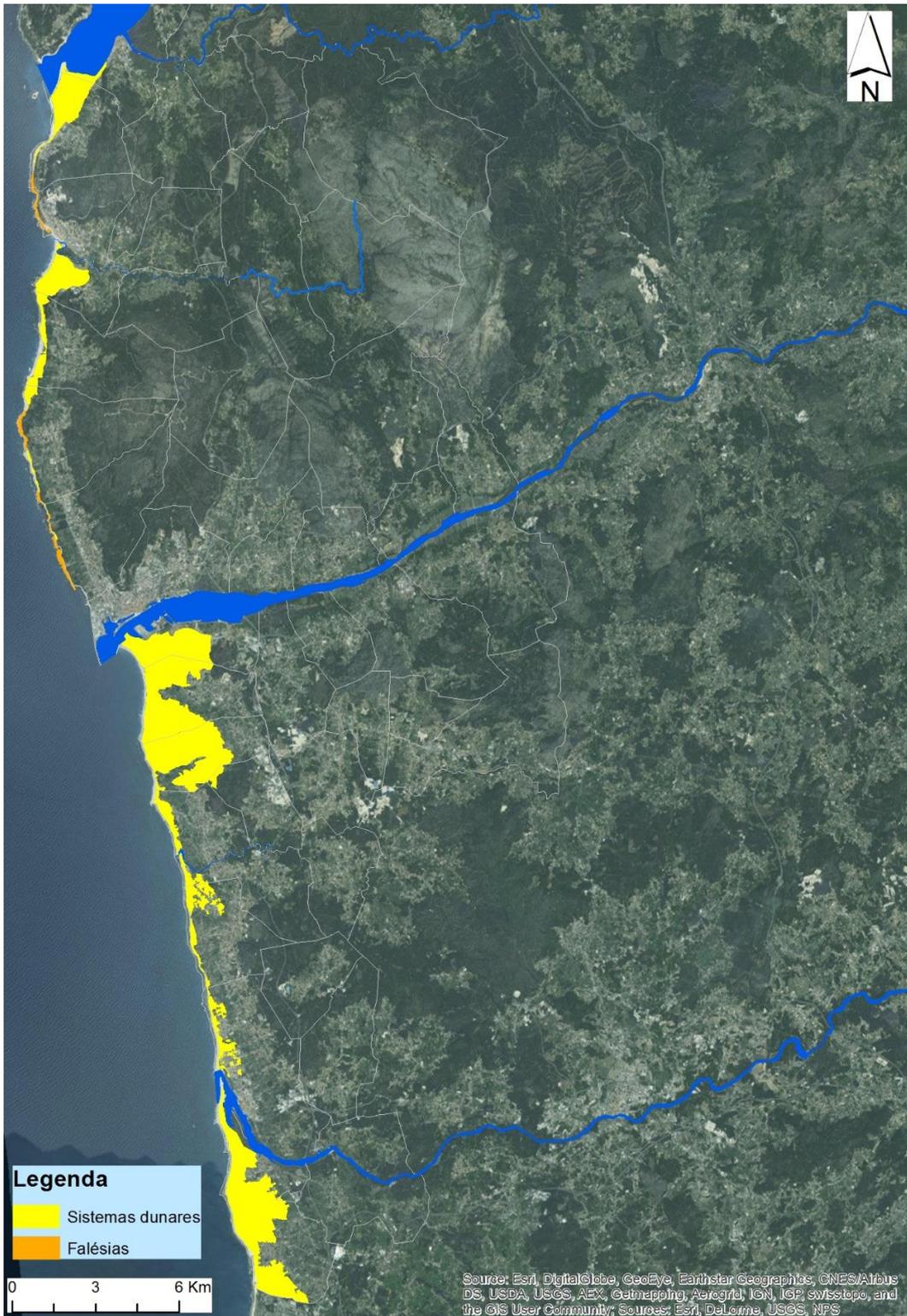
As zonas húmidas em ambiente estuarino de S. Lourenço, Azenhas do Prior, Argaçosa, Portuzelo e S. Simão assumem uma particular importância no noroeste ibérico, destacando-se pela sua dimensão e valores ambientais a Zona Húmida da Veiga de S. Simão.



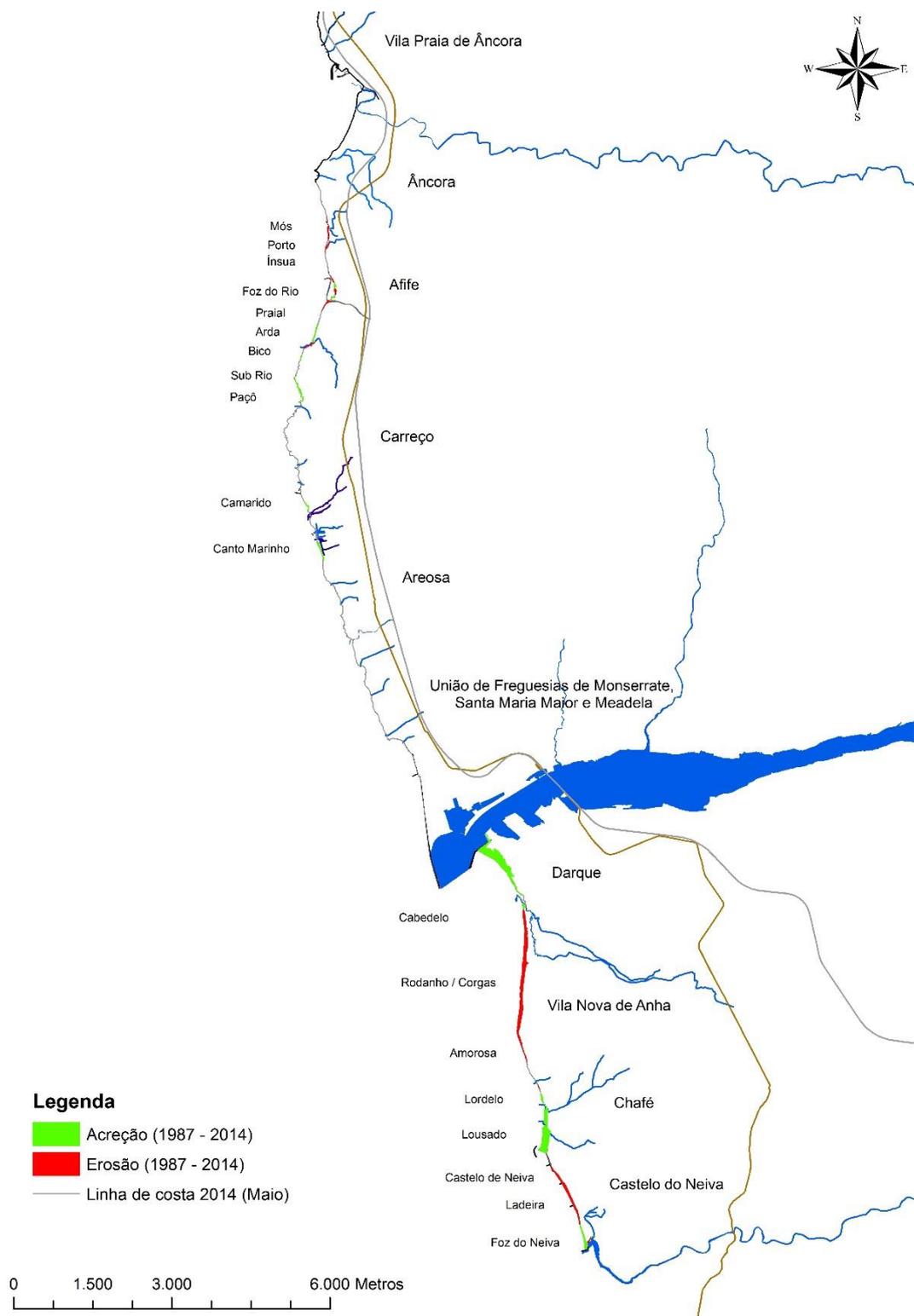
Mapa 16 - Zonas húmidas do Estuário do Rio Lima.

No início do século XXI foi elaborado um projeto de proteção e valorização da Zona Húmida da Veiga de S. Simão e Juncais de Mazarefes e Darque, onde se previa a instalação de pontos de observação da avifauna, assim como percursos pedonais, direcionados para a educação ambiental, nas vertentes dos sistemas aquáticos interiores, fauna e flora. Recorda-se que em 1995 foi submetido pela Câmara Municipal ao Instituto de Conservação da Natureza (ICN) um processo de classificação desta zona húmida como paisagem protegida local, porém o ICN considerou existirem valores naturais com interesse nacional. A zona húmida da Argaçosa, também conhecida por Sapal da Meadela, encontra-se sujeita a diversas pressões antrópicas, requerendo ações que permitam a sua recuperação ambiental (Anexo VIII).

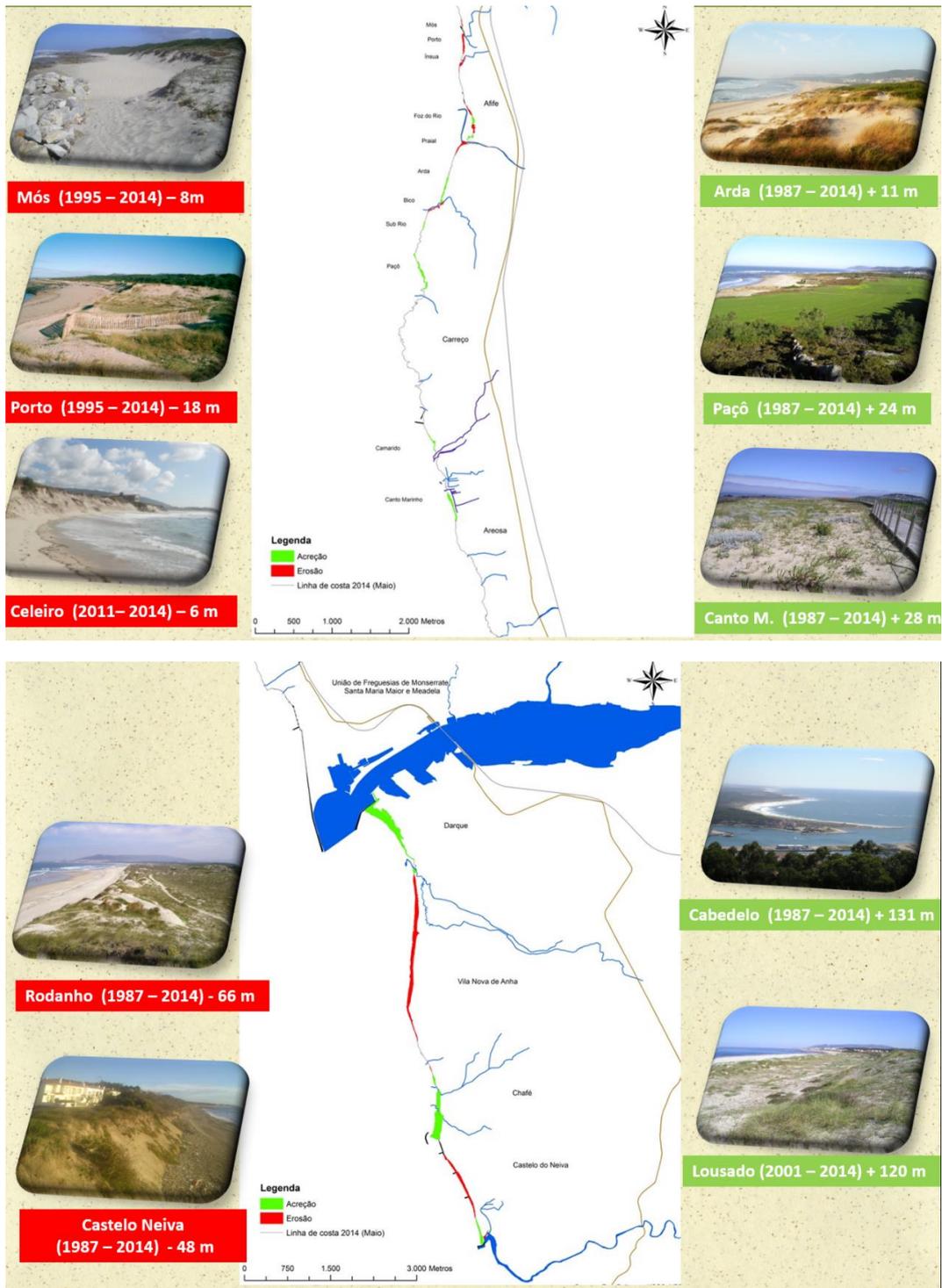
No âmbito das zonas húmidas interiores salienta-se as Lagoas de Alvarães decorrentes de antigas explorações de argilas e de Torre e Moreira de Geraz do Lima nas margens do rio Lima. O rio Âncora e o rio Neiva apresentam também pequenas zonas húmidas interiores, cujo estado natural e valores em presença, requerem medidas de proteção.



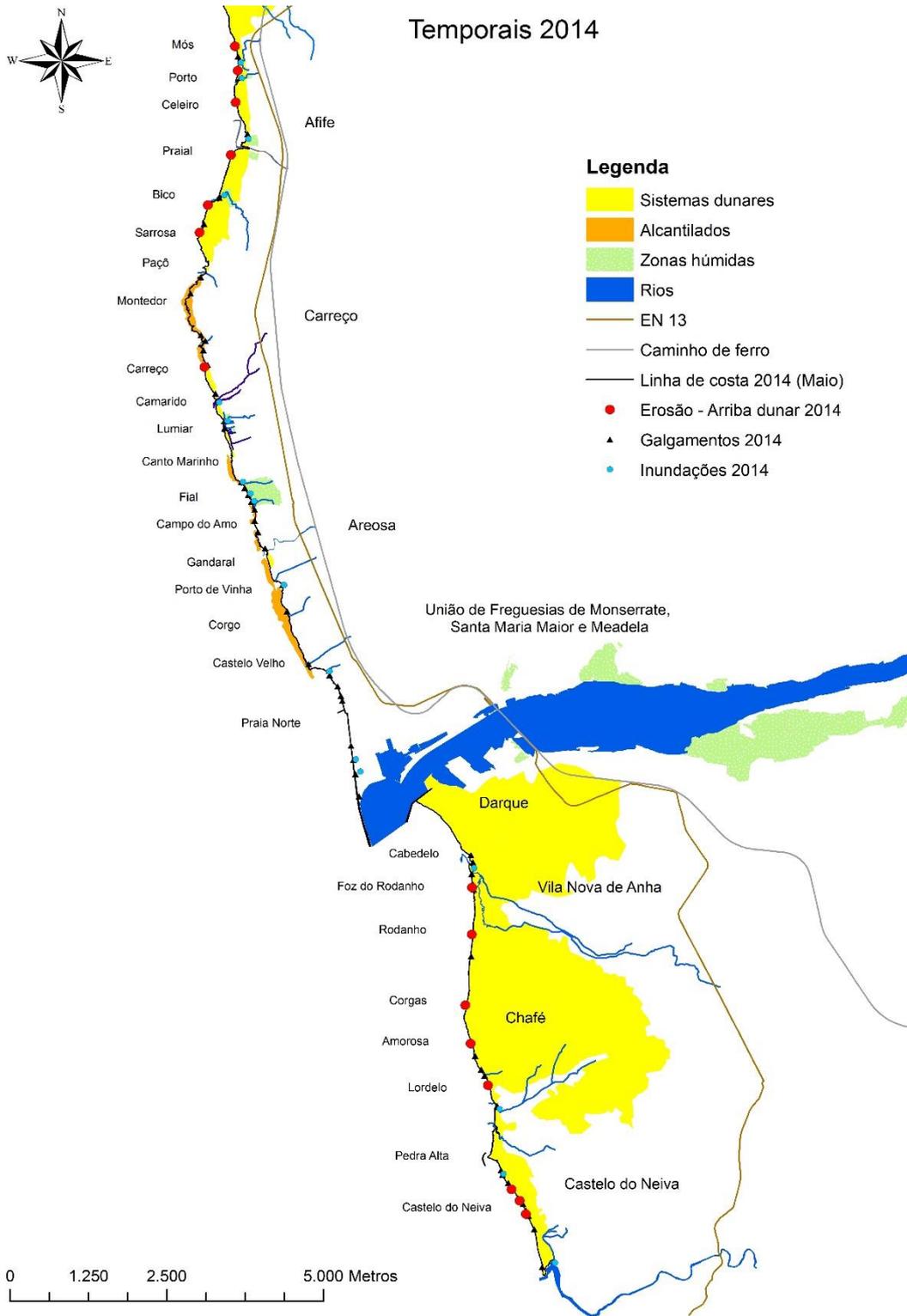
Mapa 17 – Anexo I - Sistemas dunares e falésias minhotas.

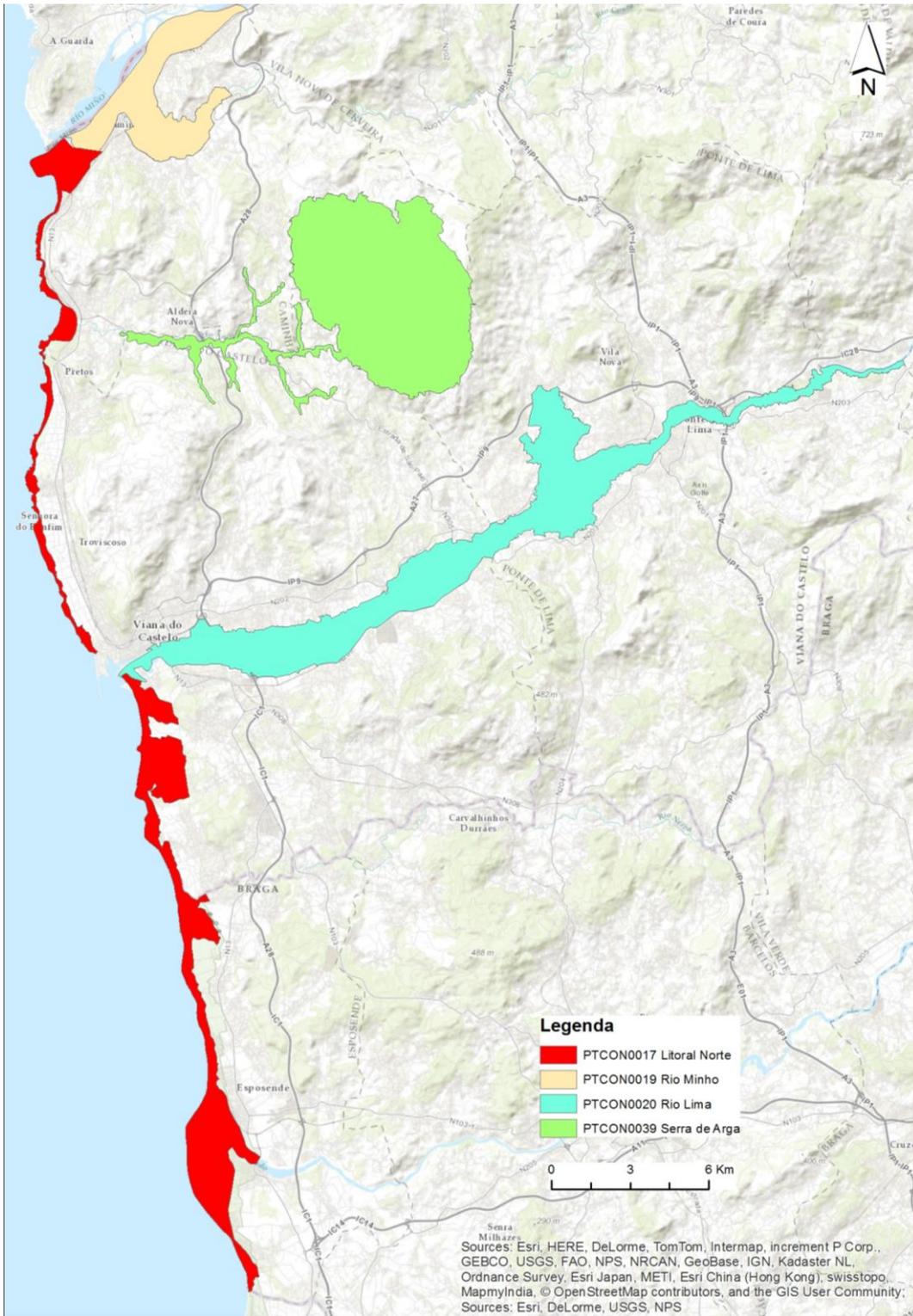


Mapa 18 – Anexo II - Acreção e Erosão - 1987-2014.



Mapa 19 - Anexo III - Segmentos costeiros em erosão e acreção.





Mapa 21 - Anexo V - Sítios com Interesse Comunitário (SIC)

Códigos dos Habitats Naturais – Rede Natura 2000

1110	1140	1160	1310	1330	1210	2110	2120	2130	2190	2150	2190	2180	2270	2230	2330	91E0
1130	1150	1170	1320	1420	1230											



Código	Habitat	Designação	Código	Habitat	Designação
1110		Bancos de areia permanentemente cobertos por água do mar pouco profunda	1420		Matos halófitos mediterrânicos e termoatlânticos (<i>Sarcocornietea fruticosae</i>)
1130		Estuários	2110		Dunas móveis embrionárias
1140		Lodaçais e areais descobertos na maré baixa	2120		Dunas móveis do cordão dunar com <i>Ammophila arenaria</i> (dunas brancas)
1150		Lagunas costeiras - Prioritário	2130		Dunas fixas com vegetação herbácea (dunas cinzentas) de <i>Crucianellion maritimae</i> – Prioritário
1160		Enseadas ou baías pouco profundas	2150		Dunas fixas descalcificadas atlânticas (<i>Calluno-Ulicetea</i>) – Prioritário
1170		Recifes (praias rochosas com comunidades de algas)	2180		Dunas arborizadas da região atlântica
1210		Vegetação anual das zonas de acumulação de detritos pela maré	2190		Depressões húmidas intradunares
1230		Alcantilados com vegetação das costas atlânticas	2230		Dunas com prados de <i>Malcolmietalia</i>
1310		Vegetação pioneira de <i>Salicornia</i> e outras espécies anuais de zonas lodosas e arenosas	2270		Dunas com florestas de <i>Pinus pinea</i> e ou <i>Pinus pinaster</i> subsp. <i>atlantica</i> – Prioritário
1320		Prados de <i>Spartina</i> (<i>Spartinion maritimae</i>)	2330		Dunas interiores com prados abertos de <i>Corynephorus</i> e <i>Agrostis</i>
1330		Prados salgados atlânticos (<i>Glauco-Puccinellietalia maritimae</i>)	91E0		Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (<i>Alno - Padion</i> , <i>Alnion incanae</i> , <i>Salicion albae</i>) - Prioritário

Figura 1 - Habitats Naturais na Orla Costeira Vianense.



Mapa 22 - Anexo VI - Mosaico de Habitats na Orla Costeira Vianense.



Mapa 24 - Anexo VIII - Zonas húmidas da Veiga de S. Simão.

4.2.3 Espaços Florestais

4.2.3.1 Caracterização do Uso e Ocupação do Solo e Zonas Especiais

Uso e Ocupação do Solo

A cartografia da ocupação do solo reveste-se da maior importância na avaliação da distribuição espacial do risco de incêndio florestal, não só por permitir identificar as principais áreas de ocupação por matos e florestas e os usos adjacentes a estes polígonos, mas também por possibilitar a análise correlacionada com outros fatores condicionantes da suscetibilidade.

Deste modo, a escala e o grau de desagregação das classes de uso do solo devem ser cuidadosamente considerados na escolha da cartografia de ocupação do solo que servirá de base ao cálculo da suscetibilidade. Porém, nem sempre a cartografia de base disponível cumpre os critérios ideais, sendo necessário ponderar cuidadosamente os fatores que mais influenciam o seu rigor e a sua adequação à produção de cartografia de risco. Considerando os objetivos expostos, foi decidida a utilização dos dados mais recentes, constantes da *Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental para 2015*, produzida pelo Direção Geral do Território, com uma unidade mínima cartográfica de 1ha de nível 5, alterada em alguns pontos de forma a obter uma atualização do território.

Tipo de Espaço	Área (ha)	Área (%)
Áreas Sociais	4741	15
Agricultura	7194	23
Pastagens	33	0
Florestas	13479	42
Matos	5429	17
Improdutivos	114	0
Águas Interiores	660	2
Zonas Húmidas	251	1
Total Geral	31902	100

Espaços Florestais	
Área (ha)	Área (%)
19055	60

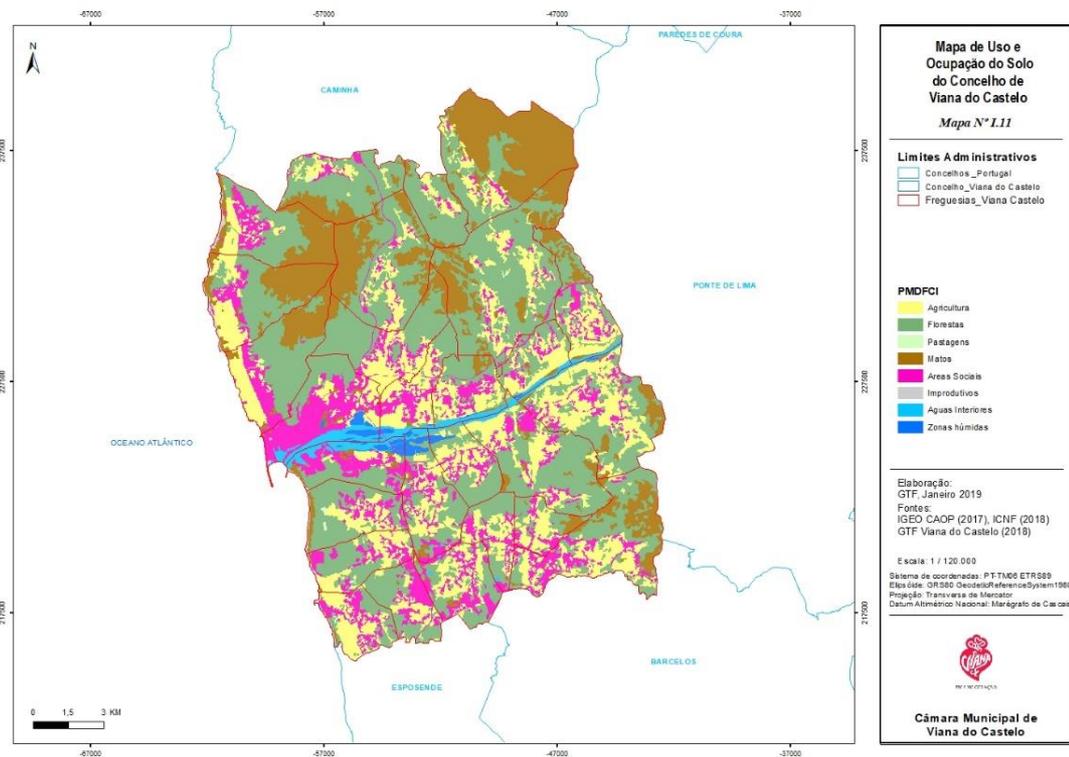
Tabela 2 - Ocupação do solo no Concelho de Viana do Castelo. (Fonte: COS2015)

Encerradas as considerações metodológicas, importa realçar que 60% da área do concelho é ocupada por espaços florestais (floresta e incultos), perfazendo um total de 19.055ha. A totalidade das 27 Uniões de Freguesias e Freguesias do concelho possuem área florestal e incultos, verificando-se que em 14 freguesias esta ocupação corresponde a mais de 50% da sua área total, acrescentando ainda 8 freguesias onde esta ocupação representa entre 40 a 50% da superfície e as restantes 5 entre 20% e os 40%.

É por isso imprescindível envolver as Juntas de Freguesia na Defesa da Floresta Contra Incêndios, quer ao nível da prevenção, incentivando a gestão de combustíveis, quer ao nível da vigilância e, posteriormente, do acompanhamento dos incêndios florestais. A área que a floresta representa, mesmo nas freguesias mais urbanas é grande e sensibilizar as Juntas para a importância do setor florestal é uma tarefa que deve ser agendada neste plano.

Freguesias	Áreas Sociais (ha)	Agricultura (ha)	Espaços Florestais (ha)				Zonas Húmidas (ha)	Águas Interiores (ha)	Total Geral (ha)	Espaços Florestais	
			Pastagens	Florestas	Matos	Improdutivos				Área (ha)	Espaços florestais / Área Freguesia (%)
Afife	175	178		489	427	30		3	1303	946	73
Alvarães	275	275	2	333	21			4	911	356	39
Amonde		87		474	41				625	515	82
Anha	145	202	9	525	40	14		5	940	589	63
Areosa	207	238		633	331	2		0	1411	965	68
Carreço	134	282	2	489	478	33		2	1420	1003	71
Castelo do Neiva	179	302	3	174	11	15		10	694	203	29
Chafé	169	253	3	342	6	9		3	785	360	46
Darque	284	72		274	48	8	60	155	901	330	37
Freixeiro de Soutelo	65	132	5	750	226				1178	980	83
Lanheses	136	299		372	126		0	27	960	498	52
Montaria	48	201		533	1462				2243	1995	89
Mujães	93	178		174	45				490	218	45
Outeiro	89	224		922	647				1883	1569	83
Perre	146	294		734	136				1309	869	66
São Romão de Neiva	186	141		373	2				702	375	53
Santa Marta de Portuzelo	192	335	1	140	5		17	51	741	147	20
U.F. de Barroselas e Carvoeiro	309	476	1	694	387				1868	1082	58
U.F. de Cardielos e Serreleis	159	241		257	49		4	58	768	306	40
U.F. de Geraz do Lima e Deão	196	787		703	169		4	47	1906	872	46
U.F. de Mazarefes e Vila Fria	228	288		396	25		62	28	1028	421	41
U.F. de Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda	109	401	3	1626	602				2741	2231	81
U.F. de Subportela, Deocriste e Portela Susã	212	436		930	90		0	43	1710	1020	60
U.F. de Torre e Vila Mou	83	255	1	241	15		5	35	635	258	41
U.F. de Viana do Castelo e Meadela	658	185	1	307	36	3	76	167	1432	347	24
Vila de Punhe	137	200		262	1			3	603	263	44
Vila Franca	104	233	1	332	3		22	20	715	336	47
Total Geral	4741	7194	33	13479	5429	114	251	660	31902	19055	100

Tabela 3 - Ocupação do solo por freguesia do Concelho de Viana do Castelo. (Fonte: COS2015)

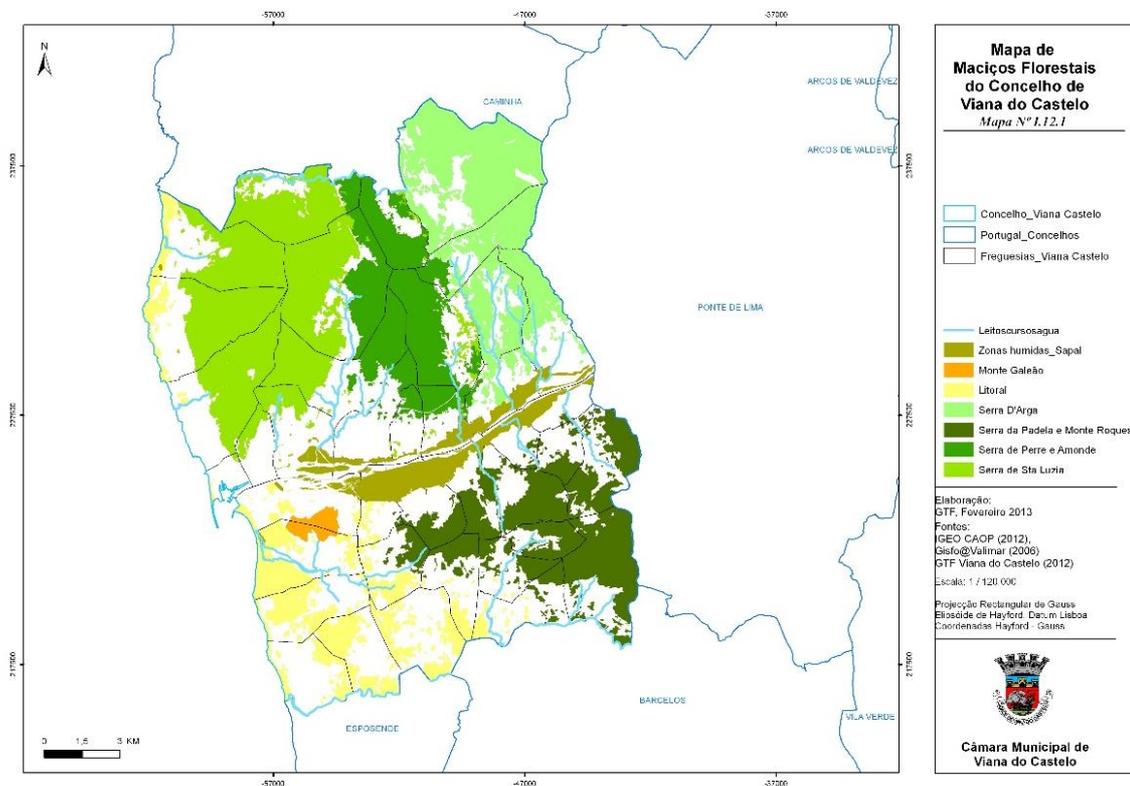


Mapa 25 - Uso e ocupação do solo do Concelho de Viana do Castelo.

Povoamentos Florestais

Considerando a divisão do concelho estabelecida pelo rio Lima, as principais áreas florestais a Norte distribuem-se pelas serras de Santa Luzia, Perre e Arga. A Sul, as áreas florestais distribuem-se numa faixa litoral compreendida entre as freguesias de Darque e Castelo do Neiva e no alinhamento montanhoso de orientação Este-Oeste, a confrontar a Oriente com o concelho de Ponte de Lima, através das serras de Geraz e da Padela, prolongando-se para Ocidente até ao Monte Roques, em Vila Fria. Identificam-se ainda corredores de vegetação arbustiva e arbórea ao longo do vale do rio Lima, nas quais predominam as espécies folhosas e a vegetação ripícola. Grande parte destas áreas florestais de vale encontra-se incluída no Sítio rio Lima da Rede Natura 2000.

A cartografia dos maciços florestais do concelho de Viana permite a sua distinção e agrupamento em grandes unidades em função da distribuição geográfica, orografia e diferentes características de vegetação, sendo possível individualizar:



Mapa 26 - Maciços florestais do Concelho de Viana do Castelo.

A serra de Santa Luzia, área florestal muito importante pela sua proximidade à cidade, simbolismo religioso, significado histórico-cultural, importância paisagística e utilização desportiva. Encontrando-se dominada pelo eucalipto e pelas espécies exóticas invasoras do género *Acacia sp.*, possui um planalto desarborizado, constituído por espécies maioritariamente arbustivas, especialmente por comunidades do tipo urzal-tojal. Apenas na parte superior da serra existem as áreas de floresta comunitária, integradas no

Perímetro Florestal da serra de Santa Luzia. De referir que as zonas de cabeceiras desempenham um importante papel na infiltração e retenção de água, fundamental ao abastecimento dos núcleos urbanos e das áreas agrícolas envolventes, caracterizando-se por uma vegetação específica. Esta área é caracterizada pela presença de garranos e vacas de pastoreio livre.

Ao nível do risco de incêndio florestal, a serra de Santa Luzia contabiliza um elevado número de ocorrências, resultantes, primordialmente, de queimadas mal realizadas visando a renovação do pasto para os garranos e bovinos, não sendo raras as ocorrências relacionadas com conflitos de caça e incendiarismo.

Neste momento encontra-se implantada a Rede Primária em boa parte do seu traçado, em especial nas áreas baldias sendo, no entanto, necessário complementar esta infraestrutura dado que desde 2005 não ocorrem grandes incêndios nesta serra, verificando-se um aumento da vegetação ali existente de ano para ano. O grande problema desta situação é que parte da Rede Primária se encontra definida em área particular e não se encontram definidas orientações do ICNF para a expropriação dos terrenos e a atribuição da responsabilidade da sua execução e manutenção.

A serra de Perre e Amonde, não obstante a sua continuidade espacial, possuem características muito distintas. Na serra de Perre a pedregosidade é muito elevada, sendo as áreas de maior altitude praticamente inacessíveis. Os povoamentos de eucalipto localizam-se essencialmente nos sectores de menor altitude. O espaço florestal pertence, na sua maioria, a proprietários particulares. O Perímetro Florestal desenvolve-se ao longo da meia encosta nas freguesias de Outeiro e Nogueira. Pequenos focos de incêndio rapidamente se traduzem em grandes áreas ardidas devido a ausência dos acessos para os veículos de combate. Na serra de Amonde, identificam-se extensas áreas de Perímetro Florestal, as quais possuíam, antes dos incêndios ocorridos em 2010 e 2013, uma significativa regeneração de pinheiro bravo, mas também de Acácias. Presentemente, dominam estas espécies do género *Acacia sp.*, surgindo, igualmente, alguns exemplares de *Hakea sericea* Schrader (Háquia - espinhosa) É uma área essencialmente de floresta de produção, nomeadamente de pinheiro bravo, apesar da área ocupada por eucalipto ter aumentado, como consequência de sucessivos incêndios florestais. É urgente rearborear esta área, não só do ponto de vista da gestão, mas também pela grande perigosidade resultante da carga combustível existente.

Em 2018 foi implantada a rede Primária na Serra de Amonde, ao longo de todo o seu comprimento, pelo que é neste momento importante a sua manutenção.

O maciço florestal da **serra de Arga** encontra-se abrangido, a nível administrativo, pelos concelhos de Caminha, Ponte de Lima e Viana do Castelo. Em Viana do Castelo encontram-se inseridas as freguesias de Montaria, Amonde, Vilar de Murteda, Meixedo e Lanheses. O maciço granítico central da serra de Arga integra a Rede Natura 2000 com estatuto prioritário de conservação. Em termos de ocupação florestal, verifica-se que, sensivelmente, até aos 400m de altitude predominam o pinheiro bravo e o eucalipto. Acima desta cota a vegetação é sobretudo arbustiva, constituída por comunidades de tojais e urzais. Infelizmente presencia-se em algumas encostas o surgimento de espécies do género *Acacia sp.*, bem

como importantes áreas de *Hakea sericea* Schrader (Háquia - espinhosa), predominando estas últimas sobre os substratos xistentos, onde a menor disponibilidade hídrica não favorece a expansão das espécies arbustivas e subarbustivas autóctones.

Dada a elevada disponibilidade hídrica resultante da forte infiltração nas formações graníticas da parte superior da serra, multiplicam-se pequenas linhas de água onde se formam galerias ripícolas, que também começam a ser ocupadas por espécies exóticas invasoras.

A persistência do pastoreio, sobretudo de caprinos, bovinos e garranos, na serra de Arga, e a conseqüente necessidade de renovação das pastagens, parece influenciar a existência de um elevado número de ocorrências, bem como de vastas áreas ardidadas, facto igualmente potenciado pelas dificuldades de acesso. A prevenção, face aos fatores de risco expostos, requer uma atempada programação da realização de operações de fogo controlado.

A **serra da Padela** possui um padrão de ocupação florestal com características específicas. Integrando áreas de pinheiro bravo e povoamentos de eucaliptal, esta serra é bastante produtiva. Em algumas zonas verifica-se um expressivo ressurgimento de sobreiros e carvalhos autóctones, sinal do processo de reconversão florestal desencadeado por sucessivos incêndios. Esta última área, que engloba as freguesias de Carvoeiro, Barroselas, Portela de Susã, Deocriste, Santa Maria de Geraz do Lima e Deão, deverá constituir uma das prioridades em termos de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Nesta serra ainda se verifica o uso dos espaços florestais para pastoreio, nomeadamente na freguesia de Carvoeiro, onde se verifica o desenvolvimento de giestais, alguns de grande porte, fenómeno que tem sido combatido através de trabalhos mecânicos e do fogo controlado.

Nesta serra foi implementada a Rede Primária em 2017, estando a concretizar-se com fogo controlado a restante área em Sta. Leocádia de Geraz do Lima.

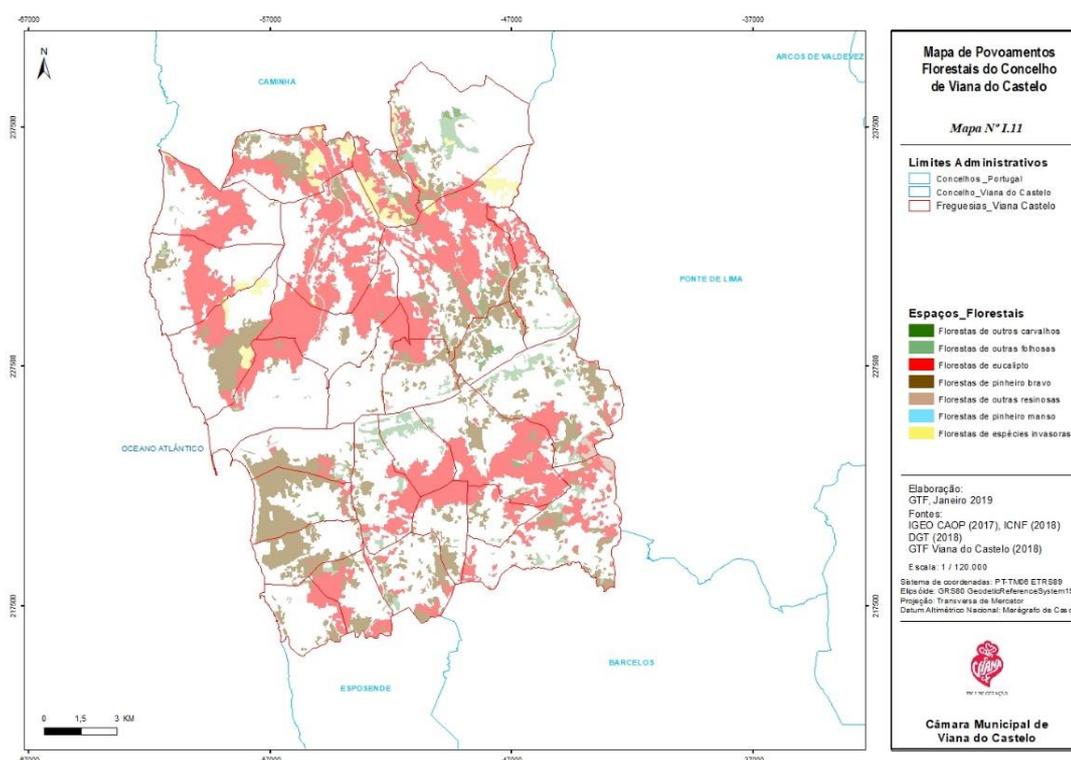
O **Monte de Roques** é uma área florestal de propriedades privadas e praticamente constituída por povoamentos de eucalipto. Em 2010 foi uma área intensamente fustigada pelos incêndios. Nesta área deverá ser implementada mosaicos de parcelas de gestão de combustível de forma a criar descontinuidade neste maciço florestal. Esta situação foi já planeada em PEIF da ZIF de Monte Roques agora incluída neste PMDFCI.

A designada **Floresta do Litoral** é constituída essencialmente por povoamentos de pinheiro bravo, que surgem enquadrados num mosaico paisagístico onde coexistem os usos agrícola e florestal. Verifica-se, no entanto, uma grave invasão por espécies do género *Acacia sp.* nas dunas do Litoral. Este espaço florestal encontra-se parcialmente incluído na Rede Natura 2000, mais especificamente no Sítio Litoral Norte, classificado com o estatuto de habitat prioritário de conservação. O **Monte Galeão** integra a Floresta do Litoral, mas dada a sua diversidade florística deve ser destacado. Podemos observar espécies como medronheiros, sobreiros, castanheiros, carvalhos, pinheiros e eucaliptos. Ao nível arbustivo, para além das espécies típicas de sub-coberto, encontram-se algumas espécies específicas das formações arenosas. A única propriedade florestal com dimensão e pertencente ao município localiza-se neste monte, com uma área aproximada de 25ha e com PGF aprovado.

A **Veiga de S. Simão e as ínsuas do Rio Lima** são espaços característicos das zonas húmidas, onde a floresta surge disseminada entre terrenos agrícolas e espaços alagados, nos quais domina a vegetação estuarina, tais como junco, caniços, bunho e carvalho comum, amieiros e salgueiros. Esta zona encontra-se integrada no Sítio Rio Lima da Rede Natura 2000.

As **galerias ripícolas** encontram-se distribuídas ao longo da generalidade dos espaços florestais concelhios, uma vez que acompanham os cursos de água de maior expressão, sendo essencialmente constituídas por salgueiros, choupos, amieiros, freixos e carvalhos. Estas galerias constituem um habitat fundamental ao desenvolvimento das espécies típicas destas zonas, desempenhando, simultaneamente, um importante papel na proteção da linha de água. Infelizmente verifica-se em diversos setores das galerias ripícolas uma tendência crescente para serem alvo de invasão por espécies do género *Acacia sp*, situação que deveria ser contrariada, não só objetivando a preservação de uma maior diversidade florística, mas também atendendo à Defesa da Floresta Contra Incêndios.

A ocupação do espaço florestal no ano 2015, por categorias de ocupação e de acordo com os dados do COS 2015, encontra-se descrita na tabela seguinte.



Mapa 27 - Povoamentos florestais do Concelho de Viana do Castelo.

Os incêndios ocorridos no ano 2005, 2010 e 2013, quer a Norte do concelho, na zona da serra de Amonde, quer no sul, no Monte de Roques, poderão vir a determinar alguma evolução na distribuição pelas categorias florestais agora existentes. Nota-se cada vez mais que o pinheiro bravo perde área, e devido aos incêndios, o eucalipto e as acácias acabam por proliferar.

Área ocupada por povoamentos florestais (ha)								
Freguesias	Florestas de outros carvalhos	Florestas de outras folhosas	Florestas de eucalipto	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de outras resinosas	Florestas de pinheiro manso	Florestas de esp ⁺ espécies invasoras	Total COS 2015
Afife		15	463	7			5	489
Alvarães		31	107	195				333
Amonde		21	246	80			127	474
Anha	10		29	486				525
Areosa		2	211	325			94	633
Carreço		12	401	51			25	489
Castelo do Neiva		6	100	68				174
Chafé	0	3	10	329				342
Darque	4	19	49	202				274
Freixieiro de Soutelo		33	387	204			125	750
Lanheses	2	72	169	126	3		1	372
Montaria	21	161	141	160			50	533
Mujães		5	124	45				174
Outeiro		19	843	29			30	922
Perre			697	37				734
São Romão de Neiva		23	219	132				373
Santa Marta de Portuzelo			116	23	0			140
U.F. de Barroelas e Carvoeiro	7	78	387	187	35			694
U.F. de Cardielos e Serreleis	2	17	116	114	8			257
U.F. de Geraz do Lima e Deão		150	215	308	28	2		703
U.F. de Mazarefes e Vila Fria		77	227	93				396
U.F. de Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda	24	49	1088	357			107	1626
U.F. de Subportela, Deocriste e Portela Susã	6	30	728	165				930
U.F. de Torre e Vila Mou	38	1		203				241
U.F. de Viana do Castelo e Meadela		13	269	25			0	307
Vila de Punhe		2	151	109				262
Vila Franca		107	223	2				332
Total Geral	115	946	7717	4060	75	2	563	13479

Tabela 4 - Ocupação por categorias do espaço florestal.

Evolução da Ocupação Florestal

A comparação de cartas de ocupação do solo entre os diferentes anos pode não ser muito conclusiva pelo fato de se ter alterado a metodologia de classificação e categorias. No entanto, no quadro seguinte pode-se verificar a evolução dos diferentes espaços.

Tipo de Espaço	Ocupação do solo (ha)		
	COS 2015	COS 2010	COS 2007
Áreas Sociais	4741	5249	5026
Agricultura	7194	6884	6893
Pastagens	33	7	
Florestas	13479	15146	11420
Matos	5429	3580	7530
Improdutivos	114	124	121
Zonas Húmidas	251	252	251
Águas Interiores	660	660	611
Total Geral	31902	31902	31851

Tabela 5 - Evolução da ocupação entre 2007, 2010 e 2015, por categorias do espaço florestal.

Nos espaços florestais desde 1990 que se verifica um aumento substancial da área de eucalipto em quase todas as freguesias e um decréscimo da área de pinheiro bravo, a par de um decréscimo da área de folhosas, num primeiro período, com uma ligeira recuperação entre 2000-2015.

O aumento da área de eucalipto em detrimento da área de pinheiro bravo deve-se em grande parte à sua superior capacidade regenerativa após incêndio, em comparação com o pinheiro bravo, que normalmente não recupera com tanta rapidez. Após os grandes incêndios esta situação agrava-se, com os eucaliptos a desenvolverem-se espontaneamente, rebentando das toças queimadas e, sem a gestão adequada, acabam por atingir grandes densidades determinando que a carga combustível aumente substancialmente. Também as espécies invasoras de acácias proliferam em grandes densidades, dispersando-se por áreas cada vez mais significativas.

Torna-se evidente a necessidade de introduzir descontinuidades nos povoamentos monoespecíficos de eucalipto e combater as acácias, através do ordenamento florestal e da gestão adequada. Essas descontinuidades podem ser estabelecidas com a introdução de espécies menos combustíveis, como folhosas autóctones e resinosas de folha curta, de forma a diminuir a carga combustível a diminuir a inflamabilidade e combustibilidade nas áreas florestais.

Regime Jurídico Aplicável às Ações de Arborização e Rearborização (RJAAR).

O regime jurídico aplicável às ações de arborização e rearborização é regulado pelo Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, em vigor desde 17 de outubro de 2013.

Este diploma foi alterado e republicado pela Lei n.º 77/2017, de 17 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 12/2019, de 21 de janeiro de 2019:

- Decreto-Lei n.º 12/2019 – Diário da República n.º 14/2019, 1.ª Série de 2019-01-21. Este diploma legal procede à segunda alteração ao Decreto-Lei 96/2013, de 19 de julho, que estabelece o regime jurídico aplicável às ações de arborização. De entre as diversas alterações efetuadas, destaca-se a possibilidade do conselho diretivo do ICNF, I.P. poder decidir pelo arranque e remoção da instalação de plantas colocadas ilegalmente, no prazo de 180 dias. São igualmente estabelecidas obrigações para quem executa ações de arborização ou de rearborização, no sentido de ser acautelada a existência de autorização ou comunicação prévia, sempre que seja aplicável o RJAAR.
- Lei n.º 77/2017 - Diário da República n.º 158/2017, Série I de 2017-08-17. Este diploma procede à primeira alteração ao Decreto-Lei 96/2013, de 19 de julho, a qual entrou em vigor a 1 de janeiro de 2018, através do artigo 322.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro destacando-se os novos requisitos legais para a submissão de pedidos de (re)arborização com espécies florestais.

As Portarias n.º 15-A e 15-B, ambas de 12 de janeiro de 2018 são também fundamentais nesta matéria. Estas portarias estabelecem, respetivamente as normas técnicas essenciais a considerar, nomeadamente, no âmbito da elaboração de projetos, e as habilitações mínimas exigidas para elaboração e subscrição projetos, a submissão de pedidos e os principais indicadores do regime jurídico aplicável às ações de arborização e rearborização (RJAAR).

De acordo com o n.º 2 do Artigo 9º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho na sua atual redação a CM tem de dar parecer sobre matérias que se encontrem vertidas no Plano Diretor Municipal.

Nos quadros seguintes indicamos o ponto de situação do n.º de projetos que temos conhecimento desde a entrada em vigor deste Regime até à data, quer em número quer em área.

Nos quadros seguintes indicamos o ponto de situação do n.º de projetos que temos conhecimento desde a entrada em vigor deste Regime até à data, quer em número quer em área.

Tipo	Total	Câmara Municipal		ICNF				
		Parecer favorável	Parecer Desfavorável	Aprovados	Indeferidos	Suspensos	Não se sabe	Em análise
Comunicação	5			5				
Recuperação	6		6	5	1			
Autorização	52		34	26	3	2	3	
		16		14		1	1	

Tabela 6 - Ponto de situação de projetos RJAAR.

Espécies	Área total proposta	CM				ICNF			
		Projetos Celuloses	Restantes Projetos	Parecer Favorável	Parecer Desfavorável	Aprovado	Indeferido	Suspensos	Não se sabe
		Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)
Eucalipto	274,62	223,99	50,63	4,47	270,15	41,73	11,51		221,38
Pinheiro bravo	3,18	2,44	0,74		3,18	0,00	0,74		2,44
Acer Pseudoplatanus	0,24		0,24	0,24		0,24			0,00
Betula	0,01		0,01	0,01		0,01			0,00
Carvalhos	2,55	1,63	0,92	0,67	1,88	0,92			1,63
Castanheiros	2,51		2,51	2,51		2,03	0,48		0,00
Chamaecyparis	0,01		0,01	0,01		0,01			0,00
Freixos	0,67		0,67	0,67		0,67			0,00
Paulónia	0,58		0,58		0,58			0,58	
Mistos de Ecg+Pb	1,97		1,97		1,97	1,51	0,46		0,00
Outros - Faixas variadas	60,01	60,01	0		60,01				60,01
Total de projetos	346,35	288,07	58,28	8,58	337,77	47,12	13,19	0,58	285,46

Tabela 7 - Ponto de situação de projetos RJAAR.

A título conclusivo indicam-se alguns constrangimentos que se tem tido com estes projetos:

O parecer da Câmara Municipal até à entrada em vigor da primeira alteração do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho DL não era vinculativo, pelo que existem muitos projetos aprovados mas com parecer desfavorável por parte da CM. Neste momento o parecer da CM é obrigatório e vinculativo pelo que se espera que esta situação venha a ser resolvida assim como algumas situações que a seguir ainda se indicam.

- O ICNF aprovou projetos com espécies como eucalipto em FGC, que apesar de aprovados num compasso mais afastado entre plantas, constituem na mesma um perigo no caso dos incêndios florestais. O GTF de Viana do Castelo tem referido nas várias reuniões das Comissões Distritais esta situação, propondo a proibição nos novos projetos do RJAAR, a plantação de eucaliptos e pinheiros bravos nas FGC pelo menos junto de edificações.

O ICNF não aprovou projetos em espaços urbanos.

Silvo-Pastorícia

A silvo-pastorícia é praticada em determinadas áreas de floresta do concelho, sobretudo de ovinos, caprinos e equídeos, sendo que os ovinos permanecem na maioria estabulados. Não foi possível obter

dados oficiais cartográficos da distribuição do número de cabeças. Os dados numéricos oficiais mais recentes são os do INE de 2009 que se apresentam na tabela seguinte.

Através destes registos e do conhecimento sobre o território, constatamos que existem determinadas áreas florestais do concelho com maior expressão de pastoreio. É o caso da freguesia de Carvoeiro e outras freguesias em redor, onde é notório o pastoreio, sobretudo de caprinos e ovinos, o mesmo acontecendo na freguesia da Montaria.

Na serra de Santa Luzia, mais concretamente em espaços florestais pertencentes às freguesias de Areosa, Carreço, Afife, Freixieiro de Soutelo e Outeiro, existem equídeos em pastoreio livre, sendo alguns exemplares pertencentes à raça Garrano. Os mesmos dados oficiais indicam que no ano de 2009 se encontravam registados 218 efetivos equídeos na freguesia de Outeiro, distribuindo-se os restantes efetivos maioritariamente pelas freguesias de Lanheses e Montaria. No entanto, o conhecimento empírico do terreno revela-nos a existência de um número muito mais elevado de equídeos existentes em pastoreio livre, na ordem de várias centenas, sobretudo nesta serra.

Explorações agrícolas com efectivo animal (N.º) por Espécie animal

	Bovinos	Suínos	Ovinos	Caprinos	Equídeos	Aves	Coelhos	Colmeias e cortiços povoados
2009	761	237	253	111	95	1360	708	69
1999	1888	718	347	167	77	2239	854	122
1989	3984	1444	568	282	59	4562	1765	228

Efectivo animal (N.º) da exploração agrícola por Espécie animal

	Bovinos	Suínos	Ovinos	Caprinos	Equídeos	Aves	Coelhos	Colmeias e cortiços povoados
2009	5276	826	2854	1375	508	293936	8471	750
1999	8758	1586	2585	1038	255	241493	9199	1022
1989	12969	3737	2675	1412	125	300161	6944	1206

Tabela 8 - Explorações agrícolas e efetivo animal por espécie no concelho de Viana do Castelo.

Relativamente ao gado bovino, a freguesia com maior número de efetivos é Carreço, verificando-se também um número elevado nas freguesias de Areosa, Freixieiro de Soutelo, Perre, Outeiro, Santa Marta de Portuzelo e Torre. Normalmente este tipo de gado encontra-se estabulado, verificando-se na serra de Santa Luzia e na serra de Arga também algum pastoreio livre.

No quadro a seguir resumem-se os dados oficiais INE 2009 para o concelho, das explorações agrícolas com prados e pastagens permanentes registadas por tipo de pastagem e a sua superfície.

Para a preservação dos espaços com aptidão silvo pastoril e no sentido de compatibilizar com outros interesses sobre o espaço florestal, é necessário empreender um planeamento do uso do território de pastoreio, com regras de gestão e fiscalização adequadas, no sentido de responder às necessidades das gentes que aí vivem e trabalham e à multiplicidade dos atores intervenientes neste território (produtores

florestais, caçadores, criadores, visitantes, etc.), que extravasam os limites da sociedade local. Numa época em que a sociedade em geral está fortemente sensibilizada para um maior respeito pelo ambiente, o espaço rural é encarado como um património, necessitando da aplicação de medidas de proteção e de valorização. Trata-se, também, de animar um espaço, de criar riqueza sem atentar contra a natureza e a identidade desta sociedade local, de acolher visitantes, de evitar os fogos, de evitar a degradação da paisagem, etc. Uma das hipóteses seria a implementação de operações locais (tal como se faz em França desde há vários anos), incorporando objetivos ambientais (biodiversidade, paisagem), sociais e económicos (rentabilidade das explorações, desenvolvimento de atividades conexas com o território).

Explorações agrícolas com prados e pastagens permanentes (N.º) por Tipo (prados e pastagens permanentes)

	Total	Em terra limpa	Sob-coberto de matas e florestas	Sob-coberto de culturas permanentes	Não produtivos em Regime de Pagamento Único (RPU)
2009	482	402	31	33	56
1999	948	899	52	193	
1989	1765	1591	13	400	

Superfície de prados e pastagens permanentes (ha) por Tipo (prados e pastagens permanentes)

	Total	Em terra limpa	Sob-coberto de matas e florestas	Sob-coberto de culturas permanentes	Não produtivos em Regime de Pagamento Único (RPU)
2009	3948	3087	688	13	159
1999	2963	970	1953	40	
1989	3421	1861	1424	135	

Tabela 9 - Explorações agrícolas e superfície de prados e pastagens permanentes por tipo de prado ou pastagem do concelho de Viana do Castelo.

Desenvolver-se-ia com base num parceria envolvendo agentes políticos (autarquias locais), técnicos (zootécnicos, florestais, biólogos) e sociais (representantes dos criadores, pároco, etc.), (Pacheco, L. F). Um trabalho neste domínio vem já sendo empreendido, de alguma forma, através dos técnicos florestais do município, das Juntas de freguesia e de outros agentes interessados, que tentam sensibilizar os utilizadores do espaço florestal, promovendo ações de educação e sensibilização florestal e executando ações dedicadas de gestão, como a utilização do fogo controlado, mas é ainda necessário um maior envolvimento da sociedade e uma persistência na definição e acompanhamento adequado deste tipo de ações.

4.2.3.2 PMDFCI

Infraestruturação dos Espaços Florestais

Rede de Faixas de Gestão de Combustíveis

A rede de defesa da floresta é constituída por um conjunto de infraestruturas, nomeadamente pela rede de faixas de gestão de combustível, mosaico de parcelas de gestão de combustível, rede viária florestal, rede de pontos de água, rede de vigilância e deteção de incêndios e rede de infraestruturas de combate.

As características atuais da floresta e a crescente suscetibilidade aos incêndios determinam a necessidade de uma intervenção mais criteriosa ao nível do estabelecimento de descontinuidades na estrutura das formações vegetais, tal como definido no Artigo 13.º, do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de janeiro. Essas descontinuidades assentam na designada Rede de Faixas de Gestão de Combustível (FGC), que é concebida em três níveis conforme as suas funcionalidades e responsabilidades de gestão.

O nível de uma rede primária sub-regional, o nível de uma rede secundária de nível municipal e o nível de uma rede terciária de nível local que é apoiada na rede viária, na rede elétrica e na divisão das explorações agroflorestais.

Assim sendo, considera-se que as FGC têm como objetivo principal a redução do perigo de incêndio. Cumprem três funções primordiais, conforme os objetivos de diminuir a superfície percorrida por grandes incêndios, proteger vias de comunicação, infraestruturas, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial ou isolar de focos potenciais de ignição localizados nas faixas paralelas às linhas elétricas, rede viária e parques de recreio.

De acordo com o Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de junho e sua republicação mais recente, as FGC podem, sob proposta da CM, ser declaradas de utilidade pública, nos termos e para efeitos previstos no Código das Expropriações, mediante despacho do Governo responsável pela área das florestas.

No entanto, relativamente à FGC de Rede Primária a mesma legislação já refere que estas devem ser declaradas de utilidade pública, ficando qualquer alteração do uso do solo ou do coberto vegetal sujeita a parecer vinculativo do ICNF.

Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível:

A rede primária de faixas de gestão de combustível (RPFGC) funciona como um elemento estruturante da paisagem rural, planeado e desenhado a uma escala distrital, a fim de desempenhar um conjunto de funções assentes na defesa de pessoas e bens e do espaço florestal:

- a) Função de diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate ao fogo;
- b) Função de redução dos efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial;
- c) Função de isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.

Tendo como referência os n.ºs 1 e 2 do Artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, as faixas integrantes da RPFGC visam o estabelecimento de condições favoráveis ao combate a grandes incêndios florestais, em locais estratégicos. Para tal, estas faixas deverão possuir uma largura não inferior a 125 m e definirem compartimentos que, preferencialmente, devem possuir entre 500 ha e 10.000 ha.

As faixas da rede primária são entendidas como "parcelas de território, estrategicamente localizadas, mais ou menos lineares, onde se garante a remoção total ou parcial de biomassa florestal, através da afetação a usos não florestais (infraestruturas - rede viária associada) e do recurso a técnicas silvícolas (desbastes, desramações, controlo da vegetação espontânea), com o objetivo principal de reduzir o perigo de incêndio.

As faixas da rede primária são constituídas pelas seguintes componentes:

- Faixa de interrupção de combustível (FIC) – remoção total dos combustíveis (coberto arbóreo e subcoberto) junto à rede viária fundamental, numa faixa de 10 m para cada lado do caminho.

- Faixa de redução de combustível (FRC) – remoção do combustível de superfície (herbáceo, subarbustivo e arbustivo) e existindo extrato arbóreo, abertura de povoamentos e supressão da parte inferior das copas; Podem ser consideradas dois tipos de afastamentos entre copas:

Uma primeira área, que corresponde a uma faixa de 30 m, logo a seguir à FIC, cujo espaçamento entre copas, deve ser de cerca de 4 m;

Uma segunda área, que corresponde ao limite exterior da faixa e que deverá preferencialmente apresentar um espaçamento entre copas de cerca de 2 m, garantindo a descontinuidade horizontal do estrato arbóreo.

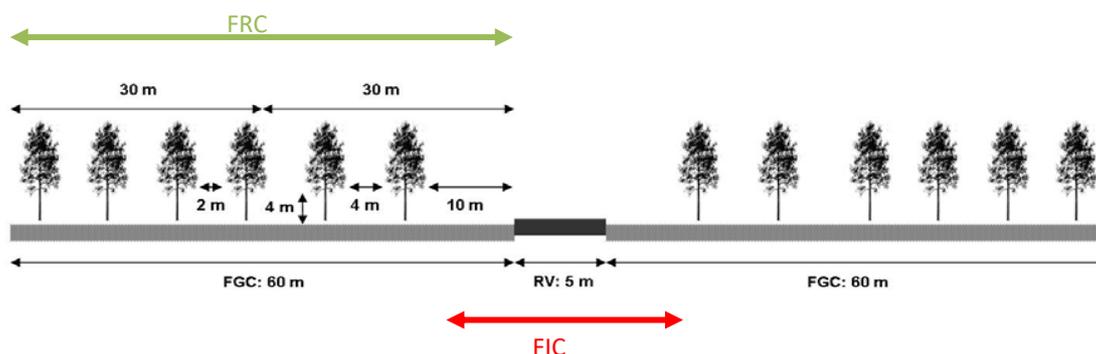


Figura 2 - Secção transversal do modelo da RPFGC.

Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível

As redes secundárias de faixas de gestão de combustível definidas no Artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de janeiro, consideradas de interesse municipal ou local, são destinadas à proteção de populações e infraestruturas, desenvolvendo-se sobre:

- As redes viárias e ferroviárias
- As linhas de transporte e distribuição de energia elétrica
- As envolventes aos aglomerados populacionais e todas as edificações, aos parques de campismo, às infraestruturas e parques de lazer e de recreio, aos parques e polígonos industriais.

No âmbito do presente procedimento, as FGC estão associadas a troços da rede viária fundamental de acesso à rede primária.

Normalmente, na FGC de rede secundária, é apenas realizada a redução do combustível, tratando-se assim de uma faixa de redução de combustível (FRC).

Regras de Edificação em Solo Rural

Na nova redação do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de junho, no Artigo 16.º indicam que deve ser definida uma dimensão de faixa de proteção à extrema da propriedade quando inseridas ou confinantes com outras ocupações. Esta legislação tem vindo a sofrer alterações, e sempre alterando este Artigo, havendo várias leituras. As regras existentes no nosso PMDFCI foram realizadas em 2012. Com a primeira alteração dada pela Lei 76/2017 de 17 de agosto as nossas regras, de acordo com o ICNF estão de acordo com a alteração dada por este diploma.

Nessa matéria também esta recente segunda alteração em nada vem mudar essa situação, prevendo-se para as outras ocupações uma faixa mínima de 10m quando a perigosidade é baixa ou muito baixa.

No entanto, deve-se referir que na atualização do novo PMDFCI, esta questão está a ser objeto de ponderação.

4.2.3.3 Rede Viária Florestal

A rede viária que serve os espaços florestais, ou rede viária florestal – RVF, constitui um dos fatores fundamentais para a valorização, proteção e usufruto pela sociedade dos espaços silvestres.

Da multiplicidade de funções que a rede viária florestal desempenha assume um papel central nas diferentes vertentes da proteção civil e do sistema de defesa da floresta contra incêndios, por exemplo garantindo o acesso para a execução de trabalhos de silvicultura preventiva e infraestruturização, para as ações de vigilância e dissuasão ou para a 1.ª intervenção e combate estendido.

Para efeitos de classificação, cadastro, construção, manutenção, incluindo a beneficiação, e sinalização, as vias da RVF dividem-se em classes, de acordo com as especificações técnicas que se encontram no Guião do PMDFCI:

a) Rede viária florestal fundamental: a de maior interesse para a DFCl sobre a qual se desenvolve a restante RVF, garantindo o rápido acesso a todos os pontos dos maciços florestais, a ligação entre as principais infraestruturas de DFCl e o desenvolvimento das ações de proteção civil em situações de emergência, subdividindo-se nas seguintes categorias:

- Vias de 1.ª ordem, que cumprem as especificações técnicas mais exigentes,
- Vias de 2.ª ordem que, integrando a rede fundamental, não possuem as especificações mínimas necessárias para serem classificadas nas vias de 1.ª ordem,

b) Rede viária florestal complementar: a que engloba as restantes vias.

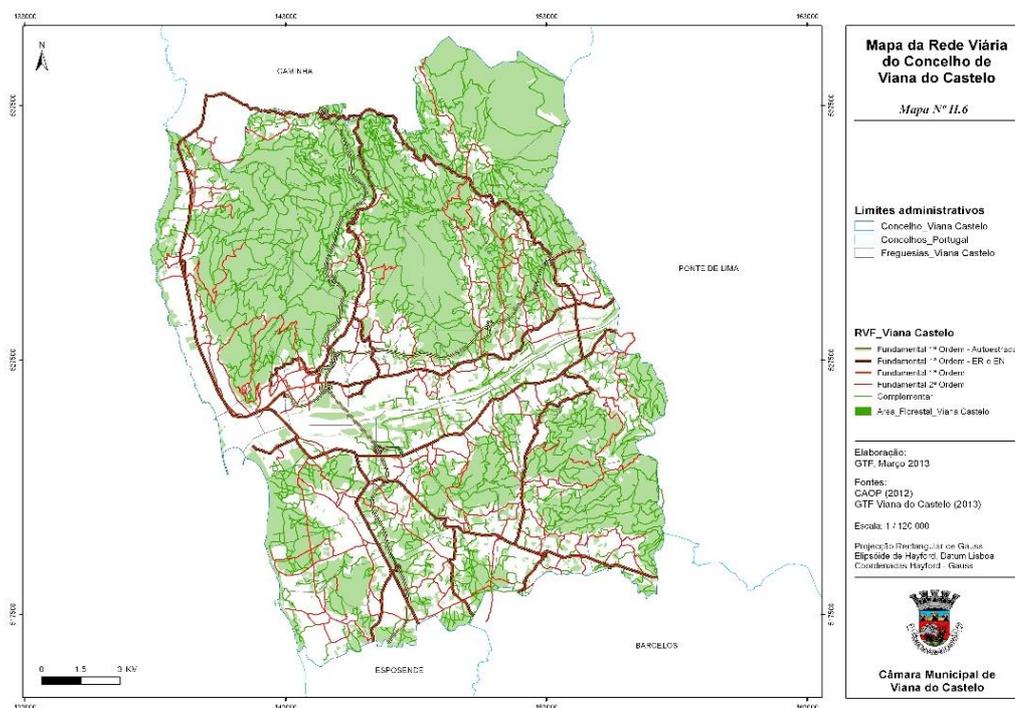
Desta forma, na RVF do concelho integrou-se a rede viária municipal, que permite o acesso à rede viária florestal, incluindo autoestradas, estradas regionais, nacionais, municipais, caminhos municipais, estradões florestais, caminhos florestais, carreiros e trilhos.

Rede Viária Florestal (Km)		
FUNDAMENTAL		COMPLEMENTAR
1ª ORDEM	2ª ORDEM	
512	1149	1741
3402		

Tabela 10 - Rede Viária Florestal no concelho de Viana do Castelo.

Considera-se que a RVF existente no concelho é vasta, apresentando-se alguma em situação de mau estado, quer ao nível da própria infraestrutura, quer ao nível de vegetação invasora, essencialmente acácias e regeneração natural de eucalipto.

A Câmara Municipal, as Juntas de freguesia e pontualmente o ICNF, vêm garantindo alguma conservação da RVF, mas a falta de apoios financeiros por parte de outras entidades do estado para este tipo de intervenções tem-se feito sentir nos últimos anos. No mapa que se segue representa-se um resumo da RVF existente no concelho. Desse mapa conclui-se que apenas na freguesia de Montaria - Serra de Arga - e nas freguesias de Nogueira, Perre e Outeiro - Serra de Perre, existe uma baixa cobertura de RVF, o que dificulta o acesso, particularmente em situações de ocorrência de incêndio florestal.



Mapa 28 - Rede Viária Florestal do concelho de Viana do Castelo.

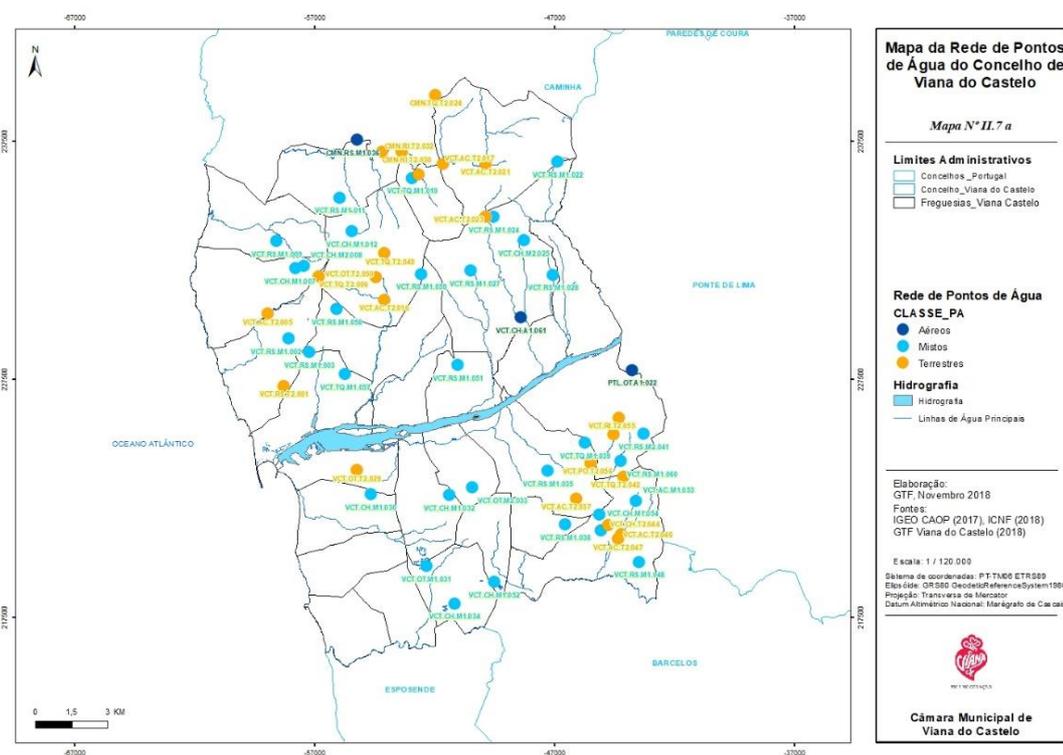
4.2.3.4 Rede de Pontos de Água

Segundo a definição geral, a rede de pontos de água (RPA) é constituída por um conjunto de estruturas de armazenamento de água, de planos de água acessíveis e de pontos de tomada de água.

Neste Plano consideram-se como estruturas de armazenamento de água os tanques em betão existentes no interior ou nas proximidades de áreas florestais, com capacidade de abastecer os veículos de combate a incêndios, distinguindo-se aqueles que permitem também o abastecimento de helicópteros. A maioria desses tanques é considerada como propriedade pública e foram construídos especificamente para abastecimento de viaturas e helicópteros de combate a incêndios. No entanto, existem outros tanques pertencentes a proprietários privados, essencialmente destinados a rega, que também foram incluídos nesta rede.

Como planos de água naturais consideram-se o rio Lima e o mar, que permitem o abastecimento de aviões de combate a incêndios. A restante rede hidrográfica principal é também integrada nos planos de água com capacidade para abastecer viaturas de combate.

Consideram-se também aqui pontos de água constituídos por charcas escavadas, impermeabilizadas ou não, que se integram nos planos de água artificiais.



Mapa 29 - Rede de pontos de água do concelho de Viana do Castelo.

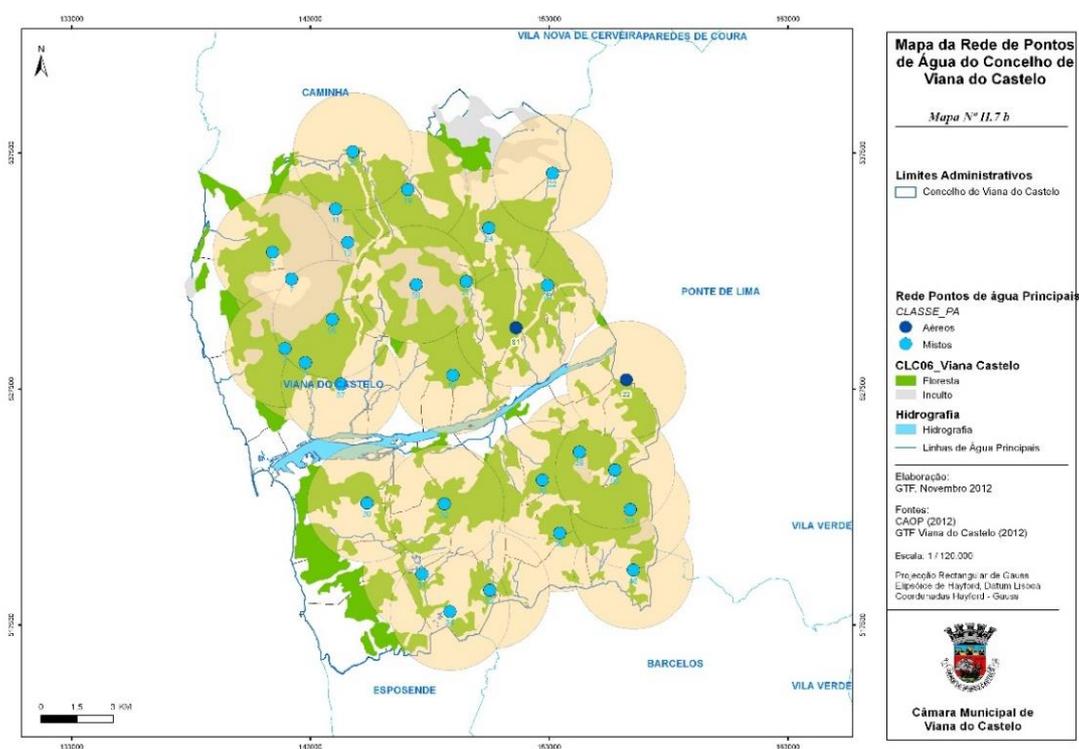
Fez-se uma atualização da RPA considerada no anterior PMDFCI, mantendo-se a mesma sequência de numeração inicial. Assim, encontram-se assinalados e caracterizados no concelho 52 pontos de água,

existindo mais 4, três a Norte, que pertencem ao concelho de Caminha, e outro a sul, que pertence ao concelho de Ponte de Lima, que pela sua proximidade, foram considerados como úteis ao concelho e são inseridos na cartografia.

Os pontos de água existentes necessitam de inspeções periódicas, de modo a detetar atempadamente eventuais problemas e a garantir sempre a sua operacionalidade, o que vem sendo realizado através da coordenação do Gabinete Técnico Florestal do município. Eventuais obras de conservação ou limpezas que sejam necessárias deverão ser prontamente realizadas através do município em colaboração com as entidades suas detentoras.

Da totalidade dos pontos de água existentes, 28 apresentam características para o abastecimento aéreo, sendo designados de 1.ª ordem. O seu estabelecimento considerou a indicação dada pelo ponto i da alínea a) do Artigo 7.º da Portaria n.º 133/2007 de 26 de Janeiro, segundo a qual se deve otimizar a disposição territorial de modo a que toda a superfície dos espaços florestais esteja incluída nas zonas tampão de 2,5Km envolventes aos pontos de água. Deste modo, pretendeu-se criar uma rede principal dos pontos de água de abastecimento aéreo e aí centrar as operações de manutenção e beneficiação dos mesmos, de modo a manter esta rede nas condições ideais. Com base nesta metodologia consideraram-se também os pontos de água existentes nos concelhos limítrofes (+2, 1 em Ponte de Lima e 1 Caminha). Por fim seleccionaram-se 28 pontos de água principais que são prioritários em termos de operações de beneficiação e manutenção. Existem ainda outros pontos de água que também podem ser utilizados pelos meios aéreos, que funcionam como alternativa aos principais.

No mapa e quadro seguintes indicamos essa RPA para meios aéreos.



Mapa 30 - Rede Primária dos Pontos de Água no concelho de Viana do Castelo.

4.2.3.5 Incêndios Florestais

Áreas Ardidas e N.º de Ocorrências do Distrito de Viana do Castelo desde 2000 a 2015

Relativamente aos restantes concelhos do Distrito de Viana do Castelo, podemos verificar que o concelho de Viana do Castelo é o segundo com maior n.º de ocorrências e também o segundo com maior área ardida, quando comparada a média dos parâmetros relativo aos anos de 2000 a 2015.

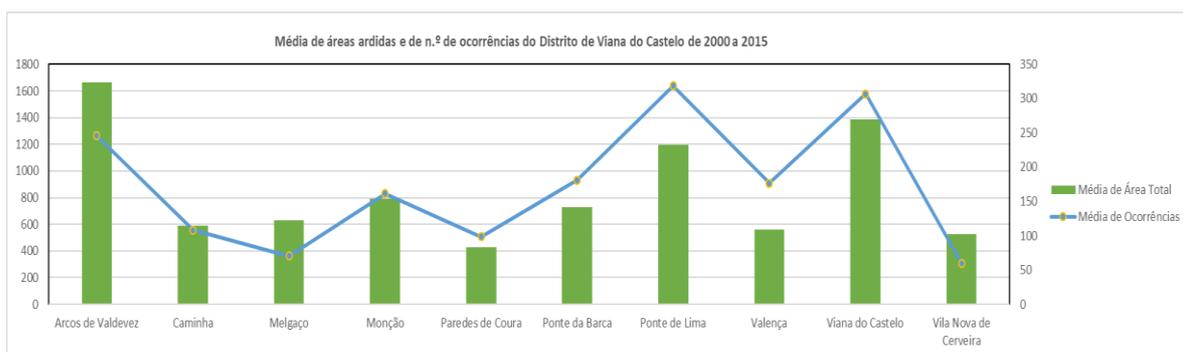


Gráfico 26 - Média de área ardida e de n.º de ocorrências do Distrito de Viana do Castelo.

Áreas Ardidas e N.º de Ocorrências do Concelho de Viana do Castelo desde 2000 a 2015

Verifica-se assim uma tendência para ocorrências cíclicas nos mesmos locais. Ao nível do número de incêndios, podemos observar que os anos mais críticos foram 2001, 2005 e 2011. Relativamente à área ardida, os anos com valores mais elevados foram 2005 e 2010 e 2013.

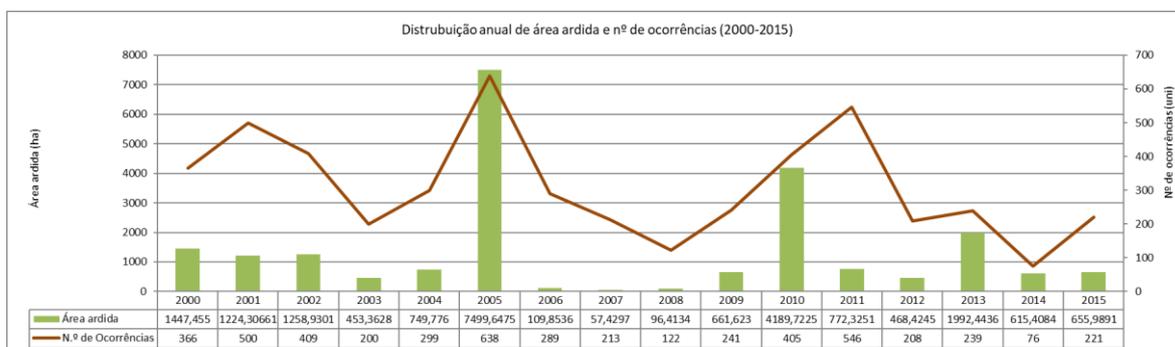


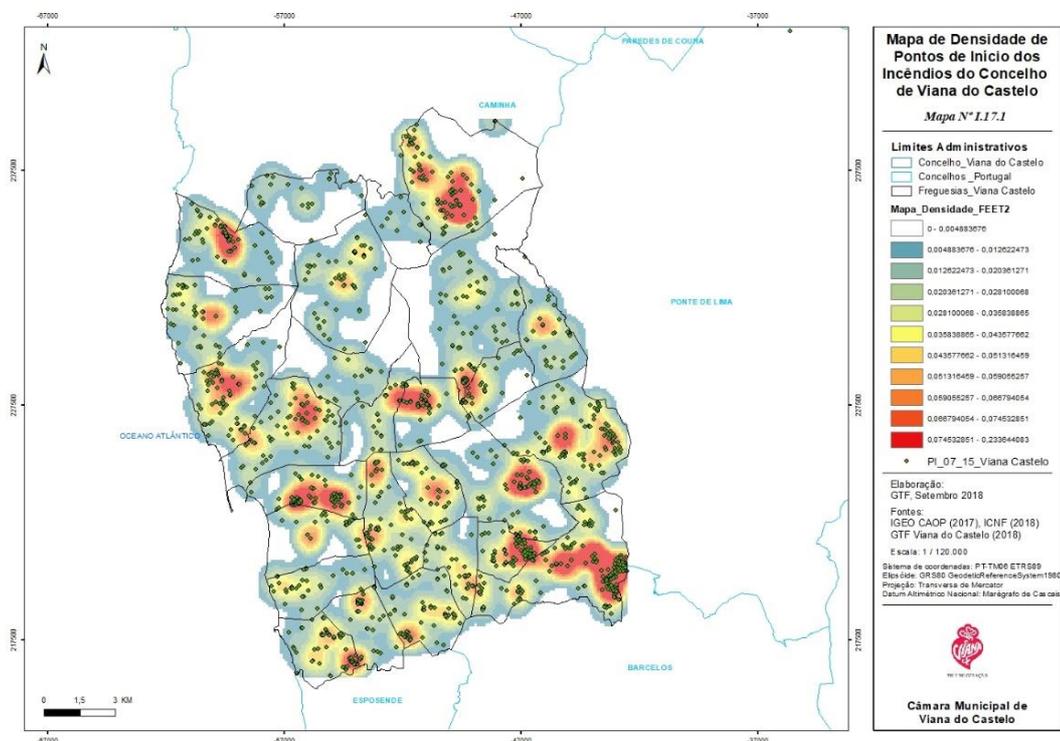
Gráfico 27 – Distribuição anual de área ardida e de n.º de ocorrências do Distrito de Viana do Castelo.

O capítulo do histórico dos incêndios realizado com base em Estatísticas Oficiais é muito pormenorizado, mas com objetivos muito concretos para a Defesa da Floresta Contra Incêndios, de forma a possibilitar um diagnóstico para prever as ações de fiscalização e sensibilização devido à quantidade, à localização e à causa das ocorrências, mas também ao nível da prevenção estrutural, quando estudada a área ardida, a progressão dos incêndios e a recorrência dos mesmos.

Apresentar estatísticas ao nível da freguesia será um pouco incorreto dado que a área ardida é atribuída à freguesia onde se iniciou o incêndio, independentemente se o incêndio se alastrar para outras freguesias.

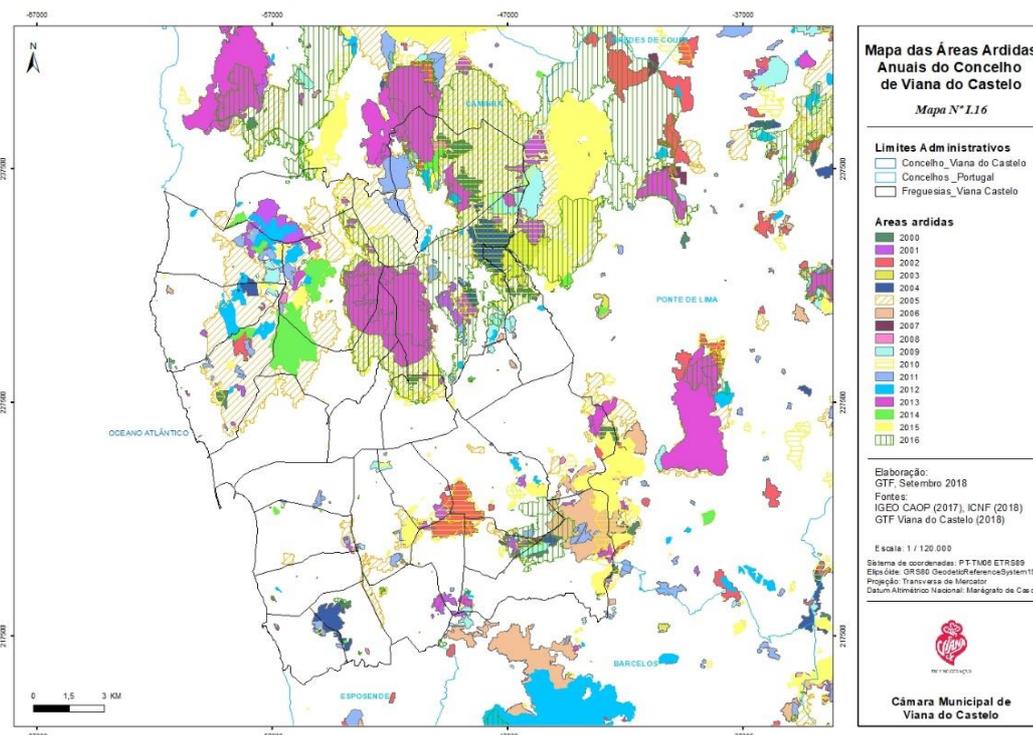
Relativamente à distribuição dos pontos de início destacam-se grandes manchas na freguesia de Carvoeiro, nomeadamente na Carmona, mas que se prolonga até Portela Susã, na freguesia de Geraz do Lima (Santa Leocádia), no lugar do Castelo e na freguesia de Montaria, seguindo-se algumas manchas mais pequenas em Darque, Lugar da Cova na Meadela, S. Mamede e Além do Rio na freguesia de Areosa, S. Silvestre em Cardielos, no Monte da Cidade da freguesia de Afife, no lugar do Castelo, freguesia de Castelo de Neiva e ainda no lugar de S. Cláudio, entre as freguesias de Torre e Nogueira.

Todos os outros pontos são pouco conclusivos, porque se distribuem por todo o concelho.



Mapa 31 - Mapa de densidade de pontos de ignição no concelho de Viana do Castelo.

A partir do mapa seguinte podemos observar a grande extensão de área ardida no ano 2005, que ultrapassa em grande escala todos os outros anos. Em 2010 verificaram-se também extensas áreas ardidas, em territórios distintos, tanto a Norte como a Sul do concelho, algumas repetindo-se em 2013 e 2016. Destaca-se a repetição de incêndios na serra de Santa Luzia, na serra de Arga, na Serra de Perre e Amonde e na serra da Padela, nesta última predominante nas freguesias de Santa Leocádia de Geraz do Lima e Carvoeiro



Mapa 32 - Áreas Ardidas no concelho de Viana do Castelo.

Indicadores GTF - Florestas	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000
Áreas ardidas	66,07	161,11	5757,85	655,99	615,41	1992,44	468,42	772,33	4189,72	661,62	96,41	57,43	109,85	7499,65	749,78	453,36	1258,93	1224,31	1447,46
Nº de ocorrências de Incêndios Rurais	140	183	149	221	76	239	208	546	405	241	122	213	289	638	299	200	409	500	366
Rede Primária de FGC Instalada	248,3	137																	
Rede Secundária FGC Instalada	614,8	312,9	434,7	400,02	821,8	653,29													
Rede Viária Beneficiada	17	75,2	39,887	41,83	54,38	10	19,423	44,68	80	79	72,65	57,3							
Rede de Pontos de Água	54	54	54	54	54	54	61	61	59	59	59	59	59						
Rede Primária de Pontos de Água	30	29	29	29	29	29	29												

Tabela 11 - Áreas Ardidas no concelho de Viana do Castelo.

4.2.4 Espaços verdes urbanos

Evolução dos espaços verdes na cidade de Viana do Castelo entre 2008 e 2018

A área verde da Cidade tem vindo progressivamente a aumentar em resultado de obras de criação e requalificação de diversos espaços públicos, destacando-se, pela sua dimensão o Parque Ecológico Urbano.

Em 2008, o Setor de Jardins tinha a responsabilidade de assegurar a manutenção de 23 ha de áreas verdes, que passaram para 56 ha, em 2018. Verifica-se assim, numa década, um aumento de 141%.

O Horto Municipal tem na sua estrutura operacional 46 funcionários (2 encarregados, 2 canalizadores e 42 jardineiros) sendo 18 masculinos e 28 femininos. Neste momento, o Setor de Jardins tem uma média

de idade que ronda os 55 anos, sendo que o setor feminino tem uma média de idade de 53,8 anos e o do setor masculino de 55,4 anos.

De salientar a relação entre o número de funcionários e a área verde tratada que tem vindo a baixar significativamente. Este valor era de 2,0 funcionários por hectare em 2008, situando-se atualmente em 0,82 trabalhadores por hectare (em 2000 esta relação era de 3,2 funcionários por hectare). Assim, o desequilíbrio tem sido compensado com o recurso à contratação externa para assegurar algumas tarefas, designadamente corte de relva e podas.

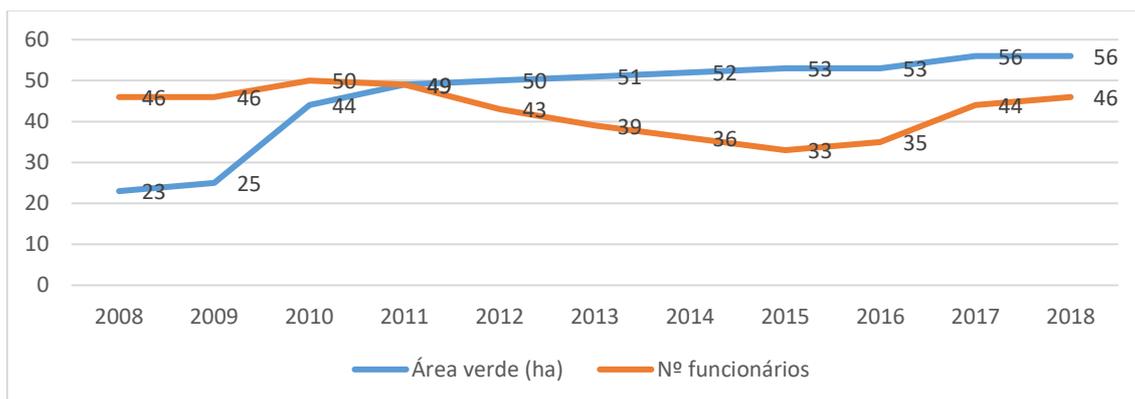


Gráfico 28 - Área verde tratada e número de funcionários afetos ao Setor de Jardins entre 2008 e 2018.

Rede de Rega - Consumo de Água

Até 2006 o Setor de Jardins dependia quase exclusivamente da água de rede pública para a rega dos espaços verdes da cidade. A partir dessa data e com as obras de requalificação da cidade, ao abrigo do programa POLIS, muitas ruas foram beneficiadas e, nessa altura, foram colocadas tubagens para fazer as ligações dos poços aos principais espaços verdes que se pretendia fazer a substituição dessa água por água proveniente de captações municipais.

Em 2008 os gastos com água da rede pública nos jardins ascendiam os 24.000 m³ por época e, uma década depois, fruto do grande investimento que houve na construção de novos poços e furos e nas condutas que foram instaladas, o volume gasto passou para cerca de 7.000 m³. Apenas os locais onde não é viável fazer uma captação é que continuam a ser regados com água da rede pública.

Este investimento representou uma diminuição de mais de 2/3 do consumo de água da rede pública significando que a cidade ficou com mais de 17.000 m³ de água disponíveis para consumo humano.

Na última década a cidade sofreu uma grande transformação impulsionada por uma requalificação urbanística que fez com que a cidade aumentasse significativamente os seus espaços verdes e o consequente aumento do número de árvores plantadas, quer em arruamentos e passeios, quer em novos espaços verdes.



Gráfico 29 - Gastos anuais de água da rede pública para rega dos jardins (m3).

Património Arbóreo

Em 2000 foi efetuado o primeiro levantamento ao património arbóreo existente na cidade (freguesias de Monserrate e Santa Maria Maior). O cadastro permitiu avaliar o estado fitossanitário das 2.255 árvores inventariadas e verificou-se que cerca de 80% não apresentavam problemas sanitários preocupantes e apenas 6% apresentavam sinais de mau estado de conservação, que teriam de ser monitorizadas.

Também se verificou, na altura, que 78% das árvores plantadas eram de folha caduca e as restantes de folha persistente e que 42% das plantadas situavam-se em passeios e arruamentos sendo que as restantes se encontravam localizadas em jardins e espaços verdes. À data, 1/4 das árvores existentes na cidade eram choupos e tílias o que evidenciava uma diversidade pouco expressiva de plantas em espaço público.

Em 2013 com a reorganização administrativa do território das freguesias a cidade passou de duas para três freguesias o que provocou alterações ao nível da gestão do património arbóreo. Em 2018 fez-se o inventário das árvores existentes na freguesia da Meadela e já se tinha efetuado nos últimos três anos a atualização ao inventário às árvores das outras duas freguesias e o resultado foi o registo de 6.702 árvores na cidade.

Procedeu-se, também, em 2018 ao primeiro levantamento de todos os espaços verdes existentes nos espaços públicos das freguesias do Concelho. Este cadastro pretende ser uma ferramenta de trabalho municipal para que se tenha uma noção clara do que cada freguesia trata ao nível dos espaços verdes podendo, com estes dados, elaborar os acordos de execução de delegação de competências entre o Município e cada freguesia para a manutenção dos respetivos jardins.

Entretanto está a ser elaborado inventário ao património arbóreo existente nos logradouros das escolas públicas do Concelho e nos edifícios escolares que, entretanto, encerraram. Com este inventário pretende-se conhecer o estado fitossanitário das árvores existentes nos 83 edifícios municipais e com os resultados implementar medidas de proteção e conservação deste património. O trabalho deverá ficar concluído em maio de 2019 e todos os dados serão aportados ao sistema de informação geográfico municipal.

Em 2019 vai ser efetuada nova atualização ao inventário das árvores existentes na cidade (Monserrate, Santa Maria Maior e Meadela) e será também efetuado o primeiro inventário às árvores existentes nos

espaços públicos das freguesias do concelho cujo objetivo principal é criar um instrumento de base que servirá, posteriormente, para estruturar as operações a levar a cabo e definir prioridades para elaborar um programa de gestão a longo prazo.

4.2.5 Monumentos Naturais Locais

Na sequência do inventário de geossítios do Litoral Norte foi identificado um notável património que permite compreender vários aspetos da evolução geológica do território do Concelho de Viana do Castelo. Os trabalhos realizados mostraram que o território é dotado de elevada geodiversidade preservando elementos de elevado interesse em vários temas da geologia, nomeadamente geofformas residuais, graníticas, tectónicas, fluviais, eólicas e geoculturais.

A rotina de inventariação permitiu a identificação inicial de 17 geossítios no concelho de Viana do Castelo tendo sido selecionados, após uma avaliação quantitativa, diversos geossítios de excecionalidade científica dos valores geológicos presentes que foram propostos para classificação como monumentos naturais locais ao abrigo do disposto no Decreto-Lei 142/2008 de 24 julho com as alterações introduzidas pelo DL 245/ 2015 de 15 de outubro - regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade), processo que se desenvolveu em duas fases de classificação.

Numa 1ª fase, foram objeto de classificação 5 geossítios localizados predominantemente na faixa litoral do concelho nos locais designados, a Norte como Alcantilado de Montedor, Pedras Ruivas e Canto Marinho, a sul a Ribeira de Anha, existindo ainda uma área no estuário do rio Lima, entre as pontes Eiffel e da A28, designada como Ínsuas do Lima.

No âmbito da estratégia municipal para a geoconservação em curso, pilar fundamental para o desenvolvimento do Geoparque Litoral de Viana do Castelo, procedeu-se à 2ª e penúltima etapa do inventário de património geológico do concelho de Viana do Castelo.

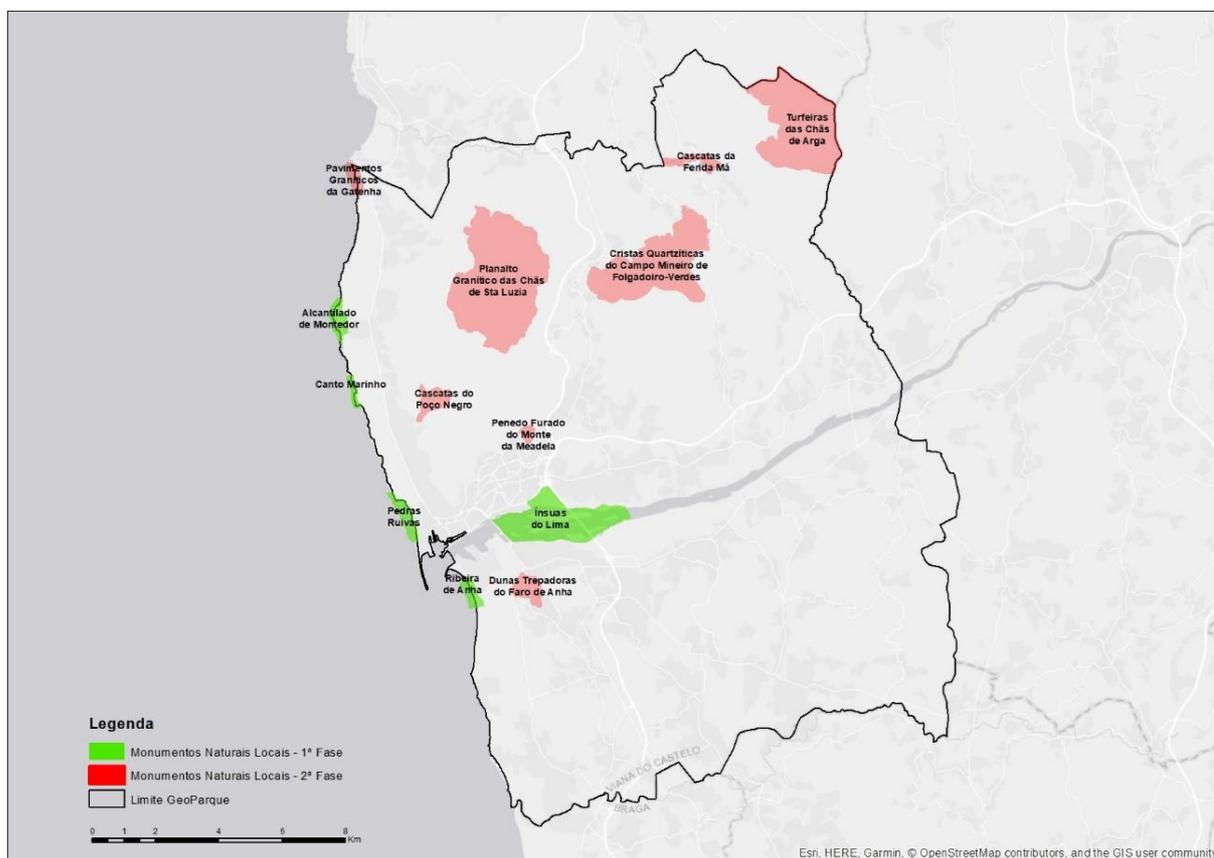
Foram identificadas várias áreas com potencial de uso turístico e educativo - sítios da geodiversidade - e oito áreas cuja avaliação do valor científico relevou relevância regional a nacional - geossítios.

Os 8 geossítios visados na 2ª fase da proposta de classificação localizam-se predominantemente nas plataformas graníticas do interior do concelho adjacentes à Serra de Arga e à serra de Santa Luzia ou correspondem a setores de pequenas bacias hidrográficas nas freguesias de Amonde, Freixieiro de Soutelo e Areosa, de acordo com a setorização em unidades e subunidades geomorfológicas do geoparque, no Setor 1 – plataforma litoral e Setor 2 - relevo marginal.

Os sítios objeto da presente proposta de classificação estão designados como Monumentos Naturais Locais dos Pavimentos Graníticos da Gatenha, das Cascatas do Poço Negro, das Cascatas da Ferida Má, do Penedo Furado do Monte da Meadela, do Planalto Granítico das Chãs de Sta. Luzia, das Turfeiras das Chãs de Arga, das Cristas Quartzíticas do Campo Mineiro de Folgadoiro-Verdes e das Dunas Trepadoras do Faro de Anha.

Conforme disposto nos seus artigos 12 e 13 do DL 145/2008 com as referidas alterações “(...) A classificação de uma área protegida visa conceder-lhe um estatuto legal de proteção adequado à manutenção da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas e do património geológico, bem como à valorização da paisagem.

A gestão das áreas protegidas de âmbito regional ou local compete às associações de municípios ou aos respetivos municípios.”



Mapa 33 - Monumentos Naturais Locais do Concelho de Viana do Castelo.

Os 13 locais classificados, integrados no geoparque do litoral de Viana do Castelo, testemunham as principais etapas da evolução geológica, acompanhada da evolução da biodiversidade, do concelho nos últimos 500 milhões de anos.

A classificação visa conceder a estas áreas um estatuto legal de proteção adequado à manutenção da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas e do património geológico, bem como à valorização da paisagem.

O inventário resultou de um protocolo celebrado em 2010 entre a Câmara de Viana do Castelo e o Centro de Ciências da Terra da Universidade do Minho.

A fase seguinte do projeto passa pela elaboração de um plano de gestão integrado dos geossítios com as restantes áreas classificadas do concelho, nomeadamente as áreas que integram a Rede Natura 2000.

Pretende-se elaborar um documento exigido pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), que irá definir as regras de utilização e ocupação daqueles espaços, refletirá uma visão e uma lógica integrada da gestão do património classificado de Viana do Castelo e permitirá a valorização daqueles espaços naturais.

Pretende-se tirar valor das áreas classificadas, não só do ponto de vista económico, por via do turismo, como do ponto de vista educativo e social.

Nesse contexto e promovida pela Câmara Municipal, entrou em funcionamento, a primeira rede escolar de ciência e de apoio à investigação científica do país, instalada nas sedes de sete agrupamentos de Viana do Castelo, envolvendo cerca de três mil alunos e 30 investigadores.

A rede integra sete laboratórios que vão permitir “aos alunos do primeiro ciclo ao ensino secundário trabalharem com cientistas de várias zonas do país, consolidando a necessária aproximação das escolas à ciência – aos seus equipamentos, aos cientistas e aos problemas e metodologias em ciência”.

Em 2017, o geoparque garantiu ao concelho o Prémio de Melhor Município para Viver, atribuído pelo Instituto de Tecnologia Comportamental. Em setembro desse ano, a Câmara anunciou a constituição da associação do geoparque, que tem como membros fundadores diversas personalidades e associações de todo o concelho.

4.2.6 Alterações Climáticas

A Câmara Municipal aderiu ao projeto ClimAdaPT.Local, integrando uma rede de municípios, associações, instituições de ensino, investigação e consultores e elaborou com o objetivo de preparar o município para as alterações climáticas uma estratégia municipal de adaptação (EMAAC).

Alterações Projetadas para o Município:

Este documento identifica como alterações climáticas projetadas para o município e de forma resumida: diminuição da precipitação média anual; diminuição sazonal da precipitação com exceção do inverno; aumento de intensidade e frequência de secas; Subida da temperatura média aumento do número de dias muito quentes aumento de intensidade e frequência de ondas de calor; aumento do nível médio do mar e aumento dos impactos associados a tempestades quando conjugados com aquela; aumento de precipitação intensa ou muito intensa; aumento de intensidade de tempestades de inverno com chuva e vento fortes.

Impactos Esperados para o Município

Em resultado destas alterações a EMAAC prevê que sejam expectáveis impactos como Inundações danos em edifícios, infraestruturas e outros danos materiais; Deslizamento de vertentes; Alterações nos estilos de vida; Danos para a vegetação e alterações na biodiversidade; Aumento do risco de incêndio e

ocorrência de incêndios; Danos para a saúde humana; Danos para as cadeias de produção; erosão costeira e danos para o sistema dunar; Queda de estruturas; perda de solo e vegetação; condicionamento de tráfego e encerramento de vias.

Identifica como populações mais vulneráveis as populações economicamente desfavorecidas, populações costeiras ou ribeirinhas, populações do interior do município, grupos etários mais sensíveis (crianças, idosos, indivíduos com mobilidade condicionada ou fisicamente dependentes), populações isoladas.

Propostas com aplicabilidade nos Instrumentos de gestão territorial

A EMAAC identifica como passíveis de articulação com o Plano Diretor Municipal:

- a) A adoção de políticas locais e processos na autarquia que promovam a adaptação às alterações climáticas;
- b) O condicionamento de determinados usos, ocupação e transformação da zona costeira;
- c) A regeneração e conservação dos sistemas dunares, a sua fauna e flora;
- d) Promoção, manutenção e criação de alternativas de acessibilidade às praias (ciclovias, passadiços, autocarros, etc.), condicionamento do estacionamento e aplicação materiais mais adequados;
- e) Valorização das galerias ripícolas, zonas húmidas e margens dos rios limpeza e desobstrução de linhas de água (rio Lima);
- f) Criação de regras específicas para as zonas potenciais de cheias, inundações e ventos fortes (licenciamento);
- g) Promoção da implementação de zonas permeáveis;
- h) Operacionalização do Plano Municipal de Defesa Contra Incêndios;
- i) Promoção do ordenamento florestal e a sua gestão;
- j) Promoção da plantação de espécies autóctones, mais adaptadas e menos combustíveis, criando a diversidade de espécies e mosaicos de gestão de combustível;
- k) Promoção do controlo de invasoras, Aproveitamento da Biomassa Florestal; Promoção da gestão de áreas protegidas e classificadas;
- l) Recuperação das áreas ardidas e prevenção da erosão dos solos nas áreas florestais;
- m) Elaboração do Plano de Mobilidade Sustentável;
- n) Implementação de rede ciclável na zona urbana e envolvente adaptação dos edifícios públicos e privados às energias renováveis;
- o) Promoção da eficiência energética dos edifícios.

4.3 Ocupação do Território

O Município de Viana do Castelo totaliza uma área de 31.197 Hectares. O atual PDM, pela respetiva carta de ordenamento, disponibiliza uma área de 4.836 hectares para ocupação de solo urbanizado, 1.806 hectares de solo de urbanização programada e 116 hectares em espaços públicos de recreio e lazer em solo urbano, distribuídos por diversas categorias, correspondendo a 21,7% do total da área do Município.

De acordo com os dados facultados pela Carta de Ocupação do Solo (COS) de 2007, é verificada uma ocupação de 4.927 Hectares, correspondendo a 15,8% do total da área do Município. Comparando este valor com os valores da COS de 2015, verifica-se que se passou para uma taxa de ocupação de 16,8%.

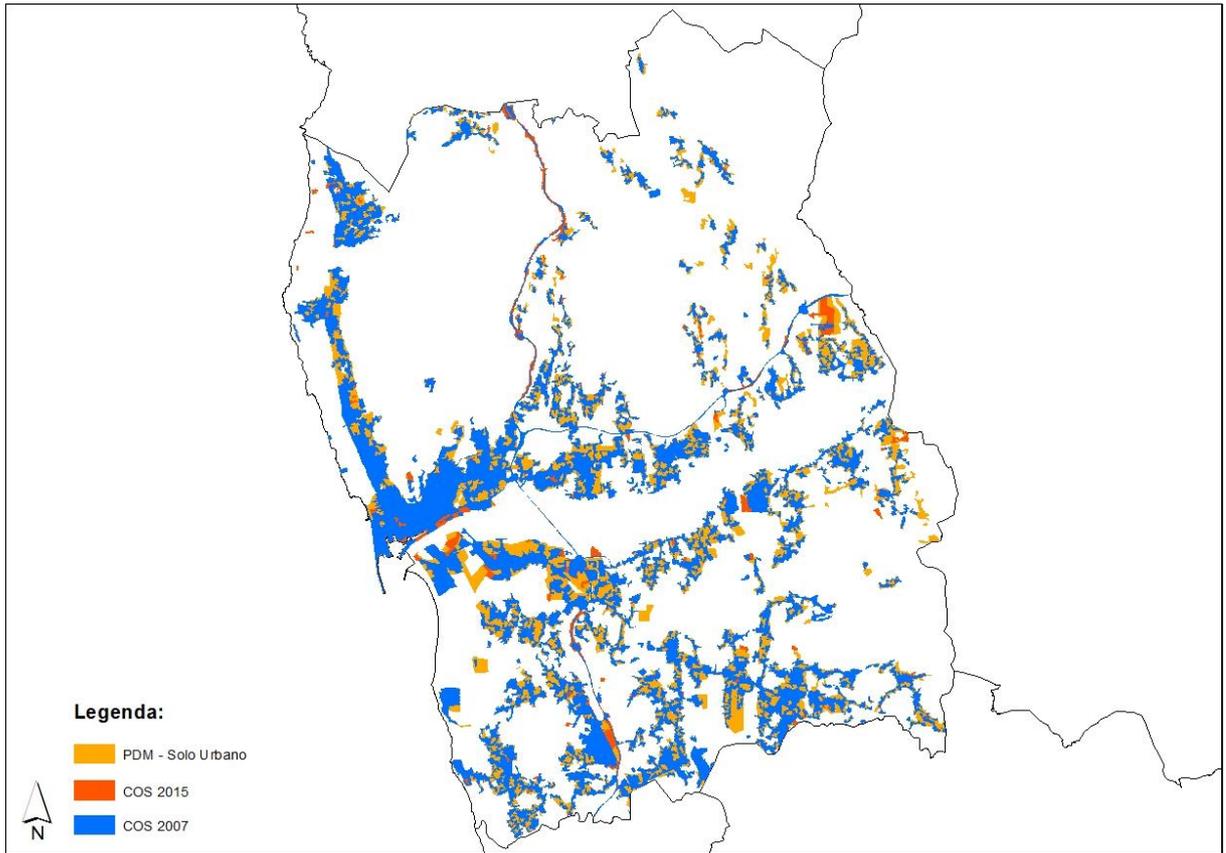
No quadro seguinte poderá ser verificada a correlação entre a ocupação do solo da COS 2007 e 2015 e as respetivas classes de solo urbano das cartas dos PDM. Com a aplicação desta metodologia, foi elaborada também uma análise quantitativa à distribuição espacial do solo urbano previsto no PDM de Viana do Castelo. Esta combinação permitirá ter uma noção da evolução da ocupação do território a nível urbanístico e a respetiva evolução temporal.

Correlação entre PDM e COS 2007 e 2015	Área PDM (ha)	COS 2007 (Ha)	(%)	COS 2015 (Ha)	(%)
Classe PDM					
Solo urbanizado	4.836,06	3.422,92	70,8	3514,49	72,7
Solo de urbanização programada	1.805,65	746,65	41,4	825,61	45,7
Espaços públicos de recreio e lazer em solo urbano	116,28	54,17	46,6	74,28	74,28
Total Solo Urbano ocupado	6.757,99	4.223,74	62,5	4.414,38	65,3

Tabela 12 - Correlação entre solo urbano do PDM e COS 2007 e 2015.

No espectro temporal (2007 – 2015), verifica-se que o aumento total da ocupação do solo urbano foi de 2,8%. Este dado, cumulativamente com a taxa de ocupação do solo de cada classe de solo, permite comprovar que o solo urbano previsto no atual PDM garante um conforto perante o possível crescimento das referidas taxas.

O mapa seguinte ilustra a correlação entre o solo urbano previsto no PDM e as ocupações do solo expostas nas COS de 2007 e 2015.



Mapa 34 - Correlação entre solo urbano do PDM e COS de 2007 e 2015.

4.4 Dinâmica do Investimento Público

O volume de investimento total do Município dos últimos 10 anos totaliza cerca de 176 milhões de euros. Este total teve uma linha de tendência regular ao longo do tempo, embora sofrendo algumas oscilações. O Município conseguiu um Investimento Global em 2018 a rondar os 20 milhões de euros, valor próximo do máximo atingido em 2015, ano em que tivemos o fecho do anterior quadro comunitário.

Com base nos dados da execução orçamental do Município, o gráfico seguinte expõe o investimento total direto por parte do Município e indireto para as Juntas de Freguesia.



Gráfico 30 - Valor de investimento direto e indireto da CMVC.

Os valores globais de investimento demonstram a valorização da política de descentralização e coesão do território, apostando-se na dinamização da atividade das Juntas e Uniões de Freguesia (21,86%), através da celebração de Protocolos, acompanhados das respetivas transferências financeiras, para a realização de investimento por estes Órgãos do Poder Local.

Também a área de Desenvolvimento Económico (17,08%), reflete a continuidade da política e esforço financeiro que o Município tem realizado na requalificação e ampliação dos parques empresariais, que têm contribuído para a captação de novas unidades industriais.

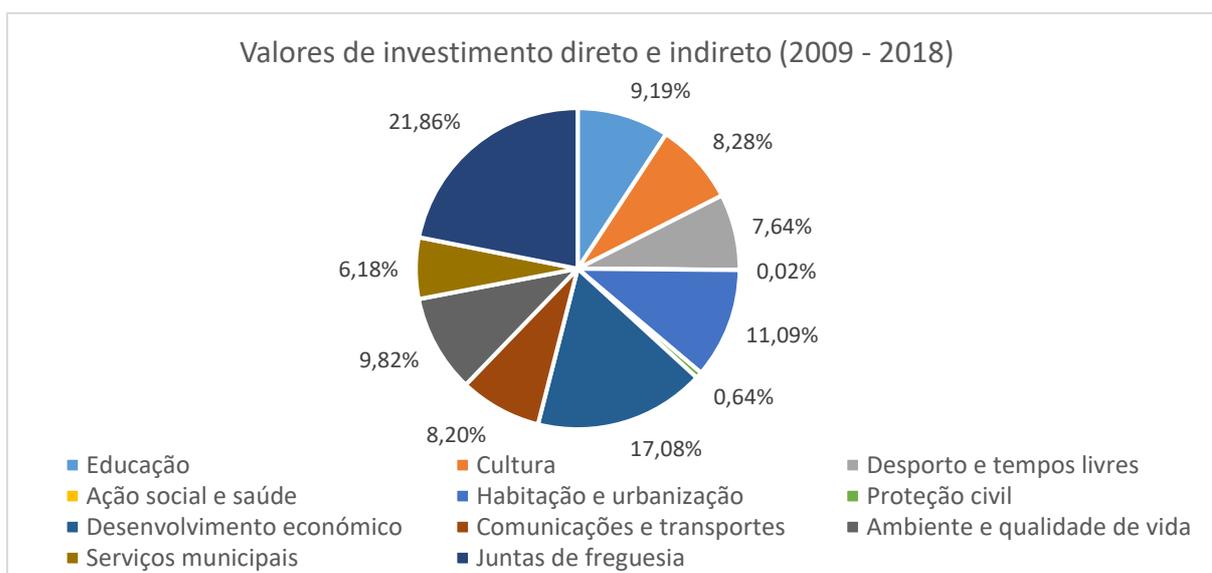


Gráfico 31 - Valores de investimento 2009 - 2018.

Neste ponto, destaca-se o investimento nas zonas industriais de Lanheses e do Neiva, numa estratégia do município de aumento de empregos, fixação de população e aumento das exportações.

Face à procura desta tipologia de solo infraestruturado, com bons acessos rodoviários, proximidade do porto de mar e da boa acessibilidade ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro, o município procura valorizar e desenvolver estas áreas, criando melhores condições para a dinamização e expansão das mesmas.

O município de Viana do Castelo tem procurado investir de forma abrangente nas outras áreas de ação, desde a educação, saúde, cultura e desporto, ao ambiente, visando a melhoria da qualidade de vida da sociedade e da atratividade territorial.

4.5 Investimento Privado e Transformação do Uso do Solo

4.5.1 Licenciamento

4.5.1.1 Análise de Processos de Obras

A análise da atividade de licenciamento entre 2011 e 2018, revela uma tendência de diminuição do número de edifícios destinados a habitação licenciados anualmente, bem como a diminuição do número de fogos licenciados por ano.

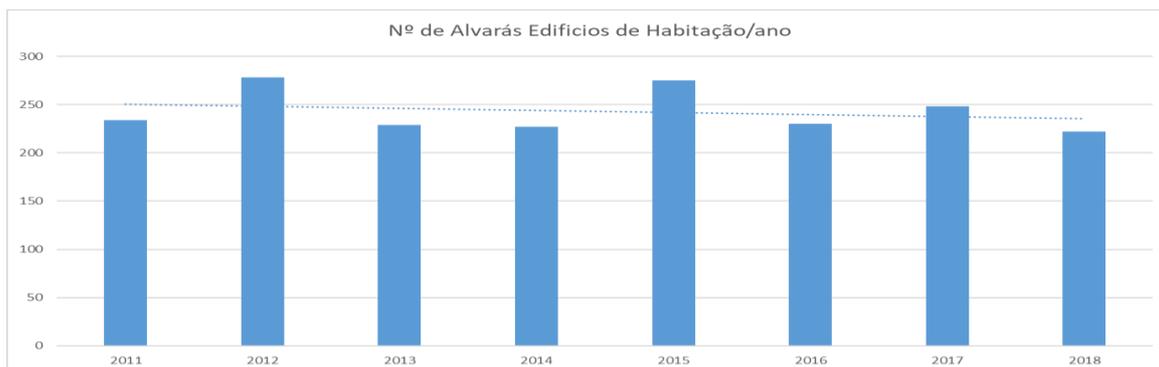


Gráfico 32 - N.º de Alvarás edifícios de habitação/ano.

Esta tendência oculta alguma variação, com os anos de 2012 e 2015 a salientarem-se dos restantes pelo maior número de edifícios e fogos licenciados.

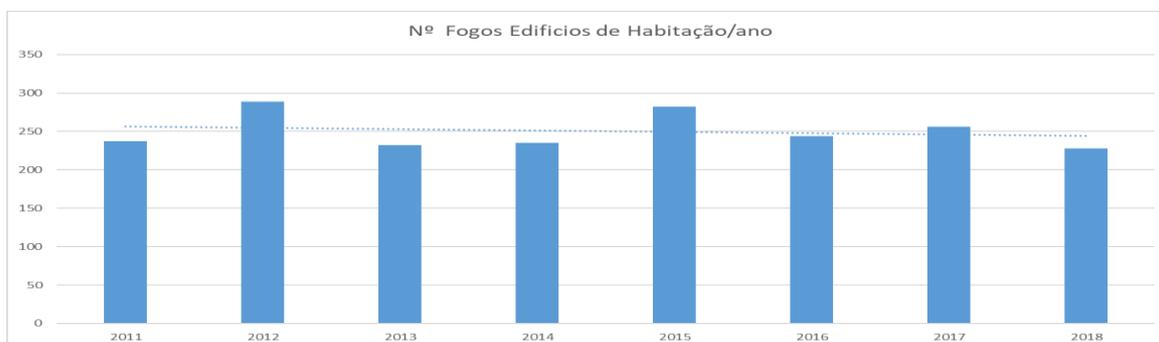


Gráfico 33 - N.º Fogos edifícios de habitação/ano.

Os edifícios uni ou bifamiliares são o meio maioritário de produção de fogos, com cerca de 98% dos edifícios e 86 % dos fogos.

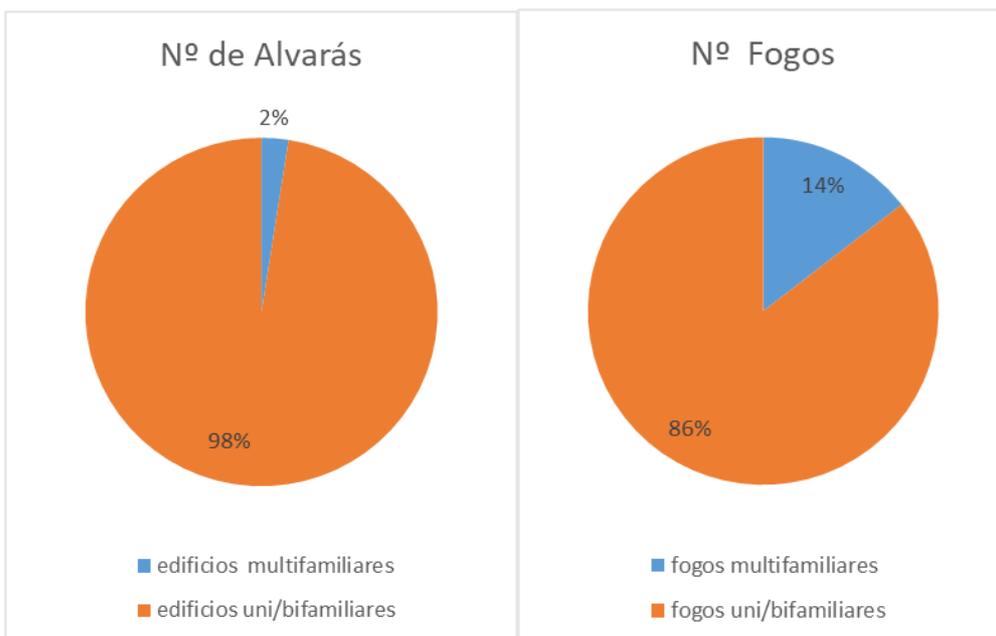
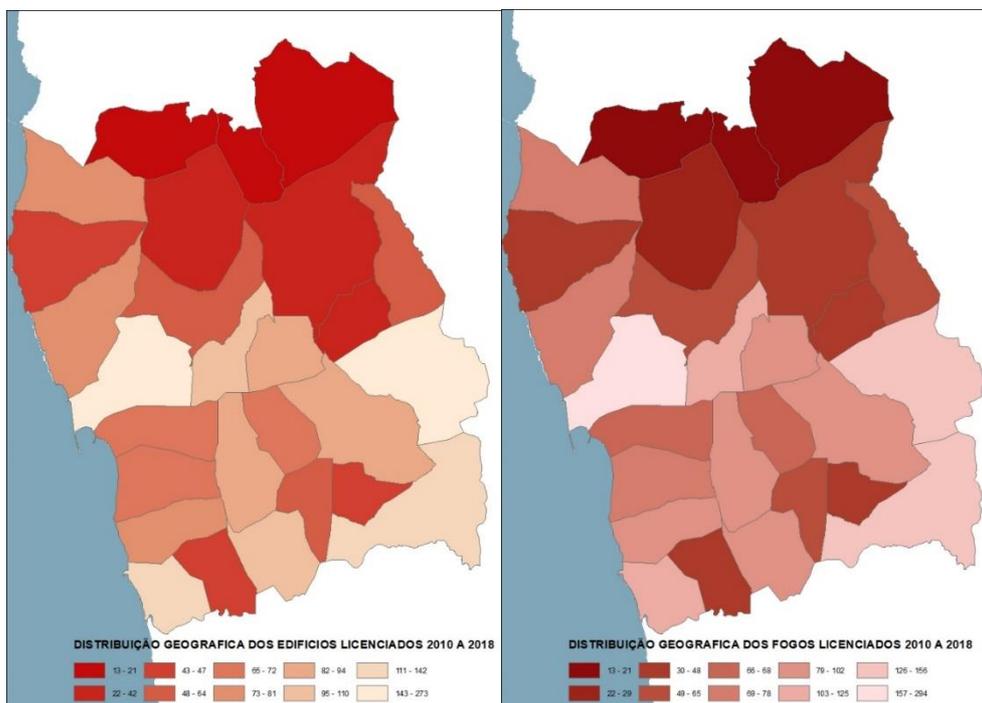


Gráfico 34 - N.º de alvarás / N.º de fogos.

Cidade e metade sul do concelho apresentam valores mais elevados de edifícios e fogos licenciados. Já as freguesias interiores da metade norte apresentam números inferiores. No sul, S. Romão do Neiva e Portela Susã apresentam valores comparáveis aos obtidos no interior norte do concelho.



Mapa 35 - Distribuição geográfica dos edifícios e fogos licenciados 2010 a 2018.

No norte, as freguesias marginais ao rio Lima apresentam desempenho melhor na produção de fogos que as freguesias do litoral. Na metade sul, no geral as freguesias do Vale do Neiva apresentam desempenhos melhores que as freguesias ribeirinhas ao rio Lima, com exceção da União de freguesias de Geraz do Lima

que apresenta valores de edifícios/fogos licenciados comparável à união de freguesias de Barroelas e Carvoeiro.

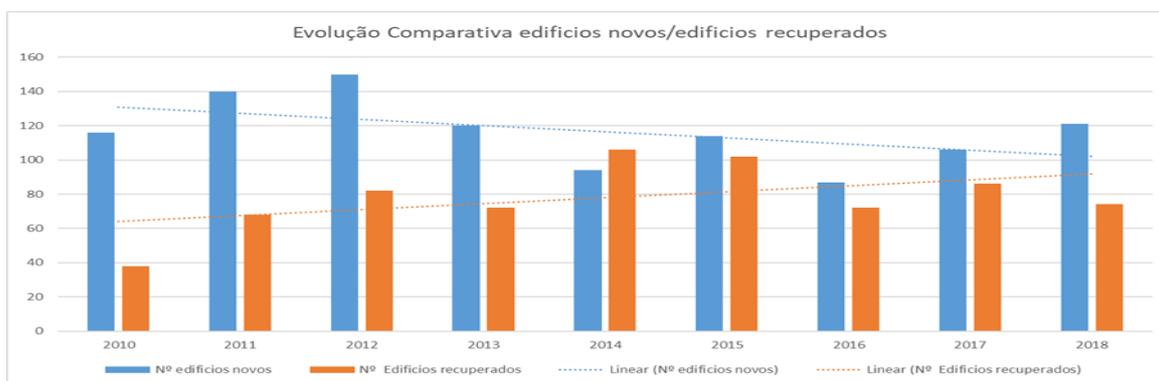


Gráfico 35 - Evolução comparativa de edifícios novos / edifícios recuperados.

Decompostos o licenciamento de edifícios de habitação entre edifícios novos e recuperados, verifica-se que estes últimos têm vindo a apresentar, sem prejuízo de oscilações anuais, uma tendência de aumento, tendência oposta verifica-se no licenciamento de edifícios novos.

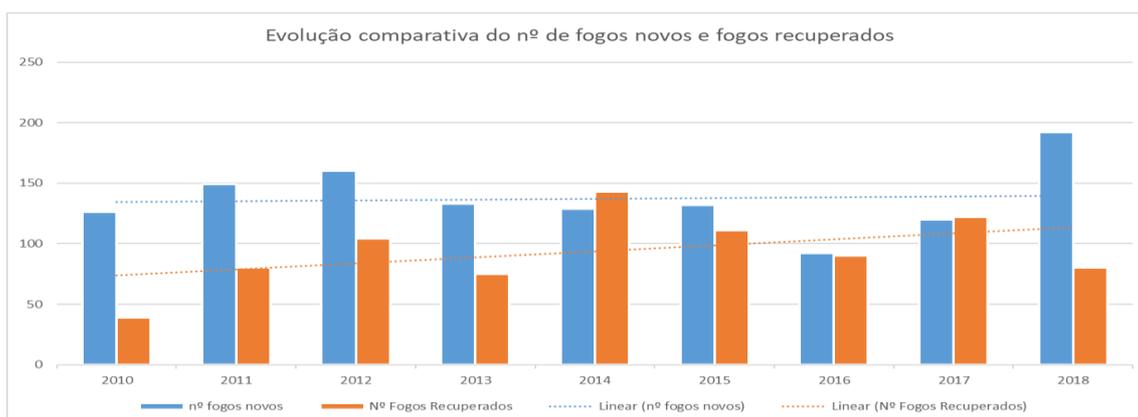
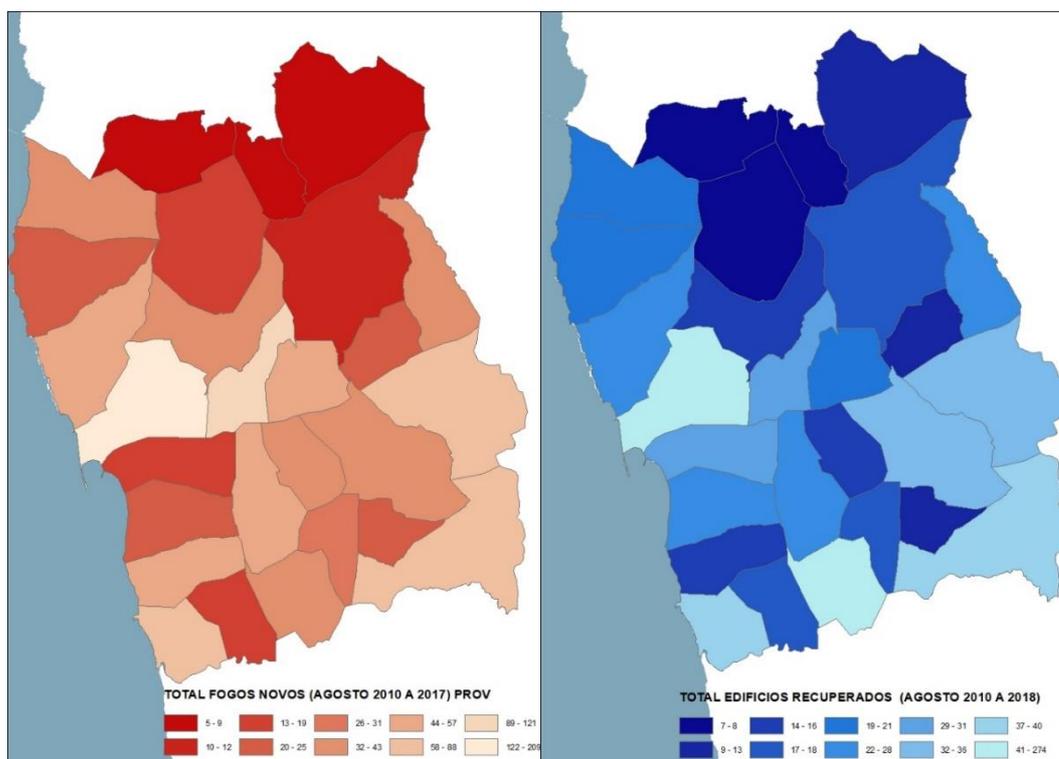


Gráfico 36 - Evolução comparativa do n.º de fogos novos e fogos recuperados.

Quando traduzido em fogos, verifica-se no entanto uma ligeira tendência de crescimento no número de fogos novos licenciados anualmente, apresentando a recuperação de fogos uma tendência positiva mais acentuada. De salientar que tanto o número de fogos como o número de edifícios apresentam nos dois últimos anos um princípio de inversão destas tendências com o ritmo de recuperação a abrandar e a construção nova a acelerar. Importa aqui no entanto salientar que as obras de recuperação (reabilitação) aqui contabilizadas, são as sujeitas a licenciamento. Ficam de fora dos dados recolhidos, as obras de conservação e obras interiores não sujeitas a controlo prévio, as quais ao incidirem em zonas onde o parque edificado é mais recente ou está simplesmente melhor conservado, serão suficientes para os manter ou repor em condições de habitabilidade e portanto utilizáveis. A diminuição dos valores de

recuperação pode assim indicar uma migração para recuperações mais ligeiras à medida que incide em edifícios e áreas de geração mais recente.



Mapa 36 - Total de fogos novos e edifícios recuperados (Ago. 2010 a 2018).

A distribuição espacial dos dois tipos de atividade no que respeita ao nº de fogos recuperados e construídos de novo, traduzidos nos dados de licenciamento, é no geral, semelhante. Não obstante freguesias como Darque, Chafé e União de freguesias de Subportela, Deocriste e Portela Susã apresentam desempenhos divergentes, com maior ênfase na recuperação nas freguesias de Darque e União de freguesias de Subportela, Deocriste e Portela Susã. Ao contrário, em Chafé a construção nova apresenta um peso maior.

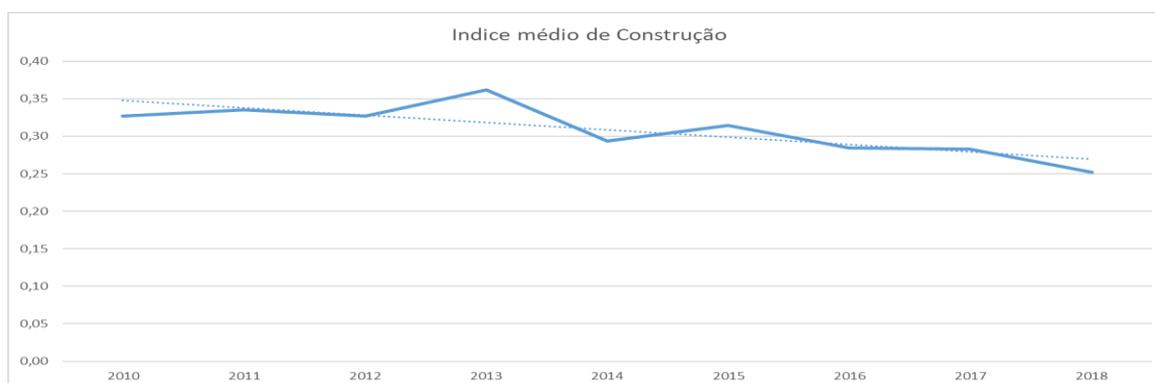


Gráfico 37 - Índice médio de construção.

Em termos de impacto sobre o território, verifica-se uma tendência para decréscimo efetivo na eficiência de uso do solo. Esta evidencia-se através de uma tendência de decréscimo no índice médio de construção efetivo, decorrente dos rumos divergentes da área de solo utilizado e áreas de construção produzida.

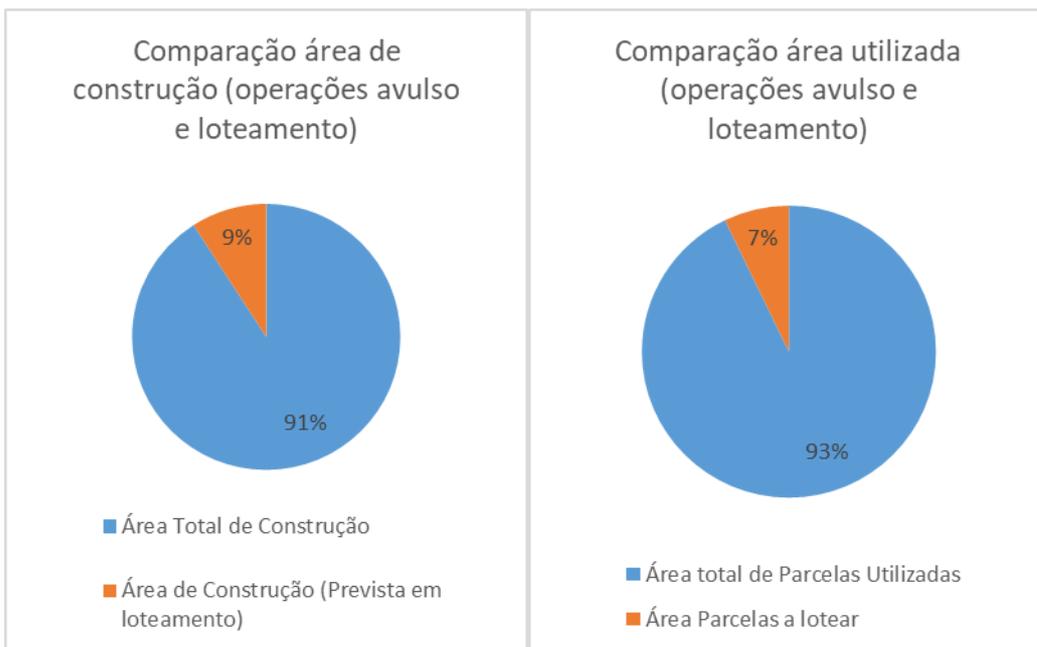


Gráfico 38 - Comparação de área de construção e utilizada (operações avulso e loteamento).

4.5.1.2 Análise de Processos de Loteamentos

Comparado o consumo de solo e produção de área de construção, verifica-se uma predominância de operações avulso sobre as operações de loteamento. Apenas 7% da área é ocupada com recurso a operações de loteamento e sendo a área de construção prevista nestas operações, apenas 9% do total.

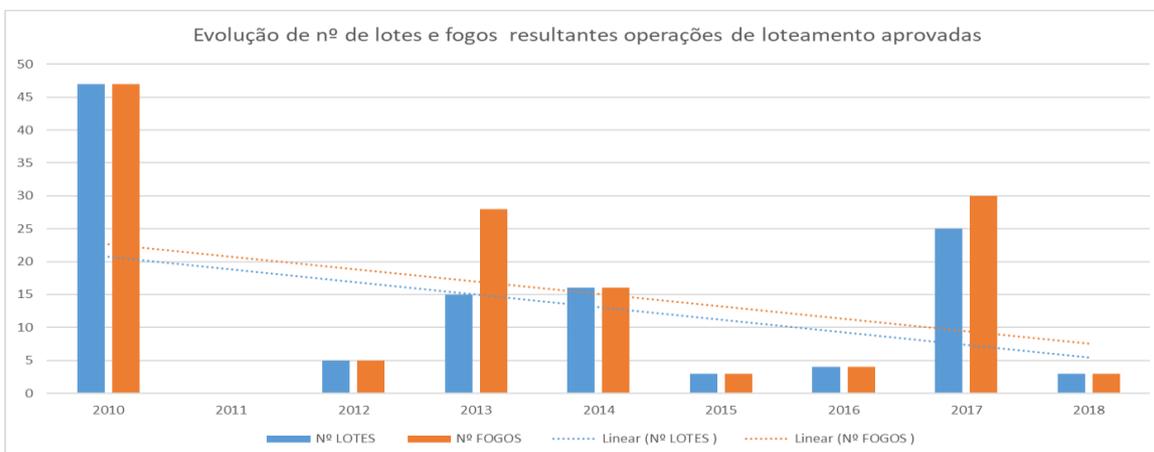


Gráfico 39 - Evolução de n.º de lotes e fogos resultantes de operações de loteamento aprovadas.

Avaliado o nº de alvarás de loteamento emitidos ao longo do tempo (só foram contabilizados no gráfico apresentado, os alvarás que implicam divisão fundiária com criação de lotes), verifica-se uma tendência de decréscimo. Esta estende-se ao nº de lotes e nº de fogos previstos. Também as áreas cedidas para arruamentos e equipamentos são relativamente reduzidas e apresentam tendência decrescente.

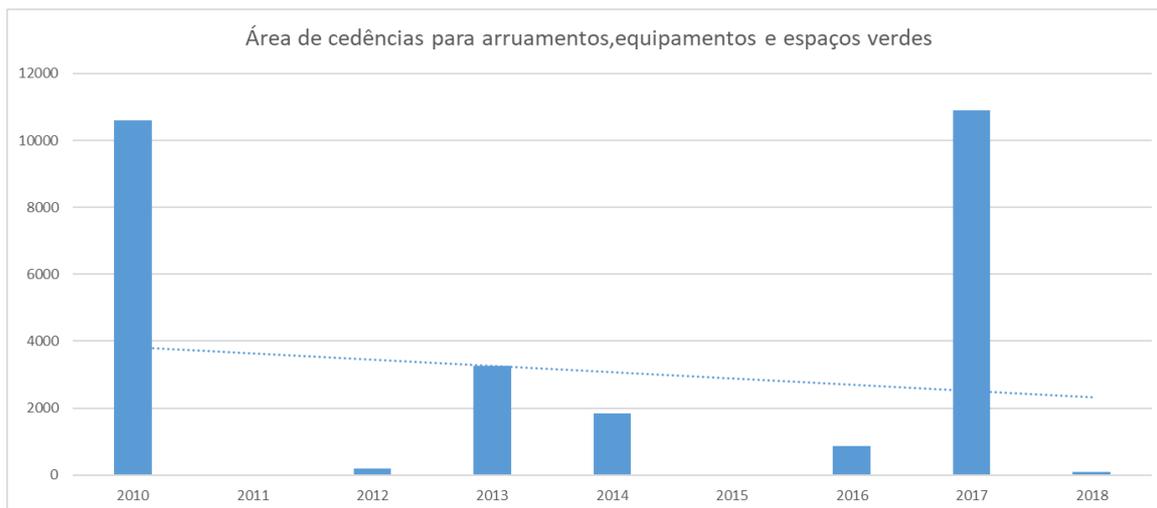


Gráfico 40 - Área de cedências para arruamentos, equipamentos e espaços verdes.

4.5.1.3 Usos não habitacionais

Relativamente aos usos não habitacionais verifica-se uma predominância do uso industrial, com 20% da área licenciada, seguido por comércio e serviços 5%, edificações de uso agrícola, equipamentos sociais, turismo e armazenamento.

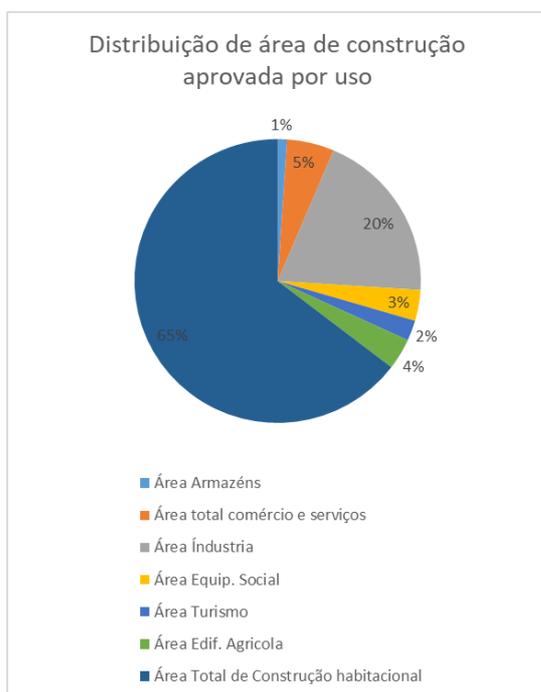


Gráfico 41 - Distribuição de área de construção aprovada por uso.

Analisadas as áreas licenciadas ao longo do período em estudo, sobressai o pico de área industrial licenciada em 2014, devido ao licenciamento de uma unidade de transformação de papel com área bruta de construção atípica.

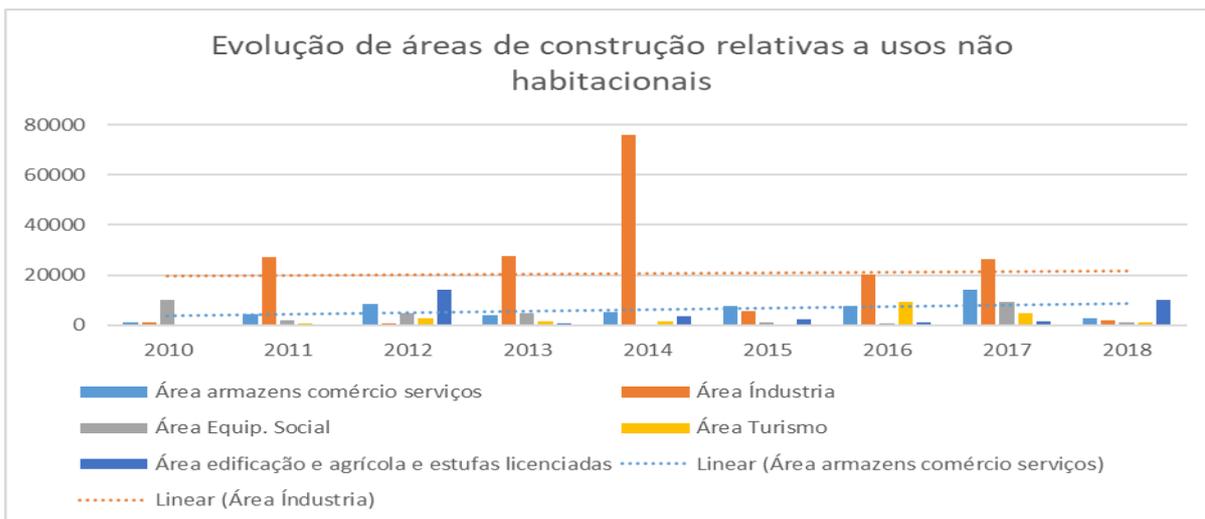


Gráfico 42 - Evolução de áreas de construção relativas a usos não habitacionais.

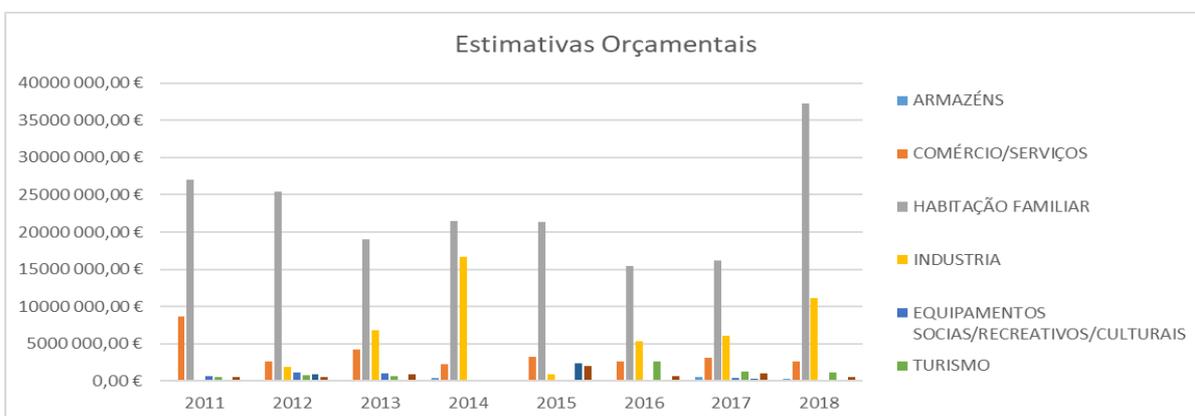


Gráfico 43 - Estimativas orçamentais.

Quando analisado o investimento medido pelas estimativas orçamentais apresentadas, verifica-se a predominância do investimento na habitação, seguido pela indústria, comércio e serviços. As duas primeiras categorias apresentam tendência crescente, enquanto comércio e serviços apresenta uma tendência decrescente.

4.5.1.4 Área de Reabilitação Urbana - Centro Histórico de Viana do Castelo (ARU-CHVC)

No capítulo do licenciamento e sem querermos introduzir análises mais detalhadas porquanto as mesmas integram e virão a integrar os respetivos relatórios anuais de monitorização, e considerando ainda a relevância que a temática da reabilitação urbana tem tido para a recuperação do imobiliário, apresentamos para a ARU do Centro Histórico de Viana do Castelo, publicada em 19-07-2013 em D.R. 2ª série, através do Aviso nº 9320/2013 de 19 de julho de 2013, com a subsequente Operação de Reabilitação Urbana da ARU-CHVC em D.R. 2ª série, publicada através do Aviso nº 6164/2016 de 13 de maio de 2016, dados globais relativos ao nº de operações urbanísticas de reabilitação, sujeitas a

licenciamento, de 2015 a 2018, dados que traduzem a dinâmica e as tendências do investimento privado nos últimos 4 anos.

Intervenções no edificado	2015	2016	2017	2018
Processos de licenciamento (entradas novas)	43	61	54	79

Tabela 13 - Intervenções no edificado do Centro Histórico de Viana do Castelo. Fonte: CMVC.

A análise destes dados evidencia uma clara tendência no crescimento do nº de entradas de processos de licenciamento, com especial relevância em 2018, facto que vem atestar a importância que a Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Viana do Castelo, tem na dinâmica do imobiliário no Concelho e que se traduzem nos seguintes gráficos comparativos;

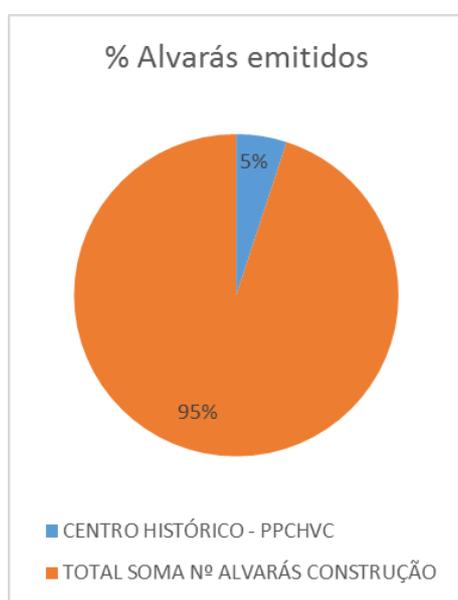


Gráfico 44 - % Alvarás emitidos e % de Fogos licenciados.

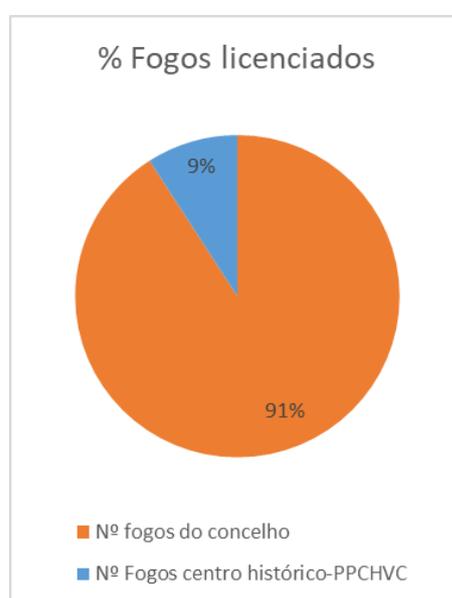


Gráfico 45 - % Fogos licenciados.

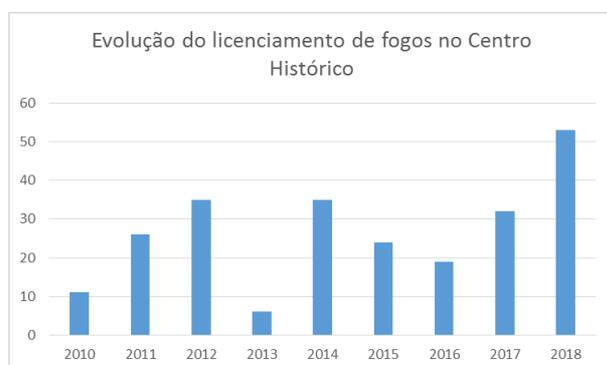


Gráfico 46 - Evolução do licenciamento de fogos no centro histórico.



Gráfico 47 - Evolução de emissão de alvarás no centro histórico.

A interpretação comparativa entre o nº de alvarás emitidos no Centro Histórico verso nº de fogos licenciados, que representam as tendências dos últimos 9 anos (2010-2018), permitem aferir uma tendência do aumento do nº de fogos por alvará, o que indicia uma aposta do investimento privado no incremento do nº de frações por edifício e por inerência no aumento das tipologias mais pequenas.

4.6 Mobilidade, infraestruturas básicas e equipamentos

4.6.1 Mobilidade

4.6.1.1 Repartição Modal

A análise da mobilidade no concelho de acordo com os dados dos censos 2001 e censos 2011, relativamente ao principal modo utilizado nos movimentos pendulares casa trabalho e casa escola, coligidos pelo IMT, evolui no sentido de maior dependência do automóvel para estas deslocações, passando este modo de deslocação de 50% para quase 70% das deslocações. Todos os restantes modos de deslocação diminuem, com exceção do modo motociclo/bicicleta onde o uso duplica, embora partindo de valores baixos, passando de 1,7 para 3,2 % das deslocações. Em simultâneo o número de deslocações contabilizadas desceu em cerca de 3% entre os dois períodos censitários.

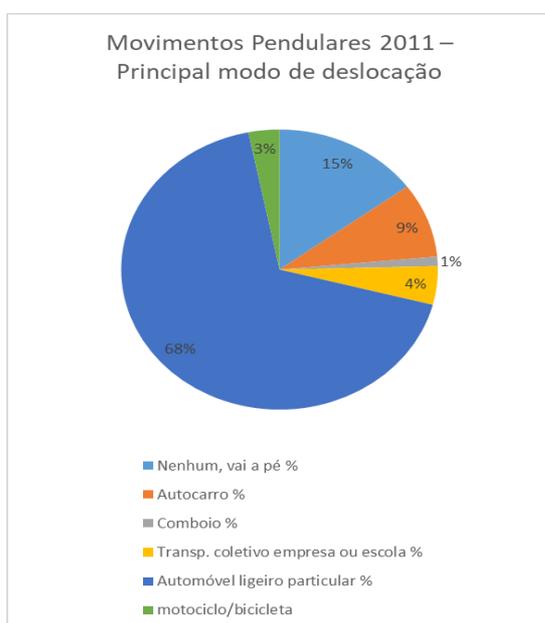


Gráfico 48 - Movimentos pendulares 2011. Fonte IMT sobre dados dos Censos 2001 e 2011 INE.

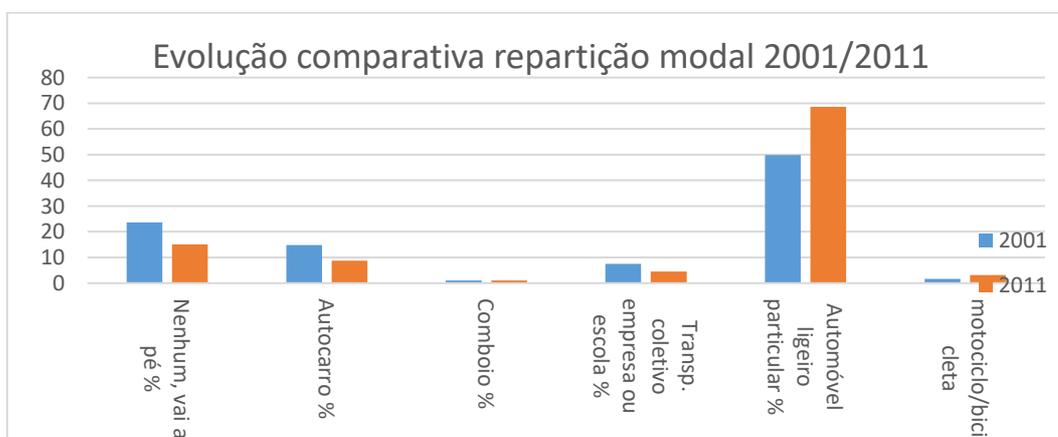


Gráfico 49 - Evolução comparativa repartição modal 2001/2011. Fonte IMT sobre dados dos Censos 2001 e 2011 INE

4.6.1.2 Oferta de Transporte Público

Analisada a evolução da oferta de transporte público, através do número de partidas de transporte público do Interface de Transportes de Viana do Castelo, verifica-se uma redução do nº de partidas semanais de cerca de 10% entre 2009 e 2018. As reduções percentuais mais acentuadas verificaram-se nos destinos europeus e para Portugal, à exclusão da região norte. Foi aqui que se deu a única subida no nº de partidas.

No que respeita aos dados de utilização de transporte urbanos entre 2011 e 2014, verifica-se uma redução de 18,5% no número de títulos vendidos. A redução é mais elevada nos circuitos que servem os setores litoral, sul e nascente da cidade e ligeiramente positiva nas carreiras que servem o setor central da cidade. Esta variação não é no entanto uniforme ao longo do tempo. Entre 2011 e 2017 a tendência é de decréscimo, e 2018 é um ano de alguma recuperação face aos mínimos atingidos em 2017.

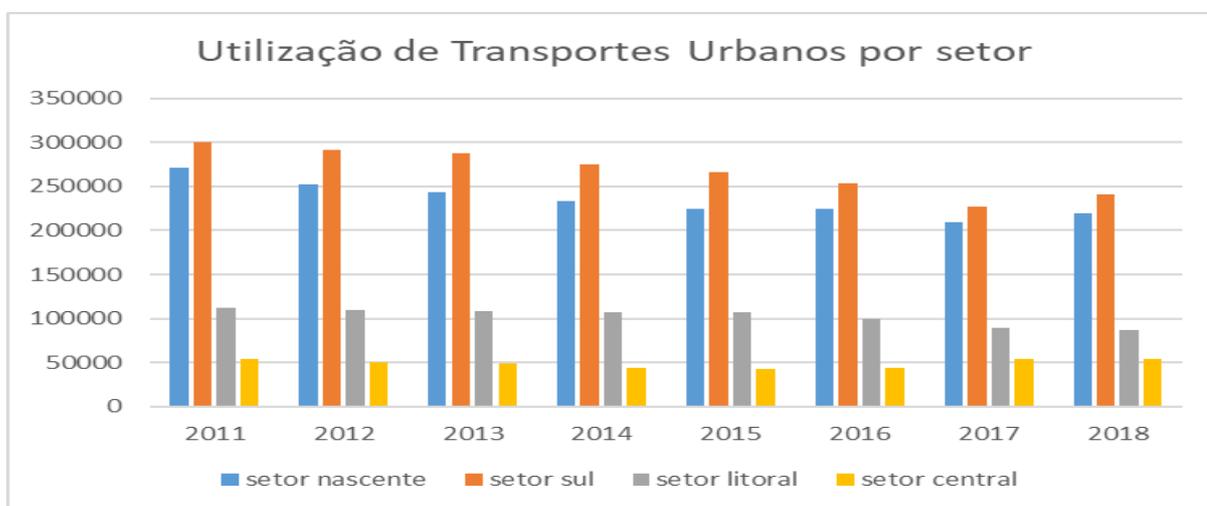


Gráfico 50 - Utilização de transportes urbanos por setor. Fonte: AVIC 2019)

4.6.1.3 Mobilidade Elétrica

O número de utilizações verificada nos miniautocarros elétricos cujos circuitos servem a zona central da cidade, depois de um crescimento entre 2005 e 2012, estabilizou nos 30 mil viagens ano. A utilização do funicular de S. Luzia mostra uma acentuada taxa de crescimento entre 2007 e 2018 (118%), bem como a utilização de pontos públicos de carregamento de veículos elétricos, que passa de 0 utilizadores em 2010 a 438 utilizadores e 6187 carregamentos em 2018. Regista-se, no entanto, o esforço do Município no sentido aumento da visibilidade e sensibilização coletiva para a utilização de veículos elétricos, não só com a gestão e manutenção dos miniautocarros desde 2005, mas também na aquisição de 5 novos veículos elétricos no ano de 2018.

4.6.1.4 Modo Ciclável

No que respeita à rede ciclável esta tinha em 2012 cerca de 4,2 km atingindo em 2018 os 19,2 km incluindo-se aqui ciclovias e ecovias. No que respeita a utilização ao modo, importa referir o significativo nível de adesão inicial na comunidade académica à oferta de utilização longa duração de bicicletas e bicicletas elétricas (65%) no âmbito do projeto U-Bike promovido pelo Ministério do Ambiente e da Transição Energética, ao qual o Instituto Politécnico de Viana do Castelo integrou.

4.6.2 Infraestruturas Básicas

O presente relatório pretende mostrar de forma resumida as atividades desenvolvidas desde 2008 a 2017 por toda a Organização, na sequência das estratégias definidas pelo Conselho de Administração e em consonância com as orientações emanadas do Executivo Municipal.

Atendendo à evolução do setor de águas e resíduos em Portugal e às crescentes exigências a nível legislativo e de qualidade junto dos consumidores, os Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Viana do Castelo entenderam que a qualidade dos seus produtos e serviços seria o melhor meio para o desenvolvimento e cumprimento das metas e objetivos traçados.

A certificação do sistema de gestão da qualidade iniciada em 2005 e obtida em 2007, e a adesão voluntária à qualidade de serviço da entidade reguladora em 2007, foram o início de um processo de melhoria contínua, tendo por base a uniformização de procedimentos e a modernização administrativa apoiada nas novas tecnologias de informação. Deste modo, foi possível garantir a satisfação dos clientes e potenciar o nível de qualidade de serviços.

A certificação dos sistemas de gestão de ambiente e segurança e saúde no trabalho em 2012 e a integração com o sistema de gestão de qualidade, foram elementos chave da gestão para melhoria contínua da qualidade de serviço prestado a toda a população do concelho de Viana do Castelo. Estas ferramentas permitiram que a entidade reguladora (ERSAR) tenha atribuído em 2012, o prémio de “Qualidade de serviço de gestão de resíduos urbanos prestados aos utilizadores” e em 2013 o prémio de “Qualidade de serviço de saneamento de águas residuais urbanas prestado aos utilizadores”.

Ao longo dos últimos anos, a entidade reguladora atribuiu ao município o “Selo de Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano”. Esta distinção fomenta uma cultura de responsabilidade e privilegia a melhoria da qualidade e segurança da água distribuída.



Cientes, que a implementação das melhores práticas e a busca por serviço rigoroso, associado à promoção de elevados níveis das condições de segurança, são fatores determinantes o sucesso da organização e para um abastecimento de água seguro, o município apostou na implementação de um sistema de gestão da segurança alimentar e, em 2015, os serviços municipalizados de Viana do Castelo foram a primeira entidade gestora em baixa com um sistema de abastecimento certificado, de acordo com o referencial normativo NPEN ISO 22000. Deste modo, asseguraram a missão de utilidade pública, dando cumprimento às recomendações da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e da Organização Mundial de Saúde, fomentando objetivos de garantia da qualidade e segurança alimentar da água para consumo humano e o incentivo à adesão ao sistema público de abastecimento.

Na área dos Resíduos, o município continua no percurso da prevenção da produção e valorização dos resíduos, com destaque para as elevadas taxas de recuperação, que torna o Município de Viana do Castelo no Município com a mais elevada taxa do sistema da Resulima.

O ano de 2017 fica ainda marcado pelos investimentos realizados no aumento de redes de água e saneamento, e pela campanha de incentivo à adesão voluntária (campanha “Ligue-se”). Na área dos resíduos destaca-se o alargamento da área abrangida pela carga lateral, bem como o início da preparação e aquisições para implementação da Candidatura ao POSEUR no valor de 5.330.420,84€ para o projeto de recolha dos Bio resíduos na área urbana e lançamento da compostagem familiar nas áreas rurais.

4.6.2.1 Abastecimento de Água

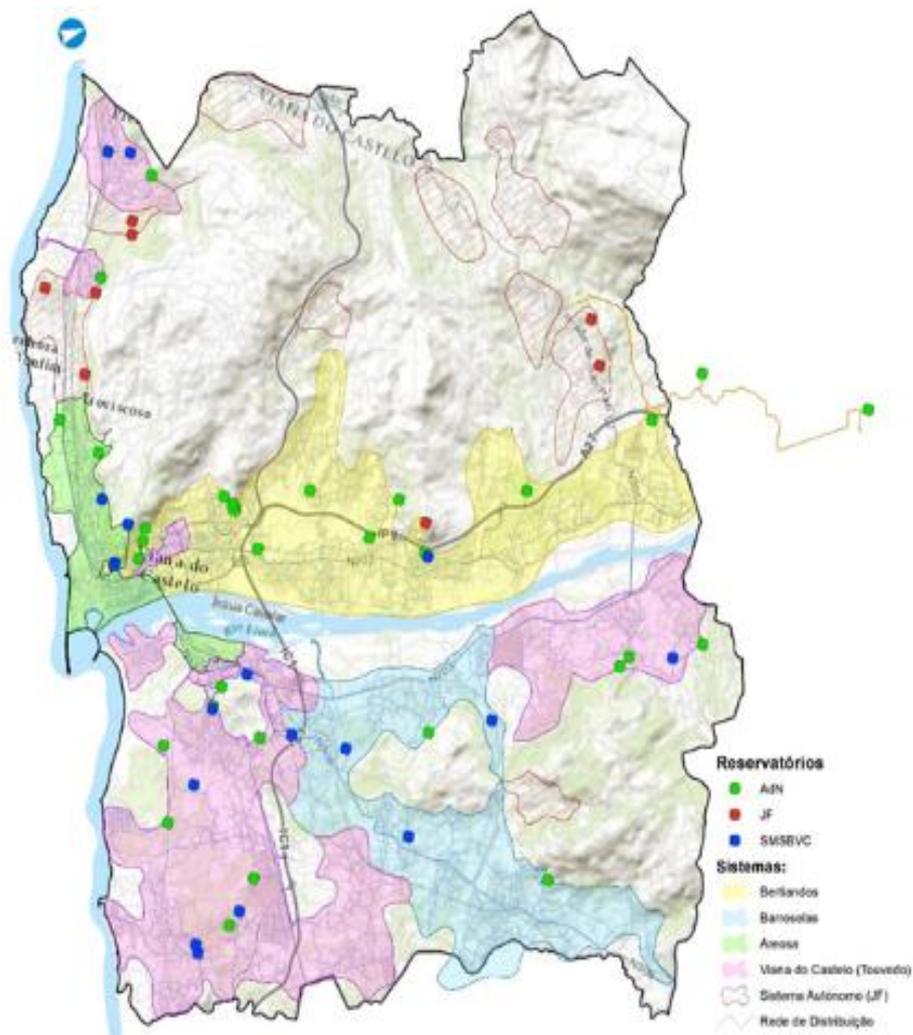
Caracterização do Concelho

Ao longo dos últimos anos, o sistema de abastecimento no concelho de Viana do Castelo tem sofrido algumas alterações, tendo passado de um sistema vertical, com gestão do sistema em alta e em baixa, para uma gestão direta apenas no sistema em baixa.

O concelho de Viana do Castelo estava dividido em 4 zonas de abastecimento geridas diretamente pelos serviços municipalizados: Bertíandos, Barroselas, Areosa e Viana do Castelo – Touvedo, e 9 zonas de abastecimento das juntas de freguesia: Afife, Carreço, Montaria, Portela Susã, Freixieiro de Soutelo, Meixedo, Amonde, Vilar de Murteda e Outeiro. Atualmente, a zona de abastecimento de Bertíandos é eliminada, pois o abastecimento passa a ser de Viana do Castelo – Touvedo.

O concelho é caracterizado por uma extensão de rede de abastecimento de 850Km e cerca de 45 reservatórios de água (17 do sistema em baixa e os restantes do sistema em alta), o que permite uma capacidade de reserva de 1,5 dias.

Na figura seguinte estão representados os sistemas de abastecimento e os reservatórios existentes:



Mapa 37 - Sistemas de abastecimento e os reservatórios existentes.

Adequação e Sustentabilidade do Sistema

- **Acessibilidade Física do Serviço**

A evolução da acessibilidade física do serviço de abastecimento de água disponível, não só atinge o objetivo definido 95%, como supera a meta estabelecida pela ERSAR como bom desempenho.

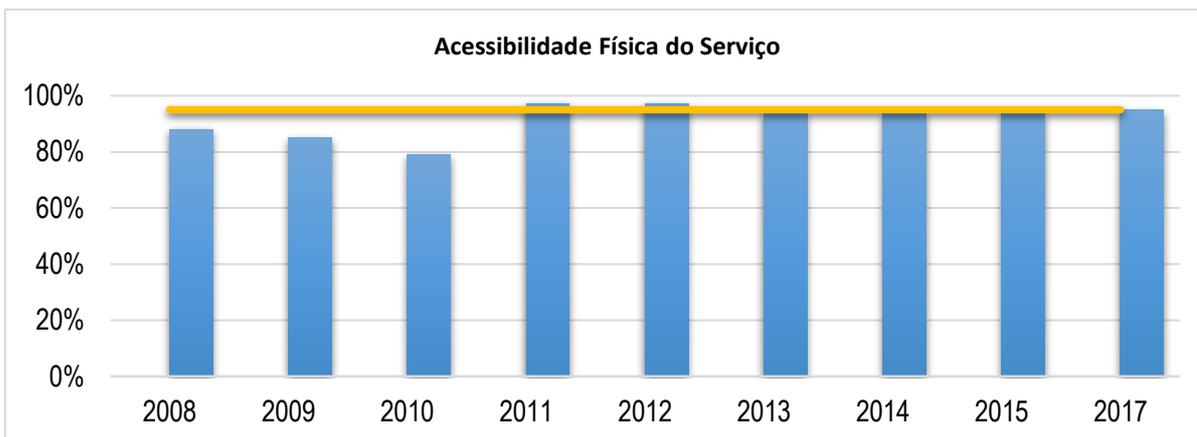


Gráfico 51 - Acessibilidade física do serviço.

- **Adesão ao Serviço**

A evolução da adesão aos serviços disponíveis é um indicador que apenas começou a ser medido em 2011 e que reflete uma das preocupações dos serviços municipalizados, para a promoção da adesão dos municípios às infraestruturas disponíveis, e embora a adesão aos serviços disponibilizados possua ascensão favorável, ainda não atinge o objetivo de referência da entidade reguladora como bom desempenho. Nos últimos dois anos foi realizada uma campanha de incentivo à adesão voluntária (campanha “Ligue-se”).

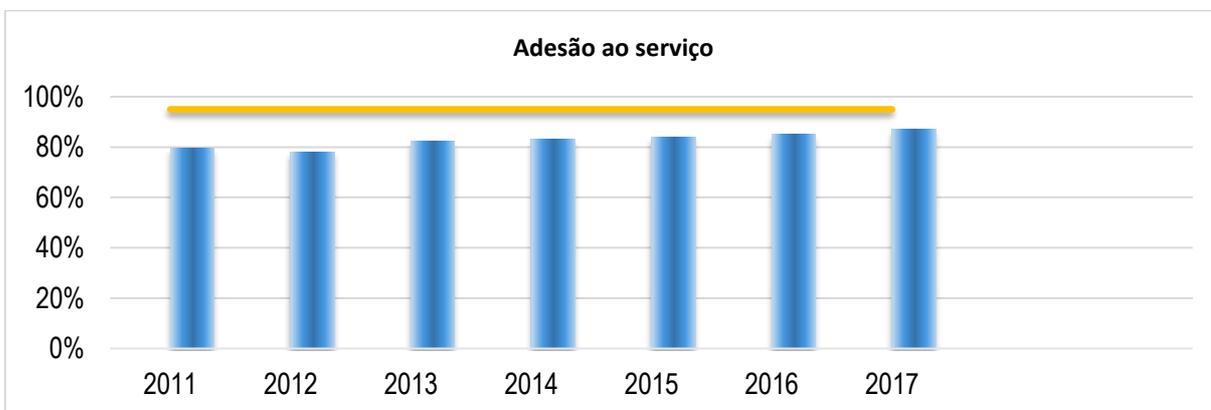


Gráfico 52 - Adesão ao serviço.

- **Caracterização e Evolução dos Clientes**

Ao longo destes anos verifica-se uma evolução significativa do número de clientes, fruto da extensão da rede água a todo o concelho e da adesão aos sistemas disponíveis.

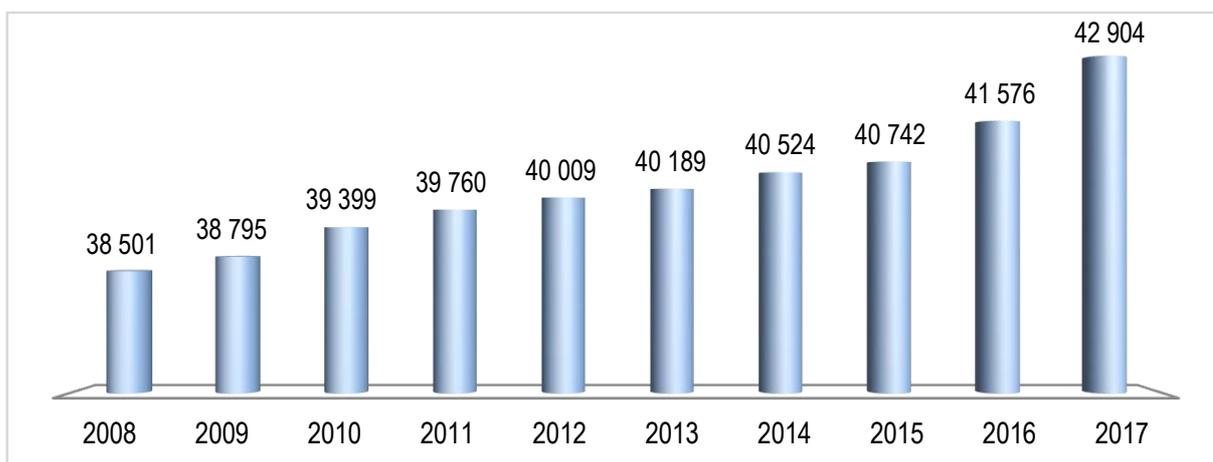


Gráfico 53 - Caracterização e evolução dos clientes.

- **Evolução do Consumo**

Apesar do aumento do número de clientes, tal situação não teve reflexo no aumento de consumo, fruto da implementação de medidas de eficiência pela entidade gestora e pelos próprios consumidores. Em 2015, as infraestruturas em alta transitaram para as Águas do Norte, pelo que o consumo em alta a Ponte de Lima passou a ser medido e faturado por esta entidade.

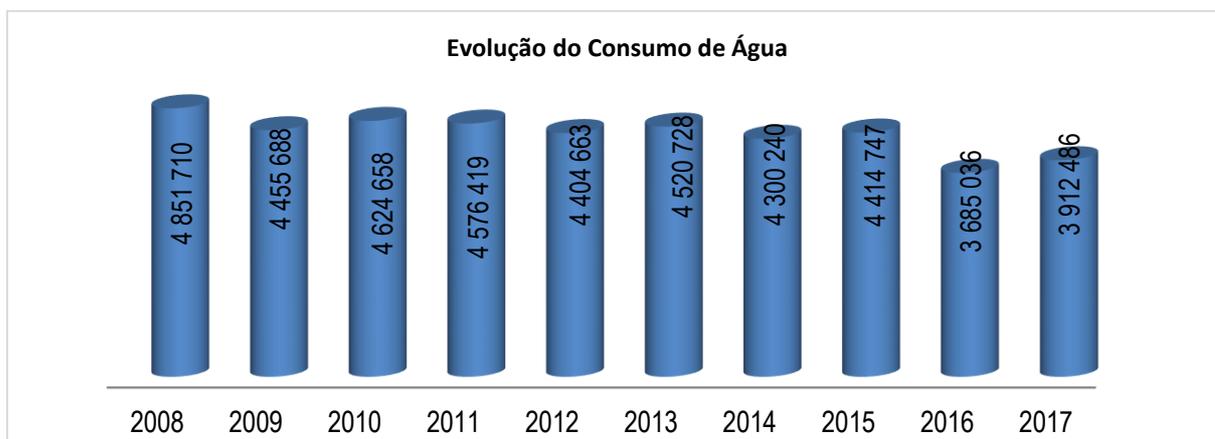


Gráfico 54 - Evolução do consumo de água.

- **Captação da Água**

O volume total de água entrado no sistema reduziu ao longo dos últimos anos, fruto das medidas de eficiência implementadas nos sistemas. O volume de água captada nas principais origens de água foi de cerca de 6.000.000m³, sendo apenas cerca de 5% adquirida à entidade em alta. A captação de Bertandos representa 30% da água captada e a captação de Barroselas representa 20%. A água captada nas minas representa, no sistema de abastecimento de água, cerca de 30%, da água entrada no sistema.

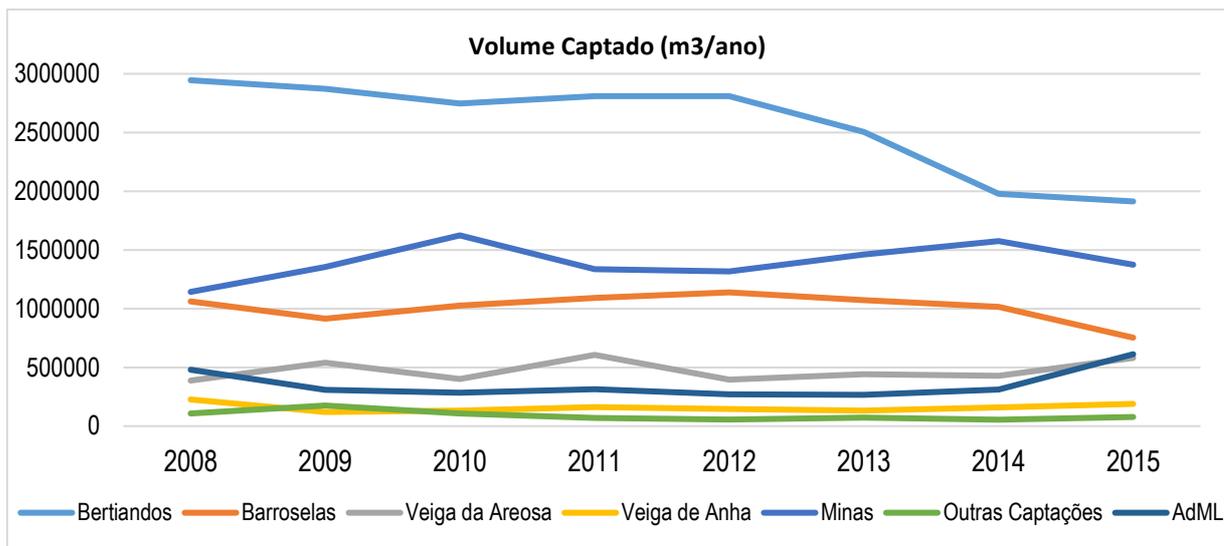


Gráfico 55 - Volume de captação de água.

A partir de 2014 verifica-se uma diminuição da água captada e o aumento da compra de água às Águas de Minho e Lima (AdML), atuais Águas do Norte. Em 2015 os serviços municipalizados passam a ser apenas entidade gestora em baixa, pelo que a entidade responsável pela captação de água passa a ser as Águas de Norte.

- **Água não Faturada**

A percentagem de água não faturada reduziu significativamente ao longo dos últimos anos, fruto das medidas de eficiência implementadas nos sistemas e da participação dos serviços municipalizados na Iniciativa Nacional para a Gestão Eficiente de Perdas, promovida pelo LNEC.

As diversas medidas implementadas, ao nível das perdas reais e aparentes permitiram a Viana do Castelo atingir em 2015 o objetivo nacional de bom desempenho, que se situa abaixo dos 20%.

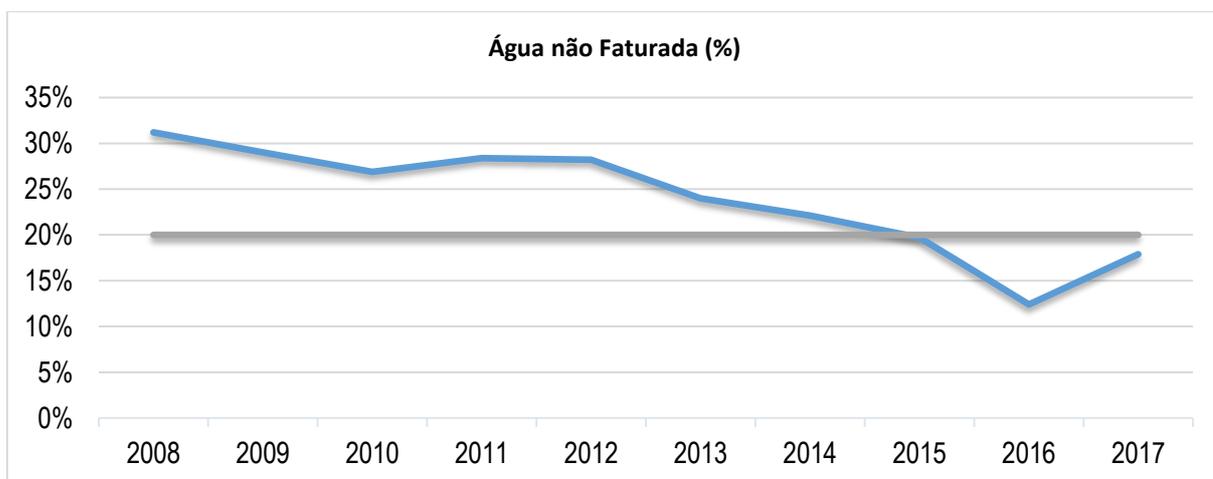


Gráfico 56 - % de água não faturada.

- **Água Segura**

Garantir a qualidade e segurança alimentar da água abastecida é para o concelho de Viana do Castelo um objetivo de elevada importância, o trabalho desenvolvido nos últimos anos permitiu reduzir para um terço o número incumprimentos. Por outro lado, o apoio prestado aos sistemas geridos pelas Juntas de Freguesia conseguiu-se fazer baixar de cerca de 140 para 20 os incumprimentos.

Assim, desde 2009 que a percentagem de água segura no concelho de Viana do Castelo ultrapassa largamente o objetivo nacional de bom desempenho, que se situando acima dos 98,5%, ainda que penalizados pelos sistemas de abastecimento geridos pelas juntas de freguesia.

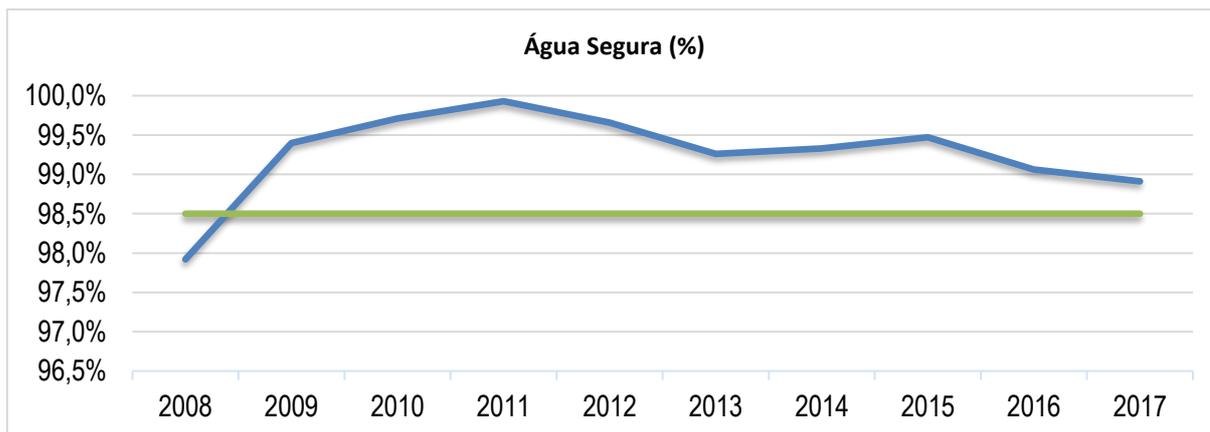


Gráfico 57 - % de água segura.

Com o auxílio dos laboratórios externos, realizaram anualmente cerca de 3.000 controlos analíticos a 70 parâmetros de avaliação da qualidade da água de abastecimento, no âmbito do plano de controlo da qualidade da Água, aprovado pela ERSAR, às quais acrescem os ensaios às “Águas Brutas” e aos Reservatórios e outros ensaios de carácter extraordinário. Internamente são realizadas cerca de 15.000 determinações a vários parâmetros, no âmbito do plano de controlo operacional interno.

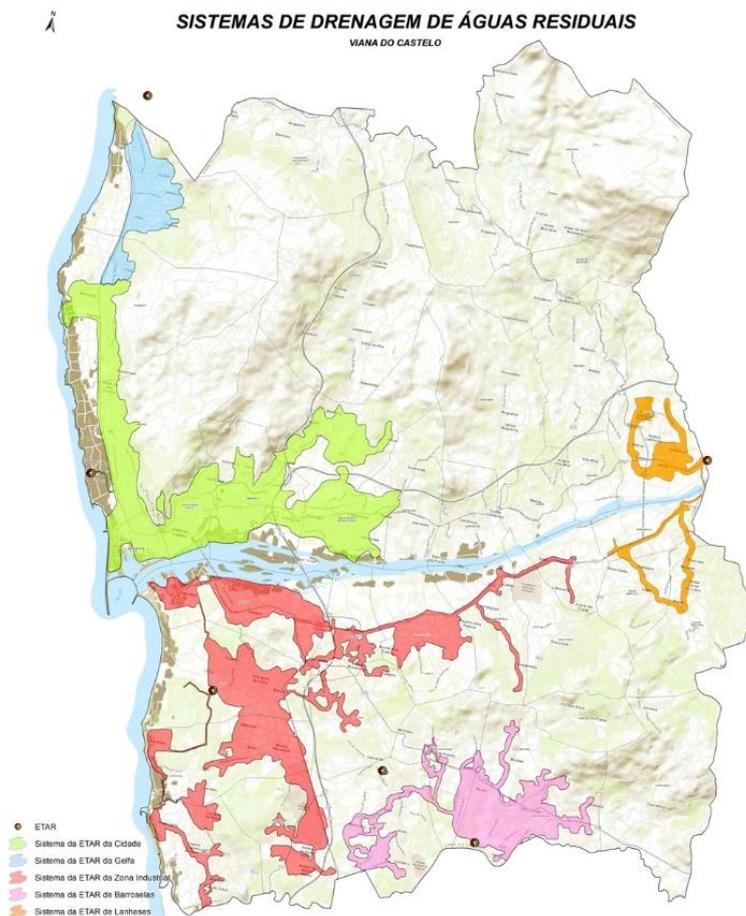
A ausência de análises em falta deve-se a toda uma série de reestruturações efetuadas no decurso dos últimos anos, abrangendo a substituição e modernização das redes de distribuição, novas condições de reserva e tratamento da água, implementação de planos e programas de inspeção, monitorização da qualidade, conservação e higienização das componentes do sistema de abastecimento, que levaram à certificação externa sistema de segurança alimentar da água para consumo humano, de acordo com o referencial normativo NP EN ISO 22000.

4.6.2.2 Saneamento de Águas Residuais

Caracterização do concelho

O sistema de saneamento de águas residuais urbanas do concelho de Viana do Castelo está dividido em 5 sistemas de drenagem: ETAR da Cidade; ETAR da Zona Industrial; ETAR de Lanheses; ETAR de Barroselas e ETAR da Gelfa. A extensão de rede de saneamento ao longo dos últimos anos foi muito significativa, tendo aumentado cerca de 100Km.

Atualmente, o sistema é composto por 5 Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), 450 Km de rede de saneamento e 17 estações elevatórias.



Mapa 38 - Sistemas de drenagem de águas residuais.

Adequação e Sustentabilidade do Sistema

- **Acessibilidade Física do Serviço**

A evolução da acessibilidade física do serviço de saneamento de águas residuais aumentou significativamente, passando 60% para os 77%, no entanto este serviço ainda não atinge o objetivo nacional definido, de 85%, que poderá ser atingido pela extensão das redes fixas ou através de meios móveis, de acordo com as orientações da entidade reguladora.

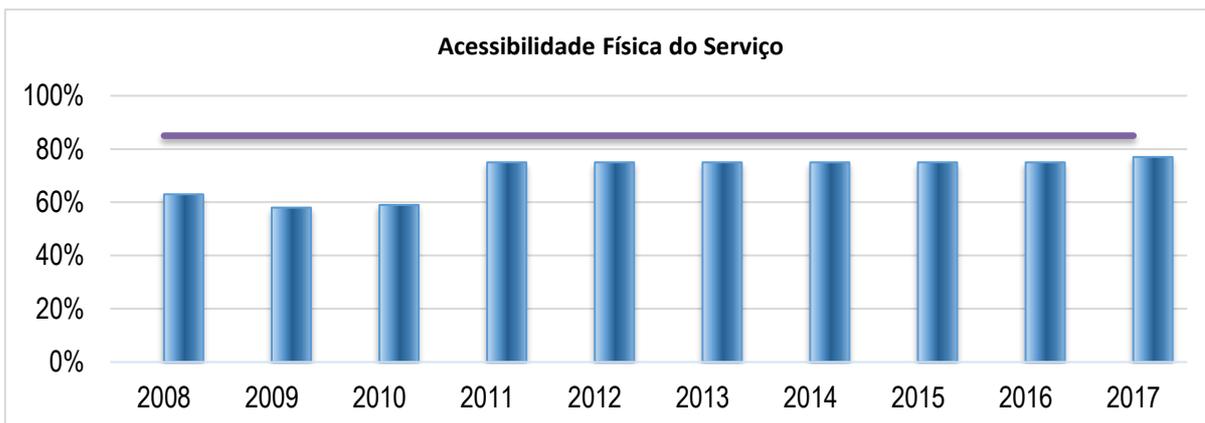


Gráfico 58 - Acessibilidade física do serviço.

- **Adesão ao Serviço**

A evolução da adesão aos serviços disponíveis é um indicador que apenas começou a ser medido em 2011 e que reflete uma das preocupações dos serviços municipalizados para a promoção da adesão dos municípios às infraestruturas disponíveis, e embora a adesão aos serviços disponibilizados possua ascensão favorável, ainda não atinge o objetivo de referência da entidade reguladora como bom desempenho. Tal como para o sistema de abastecimento de água, foi realizada uma campanha de incentivo à adesão voluntária (campanha “Ligue-se”), que embora tenha promovido o aumento, ainda não foi suficiente para atingir o objetivo.

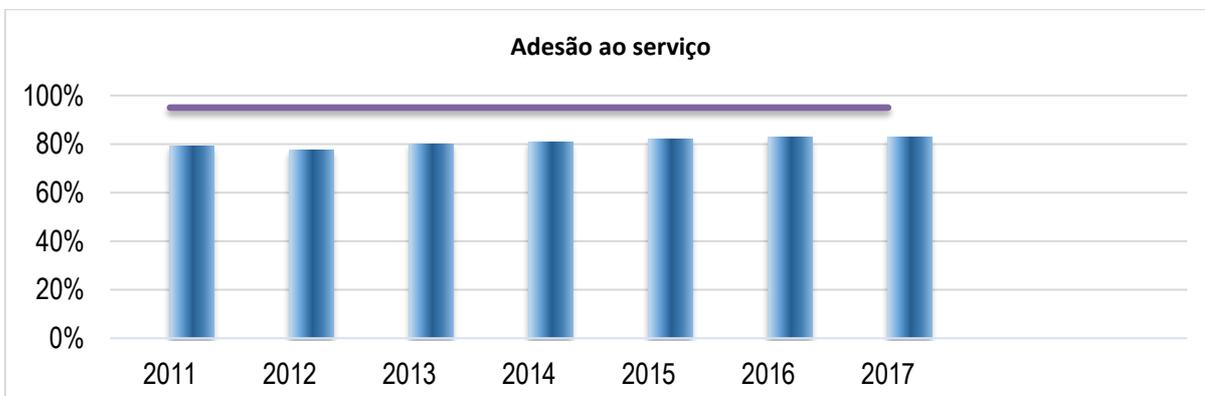


Gráfico 59 - Adesão ao serviço.

- **Caracterização e Evolução dos Clientes**

Ao longo destes anos verifica-se uma evolução significativa do número de clientes, fruto da extensão da rede de saneamento de águas residuais e da adesão aos sistemas disponíveis.

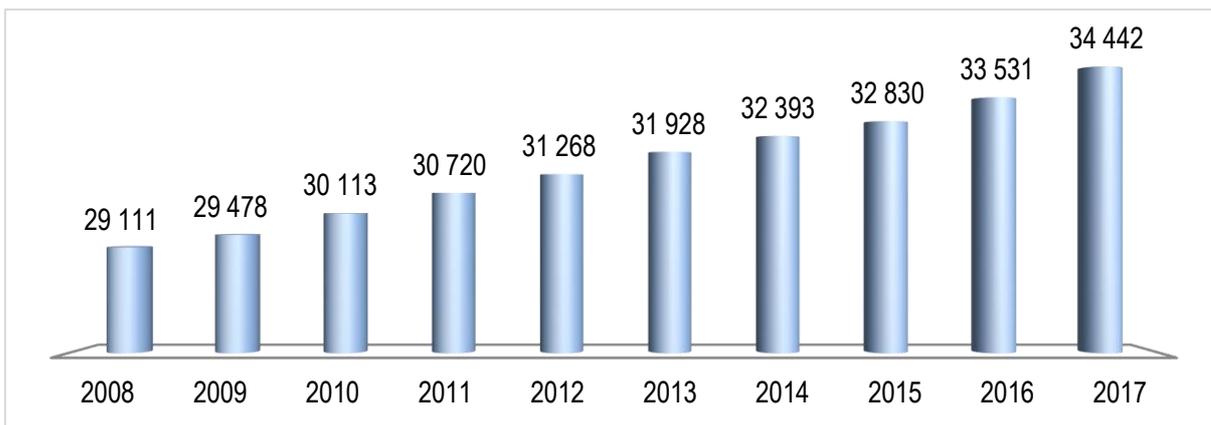


Gráfico 60 - Caracterização e evolução dos clientes.

- **Evolução do Caudal Tratado**

O caudal medido pela entidade em alta, está diretamente relacionado com a água freática que entram no sistema e não com a água residual descarregada nos coletores públicos. Em 2017, implementaram diversas ações associadas ao controlo das afluências indevidas, sendo evidenciado nesse mesmo ano uma convergência entre os caudais medidos e faturados.

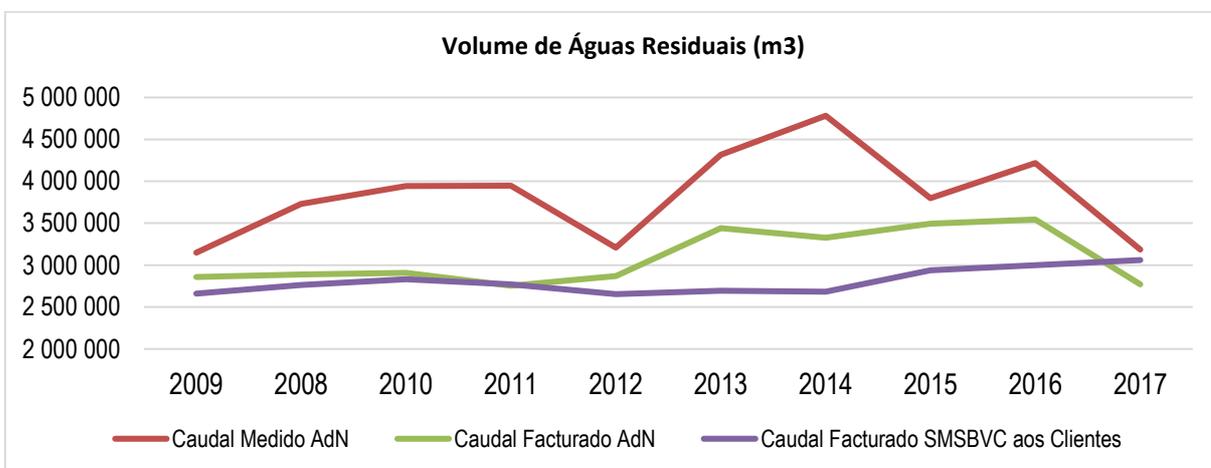


Gráfico 61 - Volume de águas residuais.

4.6.2.3 Resíduos Urbanos

Caracterização do concelho

A recolha de resíduos urbanos no município de Viana do Castelo processa-se segundo duas modalidades a recolha seletiva, efetuada pela entidade em alta, a Resulima, e a recolha indiferenciada efetuada pela entidade em baixa, Serviços Municipalizados de Saneamento Básico de Viana do Castelo. Sendo que, os serviços municipalizados apoiam a recolha seletiva, pois a sua aposta centra-se na redução e valorização

dos resíduos, através de diversas ações de sensibilização e do esforço de encaminhamento dos bio resíduos para valorização.

O sistema de recolha é composto por um aterro e um ecocentro intermunicipal, aproximadamente 1800 equipamentos de recolha indiferenciada, 90 oleões e 500 ecopontos, distribuídos pelo concelho.



Mapa 39 - Sistemas de recolha de resíduos sólidos urbanos.

Adequação e Sustentabilidade do Sistema

- **Acessibilidade Física do Serviço**

O conceito de acessibilidade física na gestão de resíduos urbanos tem evoluído ao longo dos últimos anos, sendo que o Decreto-Lei n.º 194/2009 de 20 de agosto, refere que o serviço de gestão de resíduos urbanos considera-se disponível desde que o equipamento de recolha indiferenciada se encontre instalado a distância inferior a 100 m do limite do prédio, a distância pode ir até 200m em áreas predominantemente rurais. Esta metodologia e o enquadramento territorial do concelho de Viana do Castelo, em que o grau de urbanização do território é claramente reduzido, com uma dispersão dos fogos habitacionais elevada, uma população residente baixa e um distanciamento elevado dos fogos ao limite da propriedade, não evidenciam o desempenho do serviço disponível.

Apesar da evolução favorável e do esforço na gestão dos equipamentos disponíveis, este indicador não atinge o objetivo nacional definido, de 90%.

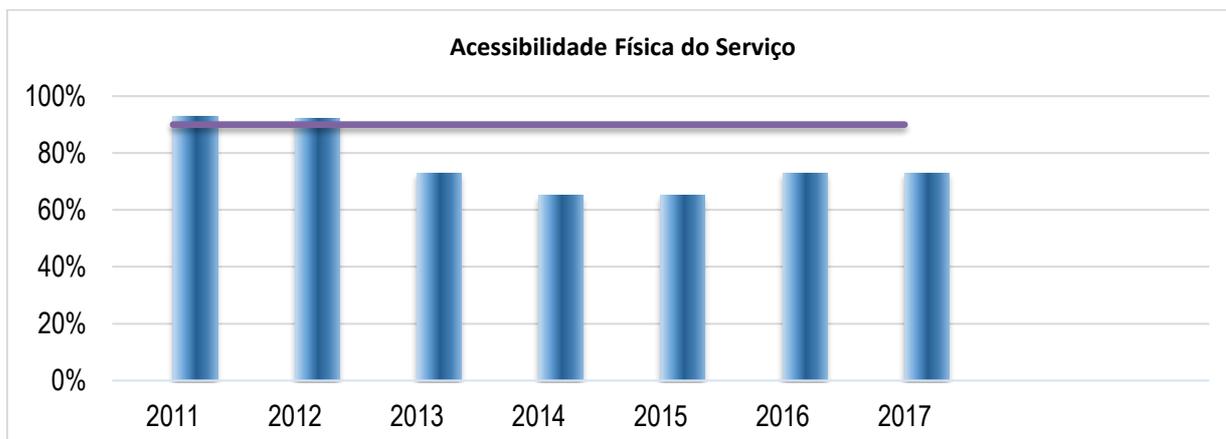


Gráfico 62 - Acessibilidade física do serviço.

- **Evolução da Recolha Indiferenciada**

A recolha indiferenciada de resíduos urbanos, no concelho de Viana do Castelo, atingiu uma redução significativa entre 2010 e 2012. Esta redução deve-se à aplicação de políticas e campanhas facilitadoras da recolha seletiva, nomeadamente ao nível da recolha de bio resíduos e da instalação de equipamentos de recolha seletiva.

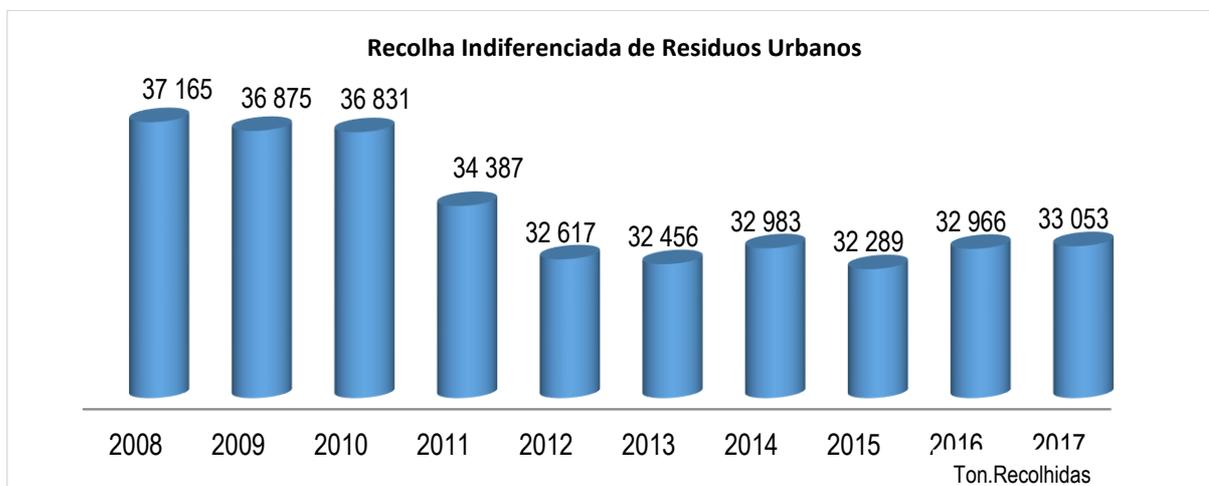
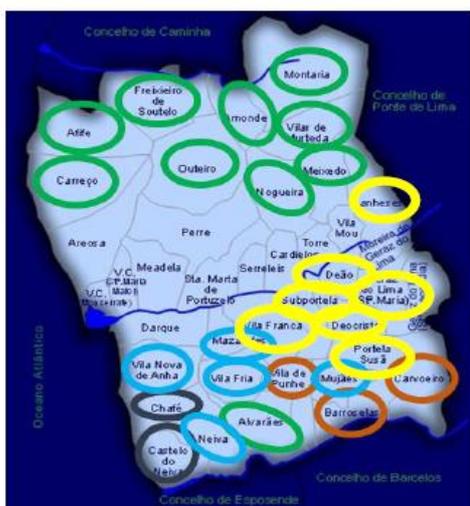


Gráfico 63 - Recolha indiferenciada de resíduos urbanos.

Em 2013 iniciou-se o processo de recolha de resíduos por carga lateral. A implementação deste sistema inovador traz inúmeras vantagens, entre as quais destacam-se: aumento da capacidade de carga dos equipamentos; aumento dos níveis de segurança; redução do número de operadores; diminuição da frequência de recolha e diminuição das emissões de CO₂. O projeto foi implementado de acordo com as seguintes fases:



- **1ª Fase**
Alvarães, Carreço, Afife, Amonde, Montaria, Meixedo, Vilar de Murteda, Outeiro, Nogueira e Freixeiro de Soutelo.
- **2ª Fase**
Barroselas, Carvoeiro e Vila de Punhe.
- **3ª Fase**
Chafé e Castelo do Neiva.
- **4ª Fase**
V.N. Anha, S. Romão do Neiva, Mazarefes, Vila Fria e Mujães.
- **5ª Fase**
Vila Franca, Portela Susã, Subportela, Deão, Deocriste, Terras de Geraz e Lanheses.

Mapa 40 - Faseamento da implementação do recolha de resíduos por carga lateral.

- **Evolução da Recolha Seletiva**

A recolha seletiva de resíduos urbanos no concelho de Viana do Castelo tem vindo a aumentar significativamente ao longo dos últimos anos. Assim, de forma a reduzir a recolha de indiferenciados depositados em aterro, os serviços municipalizados complementam o trabalho da Resulima (entidade responsável pela recolha seletiva), através da recolha de monstros, recolhas ocasionais a pedido, recolha de resíduos verdes e da recolha das frações valorizáveis, bem como com a colocação de alguns ecopontos. Assim, desde 2011 que a entidade reguladora monitoriza o cumprimento da meta de recolha seletiva de resíduos, estabelecida pelo PERSU. Viana do Castelo supera significativamente a meta estabelecida.

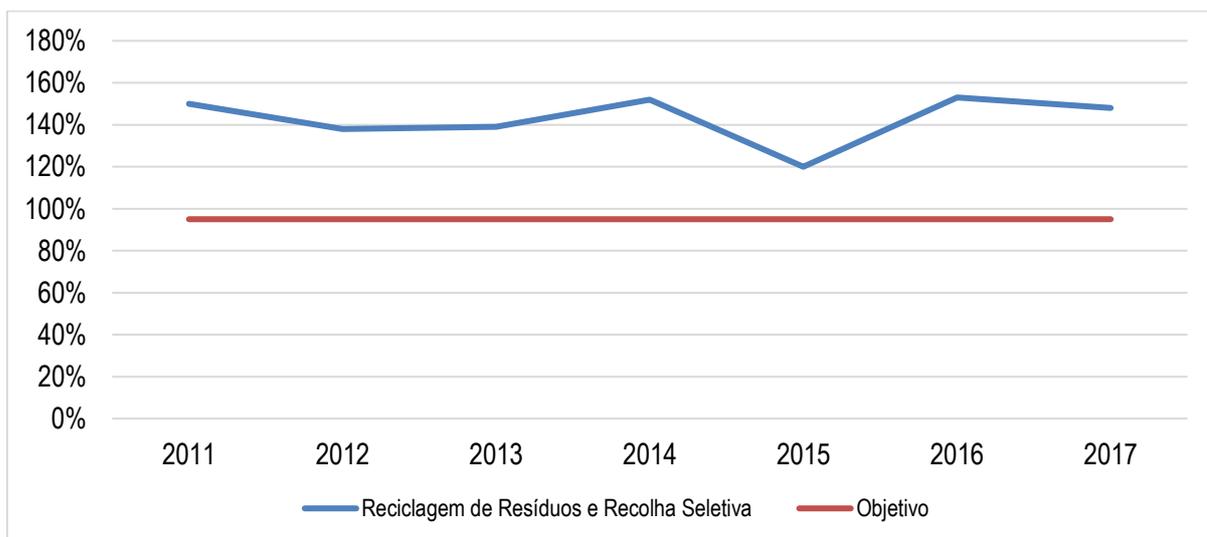


Gráfico 64 - Evolução da recolha seletiva.

No que concerne à recolha seletiva de trífuxo (fileira do vidro, papel/cartão e embalagem/metal), verifica-se um aumento gradual em todas as fileiras passíveis de valorização, sendo que o Município de Viana do

Castelo é o que apresenta uma maior taxa de recuperação, aproximadamente 13%, dos municípios que integram a Resulima.

Os quantitativos apresentados são fornecidos pela Resulima e encontram-se distribuídos do seguinte modo: somatórios dos resíduos recolhidos em ecopontos, entregas diretas do município e entregas diretas de particulares.

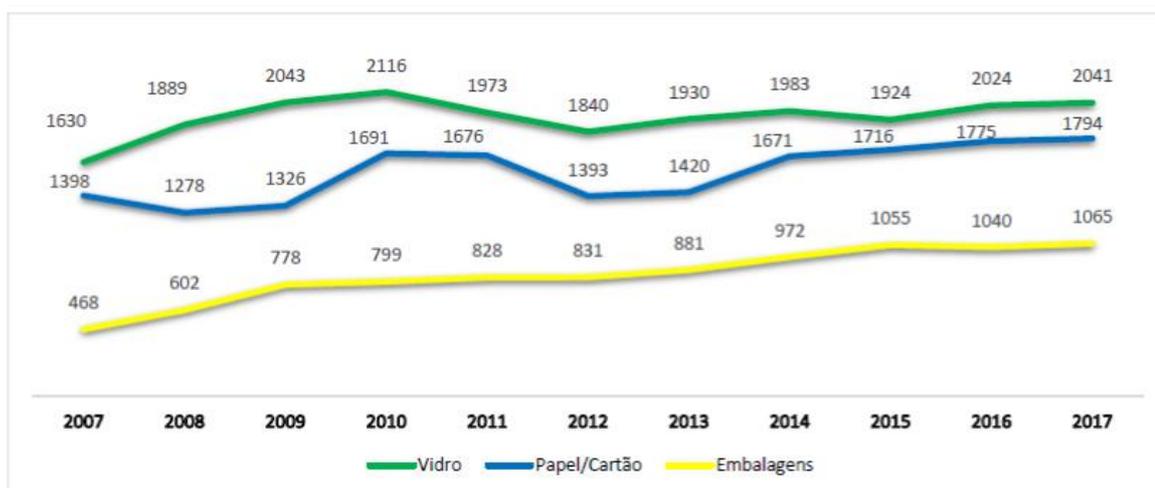


Gráfico 65 - Somatório dos resíduos recolhidos em ecopontos.

Ao longo destes anos, os resíduos verdes com origem nos cemitérios são recolhidos separadamente dos resíduos domésticos. Nos últimos anos, também os biorresíduos alimentares e os resíduos dos espaços verdes começaram a ser valorizados. Esta recolha resulta de uma parceria iniciada em 2010, com os estabelecimentos de ensino e instituições sem fins lucrativos, que posteriormente foi alargada aos estabelecimentos de restauração e bebidas, assim como às frutarias. O projeto de valorização de biorresíduos permitiu desviar de aterro várias toneladas de biorresíduos.

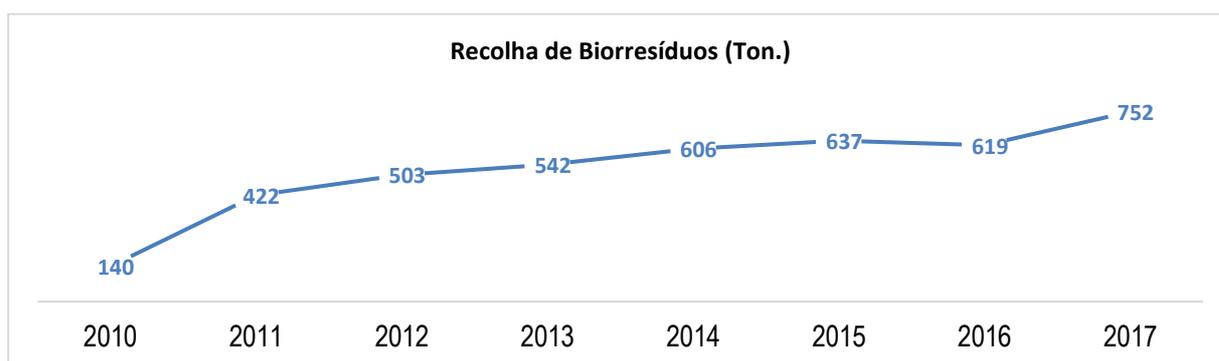


Gráfico 66 - Recolha de Biorresíduos (Ton.)

4.6.2.4 Higiene e Limpeza Urbana

Caracterização do Concelho

Este serviço engloba a varredura manual e mecânica ao longo das vias de comunicação: ruas e passeios; extirpação de ervas; limpeza de ribeiros urbanos; limpeza das praias, recolha e transporte dos resíduos daí resultantes; lavagem de pavimentos, passeios e chafarizes; baldeação dos equipamentos de deposição para pequenos detritos (papeleiras); desratização e desbaratização de áreas do domínio público (estes serviços são concessionados a empresas especializadas).

Adequação e Sustentabilidade do Sistema

- **Varredura Manual e Mecânica**

Estes serviços são assegurados numa área urbana (31,74 km²) que compreende três freguesias: União de Freguesias de St^a. Maria Maior, Monserrate e Meadela, Areosa e Darque.



Mapa 41 - Varredura manual e mecânica.

- **Lavagem de Equipamentos e Espaços Públicos**

A lavagem dos espaços públicos e pavimentos é assegurada diariamente por equipas de lavagem que vão percorrendo alternadamente as ruas da cidade. Os equipamentos de deposição de pequenos detritos (papeleiras) instalados nas freguesias de Santa Maria Maior e Monserrate, são higienizados em média duas vezes ao ano. Para desenvolver estas atividades o município dispõe de uma viatura pesada para lavagem de contentores e uma viatura elétrica para a lavagem dos espaços públicos, sendo usada maioritariamente água não potável.

Lavagem contentores



Limpeza de bermas



Colocação de equipamentos



Cestos recolha embalagens – Meia Maratona



4.6.3 Equipamentos

A existência de equipamentos públicos ou privados com capacidade para servir de forma satisfatória a população é um fator determinante na qualidade de vida das pessoas. A importância da presença de equipamentos para um determinado lugar e população está diretamente relacionada com as características sociais e etárias dessa mesma população, pelo que se procurou sempre analisar a presença ou não de equipamentos associados a estas características. Assim, a capacitação e capacidade de um equipamento em comparação com a população servida é um indicador que ajuda à aferição da qualidade de serviço que o (s) equipamento (s) presta (m).

O Município de Viana do Castelo dispõe de um número elevado de serviços e equipamentos ao nível da governança, administração e apoio ao cidadão, que lhe conferem uma posição demarcada na hierarquia das redes urbanas como centro urbano de nível superior.

Existem diversos serviços de administração pública, encontrando-se instalados, maioritariamente, na sede do concelho, onde para além da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia, encontram-se disponíveis os serviços de Finanças, Tribunal, Segurança Social e Conservatórias do Registo Civil, Predial e Comercial, bem como, um balcão do IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional.

O Município dispõe ainda de serviços de Cartórios Notariais, Repartição de Finanças, Conservatórias do Registo Civil e Predial e Tribunal da Comarca e equipamentos destinados às forças de segurança – PSP e GNR -, corporações de bombeiros- Municipais e Voluntários – e autoridade marítimas - Capitania e Porto de Mar.

A dotação de equipamentos coletivos constitui uma variável relevante para a avaliação da evolução da qualidade de vida, na medida em que contribui para a satisfação das expectativas das populações relativamente à oferta de um vasto conjunto de bens e serviços. No contexto do REOT, foi selecionado um conjunto de equipamentos de âmbito educativo, desportivo, social e de saúde que pelas suas características proporcionam uma melhor compreensão da evolução ocorrida.

4.6.3.1 Equipamentos Educativos

Tipologia do Equipamento

De acordo com a Lei de bases do Sistema Educativo, o ensino básico compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1º de quatro anos, com ingresso aos 6 anos de idade, o 2º de dois anos e o 3º de três anos, obedecendo a uma lógica progressiva, conferindo a cada ciclo a função de completar, aprofundar e alargar o ciclo anterior. O ensino secundário tem a duração de três anos, organizado segundo forma diferenciada, contemplando a existência de cursos predominantemente orientados para a vida ativa ou para o prosseguimento de estudos, contendo todos eles formação de sentido técnico, tecnológico e profissionalizante, ou de índole artística, e de língua e cultura portuguesas.

Para efeitos de escolaridade obrigatória, ensino universal e gratuito, considera-se em idade escolar as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos. A escolaridade obrigatória cessa

com a obtenção de diploma de nível secundário ou, independentemente da obtenção do diploma de qualquer ciclo ou nível de ensino, no momento do ano escolar em que o aluno perfaça 18 anos.

De acordo com a Carta Educativa elaborada, os equipamentos educativos públicos existentes no concelho de Viana do Castelo caracterizam-se pelas seguintes tipologias:

- a) Pré-escolar
- b) EB1
- c) EB2/3
- d) Secundário

Equipamentos Existentes

A rede escolar pública do concelho de Viana do Castelo é constituída por 54 estabelecimentos de educação, que conta com os seguintes níveis de ensino: 31 de pré-escolar, 38 escolas do 1º ciclo do ensino básico, 9 escolas do 2º/3º ciclo do ensino básico (4 delas com ensino secundário) e duas escolas secundárias.

A rede pública de escolas estrutura-se em sete agrupamentos:

- a) Agrupamento de escolas de Monserrate
- b) Agrupamento de escolas de Santa Maria Maior
- c) Agrupamento de escolas da Abelheira
- d) Agrupamento de escolas Arga e Lima
- e) Agrupamento de escolas de Barroselas
- f) Agrupamento de escolas de Monte da Ola
- g) Agrupamento de escolas José de Brito

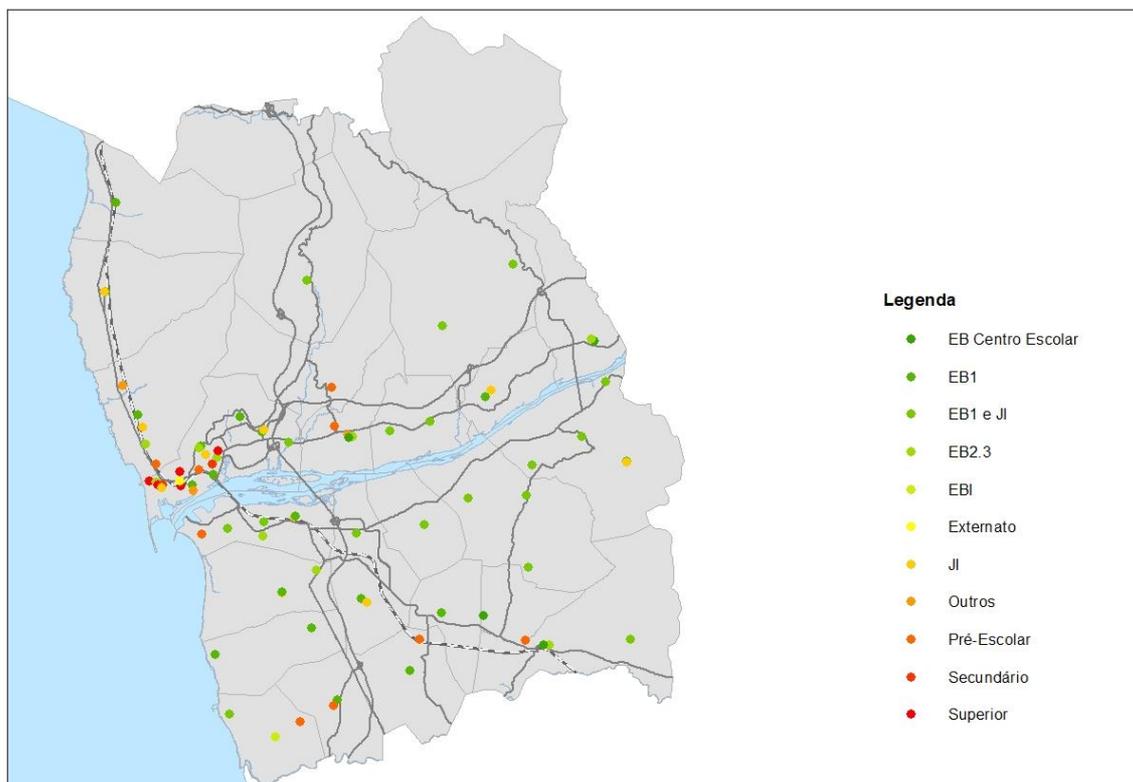
Para além destes agrupamentos de ensino existe toda uma oferta de estabelecimentos de ensino particular nos seus vários níveis, destacando-se em especial a APPACDM, a Escola de Música e o Colégio do Minho considerando as áreas de atividade que desenvolvem, designadamente o ensino especial e as diferentes vertentes de formação profissional e musical.

Na rede do Ensino Superior do Alto Minho, o Instituto Politécnico de Viana do Castelo é a entidade que dispõe de maior oferta formativa, designadamente Cursos de Especialização Tecnológica [CET], cursos superiores, entre os quais, Licenciaturas, Pós-Graduações e Mestrados (entre os quais alguns em cooperação com universidades estrangeiras e nacionais), através das seis Escolas Superiores que integra:

- a) Escola Superior Agrária (Ponte de Lima)
- b) Escola Superior de Ciências Empresariais (Valença)
- c) Escola Superior de Educação (Viana do Castelo)
- d) Escola Superior de Saúde (Viana do Castelo)
- e) Escola Superior de Tecnologia e Gestão (Viana do Castelo)
- f) Escola Superior de Desporto e Lazer (Melgaço)

Distribuição no Território

Consultada a Carta dos Equipamentos Escolares e os dados relativos ao concelho de Viana do Castelo (Fonte CMVC) é possível verificar uma natural concentração dos equipamentos escolares nas freguesias da cidade de Viana do Castelo, embora de uma forma geral a oferta de formação educativa se estenda a todo o concelho, em particular nos níveis de educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo.



Mapa 42 - Carta de equipamentos escolares. Fonte: CMVC.

Ainda assim, na sequência do fecho de antigas escolas do 1.º ciclo, as freguesias de Amonde, Freixieiro de Soutelo, Meixedo, S. Lourenço da Montaria, Portela de Susã, Vila Mou e Vilar de Murteda não apresentam qualquer estabelecimento de ensino na sua área geográfica, originando que a sua população escolar se desloque para as freguesias vizinhas onde foram recentemente edificados novos Centros Escolares, em Perre, Lanheses, Mujães ou Sta. Marta de Portuzelo.

	Pré-escolar	EB1	EB2/3	Secundário	Total
Afife		1			1
Alvarães	1	1			2
Amonde					
Anha	1	1	1	1	4
Areosa	1	1			2
Barroselas	1	1	1	1	4
Cardielos	1	1			2
Carreço	1	1			2
Carvoeiro	1	1			2
Castelo de Neiva	1	1	1		3
Darque	3	3	1		7

Deão	1	1			2
Deocriste	1	1			2
Freixeiro de Soutelo					
Lanheses	1	1	1	1	4
Mazarefes	1	1			2
Meadela	2	3			5
Meixedo					
Monserate	1	1	1	1	4
Montaria					
Moreira (Geraz do Lima)	1	1			2
Mujães	1	1			2
Neiva		1			1
Nogueira	1	1			2
Outeiro	1	1			2
Perre		1			1
Portela de Susã					
Sta. Marta de Portuzelo	1	1	1	1	4
Sta. Leocádia (Geraz do Lima)	1	1			2
Sta. Maria (Geraz do Lima)	1	1			2
Sta. Maria Maior	1	3	2	1	7
Serreleis	1				1
Subportela	1	1			2
Torre	1	1			2
Vila Franca	1	1			2
Vila Fria	1	1			2
Vila Mou					
Vila Punhe		1			1
Vilar de Murteda					
Chafé		1			1
	31	38	9	6	84

Tabela 14 - N.º de equipamentos escolares (níveis de ensino) por freguesias. Fonte CMVC 2017/2018

Ao nível do ensino do 2.º Ciclo e 3.º Ciclos e do Ensino Secundário, a oferta localiza-se predominantemente na cidade de Viana do Castelo, onde se localizam as Escolas Secundárias de Monserrate e Santa Maria Maior, objeto de recentes intervenções de requalificação e ampliação ao abrigo do programa do Parque Escolar.

As freguesias de Lanheses, Vila Nova de Anha, Barroselas e Santa Marta de Portuzelo apresentam igualmente uma oferta ao nível do ensino secundário, neste caso associadas aos outros níveis de ensino do 2.º e 3.º ciclo, existindo ainda em Castelo de Neiva uma Escola Básica Integrada associando todos os níveis de ensino no mesmo estabelecimento.

Análise Geral

A evolução do número de equipamentos de educação no município de Viana do Castelo sofreu alguma redução desde 2011, derivado à reestruturação da rede escolar da qual o município foi alvo, motivada pelas alterações conjunturais, não só em termos da governação do setor da educação em Portugal, como também da conjuntura demográfica, associada ao envelhecimento e diminuição da mesma.

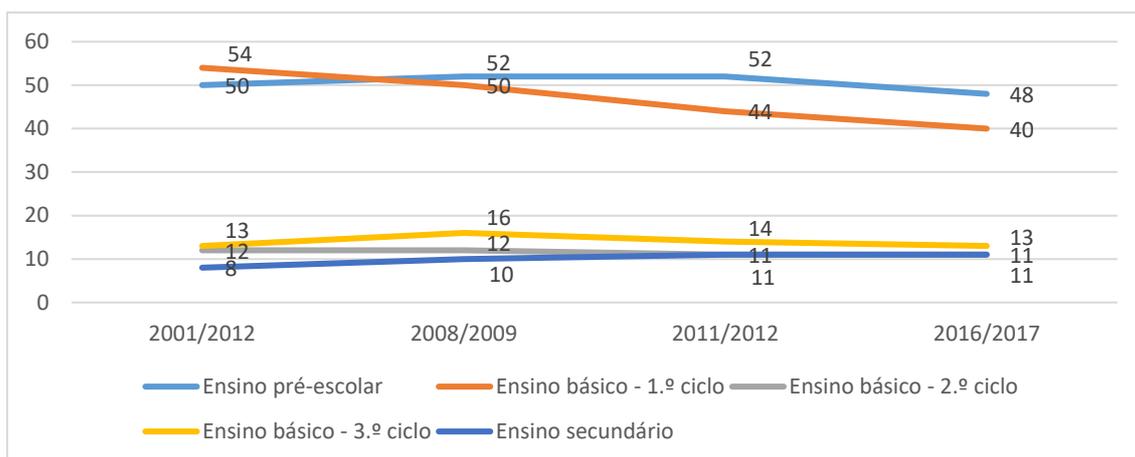


Gráfico 67 - N.º de estabelecimentos de ensino (níveis de ensino - variação no período 2001/2017). Fonte: INE.

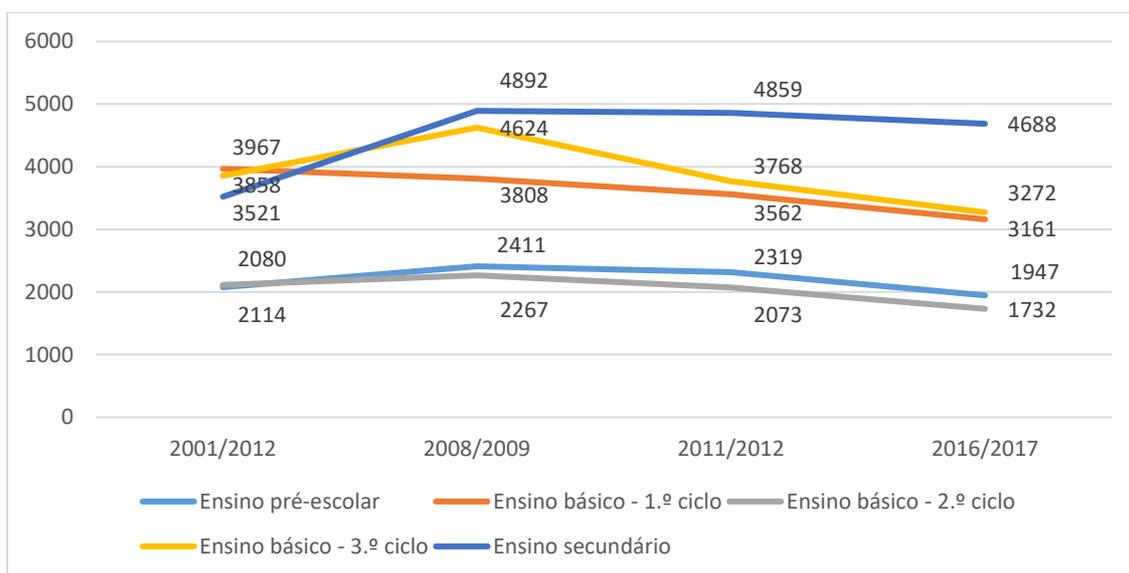


Gráfico 68 - N.º de Alunos matriculados nos diferentes níveis de ensino no período 2001 e 2017. Fonte: INE.

Na figura supra é possível avaliar essa realidade, onde se denota os efeitos da concentração dos núcleos escolares, principalmente, nos estabelecimentos de ensino pré-escolar e do ensino básico (1º ciclo), com uma diminuição, de 8% e 10% entre os anos de 2011 e 2016, respetivamente.

Ao nível dos alunos matriculados, é possível verificar que a expectativa de crescimento criada durante a elaboração do atual PDMVC, veio a ser alterada no período de 10 anos que se seguiu, sofrendo uma variação do seu número em 7% no período entre 2008 e 2011 e de 12% entre 2011 e 2016.

A análise apresentada reflete os dados disponíveis apenas para o ensino público considerando nesse capítulo e em particular, que os dados apresentados para o ensino pré-escolar não refletem toda a oferta existente no concelho a qual é abordada de uma forma mais específica no contexto dos equipamentos sociais.

Ao nível dos Agrupamentos Escolares verificam-se diferentes taxas de ocupação dos equipamentos escolares públicos para os diferentes níveis de ensino Pré-escolar, EB1, EB 2/3 e Secundário, para o ano escolar de 2017/2018.

Para os níveis de ensino do Pré-escolar e do 1.º Ciclo a taxa de ocupação calculada corresponde a um valor real de efetiva ocupação das salas pelos alunos, não havendo rotatividade nas mesmas.

Os dados recolhidos tiveram por base a relação entre o número de alunos matriculados e a capacidade de ocupação das salas de aula disponíveis, considerando-se no ensino pré-escolar um valor de 25 alunos por sala e para o ensino do 1.º ciclo um valor de 24 alunos por sala.

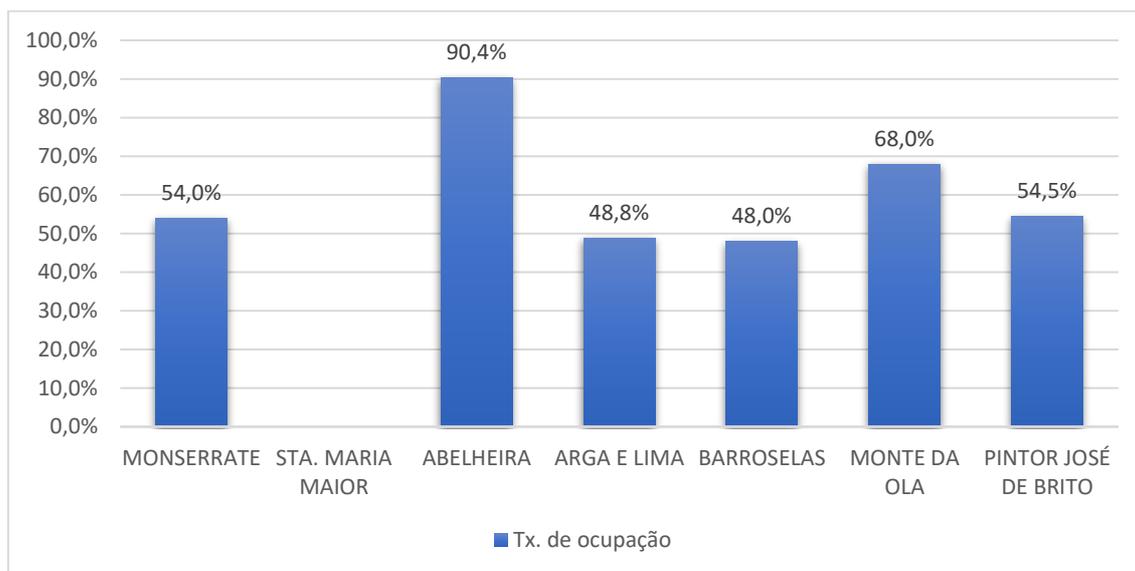


Gráfico 69 - Taxa de ocupação – PRÉ-ESCOLAR (ano letivo 2017/2018). Fonte: CMVC 2018.

Assim para o ensino Pré-Escolar, a maior taxa de ocupação verifica-se no agrupamento da Abelheira com um valor de 90,4% (226 alunos matriculados em 250 vagas disponíveis) e no agrupamento do Monte da Ola com 68,0 %, enquanto os agrupamentos de Arga e Lima e de Barrocelas possuem valores idênticos de ocupação, 48,8% e 48% respetivamente.

O agrupamento da escola de Santa Maria Maior não apresenta valores por não possuir oferta neste tipo de estabelecimentos, não correspondendo este valor a uma ausência efetiva de oferta para a freguesia como se pode verificar com os dados disponíveis no capítulo dos equipamentos sociais.

Individualmente o JI do Centro Escolar de Barrocelas e JI Viana do Castelo n.º 1 apresentam os valores mais elevados de taxa de ocupação com 104,0 % e 95,0 % respetivamente.

Nos estabelecimentos de ensino do 1.º Ciclo, a maior taxa de ocupação verifica-se no agrupamento de Santa Maria Maior – Escola do Carmo - com um valor de 94,9% (205 alunos matriculados em 216 vagas) e no agrupamento da Abelheira com 78,9%, enquanto os restantes agrupamentos possuem valores significativamente mais baixos, em particular o agrupamento de Arga e Lima com 42,0% de taxa de ocupação.

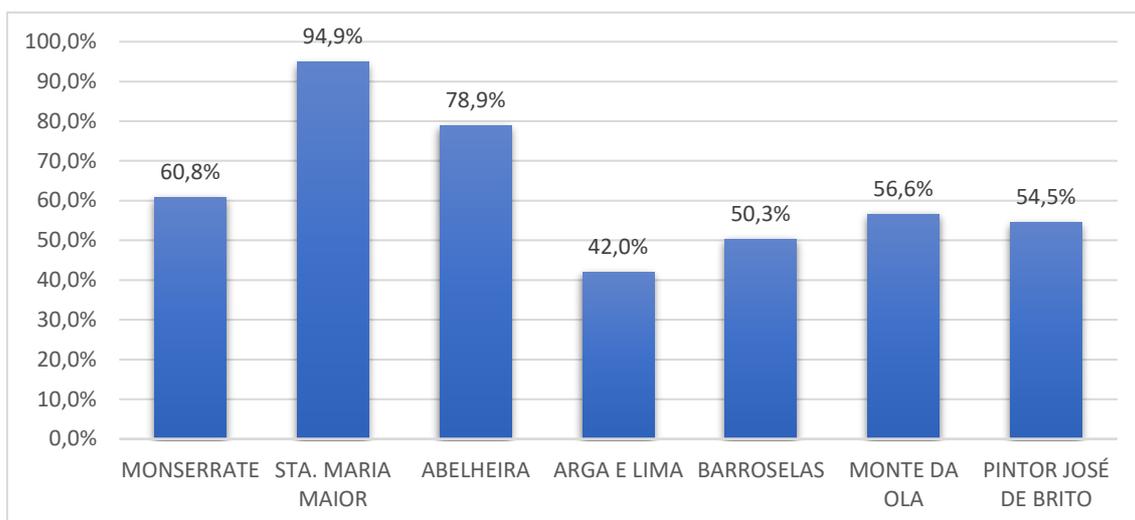


Gráfico 70 - Taxa de ocupação – 1.º CICLO (ano letivo 2017/2018). Fonte: CMVC 2018.

Individualmente a EB1 Carmo e a EB1 Meadela apresentam os valores mais elevados de taxa de ocupação com 94,9 % e 92,7 % respetivamente.

Em áreas interiores do concelho com índices demográficos baixos verificam-se taxas de ocupação dos estabelecimentos de ensino quase residuais, em particular no agrupamento de Escolas de Arga e Lima onde os valores apresentados pela Escola Básica de Passagem (Moreira de Geraz do Lima) – com 24,0 % para o JI e 16,6% para a EB1 – e pela Escola Básica de Outeiro (Deocriste) -com 20,0 % para o JI e 19,4% para a EB1 - levaram ao encerramento desses estabelecimentos no presente ano letivo de 2018/2019.

No que se refere aos restantes níveis de ensino – 2.º e 3.º ciclos e Secundário -, a taxa de ocupação corresponde a uma utilização das salas que não tem um carácter permanente, mas reflete a rotatividade da ocupação dos espaços pelos alunos o que explica alguns valores anormais como é o caso da EB2/3 da Abelheira com uma taxa de 112,0%.

Nesse sentido o valor encontrado não é um valor absoluto e a taxa de ocupação tem de ser entendida nesse contexto.

Independentemente desse fator é possível concluir, pelos valores encontrados no gráfico seguinte, que a ES de Monserrate apresenta os valores mais elevados em número de alunos e salas – 1334 alunos para um conjunto de 62 salas -, representando cerca de 50% dos alunos inscritos no ensino secundário (Cursos Científico Humanísticos e Cursos Profissionais).

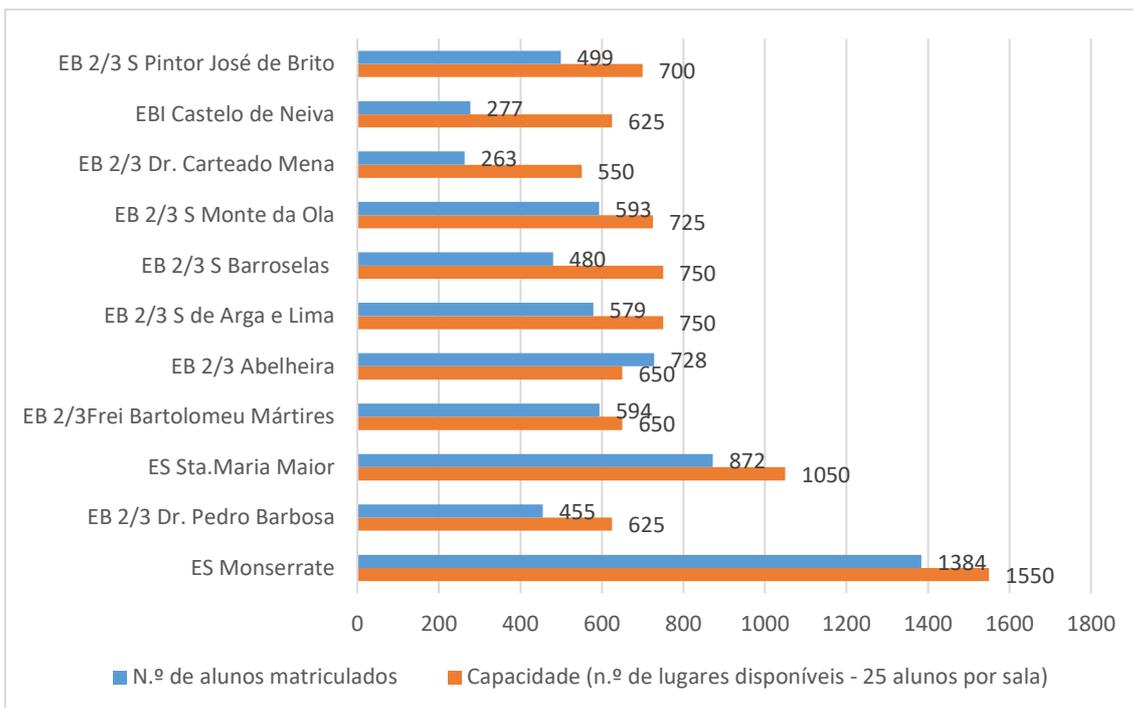


Gráfico 71 - N.º de Alunos matriculados e capacidade do equipamento por estabelecimento escolar – EB 2/3 SECUNDÁRIO (ano letivo 2016/2017). Fonte: infoescolas.mec.pt.

A alteração das dinâmicas do parque escolar, com a agregação de diversos núcleos dispersos no território em novos centros escolares, refletiu-se em particular na desativação de algumas escolas do 1.º ciclo as quais fecharam ou passaram a ter um uso para atividades associadas às freguesias em que se localizam ou a áreas económicas do concelho complementando as necessidades de oferta edificada para a instalação de equipamentos existentes.

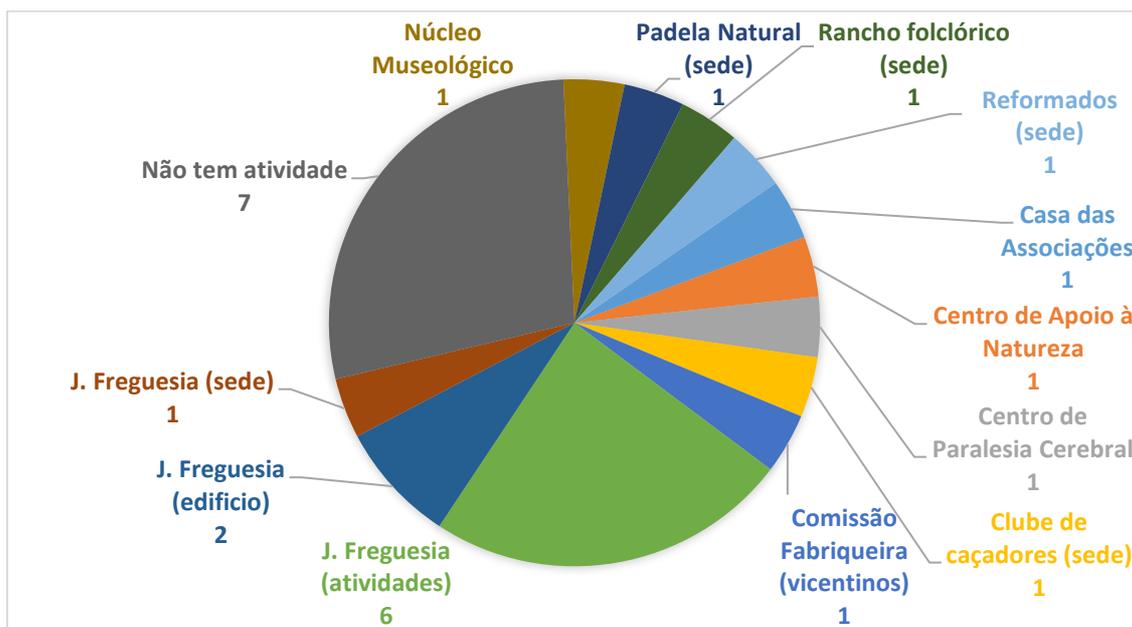


Gráfico 72 - Usos das escolas EB1 desativadas. Fonte: CMVC 2018.

São o caso da Escola de Espantar - recuperada para outra função (Centro de Apoio à Natureza), a Escola do Paço – recuperada para outra função (Sede da Padela Natural), a Escola de Portelas - uso alterado para Núcleo Museológico – e a Escola da Vacaria - uso alterado para sede do Clube de Caçadores.

Noutras situações as escolas foram transformadas em novos edifícios para as Juntas de Freguesia como é o caso da Escola da Igreja em Portela de Susã - uso alterado Junta de Freguesia – ou da Escola da Fonte Grossa em Santa Marta de Portuzelo - recuperada para atividades da Junta de Freguesia, ou então foram encerradas e simplesmente desativadas.

Algumas destas escolas apresentam uma qualidade arquitetónica significativa correspondendo a diferentes tipos de edifícios escolares gerados na génese do desenvolvimento do ensino no país a partir dos anos 40 do século passado.

4.6.3.2 Equipamentos Desportivos

Tipologia do Equipamento

Os espaços onde se realizam as atividades desportivas podem ser agrupados em espaços naturais ou espaços adaptados e espaços artificiais.

Dada a variedade de tipologias dos equipamentos desportivos, usualmente, estes encontram-se agrupados em desportivos de base, desportivos especializados ou monodisciplinares e em desportivos especiais para o espetáculo desportivo.

Para efeitos deste estudo apenas se caracterizam os equipamentos fundamentais da rede, neste caso, os equipamentos de base, que se encontram classificados como equipamentos formativos.

Segundo recomendações do Conselho da Europa e do Conselho Internacional para a Educação Física e o Desporto (UNESCO), o critério que se tem vindo a adotar, mas obviamente sem carácter estanque, baseia-se na atribuição de uma quota global de 4m² de superfície desportiva útil por habitante, que se reparte pelas tipologias consideradas como equipamentos base.

Equipamentos Existentes

De acordo com a Carta Desportiva elaborada, os equipamentos desportivos existentes no concelho de Viana do Castelo caracterizam-se pelas seguintes tipologias:

- Grandes campos de jogos
- Pequenos campos de jogos
- Pavilhões desportivos
- Salas de Desporto
- Piscinas
- Campos de ténis
- Pistas de atletismo

Tendo em consideração os dados disponíveis, existem ao nível dos equipamentos de base, cerca de **153**, que ocupam uma área de 378472,2m² distribuídos por todas as freguesias do concelho, existindo uma maior concentração destas estruturas nas freguesias de Santa Maria Maior e Monserrate que integram a cidade.

Tipologia	N.º	Área (m ²)
Grandes Campos de Jogos	26	163173,9m ²
Pequenos Campos de Jogos	64	76111,8m ²
Pavilhões desportivos	15	12563,5m ²
Salas de Desporto	31	6086,1m ²
Piscinas	10	2117,9m ²
Campos de ténis	5	5347,5m ²
Pistas de atletismo	2	
TOTAL	153	378472,2m ²

Tabela 15 - Equipamentos desportivos em 2018. Fonte: CMVC 2018.

Considerando a população existente no concelho em 85017 indivíduos (INE – estimativa de população) encontramos um índice de 4,451 referente à quota global de superfície desportiva útil por habitante.

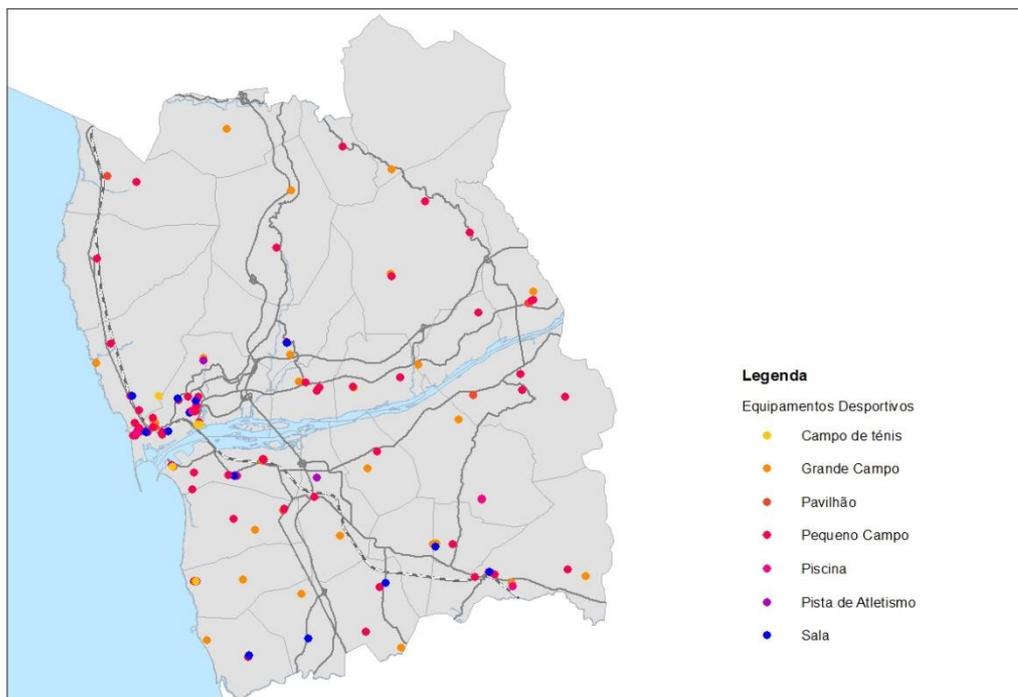
No conjunto das tipologias oferecidas, como se pode constatar no quadro anterior, destacam-se o grupo dos pequenos campos de jogos (polidesportivos e campos de ténis), seguido dos pavilhões desportivos e dos grandes campos de jogos, e já a uma considerável distância pelas superfícies aquáticas e as pistas de atletismo.

As salas de desporto, constituindo uma tipologia recente na oferta de equipamentos desportivos, apresentam já um número relevante associado à sua localização em conjuntos residenciais edificados ou em equipamento desportivos existentes.

O concelho de Viana do Castelo caracteriza-se ainda pela existência de um conjunto de equipamentos, destinados à prática de desporto, incluindo de alta competição onde se destacam o Centro de Alto Rendimento de Surf - CAR Surf, o Centro de Canoagem de Viana do Castelo, o Centro de Remo de Viana do Castelo, o Centro de Vela de Viana do Castelo e o Estádio Municipal Manuela Machado.

Distribuição no Território

Consultada a Carta Desportiva e os dados relativos ao concelho de Viana do Castelo (Fonte CMVC) é possível verificar uma concentração dos equipamentos desportivos na área da cidade de Viana do Castelo correspondendo a cerca de 36% dos mesmos - UF de Viana do Castelo (Sta. Maria Maior, Monserrate e Meadela).



Mapa 43 - Carta dos Equipamentos Desportivos. Fonte: CMVC 2018.

De uma forma geral, o concelho é servido por diferentes tipos de equipamentos correspondentes a várias fases de implementação da prática desportiva nas freguesias, inicialmente ligadas aos grandes campos de jogos para a prática de futebol, posteriormente adotando soluções de pequena e média escala como são os pequenos campos de jogos e polidesportivos.

	Campo de ténis	Grande campo	Pavilhão	Pequeno campo (polidesportivo)	Piscina	Pista de Atletismo	Sala	Total
Afife			1	1			1	3
Alvarães		1		2			1	4
Amonde				1				1
Anha		1	1	2				4
Areosa		1		3			1	5
Barroselas		1	1	3	1		1	7
Cardielos				1				1
Carreço				1				1
Carvoeiro		1		1				2
Castelo de Neiva		1	1	1			1	4
Darque	1	1	2	5	2		6	17
Deão			1					1
Deocriste		1						1
Freixieiro de Soutelo		1						1
Lanheses		1	1	2				4
Mazarefes				1		1		2
Madela		1		1		1		3
Meixedo				1				1
Monsserrate		2	3	12	2		9	28
Montaria		1						1

Moreira (Geraz do Lima)				1				1
Mujães		2		1				3
Neiva		1					1	2
Nogueira		1		1				2
Outeiro		1		1				2
Perre		1		1			1	3
Portela de Susã				1	1			2
Sta. Marta de Portuzelo		1	1	3				5
Sta. Leocádia (Geraz do Lima)				1				1
Sta. Maria (Geraz do Lima)				1				1
Sta. Maria Maior	3		3	8	3		5	22
Serreleis		1		1				2
Subportela				1				1
Torre		1						1
Vila Franca		1		2				3
Vila Fria		1						1
Vila Mou				1				1
Vila Punhe							1	1
Vilar de Murteda				1				1
Chafé	1	1		1	1		3	7
TOTAL	5	26	15	64	10	2	31	153

Tabela 16 - N.º equipamentos desportivos por freguesias. Fonte: CMVC 2018.

O pequeno campo de jogos ou polidesportivo é a tipologia de equipamento com representação mais significativa no concelho representando cerca de 53% dos equipamentos instalados – 64 equipamentos.

Apenas as freguesias de Deocriste, Freixieiro de Soutelo, Montaria, Neiva e S. Salvador da Torre não possuem este tipo de equipamento e a freguesia de Deão substitui-o por um pavilhão coberto.

Em contrapartida, os equipamentos de disciplinas mais técnicas como o atletismo ou natação localizam-se predominantemente na área da cidade, com exceção da pista de atletismo de Mazarefes ou da piscina do Complexo Desportivo de Barroselas.

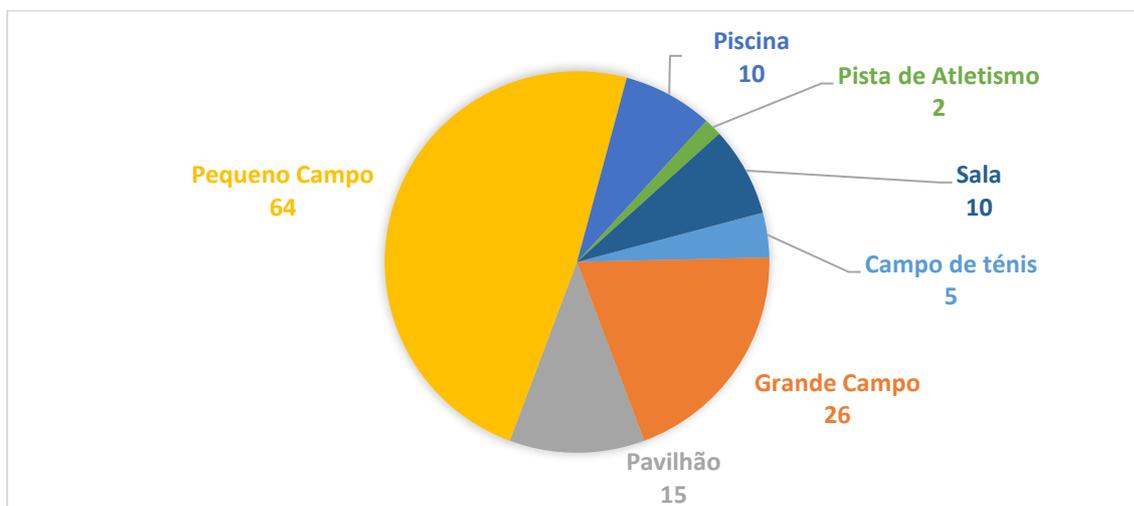


Gráfico 73 - N.º de estabelecimentos desportivos (excetuam-se as salas de desporto dada a tipologia do espaço). Fonte: CMVC 2018.

Análise geral

A partir dos dados disponíveis é possível avaliar a taxa de utilização de alguns equipamentos de gestão municipal, designadamente pavilhões e piscinas – equipamentos que são fundamentalmente ocupados por escolas ou clubes desportivos.

Para este tipo de recintos existem dois horários de utilização, uma diurna até cerca das 5 horas da tarde, a outra, a partir dessa hora, abrangendo a parte noturna do dia (10/11 horas da noite).

No caso dos pavilhões desportivos, associados a escolas e localizados na área urbana da cidade – Pavilhão de Santa Maria Maior ou Pavilhão de Monserrate – a taxa de utilização é praticamente de 100%, no período da manhã com as escolas, no período noturno com os clubes desportivos e associações.

Este índice é extensivo à generalidade dos pavilhões com a exceção de algumas localizações mais periféricas tais como os Pavilhões da Meadela ou de Afife – não associados a estabelecimentos escolares – cujas taxas de utilização durante o dia baixam para 30% e 20% respetivamente, mantendo os 100% no período noturno. Os pavilhões do Monte da Ola e de Sta. Marta apresentam valores inversos, 100% no período da manhã – utilização escolar – e 70% e 30% respetivamente no período noturno.

No caso das piscinas de gestão municipal verificam-se taxas de ocupação significativas atingindo os 100% na piscina Frederico Pinheiro, 90% na piscina do Atlântico e cerca de 70% na piscina de Barroelas.

Verifica-se assim que, nestes casos de recintos desportivos fechados, localizados na área urbana da cidade e associados a escolas a taxa de ocupação é máxima, descendo ligeiramente nas freguesias mais afastadas do centro da cidade, em particular quando não estão associadas a estabelecimentos escolares.

Conforme foi já referido, o concelho de Viana do Castelo possui ainda um conjunto de equipamentos desportivos associados ao projeto do Centro de Mar - Centro de Alto Rendimento de Surf - CAR Surf, o Centro de Canoagem de Viana do Castelo, o Centro de Remo de Viana do Castelo e o Centro de Vela de Viana do Castelo.

No âmbito do aproveitamento e rentabilidade destes equipamentos e na sequência de uma política de desenvolvimento do desporto escolar surgiram recentemente um conjunto de programas que se destinam a grupos específicos de utentes:

- Náutica das Escolas - agrega as vontades dos agrupamentos escolares, dos clubes náuticos do concelho e da Câmara Municipal, implementando aulas de surf, canoagem, remo e vela enquanto atividades letivas curriculares nas disciplinas de Educação Física, desenvolvidos nos centros náuticos de remo, canoagem e vela e no Centro de Alto Rendimento de Surf.
- Este projeto começou em 2013 com um grupo formado por 6 escolas, com 19 turmas e 370 alunos, e possui atualmente um número de 2.241 alunos para 111 turmas de 11 escolas o que significa um aumento de cerca de 600% no número de utentes.
- Náutica para todos – Associa ao projeto Náutica das Escolas, a sua utilização por um novo conjunto de utentes de forma a promover a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais através de um protocolo em conjunto com a APPACDM. Este projeto iniciado no ano de 2016, começou com 2 agrupamentos de escolas e 30 alunos, apresentando atualmente um

conjunto de 6 agrupamentos e 39 alunos envolvidos o que representa cerca de 30% de acréscimo aos valores iniciais.

Para além disso, os equipamentos existentes têm uma utilização de carácter regular de atletas federados ou não federados associados diretamente aos clubes e federações, apresentando os seguintes valores, conforme dados disponíveis (época de 2018/2019):

CLUBE	Fed.	N fed	Total
Clube de Vela de Viana do Castelo *	56		56
Darque Kayak Clube **	70	300	370
Surf Club de Viana	72	30	102
Viana Remadores do Lima	200		200

Tabela 17 - N.º de atletas inscritos. Época de 2016/17 **época de 2017/2018. Fonte: CMVC 2018.

Considerando os valores apresentados para os desportos de rio – Canoagem e Remo -, torna-se pertinente equacionar nesta fase, a previsão da futura execução de um centro de alto rendimento destinado a estas atividades, eventualmente com uma pista de âmbito intermunicipal.

4.6.3.3 Equipamentos Sociais

Tipologia do Equipamento

No contexto da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES), é considerado equipamento social toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais ou onde estão instalados os serviços de enquadramento de determinadas respostas.

As respostas sociais dirigidas a Crianças e Jovens englobam a Creche e a Ama, que visam o apoio à primeira infância (crianças até aos 3 anos de idade), a Educação Pré-Escolar, o Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL), o Centro de Acolhimento Temporário (CAT), o Lar de Infância e Juventude (LIJ) e o Centro de Apoio Familiar e Acolhimento Parental (CAFAP), entre outras com menor expressão.

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), o Centro de Dia e o Serviço de Apoio Domiciliário para idosos (SAD) consistem nas respostas sociais com maior representatividade no âmbito da RSES dirigidas às Pessoas Idosas. Para além da satisfação das Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD) e das Atividades Instrumentais da Vida Diária (AIVD) dos utentes, as respostas destinadas a esta população-alvo visam a promoção, a inclusão e a participação na comunidade, independentemente do maior ou menor grau de autonomia/dependência do idoso e de este se encontrar a residir na sua habitação ou numa instituição. Do universo de respostas que visam o apoio a Pessoas Idosas são de destacar, ainda, o Centro de Convívio, o Centro de Noite e o Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas.

Equipamentos Existentes

De acordo com a Carta Social disponível no site do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, os equipamentos sociais existentes no concelho de Viana do Castelo caracterizam-se, predominantemente, pelas seguintes valências:

- a) Creche
- b) Pré-Escolar
- c) Centro de Atividades de Tempos Livres
- d) Centro de Dia
- e) Lar
- f) Serviço de Apoio domiciliário

Tipologia de valências no concelho

Tipologia	N.º	N.º Utentes
Centro de Atividades de Tempos Livres (ATL)	16	601
Creche	21	944
Estabelecimento de Educação Pré-escolar	34	1559
Centro de Dia	18	413
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (Lar de Idosos e Residência)	18	574
Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	26	627
TOTAL	133	4718

Tabela 18 - Tipologia de valências no concelho. Fonte CARTA SOCIAL 2018 - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Tendo em consideração os dados disponíveis na tabela supra, existem ao nível dos equipamentos de base, cerca de **133 valências**, que servem um total de 4718 utentes.

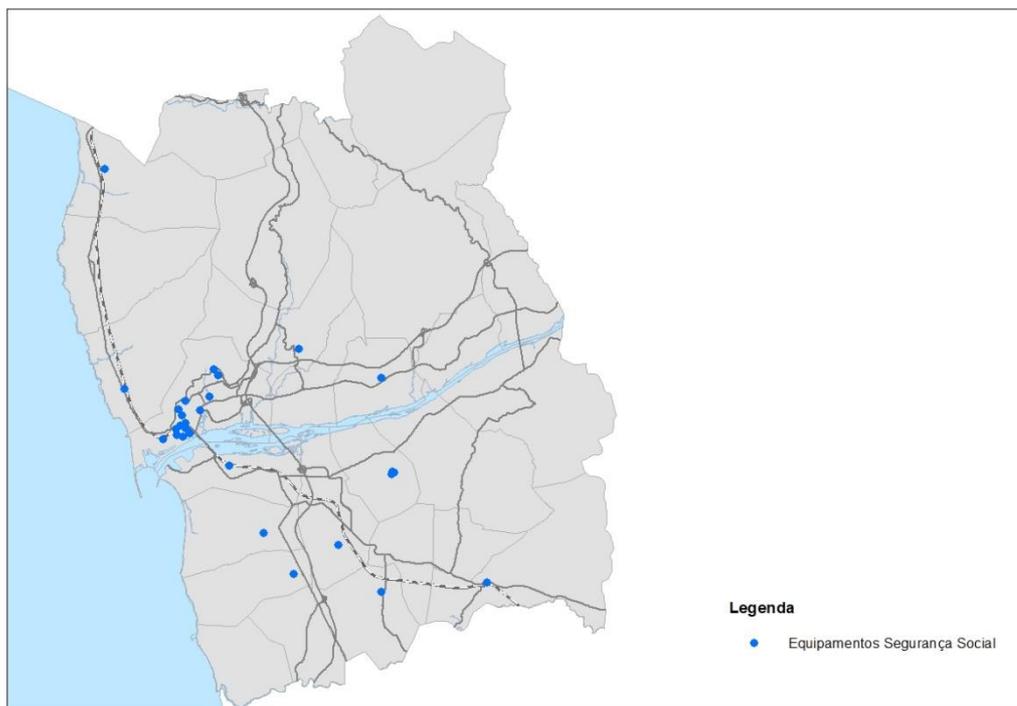
Em termos de valências destinadas à Infância e Juventude verifica-se uma predominância dos estabelecimentos destinados à educação Pré-Escolar (faixa etária 3 aos 6 anos) com 34 estabelecimentos e um universo de 1559 utentes.

No que se refere às valências destinadas à População Adulta, os diferentes estabelecimentos existentes apresentam valores idênticos refletindo a circunstância de serem valências normalmente localizadas no mesmo equipamento.

Os Serviços de Apoio Domiciliário (idosos) apresentam o valor mais significativo com 26 valências para um universo de 627 utentes.

Distribuição no Território

Consultada a Carta dos Equipamentos Sociais e os dados relativos ao concelho de Viana do Castelo (Fonte Carta Social 2018 -- Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social) é possível verificar uma natural concentração dos equipamentos nas freguesias da cidade de Viana do Castelo, com 37 equipamentos instalados.



Mapa 44 - Carta dos Equipamentos Sociais. Fonte: CMVC 2015.

De acordo com a tabela elaborada com o número de valências sociais por freguesia, a área da cidade de Viana do Castelo - UF de Viana do Castelo (Sta. Maria Maior, Monserrate e Meadela) - corresponde a cerca de 28% das valências disponíveis.

Fora do centro urbano do concelho surgem algumas respostas sociais nas freguesias de maior expressão demográfica em especial na UF Geraz (Sta. Leocádia, Sta. Maria e Moreira) e Deão – 7% -, na UF Barrocelas/Carvoeiro – 6% -, e nas freguesias de Darque e Areosa com 5% cada uma.

As freguesias de Amonde, Freixieiro de Soutelo, Montaria e mesmo Outeiro, não possuem qualquer valência para apoios destinados a dar resposta social, refletindo a interioridade da sua localização.

	Centro de Atividades de Tempos Livres (ATL)	Creche	Pré-Escolar	Centro de Dia	Lar	Serviço de Apoio Domiciliário	Total
Afife	0	1	1	1	0	1	4
Alvarães	0	1	0	1	1	1	4
Amonde	0	0	0	0	0	0	0
Anha	1	1	0	1	1	1	5
Areosa	1	1	2	0	1	2	7
UF Barrocelas e Carvoeiro	1	1	3	1	1	1	8
UF Cardielos e Serreleis	1	0	0	1	1	1	4
Carreço	0	1	1	1	1	1	5
Castelo de Neiva	1	0	1	0	0	2	4
Darque	0	1	3	0	2	1	7

UF Geraz (Sta. Leocádia, Sta. Maria e Moreira) e Deão	1	1	4	1	1	1	9
Freixeiro de Soutelo	0	0	0	0	0	0	0
Lanheses	0	1	1	1	1	1	5
UF Mazarefes e Vila Fria	0	0	0	0	0	1	1
UF Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda	0	0	1	0	0	0	1
Montaria	0	0	0	0	0	0	0
Mujães	0	0	1	0	0	0	1
Neiva	1	1	1	0	0	1	4
Outeiro	0	0	0	0	0	0	0
Perre	1	1	1	0	0	1	4
UF Subportela, Deocriste e Portela de Susã	0	0	1	1	1	1	4
Sta. Marta de Portuzelo	1	1	1	1	0	0	4
UF Viana do Castelo (Sta. Maria Maior, Monserrate e Meadela)	5	6	9	6	5	6	37
UF Torre e Vila Mou	0	0	1	0	0	0	1
Vila Franca	0	1	0	1	1	1	4
Vila Punhe	1	1	1	0	0	1	4
Chafé	1	1	1	1	1	1	6
	16	21	34	18	18	26	133

Tabela 19 - N.º de valências sociais com as atividades descritas por freguesias. Fonte Carta Social 2018 - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Análise Geral

No que se refere à capacidade total de utentes, o ensino Pré-escolar apresenta a maior oferta com um valor de 1885 utentes.

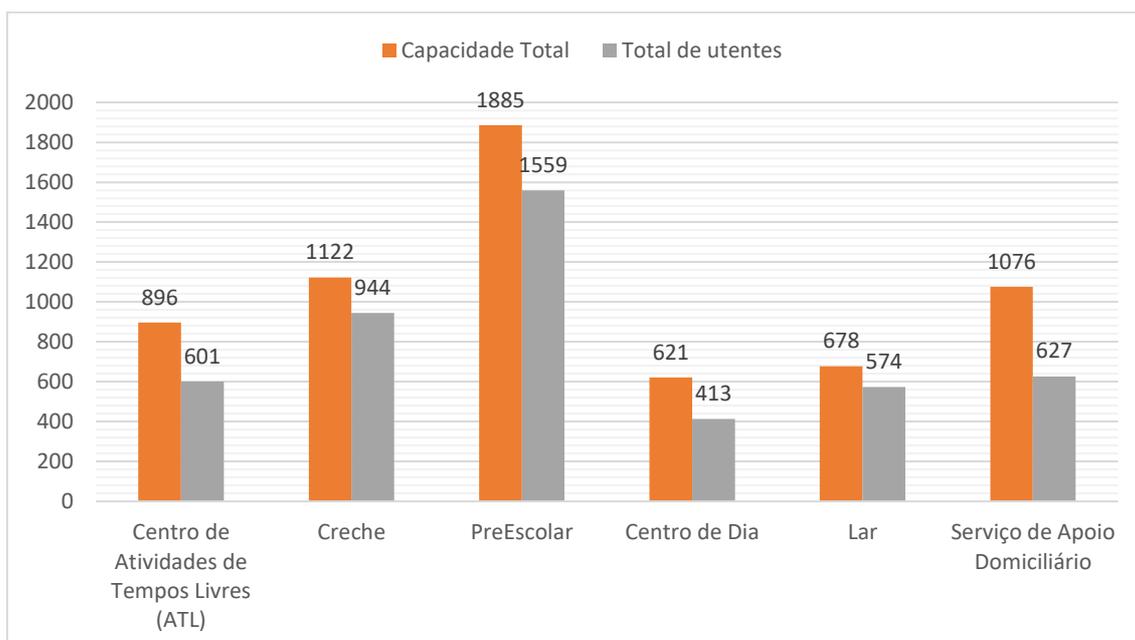


Gráfico 74 - N.º de utentes para as valências sociais com as atividades descritas. Fonte CARTA SOCIAL 2018 - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Analisados os valores apresentados na tabela dos EQUIPAMENTOS SOCIAIS (Anexo 3), verifica-se a existência de uma maior taxa de utilização para as valências relacionadas com atividades de presença diária ou permanente – lares com 85% e creches com 84% -, enquanto os serviços de apoio indireto apresentam valores mais reduzidos, nalguns casos com um uso algo indiferenciado face às necessidades existentes – serviço de apoio domiciliário com 58% de utilizadores.

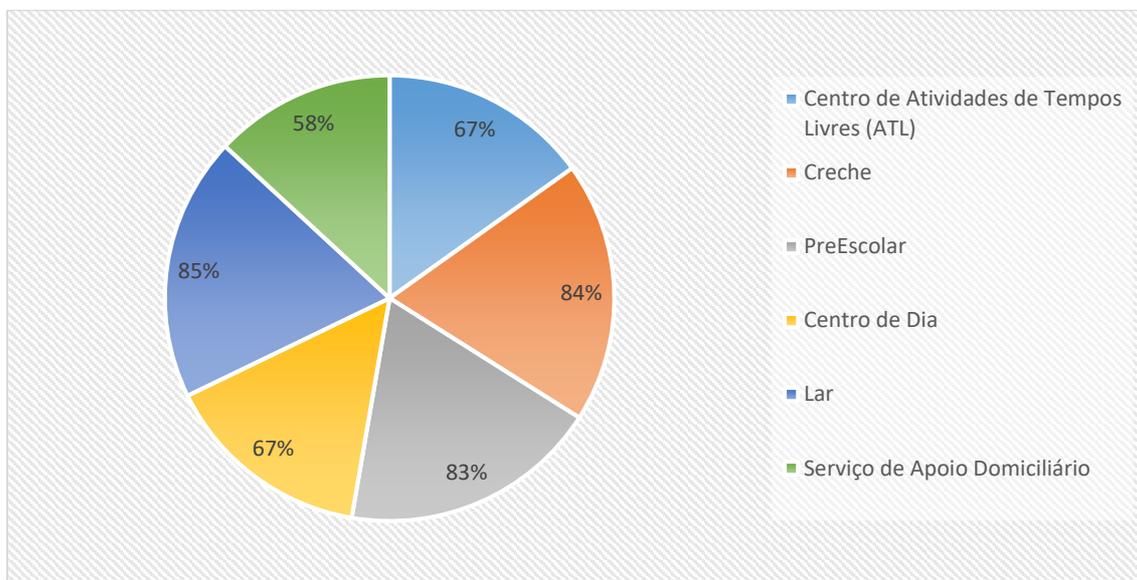


Gráfico 75 - Taxa de ocupação de valências sociais com as atividades descritas. Fonte CARTA SOCIAL 2018 - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Os equipamentos sociais existentes no concelho de Viana do Castelo são na generalidade geridos por um conjunto de entidades e instituições de carácter social ou religioso, designadamente centros sociais e paroquiais, casas do povo e congregações religiosas, existindo ainda alguns entregues à gestão de entidades particulares.

No caso das valências associadas ao nível Pré-Escolar, estes equipamentos estão normalmente integrados em edifícios de estabelecimentos de ensino e agrupamentos escolares.

Neste contexto e de importância vital para o concelho é a existência de uma instituição com experiência adquirida no domínio da população com deficiência, a APPACDM, que acumula valências de Centro de Atividades Ocupacionais, Lar Residencial e Centro de Educação e Formação Profissional, entre outras, apresentando um conjunto de edificações dispersas por diversas freguesias do concelho e mesmo com extensões para outros concelhos como Melgaço e Valença.

A capacidade de resposta das valências sociais no distrito de Viana do Castelo tem vindo a aumentar desde 2000, derivado à construção de diversos equipamentos sociais de que o município foi alvo, motivada pelas alterações conjunturais, não só em termos da governação do setor da Segurança Social em Portugal, como também da conjuntura demográfica, associada ao envelhecimento e diminuição da mesma.

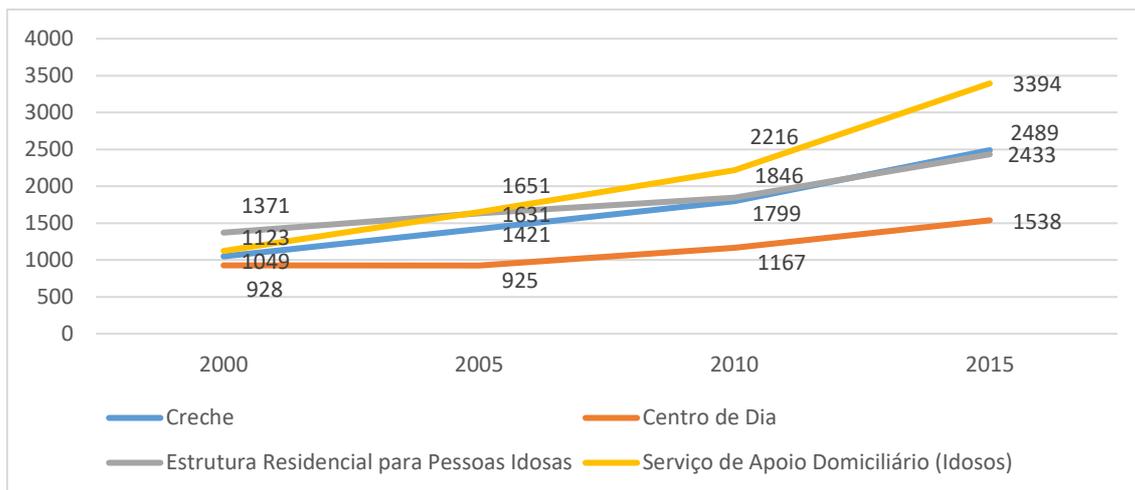


Gráfico 76 - Evolução das valências sociais para o distrito de Viana do Castelo (período 2000/2015). Fonte Carta Social 2018 - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

4.6.3.4 Equipamentos de Saúde

Tipologia do Equipamento

O sistema de saúde em Portugal é estruturado em diversos níveis de equipamento agregando Hospitais Centrais, Hospitais Regionais e Agrupamentos dos Centros de Saúde (ACES).

Os ACES são serviços de saúde com autonomia administrativa, constituídos por várias unidades funcionais, que integram um ou mais centros de saúde.

Os Agrupamentos dos Centros de Saúde (ACES) podem compreender as seguintes unidades funcionais:

- a) Unidade de cuidados de saúde personalizados (UCSP);
 - b) Unidade de saúde familiar (USF);
 - c) Unidade de cuidados na comunidade (UCC);
 - d) Unidade de saúde pública (USP);
 - e) Unidade de recursos assistenciais partilhados (URAP);
 - f) Unidade de Serviços de Apoio à Gestão (USAG);
- Outras unidades ou serviços, propostos pela respetiva ARS, I. P., e aprovados por despacho do Ministro da Saúde, e que venham a ser considerados como necessários. Em cada centro de saúde componente de um ACES funciona, pelo menos, uma USF ou UCSP e uma UCC ou serviços desta. Cada ACES tem somente uma USP e uma URAP.

Equipamentos Existentes

Nesse contexto, o município de Viana do Castelo agrega no seu território um hospital de índole regional - Hospital Santa Luzia de Viana do Castelo (Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE) - que presta cuidados de saúde primários, diferenciados e continuados.

A sua área de influência corresponde ao distrito de Viana do Castelo, concelhos de Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.

Consultados os dados disponíveis no site do Serviço Nacional de Saúde (SNS), associados a esta estrutura existem vários centros de saúde sem internamento, localizados na cidade e nas freguesias de Darque e Barroselas, sendo os três, da responsabilidade do Agrupamento de Centros Saúde do Alto Minho, da Administração Regional de Saúde do Norte.

Também, sob a jurisdição do ACES Alto Minho, existem um conjunto de 10 extensões de saúde, associados aos respetivos Centros de Saúde.

De referir ainda a existência de 25 farmácias e 2 postos farmacêuticos móveis, no ano de 2017, sendo que, em 2011, o número era semelhante – 24 farmácias – embora não houvesse registo de posto farmacêutico móvel, segundo o INE.

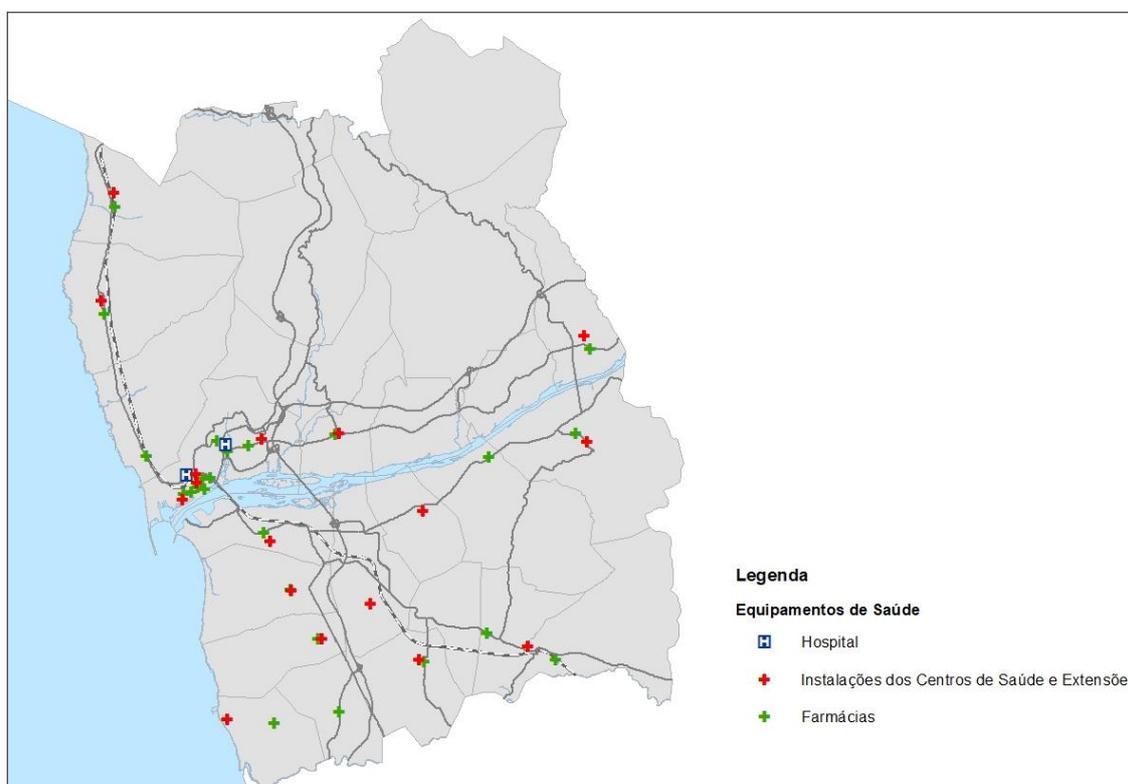
Como alternativa ao setor público de saúde, existem várias instituições privadas de saúde que variam entre clínicas de cuidados médicos especializados e laboratórios de análise clínicas, localizando-se, predominantemente, na cidade de Viana do Castelo. Sendo de referir, nos últimos anos, um aumento da

dinâmica privada, salientando-se a construção de um hospital privado pertencente ao Hospital Particular e de uma clinica de hemodialise na freguesia de Carreço (em fase de pré-instalação).

Distribuição no Território

De acordo com a Carta dos Equipamentos de Saúde, os equipamentos existentes no concelho de Viana do Castelo caracterizam-se pelas seguintes tipologias:

- a) Hospital
- b) Centros de Saúde
- c) Extensões de Saúde
- d) Farmácias
- e) Outros estabelecimentos de saúde (consultórios médicos, laboratórios de análise, clinicas particulares)



Mapa 45 - Carta dos Equipamentos de Saúde. Fonte: CMVC 2018.

Analisada a cartografia elaborada verifica-se que, para além da sua forte concentração na área das freguesias urbanas da cidade - a localização e dimensão do Hospital Central ajuda a acentuar esse efeito aglutinador -, os equipamentos de saúde implantam-se sobre a faixa litoral do concelho ao longo dos principais eixos viários e na área das freguesias de maior índice demográfico.

Em contrapartida, as freguesias interiores ou afastadas do litoral têm reduzida oferta de equipamentos com exceção de Lanheses e Moreira de Geraz do Lima.

	Hospital	Centro de Saúde	Extensão de Saúde	USAG	USF	UCC	Farmácias	Total
Afife			1				1	2
Alvarães			1				1	2
Amonde								
Anha			1				1	2
Areosa							1	1
UF Barroselas e Carvoeiro		1		1		1	1	4
UF Cardielos e Serreleis								
Carreço			1				1	2
Castelo de Neiva			1				1	2
Darque		1		1	1	1	1	5
UF Geraz (Sta. Leocádia, Sta. Maria e Moreira) e Deão			1				1	2
Freixeiro de Soutelo								
Lanheses			1				1	2
UF Mazarefes e Vila Fria								
UF Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda								
Montaria								
Mujães							1	1
Neiva							1	1
Outeiro								
Perre								
UF Subportela, Deocriste e Portela de Susã							1	1
Sta. Marta de Portuzelo					1		1	2
UF Viana do Castelo (Sta. Maria Maior, Monserrate e Meadela)	2	1	1	1	3	1	10	19
UF Torre e Vila Mou								
Vila Franca			1					1
Vila Punhe								
Chafé			1				1	2
TOTAL	2	3	10	3	5	3	25	51

Tabela 20 - N.º equipamentos de saúde por freguesias. Fonte SNS - Ministério da Saúde

Pela análise da tabela é possível verificar uma concentração dos equipamentos associados à área da saúde (incluindo farmácias) na cidade de Viana do Castelo correspondendo a cerca de 37% dos mesmos - UF de Viana do Castelo (Sta. Maria Maior, Monserrate e Meadela).

Fora do centro urbano do concelho surgem alguns equipamentos nas freguesias de maior expressão demográfica em especial na UF Barrocelas/Carvoeiro – 6% - e Darque com 5% cada uma.

As freguesias de Amonde, Cardielos, Serreleis, Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda, Montaria, Outeiro, Perre, Torres, Vila Mou e Vila de Punhe, não possuem qualquer valência para apoios destinados a dar resposta social, refletindo a inexistência de qualquer equipamento na área da freguesia.

Na generalidade dos casos as localizações dos equipamentos resultam da estruturação dos serviços definida pelo Ministério da Saúde verificando-se, associada à instalação de um centro ou extensão de saúde, existe uma farmácia e nalguns casos gabinetes de diagnóstico e análises como equipamentos ou atividades complementares.

Análise Geral

Embora não sendo da responsabilidade da edilidade a resolução das carências sentidas e identificadas ao nível dos equipamentos de saúde, é crucial para esta entidade o conhecimento da realidade existente, na medida em que o seu diagnóstico permite uma avaliação dos serviços prestados aos utentes em geral e à comunidade local, em particular. A partir desse diagnóstico, a autarquia poderá em articulação com a Unidade local de Saúde do Alto-Minho (ULSAM), ter um papel interventivo na programação da rede de equipamentos de saúde e participar ativamente na localização de futuras instalações.

No sentido de perceber qual a dinâmica da saúde, ocorrida nestes últimos anos, recorreu-se para o efeito a alguma informação estatística, do INE e do Ministério da Saúde (Portal de Saúde).

Analisados os dados globais referentes a diferentes tipos de serviços nos hospitais públicos e hospitais em parceria público privada em que se enquadra o Hospital de Santa Luzia, verifica-se que no período entre 2001 e 2017, se verificou uma redução nos valores dos serviços prestados refletindo uma diferente política de cuidados de saúde – serviço ambulatorio e novas funcionalidades dos centros de saúde – e a redução demográfica verificada no concelho.

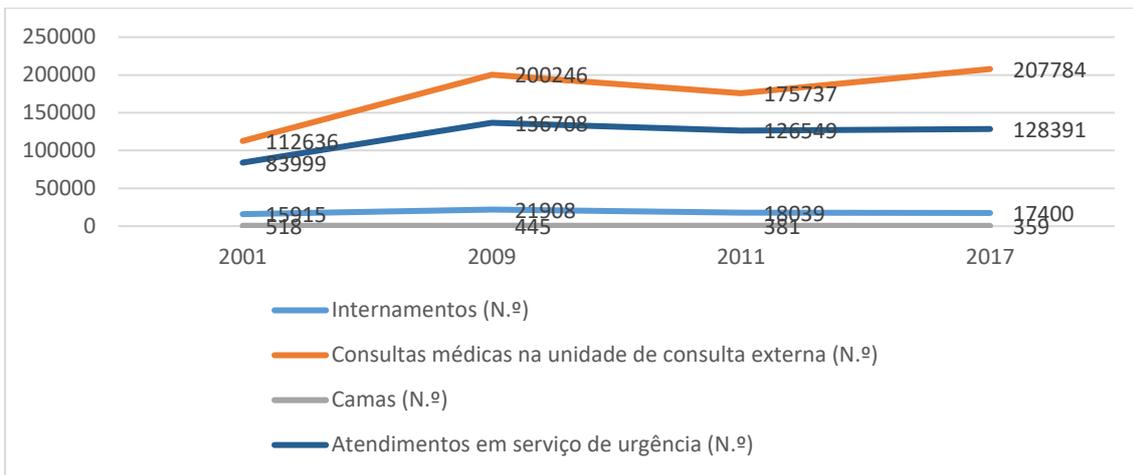


Gráfico 77 - Dados gerais sobre serviços prestados em unidades hospitalares. Fonte: INE.

Os internamentos nos hospitais públicos e hospitais em parceria público privada diminuíram de 21908 em 2009 para 17400 em 2017 (redução de cerca de 21%).

Igualmente o número de camas nos hospitais reduziu de forma significativa entre 2009 e 2017 (445 camas em 2009 para 359 em 2017, uma redução de 19,4 %), embora apresente um valor mais estabilizado a partir de 2011 (381 camas).

Os atendimentos nos serviços de urgência passaram de 136708 para 128391 utentes o que significa uma redução de 6,1%

Em contrapartida as consultas médicas em unidades de consulta externa (n.º) subiram de 200 246 em 2009 para 207 784 em 2017, o que reflete um aumento de cerca de 4%.

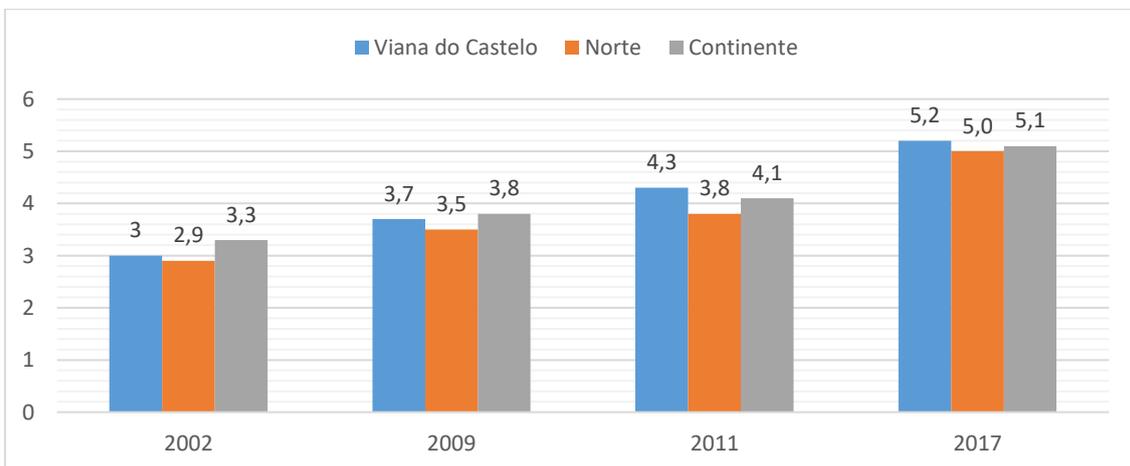


Gráfico 78 - N.º de médicos por 1000 habitantes. Fonte: INE.

Os indicadores de saúde para o Município no ano de 2017 apontam para um rácio de 5.2 médicos/1000 habitantes por local de residência e 16,1 enfermeiros/1000 habitantes, valores que melhoraram os dados anteriores de 2009 com valores de 3,7 e 9,4 respetivamente, e são até ligeiramente superiores aos verificados a nível nacional para o ano de 2017 (5.1 médicos/1000 habitantes e 16,1 enfermeiros/1000 habitantes).

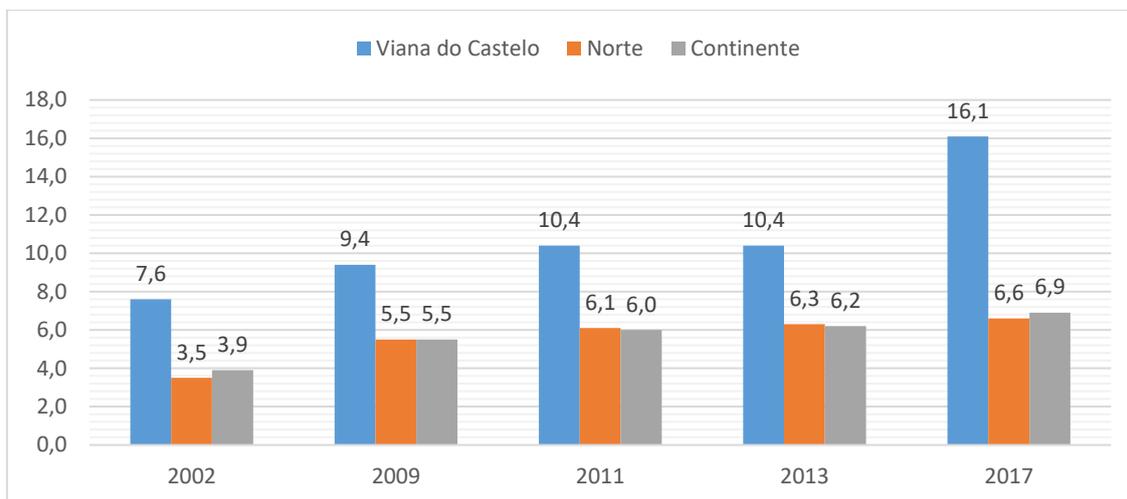


Gráfico 79 - N.º de enfermeiros por 1000 habitantes. Fonte: INE.

4.6.3.5 Equipamentos Culturais

Os equipamentos culturais constituem importantes estruturas físicas para a promoção do território, de socialização e garantia da qualidade de vida das populações, nomeadamente de acesso dos cidadãos aos bens culturais.

Ao longo de última década o Município construiu ou reabilitou diversos edifícios que permitiram que Viana do Castelo pudesse ter instalações condignas para atividades fundamentais ao desenvolvimento cultural e educativo.

Para além do Teatro Municipal Sá da Bandeira existente há mais de 100 anos, foi agora edificada uma nova Biblioteca Municipal e um novo Centro Cultural contribuindo para a requalificação da frente urbana sobre o rio Lima, tendo ainda sido reabilitado o antigo Banco de Portugal transformado agora no Museu do Traje, bem como o Navio-Hospital Gil Eanes cuja reconversão transformou-o num espaço museológico, integrando salas de exposição, sala de reuniões e loja de recordações, e que alberga hoje o Centro de Mar.

O concelho possui hoje um conjunto valorizado de equipamentos que contribuem para a dinamização divulgação e fomento de múltiplas atividades culturais.

Foram assinalados 57 espaços/equipamentos culturais nas tipologias representadas no gráfico.

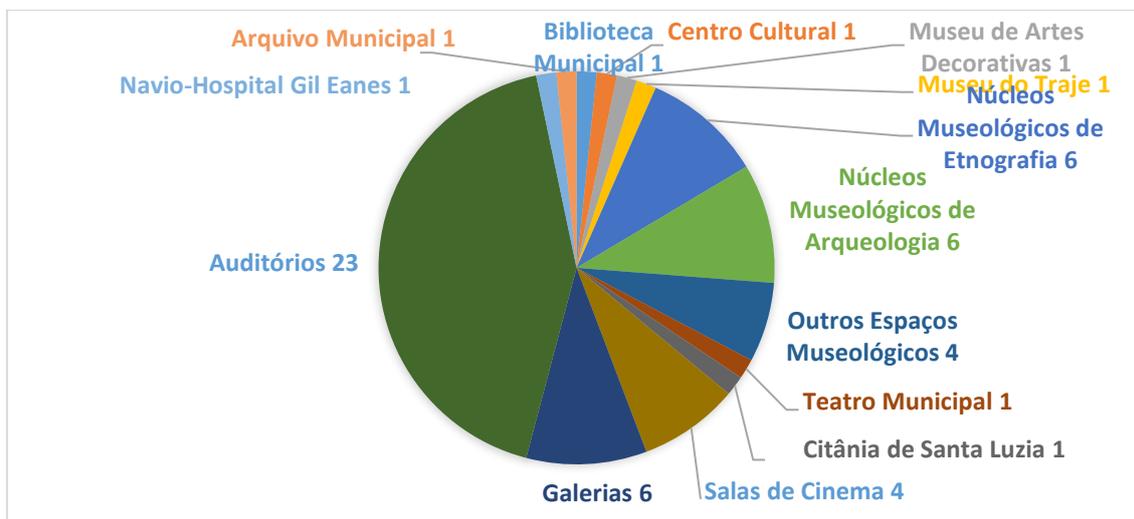


Gráfico 80 - Tipologias de espaços / equipamentos culturais. Fonte: CMVC.

Existem ainda um conjunto de 127 Associações Culturais espalhadas pelas diferentes freguesias do concelho que, com maior ou menor atividade, caracterizam uma dinâmica local de atividades culturais, associativas ou sociais, representativas

Em termos de distribuição geográfica, verifica-se uma concentração na área urbana das freguesias da cidade UF de Viana do Castelo (Sta. Maria Maior e Monserrate) e Meadela, com cerca de 78% do total de equipamentos culturais. A sede do concelho desempenha papel fundamental na atividade cultural, com a maioria dos equipamentos implantados no centro histórico da cidade ou na área marginal ao Rio Lima.

4.6.3.6 Programa de Execução das Intervenções Municipais.

Na elaboração do PDM em 2008 e procedendo o novo planeamento físico do território e a revisão do existente, após uma reflexão alargada da comunidade vianense sobre as estratégias de desenvolvimento do concelho, a Câmara Municipal elaborou um Plano Estratégico para Viana do Castelo, elencando-se as intervenções na rede viária, nos equipamentos escolares, sociais, culturais e desportivos, nas zonas empresariais, nas áreas de expansão urbana e espaços naturais.

Para além de um Plano de Financiamento proposto para a concretização das intervenções com um horizonte de dez anos, recorrendo aos fundos comunitários, ao Quadro de Referência Estratégico Nacional, aos financiamentos da Administração Central ou ainda aos recursos próprios do Município, foi elaborada uma listagem de ações propostas a desenvolver no âmbito do PDM 2008, a saber:

- a) EQUIPAMENTOS PROPOSTOS
- b) REDE VIÁRIA PROPOSTA – FUNÇÃO DOS DIFERENTES TROÇOS PREVISTOS
- c) ZONAS INDUSTRIAIS E DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS PROPOSTAS
- d) ÁREAS DE EXPANSÃO URBANA
- e) ÁREAS URBANAS A RECONVERTER (UOPG'S)
- f) CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS – SANEAMENTO BÁSICO
- g) RECOLHA E VALORIZAÇÃO DE RSU – RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

A generalidade destas ações refletiu-se no desenho da Carta de Ordenamento do PDMVC em vigor, constituindo diferentes classes de espaços cujos parâmetros urbanísticos para a sua edificação foram estabelecidos no regulamento do Plano Diretor Municipal.

Na análise aqui efetuada faz-se a abordagem da execução das ações previstas para o item 1 dos Equipamentos Propostos, Empreendimentos Turísticos e Espaços Públicos de Recreio e Lazer o qual se dividiu em vários pontos referentes às diferentes tipologias de equipamentos ou áreas de intervenção, designadamente:

- Cultura e Atividades de Tempos Livres
- Desporto
- Equipamentos Administrativos e Serviços Públicos
- Ensino
- Proteção Civil e Segurança Pública
- Saúde
- Segurança Social
- Empreendimentos Turísticos
- Áreas Públicas de Recreio e Lazer
- Equipamentos de Transportes e Comunicações
- Outros

As ações analisadas foram identificadas e sinalizadas com os resultados da tabela que se apresenta:

EQUIPAMENTOS e EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS PROPOSTOS	ACÇÕES PREVISTAS NO PDM 2008	ACÇÕES EXECUTADAS	TAXA DE EXECUÇÃO
Cultura e Atividades de Tempos Livres	7	5	71%
Desporto	29	6	21%
Equipamentos Administrativos e Serviços Públicos	41	24	59%
Ensino	21	6	29%
Proteção Civil e Segurança Pública	3	0	0%
Saúde	5	2	40%
Segurança Social	12	5	42%
Empreendimentos Turísticos	5	1	20%
Equipamentos de Transportes e Comunicações	13	8	62%
TOTAL	136	57	42% (57/136)

Tabela 21 Equipamentos propostos em PDM - Execução de ações previstas

Da análise efetuada é possível concluir que, apenas cerca de 42% dos polígonos desenhados na Carta de Ordenamento teve utilização total ou parcial das áreas delimitadas naquela carta, independentemente de terem sido utilizados para o equipamento previsto ou qualquer outro tipo de equipamento.

Isto nem sempre significa que a ação em causa não tenha sido executada (construção de raiz ou ampliação) encontrando-se algumas situações em que a obra foi executada noutra localização, como foi o caso do posto da GNR em Barroselas, ou dentro do próprio terreno da escola existente na EB1 de Afife.

O aproveitamento dos espaços delimitados teve melhor incidência na área da Cultura e Atividades de Tempos Livres – os 71% refletem a execução de grandes obras como a Biblioteca Municipal ou o Pavilhão Multiusos – ou nas áreas dos itens 1.3 Equipamentos Administrativos e Serviços Públicos e 1.10 Equipamentos de Transportes e Comunicações – os valores de 59% e 62% refletem investimentos em obras de construção de depósitos de água, arranjos exteriores e ampliações de cemitérios.

O valor encontrado poderá significar, nalguns casos, alguma dificuldade na aquisição dos terrenos propostos – alguns deles localizam-se em áreas novas fora dos limites urbanos -, noutros casos poderá refletir a alteração das prioridades da ação face à evolução demográfica do concelho neste período de tempo, noutros ainda a dificuldade de financiamento para a execução das obras resultante do período de recessão económica entretanto atravessado.

Por exemplo, na generalidade das freguesias, em particular as freguesias rurais, estava previsto a ampliação dos cemitérios existentes – 29 ações -, contudo apenas 17 sofreram intervenções e nalguns casos em pequena escala refletindo a redução demográfica no interior do concelho e a maior longevidade dos idosos ou a alteração de hábitos de sepultamento com a introdução da cremação.

Os campos de jogos e os polidesportivos parecem-nos refletir outra realidade, a dificuldade de financiamento dos equipamentos associada a uma alteração demográfica em freguesias do interior e ao fecho sucessivo de algumas escolas, levando a que os espaços não tenham sido aproveitados – em 20 ações apenas duas foram executadas.

Nalguns casos terá, contudo, de ser repensada ou mesmo anulada a localização de alguns polígonos face às políticas previstas para as respetivas áreas de equipamento ou considerando a desfavorável evolução demográfica dos últimos anos, como serão os casos das Escolas Secundárias em freguesias como a Meadela ou Carreço.

5. Política de Ordenamento do Território e de urbanismo

O Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT) prevê que os Planos Municipais, devem traduzir, no âmbito local o quadro de desenvolvimento do território estabelecido no programa nacional e regional.

Os instrumentos de gestão territorial previstos no RJIGT, em vigor no território de Viana do Castelo, são o Plano Diretor Municipal de Viana do Castelo, o Plano de Urbanização da Cidade e os Planos de Pormenor a seguir enumerados.

Por sua vez, o Concelho de Viana do Castelo deverá, de acordo com a lei 31/2014 e decreto-lei 80 /2015 em conjunto com as entidades por ele responsáveis assegurar uma adequada coordenação de políticas com incidência territorial traduzida nos seguintes Instrumentos de Gestão Territorial:

- Âmbito Nacional
 - a) PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

- Âmbito Setorial
 - a) PRN – Plano Rodoviário Nacional
 - b) PNA – Plano Nacional da Água
 - c) Plano Setorial Rede Natura
 - d) PROF AM – Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho
 - e) PGRH - Minho-Lima – Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Minho e Lima

- Âmbito Especial
 - a) POOC CE – Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha – Espinho

É concretizada ao nível Municipal através dos seguintes instrumentos:

- a) PDM – Plano Diretor Municipal
 - a. PUC – Plano de Urbanização da Cidade
 - b. PPCHVC – Plano de Pormenor do Centro Histórico de Viana do Castelo
 - c. PPPC – Plano de pormenor do Parque da Cidade
 - d. PPFRCFA – Plano de Pormenor da Frente Ribeirinha e do Campo da Agonia
 - e. Plano de Pormenor para a Área Marginal ao Rio Lima, entre a Ponte Eiffel e a ponte do IC1, Darque

Contribuem para concretização da estratégia de desenvolvimento local, ao abrigo do regime jurídico da reabilitação urbana, as sete Áreas de Reabilitação Urbana aprovadas (ARU), entre as quais, quatro foram desenvolvidas para Operações de Reabilitação Urbana (ORU), com os respetivos Programas Estratégicos da Operação de Regeneração Urbana.

5.1 Âmbito Nacional

5.1.1 PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento de Território

O PNPOT foi aprovado pela Assembleia da República, através da Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 80-A/2007, de 7 de Setembro, e n.º 103-A/2007, de 23 de Novembro.

É o instrumento de topo do sistema de gestão territorial, define objetivos e opções estratégicas de desenvolvimento territorial e estabelece o modelo de organização do território nacional. O PNPOT constitui-se como o quadro de referência para os demais programas e planos territoriais e como um instrumento orientador das estratégias com incidência territorial:

- a) Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar, de modo sustentável, os recursos energéticos e geológicos e prevenir e minimizar os riscos;
- b) Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global;
- c) Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;
- d) Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;
- e) Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e Administração Pública;
- f) Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a responsabilidade partilhada e a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições.

Em 2014, a avaliação do PNPOT tendo em conta a determinação dos resultados vindos do programa de ação originou a apresentação de recomendações para o futuro. Face aos resultados, procedeu-se ao processo de alteração determinado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2016, de 23 de agosto, mas ainda não publicado.

Paralelamente ao diagnóstico estratégico realizado, o PNPOT identificou 5 desafios territoriais a que a política de ordenamento do território deverá dar resposta:

- a) Gerir os recursos naturais de forma sustentável
- b) Promover um sistema urbano policêntrico
- c) Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial
- d) Reforçar a conectividade interna e externa
- e) Promover a governança territorial

Atualmente, a proposta de alteração do PNPOT contempla uma nova Estratégia e Modelo Territorial, um novo Programa de Ação para o horizonte 2030 com 50 medidas e um novo regime de gestão, acompanhamento e monitorização.

5.1.2 PNI 2030 - Plano Nacional de Investimentos

No âmbito das ações prevista no Plano Nacional de Investimentos 2030, para Viana do Castelo destacam-se com os objetivos de:

a) Incrementar as acessibilidades rodoviárias às Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE), que já se encontram consolidadas e que apresentam elevada relevância nos contextos regional e nacional, fomentando a sua competitividade, a construção do acesso rodoviário da zona industrial do Vale do Neiva ao Nó da A28.

b) Criar condições para que o porto de Viana do Castelo seja um porto de excelência, fluido e leve, indutor de criação de valor e desenvolvimento sustentável, integrado na Rede Logística e do Turismo da fachada Atlântica da Península Ibérica, com um investimento previsto de 90M €:

. Reabilitação do Molhe Norte do Porto de Viana do Castelo através da reabilitação do Molhe Norte do porto para proteger instalações e equipamentos responsáveis por diversas atividades comerciais e valências portuárias (estima-se que este investimento gere 300 postos de trabalho e um benefício económico de 1,3 M€);

. Melhoria das condições de operacionalidade do porto de Viana do Castelo dotando-o de equipamentos de movimentação de carga e infraestruturas adequadas com vista a melhorar as condições de operacionalidade;

. Criação de cais e equipamentos de receção de navios e passageiros de cruzeiros com o objetivo de tornar o porto de Viana do Castelo um destino de cruzeiros turísticos capaz de atrair mais de 10.000 turistas por ano, gerando consumos na região superiores a 0,5 milhões de euros por ano.

5.2 Âmbito Setorial

5.2.1 PRN – Plano Rodoviário Nacional

Este Plano foi instituído pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de Julho, e alterado pela Declaração de Retificações nº 19-D/98 de 31 de Outubro, pela Lei nº 98/99 de 26 de Julho e pelo Decreto-Lei 182/2003 de 16 de Agosto.

O PRN define a rede rodoviária nacional do continente, que desempenha funções de interesse nacional ou internacional. Por sua vez, é constituída pela rede nacional fundamental e pela rede nacional complementar.

Este diploma tem como principais objetivos o reforço do correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais, a redução do custo global daqueles transportes, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede.

As alterações do PRN tem vindo a redefinir e reclassificar várias infraestruturas do município, permanecendo atualmente a A28, A27 e ER13 (a norte da cidade), ER203, ER305 e ER308.

5.2.2 PNA - Plano Nacional da Água

O PNA define a estratégia nacional para a gestão integrada da água. Estabelece as grandes opções da política nacional da água e os princípios e as regras de orientação dessa política, a aplicar pelos planos de gestão de regiões hidrográficas e por outros instrumentos de planeamento das águas.

O Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro, aprovou o Plano Nacional da Água, nos termos do n.º 4 do artigo 28.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2008, de 31 de maio, e cria a Comissão Interministerial de Coordenação da Água.

O PNA pretende que a gestão das águas deverá prosseguir três objetivos fundamentais:

- a) A proteção e a requalificação do estado dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres, bem como das zonas húmidas que deles dependem, no que respeita às suas necessidades de água;
- b) A promoção do uso sustentável, equilibrado e equitativo de água de boa qualidade, com a afetação aos vários tipos de usos, tendo em conta o seu valor económico, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis;
- c) O aumento da resiliência relativamente aos efeitos das inundações e das secas e outros fenómenos meteorológicos extremos decorrentes das alterações climáticas.

5.2.3 PROF AM - Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho

O PROF AM é um instrumento de política setorial que define para os espaços florestais o quadro estratégico, as diretrizes de enquadramento e as normas específicas quanto ao uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, à escala regional, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado deste espaço.

PROF AM foi aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 16/2007, de 28 de março. DR n.º 62, Série I. e abrange os municípios de Arcos de Valdevez, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Viana do Castelo, Melgaço, Valença, Ponte da Barca, Caminha, Vila Nova de Cerveira e Monção.

5.2.4 PROF-EDM- Programa Regional de Ordenamento Florestal Entre Douro e Minho

O PROF AM foi revisto e reconduzido a Programa tendo este sido publicado através da Portaria 58/2019 de 11 de fevereiro.

Nesta reformulação o PROF-EDM aumentou a sua área de intervenção, passando do Alto Minho para Entre o rio Minho e rio Douro. Neste sentido, verificou-se que as opções para este aumento de área em nada vieram a beneficiar este programa, pois as Unidades Homogéneas agruparam-se ficando com características mais genéricas de forma a abranger uma área maior.

A CIM do Alto Minho fez parte integrante da Comissão de Acompanhamento e em reuniões paralelas tidas com os GTFs de cada Município foi contribuindo ativamente com pareceres para esta reformulação, não se tendo verificado, no entanto, que a maior parte dessas sugestões fossem vertidas nas várias versões.

Na última reunião da Comissão de acompanhamento da revisão do PROF de Entre Douro e Minho, onde a CIM Alto Minho se fez representar, foi dado parecer negativo ao documento por esta entidade. No entanto, o PROF – EDM acabou por ser aprovado por esta Comissão porque as restantes entidades presentes votaram favoravelmente.

A seguir é feito um resumo das considerações feitas pela Câmara Municipal.

a) – O PDM da Câmara de Viana do Castelo de acordo com os dados enviados não apresenta questões de incompatibilidade com o PROF agora proposto.

b) - De uma forma muito resumida o PROF divide o concelho em 4 Sub-Regiões Homogéneas (SRH), atribuindo 3 funções principais:

3 – Arga – Coura – com funções de:

- 1 - Produção,
- 2 – Silvopastorícia, caça e pesca e
- 3 – Recreio e valorização da paisagem

10 – Entre Lima e Cávado - com funções de:

- 1 - Produção,
- 2 – Recreio e valorização da paisagem e
- 3 – Silvopastorícia, caça e pesca

16 – Entre Minho e Neiva – com funções de:

- 1 – Conservação,
- 2 - Produção,
- 3 – Silvopastorícia, caça e pesca

25 – Vale do Lima - com funções de:

- 1 - Produção,
- 2 – Proteção e
- 3 – Silvopastorícia, caça e pesca

c) – Para cada SRH é atribuída 2 grupos com listagem de espécies de 1ª e 2ª prioridade, de forma a orientar os futuros projetos de rearboreização. De salientar que para o nosso concelho o Eucalipto encontra-se sempre listado no grupo I.

d) – A nossa discordância e parecer desfavorável prende-se essencialmente com duas situações de base:

- A metodologia utilizada para atribuição das funções, entre várias situações salientamos a utilização de declives de 50% para limites de problemas erosivos, quando em toda a referência técnica e inclusive na REN se utiliza os

30%. Esta situação é uma forma camuflada de aumentar a produção, trazendo grandes problemas no futuro, pois irá permitir-se plantações de espécie produtivas em declives superiores a 30%.

- Utilização na metodologia adotada com base nos dados do inventário IFN6 onde a ocupação por espécies está muito abaixo do que na realidade se verifica. Este inventário não traduz corretamente a realidade de ocupação do terreno, notória na ocupação relativa ao eucalipto, sendo esta informação uma referência do que ainda pode vir a ser plantado com a espécie de eucalipto, que no nosso concelho ainda nos permite aumentar em mais 580ha.

e) – Verificam-se incongruências nos objetivos e indicações de gestão, algumas assinaladas nos pareceres enviados em pormenor, mas que não foram tidas em conta.

f) - Não há ainda referência à transposição para o PDM, pelo que gostaríamos ainda de ter oportunidade de colaborar nesta situação. Sobre esta matéria salienta-se os comentários da Divisão de Planeamento, Gestão Urbana e SIG:

No que respeita ao prazo de atualização previsto na proposta de portaria agora em audição importa considerar os seguintes aspetos:

- A data tardia face ao prazo previsto naquele de procedimentos de atualização dos planos municipais decorrentes de planos de ordem superior nomeadamente o PROF-EDM a PNPOT e PROT-N, todos ainda por publicar ou iniciar, com conseqüente incerteza que tal implica sob quais os procedimentos necessários a esta atualização.

- A inevitabilidade face às alterações necessárias decorrentes da atualização dos critérios de classificação do solo prazo decorrido desde a última revisão bem como os que decorrem das atualizações necessárias à conformação com os IGT's anteriores de o procedimento de atualização ser o de revisão. Tal implica a elaboração do relatório do estado de ordenamento previamente ao início de trabalhos e conseqüentemente período necessário sua elaboração e discussão publica deste previamente à deliberação da Câmara Municipal de iniciar o procedimento.

- A obrigatoriedade de existência de cartografia atualizada com homologada/editada com menos de 3 anos à data de deliberação da Câmara Municipal dando início do procedimento de alteração/revisão;

- A impossibilidade de fazer cobertura aérea após final de outubro e não ser recomendável para obtenção de cartografia aceitável antes de maio;

- O prazo de elaboração/homologação obtida por consulta informal ao mercado não ser inferior a um ano;

- A impossibilidade de elaboração de trabalhos técnicos que dela dependam antes da sua conclusão (e.g. mapa de ruído).

Face ao anteriormente referido e tendo presente o conteúdo técnico previsto no decreto-lei 80/2015 para o procedimento de revisão não parece exequível concluir o processo de revisão previsto no artigo 1º da proposta de portaria e artigos 124º e 199º do Decreto-lei 80/2015 no prazo previsto no artigo 1º na portaria agora em audição.

g) Segundo esses novos dados, no concelho de Viana do Castelo a ocupação por eucalipto é de 8.718ha, que correspondem a 66% da área arborizada neste concelho.

A revisão do PROF baseia-se nos dados do Inventário Florestal Nacional de 2010, bastante desatualizados, que assinala para o concelho de Viana do Castelo, uma ocupação de 5.802ha de eucalipto. O PROF prevê o seu aumento até 6.382ha. Segundo a COS 2015 esta área já foi em muito ultrapassada, pois é de 7.717ha, tal como acima referimos. Em resumo, a área ocupada é de 7.717ha e não de 5.802ha como estimado no PROF, que corresponde a um desfasamento de 25%. Relativamente ao aumento para 6.382ha previstos no PROF, a ocupação atual já ultrapassa em 20%.

De salientar que esta ocupação por eucalipto se concentra de forma contínua nas encostas da serra de Santa Luzia, considerada uma zona crítica de incêndios, que ardeu totalmente em 2005 e que neste momento se encontra preenchida de eucalipto e acácia longifolia em grandes densidades, ou seja, com condições propícias à deflagração e progressão de fogos violentos. O Eucalipto concentra-se também de forma contínua na base da serra de Arga, nas freguesias de Lanheses, Meixedo e Vilar e Murteda, tendo toda esta área ardido no grande incêndio de 2016. Estas freguesias já se encontram novamente com elevado risco de incêndio, pois apresentam densidades elevadas de eucalipto proveniente de rebentação dos cepos dos eucaliptos que arderam em 2016 e de novas plantações de eucalipto entretanto licenciadas pelo ICNF, apesar nos nossos pareceres negativos.

Acrescentamos ainda que o PROF revela uma tendência de favorecimento da função de produção, nomeadamente através da expansão de eucalipto, recorrendo a uma alteração dos critérios das outras funções, como a de proteção do solo, que habitualmente se previa em áreas com declives superiores a 30%, passando o PROF a considerar a proteção do solo só a partir de 50%, ou seja, o eucalipto poderá estender-se através de declives até 50%, sendo estes declives extremamente perigosos para a progressão dos incêndios.

Assim, conclui-se que este PROF não salvaguarda os espaços florestais do nosso concelho, pois desvaloriza os problemas erosivos, o risco dos incêndios florestais e o aumento das espécies invasoras. O potencial aumento de povoamentos de eucaliptos, quando já temos uma vasta área desta monocultura, com povoamentos mal geridos e mesmo abandonados parece-nos uma opção tecnicamente errada.

Deveríamos preconizar uma valorização da paisagem, a conservação dos habitats naturais, a proteção do solo e dos recursos hídricos, o recreio e o lazer, e também a produção, mas esta última não forçosamente através do eucalipto, que cumpre apenas a função de produção, diminuindo todas as outras.

Deveríamos incentivar a biodiversidade, os mosaicos de parcelas e em especial o aumento das espécies autóctones compartimentando os espaços florestais, incidindo sobre todas as FGC, clarificando a importância desta rede na defesa das habitações, equipamentos, infraestruturas e da própria floresta.

5.2.5 PSN2000 - Plano Sectorial da Rede Natura

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica para o espaço comunitário da União Europeia resultante da aplicação da Diretiva 79/409/CEE do Conselho, de 2 de abril de 1979 (Diretiva Aves) - revogada pela Diretiva 2009/147/CE, de 30 de novembro - e da Diretiva 92/43/CEE (Diretiva Habitats), que tem por objetivo contribuir para assegurar a biodiversidade, através da conservação dos biótopos e da fauna e da flora selvagens no território da União Europeia.

No concelho existem três áreas pertencentes aos Sítios de Interesse Comunitárias (SIC) da Rede Natura 2000, nomeadamente o Sítio Rio Lima (PTCON0020) que abrange áreas de mata ribeirinha compostas maioritariamente por espécies ripícolas e outras folhosas autóctones, o Sítio Litoral Norte (PTCON0017), que abrange áreas florestais de proteção do Litoral compostas essencialmente por pinheiro bravo e algum pinheiro manso e o Sítio serra de Arga (PTCON0039), que engloba áreas de pastagens de montanha, povoamentos florestais e áreas de vegetação ripícola ao longo da bacia hidrográfica do rio Âncora. Essas áreas encontram-se delimitadas na Mapa anterior.

O estatuto destas áreas é importante na DFCL, considerando que são áreas prioritárias em termos de conservação e proteção, carecendo de maior empenho na vigilância e defesa.

5.2.6 PGRH - Minho-Lima – Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Minho e Lima

O PGRH do Minho e Lima (RH1), publicado em Diário da República através da resolução do Conselho de Ministros nº16-H/2013, de 22 de março, visa fornecer uma abordagem integrada para a gestão dos recursos hídricos, dando coerência à informação para a ação e sistematizando os recursos necessários para cumprir objetivos.

A APA tem o papel primordial na execução do PGBH do Minho e Lima, particularmente na promoção, acompanhamento e avaliação de medidas sob a sua responsabilidade, bem como junto das restantes entidades abrangidas pelas mesmas. Nesse âmbito, o modelo de promoção e acompanhamento do PGBH do Minho e Lima baseia-se na dinamização e implementação de medidas, na monitorização do processo da implementação e na produção, divulgação e discussão de informação.

5.3 Âmbito Especial

5.3.1 POOC-CE – Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha – Espinho

O Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha – Espinho (POOC), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/99 é o Instrumento de Gestão Territorial (IGT) que regulamenta os diferentes usos e atividades específicos da orla costeira, define a classificação das praias e a regulamentação do seu uso balnear, consagra a valorização e qualificação das praias consideradas estratégicas por motivos ambientais e turísticos, define a orientação para o desenvolvimento de atividades específicas na orla costeira e para a defesa e conservação da natureza. Para tal, define, classifica e regulamenta o uso e ocupação do solo.

Este diploma legal foi alvo de uma alteração através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2007, de 2 de outubro.

Relativamente ao Concelho de Viana do Castelo, as intervenções realizadas no programa de execução do POOC Caminha Espinho destacam-se as seguintes tipologias de intervenção:

Na tipologia de Intervenções de valorização, destaca-se a construção do quebra-mar de apoio à frota de pesca em Pedra Alta no Neiva e a execução parcial da recuperação dos Moinhos de Carreço e Areosa.

Na tipologia de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, o POOC prevê a realização de um PMOT no Núcleo urbano da praia de Carreço. Embora não tenha sido realizado, grande parte dos objetivos do mesmo foram já atingidos pelas obras entretanto realizadas. Na Zona piscatória da Pedra Alta foi realizado um plano de intervenções no seguimento de um protocolo entre o INAG e o IPTM.

Na tipologia de Intervenções dos Planos de Praia, as intervenções que se realizaram foram ao abrigo do Programa Polis Litoral Norte. Destacam-se as intervenções na Praia da Ínsua e Arda / Bico, com a proteção e reabilitação do sistema costeiro, envolvendo o reperfilamento de areias na praia, com movimentação de areias da faixa entre-marés para a zona superior da praia, execução de uma estrutura de areias, construção de paliçadas e ordenamento da área de estacionamento e acessos pedonais à praia (passadiços).

Nas praias de Afife e Paço foram criadas áreas de estacionamento em zona recuada fora do cordão dunar, colocação e recuperação de passadiços pedonais de acesso à praia.

Nas Praias do Cabedelo Norte (Darque) e Praia do Cabedelo Luzia (parque de campismo) foram realizadas intervenções de qualificação do espaço público, defesa e delimitação da zona em risco com reperfilamento da frente marítimo/ribeirinha, correção de erosão de superfície, ordenamento do estacionamento automóvel, criação de áreas destinadas à prática desportiva e lazer, implantação de equipamentos de apoio à vigilância e segurança da área balnear e criação de um troço de Ecovia.

Nas praias da Amorosa (Chafé e Chafé sul) e praia da Pedra Alta (Castelo de Neiva), as intervenções passaram pela colocação e recuperação de passadiços pedonais sobrelevados de acesso à praia. Nas praias de Carreço e de Lumiar houve lugar à consolidação do esporão, recuperação de duas das construções existentes e requalificação do espaço envolvente para equipamento de apoio à ciclovía.

5.3.2 POC-CE – Programa da Orla Costeira Caminha – Espinho

O Programa da Orla Costeira Caminha-Espinho (POC-CE), corresponde à revisão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha-Espinho (POOC-CE) e que, à data de conclusão deste relatório, ainda não tinha sido publicado versão definitiva do programa.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 159/2012, de 24 de julho, os POC passam a abranger todas as áreas incluídas na orla costeira, nomeadamente as áreas portuárias, e a respetiva zona terrestre de proteção pode-se estender dos 500m para os 1000m, quando tal seja justificado pela necessidade de proteção de sistemas biofísicos.

Ainda segundo o mesmo Decreto-lei, os POC concretizam o quadro global de objetivos estratégicos preconizados para a orla costeira, designadamente:

- a) Fruição pública em segurança do domínio hídrico;
- b) Proteção da integridade biofísica do espaço e conservação dos valores ambientais e paisagísticos;
- c) Valorização dos recursos existentes na orla costeira;
- d) Flexibilização das medidas de gestão;
- e) Integração das especificidades e identidades locais;
- f) Criação de condições para a manutenção, o desenvolvimento e a expansão de atividades relevantes para o país, tais como atividades portuárias e outras atividades socioeconómicas que se encontram dependentes do mar e da orla costeira, bem como de atividades emergentes que contribuam para o desenvolvimento local e para contrariar a sazonalidade.

A discussão pública do Programa da Orla Costeira Caminha-Espinho decorreu entre 5 de novembro e 14 de dezembro de 2018, conforme aviso n.º 15636/2018, publicado no Diário da República de 30 de outubro. A proposta encontra-se à presente data a aguardar publicação a qual deverá especificar normas incompatíveis dos planos territoriais que com ele se devam conformar bem como prazos e formas de atualização.

5.4 Âmbito Municipal

5.4.1 PDM - Plano Diretor Municipal

O PDMVC abrange o território correspondente aos limites administrativos do Concelho de Viana do Castelo. Enquanto instrumento operativo de gestão municipal, é o principal mecanismo para a implementação de uma estratégia de ordenamento do território.

O PDMVC foi revisto e publicado pelo Aviso 10601/2008 no Diário da República n.º 67 série II de 4 de abril de 2008.

Desde a sua entrada em vigor, procedeu-se a alguns procedimentos publicitados através das seguintes publicações:

- a) Publicado por despacho do Ministro do Planeamento e Administração do Território no Diário da República n.º 301, Série II, 7.º Suplemento, de 31 de Dezembro de 1991.
- b) Alterado pela Declaração n.º 91/98, publicada no Diário da República n.º 66, Série II, de 19 de Março.
- c) Revisão aprovada na reunião da Assembleia Municipal de Viana do Castelo de 11 de Março de 2008, da sessão ordinária iniciada no dia 29 de Fevereiro de 2008, publicada através do Aviso n.º 10601/2008 no Diário da República n.º 67, Série II, de 4 de Abril de 2008.
- d) Alteração (e republicação) ao Regulamento aprovada na reunião da Assembleia Municipal de Viana do Castelo de 11 de Março de 2008, da sessão ordinária iniciada no dia 30 de Dezembro de 2013 e publicada através do Aviso n.º 1817/2014, no Diário da República n.º 26, Série II, de 6 de fevereiro de 2014.
- e) Alteração (e republicação) ao Regulamento através do Aviso n.º 4754/2017, no Diário da República n.º 84, Série II, de 2 de maio de 2017. Esta alteração visou a transposição para o regulamento do PDM das normas do Plano de Ordenamento da Orla Costeira – Caminha – Espinho (POOC-CE).
- f) Alteração ao regulamento através do Aviso n.º 15613/2018, no Diário da República n.º 208, Série II, de 29 de outubro de 2018. Esta alteração visou a regularização de atividades económicas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014.

5.4.1.1 Avaliação dos Objetivos Estratégicos

A estratégia de desenvolvimento para o Concelho de Viana do Castelo tem origem na tomada de consciência do seu elevado potencial ambiental e paisagístico, aliado à riqueza patrimonial e cultural.

Atendendo à conjuntura económica, o crescimento económico e as previsões demográficas resultantes dos resultados dos Censos 2001, o PDMVC determinou o desenvolvimento do Concelho na definição de um conjunto de estratégias de âmbito geral. De uma forma global, esses objetivos concretizam-se com o próprio modelo territorial previsto no PDM, nomeadamente a disponibilização de novas áreas urbanizáveis centrais, o estabelecimento de uma rede de equipamentos equilibrada ou a garantia de uma articulação entre os vários instrumentos de planeamento em vigor no território municipal e proposta de novas UOPG.

Relativamente à criação de uma estrutura viária hierarquizada, equilibrada, homogénea e em rede, considera-se que a rede viária existente foi classificada segundo três níveis de serviço, aos quais corresponde uma ordenação

hierárquica que acarreta medidas de gestão diferenciadas. Existe atualmente uma necessidade de considerar a aplicabilidade dessa classificação, a qual poderá ser vertida na próxima revisão do PDM.

O objetivo de estabelecer uma rede concelhia de áreas industriais e de atividades económicas continua a ser concretizado. Verifica-se um maior enfoque e dinamização das áreas de Neiva, Lanheses, Praia Norte e Meadela, áreas com uma maior procura quer pelas condições de infraestruturização, quer pela acessibilidade.

5.4.1.2 Condicionantes

A experiência de gestão do plano aponta para dificuldades na integração de condicionantes nos documentos que importa enumerar. Para além disso importa aqui revelar das consequências que algumas destas mesmas condicionantes têm sobre aquele que seria o caminho racional na transformação do território seja do ponto de vista de preservação dos recursos naturais, seja da aplicação de investimento necessário à sua transformação.

Desconformidade entre carta de condicionantes e condicionantes representadas nas páginas web das entidades com a tutela sobre as mesmas.

Durante o processo de revisão foram consultadas as entidades com vista ao fornecimento para integração na carta de condicionantes de elementos que face ao regime legal subjacente a devessem integrar por serem passíveis de condicionar o uso e transformação do solo. Verificou-se durante o período de vigência do plano que as mesmas apresentavam desconformidades com os elementos disponibilizados nas páginas da internet das mesmas entidades consultadas. Entendeu-se que face à ausência de conhecimento de ato legal que valide as alterações à representação na planta de condicionantes, que esta prevalece sobre as constantes das páginas da internet das entidades. Não obstante têm-se verificado que a consulta por particulares de documentos disponibilizados naquelas páginas, o que causa problemas em sede de gestão de requerimentos/processos do conhecimento desta mesma Câmara. Tal tem-se verificado com a delimitação da Rede Natura, bem como nas áreas sujeitas a regime florestal que abaixo se tratam de forma mais detalhada.

Domínio Hídrico

No âmbito do processo de revisão e reconversão em programa do Plano de Orla Costeira Caminha Espinho a Agencia Portuguesa do Ambiente procedeu à delimitação do Domínio Público Marítimo. Tanto na versão anterior do POOC como no processo de revisão do Plano Diretor Municipal, que este não era passível de representação cartográfica por, dado depender dos limites das águas do mar equinociais, ser dinâmico. Para além disso nos casos onde as zonas marginais ao plano de água estivessem sujeitas a jurisdição portuária, o limite desta constituía igualmente o limite do domínio público marítimo. Não parece claro quais as consequências desta mudança de entendimento, sobre os atos, sejam de licenciamento sejam de transmissão de propriedade, entretanto realizados.

Áreas percorridas por Incêndios

Tem sido o concelho alvo de grandes incêndios que afetam grandes áreas do território concelhio devido à continuidade de mancha florestal, em especial a norte da A27. Em consequência face às proibições estabelecidas pelo decreto-lei 327/90 na sua redação atual fica a Câmara proibida de exercer as competências no domínio do ordenamento do território, independentemente das causas que e da localização onde teve origem o incendio.

Considerando a crescente suscetibilidade a grandes incêndios, as limitações que tal implica para intervir nos espaços florestais, verifica-se que qualquer necessidade de espaço urbano terá que procurar satisfação em espaços agrícolas as quais estão maioritariamente abrangidas por reserva agrícola nacional.

Perigosidade de Incêndio Florestal

Relativamente à perigosidade do PMDFCI, o modelo de risco de incêndio florestal adotado pelo ICNF compreende dois mapas:

- Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal, que resulta da combinação da probabilidade com a suscetibilidade, apresentando o potencial de um território para a ocorrência do fenómeno. Permite responder à questão “onde tenho maior potencial para que o fenómeno ocorra e adquira maior magnitude?”. Este mapa é particularmente indicado para ações de prevenção.

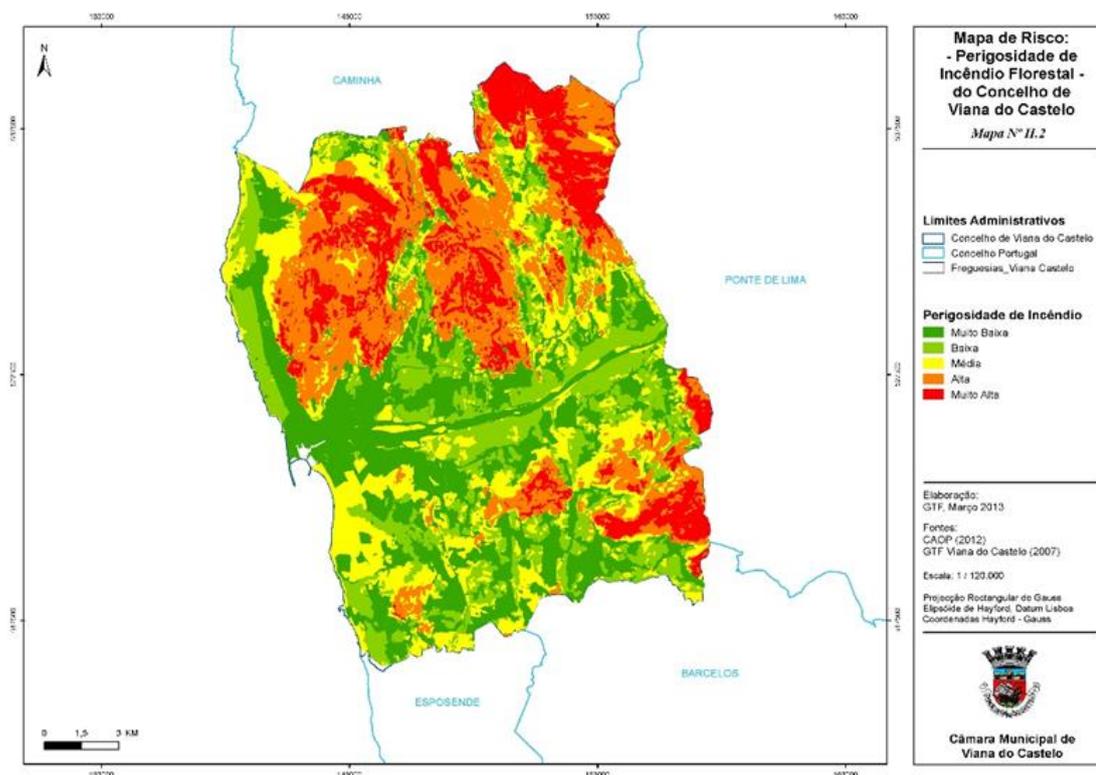
- Mapa de Risco de Incêndio Florestal, que resulta da combinação das componentes do mapa de perigosidade com as componentes do dano potencial (vulnerabilidade e valor) para indicar qual o potencial de perda em face do fenómeno. Quando o fenómeno passa de uma hipótese a uma realidade, o mapa de risco informa acerca do potencial de perda de cada lugar cartografado, respondendo à questão “onde tenho condições para perder mais?”. Este mapa é particularmente indicado para ações de prevenção quando lido em conjunto com o mapa de perigosidade, e para planeamento de ações de supressão.

O mapa de perigosidade é importantíssimo para o ordenamento do território uma vez que tem implicações nos condicionalismos às edificações em espaços rurais. No n.º 1 do Artigo 16.º da nova redação do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 junho refere que a classificação e qualificação do solo definidas no âmbito dos instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares devem considerar a cartografia de perigosidade de incêndio rural definida no PMDFCI a integrar, obrigatoriamente, na planta de condicionantes dos planos municipais e intermunicipais de ordenamento do território.

O mapa de perigosidade foi elaborado de acordo com as normas para a elaboração do PMDFCI, de Abril de 2012. Este mapa resulta do produto da probabilidade e da suscetibilidade.

A perigosidade de Incêndio é a probabilidade de ocorrência, num determinado intervalo de tempo e dentro de uma determinada área, de um incêndio, que possa causar perda de vidas ou ferimentos, danos em bens, interferência social e económica ou degradação ambiental.

Apesar de se ter já o mapa atualizado para o novo PMDFCI, apresenta-se de seguida o mapa que se encontra ainda em vigor.



Mapa 46 - Mapa de Perigosidade do PMDFCI do Concelho de Viana do Castelo.

A perigosidade no concelho de Viana aumentou, comparando com a última versão de mapas de perigosidade, e isto deve-se ao facto de terem ocorrido grandes incêndios desde essa data, em especial 2005 e 2010. De uma forma geral a perigosidade é bastante elevada, sobretudo se se observarem os maciços florestais onde domina a perigosidade alta e muito alta, pelo que, face a esta situação, deve ser repensada a estratégia de gestão destes espaços, em especial no que se refere à prevenção.

Regime Florestal

O Regime Florestal surgiu no início do século, com os Decretos de 24 de dezembro de 1901, 28 de Junho de 1902, 24 de Dezembro de 1903 e 11 de Julho de 1905. Através desta legislação foram impulsionados os trabalhos de arborização de muitas áreas de baldios, sendo esta matéria muito vasta e objeto de tratamento aprofundado em vários documentos.

O regime de propriedade fundiária florestal no concelho engloba três diferentes tipos: propriedade pública, propriedade comum (baldios) e propriedade privada de particulares. A propriedade florestal pública, pertencente ao Estado ou Entidades Públicas (autarquias ou outras), segundo dados do ICNF, representam cerca de 25% dos espaços florestais do concelho, distribuídos por quatro perímetros.

Perímetro Florestal	Área em Viana do Castelo (ha)
PF da Serra de Arga	1996
PF da Serra de Santa Luzia	1900
PF das Serras de Vieira e Monte Castro	34
PF de Entre Lima e Neiva	771
Total Geral	4700

Tabela 22 - Áreas de perímetros florestais.

Nos Perímetros Florestais que integram baldios deste concelho, o Regime Florestal aplicado designa-se parcial (Regime Florestal aplicado em áreas não pertencentes ao domínio do Estado em que a existência da floresta é subordinada a determinados fins de utilidade pública). A gestão destes Perímetros Florestais é efetuada através do atualmente designado “ICNF-Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, em colaboração com os respetivos Conselhos Diretivos de Baldios.

Os perímetros florestais cartografados na Planta Atualizada de Condicionantes são os validados pelo ICNF, no âmbito do processo de revisão do PDM, aprovado em 2008.

De referir que o ICNF altera com frequência as versões dos perímetros florestais disponíveis na sua página eletrónica, sem que essa alteração se faça acompanhar pela respetiva fundamentação legal que legitime a atualização da Planta de Condicionantes. Na última versão, e apenas a título de exemplo, foi inserida a área da citânia de Santa Luzia.

Face à importância desta matéria é necessário clarificar esta situação em sede de revisão de PDM, por forma a garantir a correta delimitação destas áreas na Planta Atualizada de Condicionantes.

Uma vez que o setor florestal dependente de candidaturas e financiamentos, o rigor desta informação é fundamental, pelo que a realização do cadastro destas áreas e o acerto dos seus limites, seria da maior utilidade.

Património arqueológico

Continuando a subsistir dúvidas relativamente aos procedimentos a adotar no caso de intervenções em áreas abrangidas por património arqueológico, a Câmara Municipal tem vindo a estabelecer contactos com a Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), tendo como objetivo definir os procedimentos mais adequados à salvaguarda deste tipo de património.

O património arqueológico classificado encontra-se cartografado na Planta Atualizada de Condicionantes;

A atualização desta planta ocorre sempre que é proferido algum ato que assim o determine, no âmbito de procedimento de classificação de bens imóveis de interesse cultural e respetivas zonas de proteção, nos termos estabelecidos no Decreto-Lei nº 309/2009, de 23 de outubro, não levantando assim dúvidas relevantes.

Situação diferente é a que se verifica no património arqueológico não classificado, uma vez que este património se encontra apenas cartografado na Carta de Património do PDM (2008), de acordo com as orientações estabelecidas em sede de Comissão Técnica de Acompanhamento, não se encontrando assim garantida a salvaguarda de novos achados arqueológicos.

Tendo em consideração o quadro legal de referência, designadamente a Lei nº 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, determina no seu artigo 11º, o dever de preservação, defesa e proteção do património cultural, no artigo 21º, os deveres especiais dos detentores e no nº 1 do art.º 78º, o dever de notificação do achado arqueológico, referindo que “ Quem encontrar, em terreno público ou particular, ou em meio submerso, quaisquer testemunhos arqueológicos fica obrigado a dar conhecimento do achado no prazo de quarenta e oito horas à administração do património cultural competente ou à autoridade policial, que assegurará a guarda desses testemunhos e de imediato informará aquela, a fim de serem tomadas as providências convenientes”, verifica-se que cada novo achado arqueológico dá lugar ao estabelecimento de uma verdadeira condicionante.

Estando perante ocorrências dinâmicas, considera-se fundamental para assegurar os objetivos fixados na legislação acima referida, particularmente no que se refere à sua proteção, que o património arqueológico não classificado, após validação por parte da Direção Geral do Património Cultural (DGPC), passe a estar representado na Planta Atualizada de Condicionantes, uma vez que esta é a única forma de não poder ser alegado o desconhecimento da sua existência.

5.4.1.3 Ordenamento

Dada a importância de algumas características de espaços pelas questões que levantam seja ao nível da proteção civil seja ao nível do desenvolvimento do concelho tratam-se de seguidas questões relacionadas com o regime aplicável. Pela proporção que têm no concelho bem como pelas questões sensíveis que levantam ao nível da proteção das populações destacam-se de seguida dentro do solo rural os espaços florestais.

Espaços Florestais

A propriedade florestal privada da região é maioritariamente constituída por parcelas de muito reduzida dimensão e distribuída por inúmeros proprietários, sendo que muitos deles revelam dúvidas ou desconhecem mesmo a sua identificação sobre o terreno. Devido a esta situação, a implementação da gestão florestal e mesmo o planeamento e execução de projetos de prevenção de incêndios envolvem muita dificuldade. Torna-se urgente realizar um cadastro da propriedade florestal, no sentido de melhor se implementar o planeamento, a gestão florestal e a prevenção de incêndios. As áreas que detêm de Planos de gestão florestal são ainda muito reduzidas, tendo apenas sido concretizados em determinadas áreas de baldio e nas duas ZIF existentes no concelho, sendo a implementação no terreno ainda incipiente.

Através do Decreto-Lei n.º 127/2005 de 5 de Agosto foram definidos o conceito e o enquadramento legal para a constituição de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF). Segundo este diploma, as ZIF têm como objetivos: promover a gestão sustentável dos espaços florestais que as integram; coordenar, de forma planeada, a proteção dos espaços florestais e naturais; reduzir as condições de ignição e de propagação de incêndios; coordenar a recuperação dos espaços afetados por incêndios e dar coerência e eficácia à ação dos agentes da administração central e local.

Para as características da propriedade florestal deste território, na qual as parcelas individuais de reduzida dimensão não apresentam, na sua maioria, condições para a sustentabilidade, será importante a promoção da gestão de áreas privadas conjuntas, o que vem ao encontro dos objetivos das ZIF.

Foram entretanto criadas no concelho duas ZIF, ambas promovidas pela Associação Florestal do Lima.

- ZIF da serra de Santa Luzia, com o n.º 147, regista n.º 244/2009-AFN, criada através do Despacho n.º 17/2011 de 10 de Agosto. Compreende uma área de 11.366ha e localiza-se a Norte do concelho e inclui as freguesias de Areosa, Carreço, Afife, Freixieiro de Soutelo, Outeiro, Perre, Santa Marta de Portuzelo, Meadela, Monserrate, Santa Maria Maior, Cardielos e Serreleis. Integra ainda a freguesia de Âncora, pertencente ao concelho de Caminha.

- ZIF do Monte Roques, com o n.º 65, registo n.º 097/2007-AFN, criada através do Despacho n.º 13898, de 17 de Junho. DR n.º 115, Série II. Compreende uma área de 3.336ha e localiza-se a Sul do concelho e inclui as freguesias de Barroelas, Carvoeiro, Deão, Deocriste, Geraz do Lima (Santa Leocádia), Geraz do Lima (Santa Maria), Mujães, Portela Susã, Subportela, Vila Franca, Vila Fria e Vila de Punhe.

Cada ZIF possui o seu Plano Especial de Intervenção Florestal (PEIF) aprovado, e ambas já implementaram projetos com candidaturas ao PRODOR aprovadas, projetos esses destinados à realização de Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível em 2013 e 2014.

No ano de 2017 desenvolveu-se o projeto de cadastro simplificado tendo-se realizado nas duas ZIF no entanto a AFL até à data ainda não disponibilizou uma conclusão a tempo de integrar este documento.

Se estas iniciativas se concretizarem positivamente e se obtiverem um desenvolvimento adequado, deverá estender-se o conceito a outras áreas, como forma de implementar uma gestão mais efetiva dos espaços florestais, considerando que este fator é fundamental para a sustentabilidade e para a prevenção de incêndios.

Analisadas as áreas por categoria do PDM e classificando-as por espaços para podermos grosseiramente se comparar com a evolução da COS. Esta classificação pode não ser a mais correta pelo que esta comparação apenas serve para nos dar alguma orientação de análise entre o potencial programado em PDM e a evolução da ocupação do solo. Esta comparação poderia ser contemplada com outros fatores como a carta de solos, de geologia, declives, etc. No entanto, ficam alguns comentários ao nível dos espaços florestais:

- A área de matos está representada num valor inferior ao existente, o que até pode ser completamente aceitável, pois podemos pensar na potencialização dessa área em floresta.

- A área de Zonas Florestais de Produção é muito baixa. Possui apenas 660ha, o que tendo em conta apenas os povoamentos de eucalipto (7717ha) e os de pinheiro bravo (4060), espécies mais produtivas, nos parece muito baixo. O certo é que muitos destes povoamentos estão instalados em locais errados, de pouca produtividade, em áreas com outras funções, como por exemplo áreas de galarias ripícolas com função de proteção e muitos deles mal geridos, o que se tivéssemos em conta estas situações, os valores destes povoamentos poderiam baixar, mas efetivamente 660ha será pouco.

Esta situação com o novo PROF aprovado será certamente uma área a alterar pois como já se fez referência a versão que se conhece deste programa está altamente focado para a produção.

- Algumas categorias dos espaços naturais, apesar de virem bem caracterizados no Regulamento confundem-se, umas dentro dos espaços naturais, como é o caso de Zonas de Mata Ribeirinha e Galerias Ripícolas e outras com os espaços florestais, como é o caso das Zonas de Mata de Proteção Litoral com as Zonas Florestais de Proteção e das Zonas de Pastagem de Montanha com as Zonas Florestais do Domínio Silvo – Pastoril.

Entende-se que interessa dar particularidade a determinadas zonas e possivelmente este comentário não faz sentido, no entanto, assinalo apenas para se pensar no futuro sobre este assunto.

- Espaços de Usos Múltiplos é uma designação muito lata e na gíria florestal aplica-se normalmente para produções complementares da floresta como o mel, os cogumelos etc. Analisando as áreas em questão no PDM o uso múltiplo neste caso poderá ter outra perspetiva. Este comentário, serve apenas para refletir nas designações utilizadas pois tem-se verificado designações iguais mas significados diferentes, entre a gíria florestal e o ordenamento, sendo importante cada vez mais uniformizar estas situações.

No n.º 5 do Artigo 10.º da nova redação do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho refere que “A cartografia da rede de defesa da floresta contra incêndios constituída pela rede primária de faixas de gestão de combustível, rede viária florestal fundamental, rede de pontos de água e rede nacional de postos de vigia (RNPV) assim como a carta de perigosidade de incêndio florestal, constantes dos PMDFCI devem ser incorporadas e regulamentadas nos respetivos planos municipais de ordenamento do território.”

Zonas Industriais Propostas e Zonas de Atividades Económicas

Durante o período de vigência da presente versão do plano diretor municipal foi dada continuidade ao esforço iniciado ainda durante o processo de revisão, de atração de investimento privado no setor Industrial. Tirando partido das localizações junto a nós da A27 e A28, executadas durante o período de revisão, prosseguiu a expansão da Zona Industrial de Lanheses aí prevista (alvo de processo de suspensão do Plano Diretor Municipal para este efeito ainda durante aquele período de revisão) e da Zona Industrial do Neiva. A acessibilidade conferida por estas vias levou à ocupação completa das mesmas, colocando a questão da necessidade de resposta a procura de solo industrial junto destas zonas, tirando partido, seja da acessibilidade seja de efeitos de aglomeração que a instalação de indústrias preexistentes ou entretanto verificado lhe confere. Dadas as consequências acima referidas da escala dos incêndios florestais e as restrições que tal coloca às opções de expansão de solo industrial, não parece possível a resposta à procura deste tipo de solo, que tire partido da procura de acessibilidade e efeitos de aglomeração. Fica igualmente prejudicado o retorno dos investimentos efetuada em grandes vias rodoviárias por via das restrições à atividade económica, e base fiscal que dele tire partido.

Rede Viária Concelhia

Dada a dependência de fontes externas de financiamento no que respeita a grandes investimentos, alguma saturação verificada à execução de obra física, bem como às condições económicas vigentes não foi possível realizar as obras de articulação entre a rede viária existente e as novas macroestruturas viárias acima referidas.

Não obstante estas restrições, e no sentido de concretizar a captação de investimento privado, foram efetuadas melhorias de acessibilidade entre a zona industrial de Lanheses e a Zona de Atividade Económica de Darque e os acessos a A27 e A28. Com o objetivo de melhorar a acessibilidade à rede viária do Plano Rodoviário Nacional foi adjudicada a ligação entre o Porto de Mar e o nó do Neiva da A28. Tal irá permitir em conjunto com a via do Vale do Neiva inscrita na proposta Plano Nacional de Investimentos melhorar as acessibilidades daquele vale e constituir um anel viário concelhio em conjunto com a E.N. 305.

Rede Ferroviária

A Linha do Minho é uma ligação ferroviária que une as cidades do Porto e Valença. Atualmente, está em curso a empreitada de eletrificação no troço entre Nine e Valença, estando previsto a sua conclusão em inícios de 2020. A rede proposta não executada enquadra-se na previsão de duplicar a linha existente desde a estação de Darque até ao início da Ponte Eiffel, derivando daí para poente até ao Porto de Mar.

Delimitação de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG)

Na planta de ordenamento do concelho, estão assinalados os limites que definem as unidades operativas de planeamento e gestão. A identificação destas áreas possibilita o reconhecimento de zonas sobre as quais devem incidir estudos ou planos com um nível de tratamento mais detalhado, bem como definir prioridades de intervenção, permitindo uma melhor coordenação de esforços e otimização de investimentos.

As UOPG dividem-se em 9 Tipos, consoante a sua natureza e objetivos estratégicos em termos de planeamento. Relativamente à avaliação da execução dos respetivos estudos, destaca-se as tipologias de áreas de expansão com estudos elaborados em 86% do total das áreas previstas, as áreas urbanas a reconverter com 79%, as áreas industriais e atividades económicas com 48% e os espaços canal com 43%.

PIER-ACA – Plano de Intervenção em Espaço Rural para Afife, Carreço e Areosa.

A Câmara Municipal de Viana do Castelo deliberou na reunião de 30/04/2015, e publicada no Diário da República n.º 100, 2ª Série, de 25/05/2015, sob o Aviso n.º 5694/2015, iniciar o processo de elaboração do PIER-ACA.

No sentido de estabelecer uma estratégia para a implementação do PIER-ACA, o mesmo fará uma análise sistematizada tendo em linha de conta os principais aspetos que caracterizam zona de intervenção, tais como o solo, a água, o património (natural e cultural), as infraestruturas, a agricultura (agropecuária, hortofloricultura, explorações e outras), a paisagem, o turismo e as dissonâncias ambientais e paisagísticas.

Uma vez que a elaboração do PIER-ACA ainda não foi concluída, foi deliberado na reunião da CMVC de 29 de março de 2018, declarar-se a não caducidade do plano e autorizar a extensão do prazo pelo período de 24 meses, conforme publicação no Diário da República n.º 79, 2ª Série, de 23/04/2018, sob o Aviso n.º 5540/2018.

PUC – Plano de Urbanização da Cidade

O PUC de Viana do Castelo (publicado em Diário da República através da resolução do Conselho de Ministros nº92/99, de 13 de agosto, retificada através da Declaração de Retificação nº 15-Q/99, de 30 de setembro), constitui uma Unidade Operativa de Planeamento e Gestão do PDM, compreende as freguesias que integram a cidade (Santa Maria Maior, Monserrate, Areosa, Meadela e Darque) e abrange uma área de cerca de 32 km².

Relativamente ao PDM, este plano desenvolve as orientações nele definidas, não propondo alterações significativas no que concerne à ocupação, uso e transformação do solo, procurando adaptar-se tanto quanto possível à realidade urbanística.

A primeira alteração ao PUC de Viana do Castelo foi publicada pelo Aviso 20245/2008 no Diário da República n.º136 série II de 16 de julho de 2008. O processo de revisão do PDM em 2008, tornou necessário, por força de aplicação do RJIGT, a introdução de algumas alterações ao regulamento do PUC, de modo a garantir a compatibilidade entre este e o de ordem superior.

Em 2017, foi efetuada uma alteração por adaptação para transposição das normas do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha-Espinho, publicada pelo Aviso 4077/2017 no Diário da República n.º 75 série II de 17 de abril de 2017.

Em 2018, decorrendo do Regime Jurídico das Regularizações de Atividades Económicas, D.L. n.º 165/2014, de 5 de novembro, foi efetuada uma alteração ao regulamento do PUC de Viana do Castelo publicada pelo Aviso 14876/2018 no Diário da República n.º 199 série II de 16 de outubro de 2018.

PPCH-VC – Plano de Pormenor do Centro Histórico de Viana do Castelo

O PPCH de Viana do Castelo (publicado pela declaração nº248/2002 em Diário da República n.º 183 série II de 9 de agosto de 2002) tem como objetivos:

- a) Acentuar o carácter de centralidade do centro histórico, qualificando a oferta comercial à população e aos visitantes e reforçando a rede de equipamentos e serviços;
- b) Eliminar as intrusões visuais e as discrepâncias volumétricas, por forma a repor, na sua heterogeneidade, o equilíbrio da morfologia do centro histórico, em ordem à criação de condições para a sua classificação como património mundial;
- c) Aumentar a oferta residencial através da recuperação e reocupação dos imóveis, para melhoria das condições de vida da população;
- d) Favorecer as condições de trânsito pedonal, incluindo o das pessoas de mobilidade reduzida, aumentando as áreas de circulação restrita, desenhando percursos sem obstáculos, restringindo o tráfego automóvel com recurso a parques de estacionamento e fomentando os transportes coletivos;
- e) Reforçar as dinâmicas culturais e de sociabilidade urbanas a partir dos equipamentos, dos elementos patrimoniais e da qualificação do espaço público;
- f) Qualificar os níveis de serviço e atendimento das infraestruturas básicas de sustentabilidade urbana;
- g) Fomentar o lançamento e execução de intervenções exemplares nos domínios da reabilitação e da reutilização dos imóveis com valor patrimonial.

PPPC – Plano de Pormenor do Parque da Cidade

O PPPC de Viana do Castelo (publicado pela declaração nº246/2002 em Diário da República n.º 182 série II de 8 de agosto de 2002) visa disciplinar a ocupação do solo, definindo com detalhe a conceção da forma de ordenamento do espaço público e as regras de gestão urbanística a aplicar, servindo, ainda, de base aos projetos de execução de infraestruturas, de arquitetura dos edifícios e dos espaços exteriores.

As ações de construção, reestruturação, reabilitação, conservação e restauro, alteração de uso, destaque de parcelas, loteamento, bem como qualquer outra ação de iniciativa pública ou privada que gere a alteração do relevo do solo tem que respeitar, para além do disposto na legislação diretamente aplicável, o disposto no Regulamento e nas plantas de implantação e condicionantes que compõe o plano.

Em 2009, foi apreciada e aprovada em Assembleia Municipal a proposta de alteração do PPPC para construção do Complexo Náutico para o Remo a construir no Lote P.

Em 2017, foi apreciada e aprovada em Assembleia Municipal a proposta de alteração dos parâmetros urbanísticos (destino e áreas de implantação e de construção) do edifício a construir no lote “O” do PPPC.

PPFRCA – Plano de Pormenor da Frente Ribeirinha e Campo da Sr.ª Agonia

O PPFRCA de Viana do Castelo (publicado pela Resolução do Conselho de Ministros nº134/2002 em Diário da República n.º 262 série I-B de 13 de novembro de 2002), integrado no âmbito do Programa Polis, estabelece as regras a que deve obedecer a ocupação, uso e transformação do solo na área da Frente Ribeirinha e Campo da Agonia, da cidade de Viana do Castelo, delimitada na planta de implantação, constituindo os seguintes objetivos:

- a) Apoiar uma política de desenvolvimento que permita a utilização dos recursos naturais e humanos, sem que tal coloque em causa o equilíbrio ambiental e social;
- b) Definir e estabelecer os princípios e regras para a ocupação, uso e transformação do solo, de modo a promover a sua adequação às potencialidades de cada local;
- c) Estabelecer a disciplina da edificabilidade que permita preservar os valores naturais, urbanísticos, paisagísticos e patrimoniais;
- d) Compatibilizar as diversas intervenções sectoriais;
- e) Aumentar a oferta residencial através da construção e da recuperação dos edifícios, para melhoria das condições de vida da população;
- f) Favorecer as condições de trânsito pedonal, incluindo as pessoas de mobilidade reduzida, aumentando as áreas de circulação restrita, prevendo percursos sem obstáculos, restringindo o tráfego automóvel com recurso a parques de estacionamento e fomentando os transportes coletivos e deslocação em velocípedes sem motor, pela previsão de ciclovias;
- g) Reforçar as dinâmicas culturais e de sociabilidade urbanas, tradicionalmente associadas à Frente Ribeirinha e ao Campo da Agonia, a partir dos equipamentos, dos elementos patrimoniais e da qualificação do espaço público;
- h) Qualificar os níveis de serviço e atendimento das infraestruturas básicas de sustentabilidade urbana;
- i) Promover o lançamento e execução de intervenções exemplares nos domínios da construção, reabilitação e reutilização dos edifícios e dos espaços públicos.

Em 2011, foi efetuada uma alteração decorrente da evolução das condições que estiveram subjacentes à execução do Plano, nomeadamente do modelo económico escolhido à data para a sua concretização, publicada pelo Aviso 7644/2011 no Diário da República n.º 60 série II de 25 de março de 2011 e alterada e publicada pela Declaração de retificação n.º 1178/2011 no Diário da República n.º 141 série II de 25 de julho de 2011.

Plano de Pormenor para a Área Marginal ao Rio Lima, entre a Ponte Eiffel e a Ponte do IC1, em Darque

O PPAMRL-D de Viana do Castelo (publicado pelo Aviso nº1269/2010 em Diário da República n.º 12 série II de 19 de janeiro de 2010 e retificado pela publicação da Declaração de retificação n.º 152/2010 no Diário da República n.º 17 série II de 26 de janeiro de 2010) define com detalhe a conceção da forma de ocupação da área territorial a que se aplica, sita no concelho de Viana do Castelo, freguesia de Darque, delimitada na planta de implantação e abrangendo 106,23 hectares, constituindo os seguintes objetivos:

- a) A afirmação da área de intervenção como um dos eixos estruturantes do desenvolvimento da cidade de Viana do Castelo, nomeadamente da frente fluvial;
- b) A requalificação ambiental e paisagística, sobretudo das áreas marginais;
- c) A requalificação urbana e funcional, designadamente das áreas expectantes ou a reconverter.

Planos de Pormenor Propostos

Dos Planos de Pormenor propostos, foi elaborado o PPP1, relativo ao Plano de Pormenor para a Área Marginal ao Rio Lima entre a Ponte Eiffel e a Ponte do IC1.

5.5 Outros Documentos de Estratégia e Ação

5.5.1 PDAM - Plano de Desenvolvimento do Alto Minho - Alto Minho 2020

A CIM Alto Minho desenvolveu a Estratégia “Alto Minho 2020” visando consensualizar uma visão para este espaço regional, as suas prioridades de desenvolvimento e as principais iniciativas / projetos a concretizar no horizonte 2020. Nesse sentido apresenta quatro desígnios temáticos, a saber:

- a) Tornar o Alto Minho uma região mais competitiva – Uma região que cria empregos e gera riqueza;
- b) Tornar o Alto Minho uma região mais conectada – Uma região ligada à Europa e ao Mundo;
- c) Tornar o Alto Minho uma região mais atrativa – Uma região onde as pessoas querem viver, que os turistas querem visitar e onde as empresas querem investir;
- d) Tornar o Alto Minho uma região mais resiliente – Uma região capaz de se adaptar à mudança e de defender o seu património natural.

Por sua vez, estes desígnios temáticos traduzem-se em eixos temáticos, à luz das prioridades de intervenção que recomenda o posicionamento relativo da região no contexto das diferentes escalas em que se insere.

A Competitividade - Capacidade do Alto Minho atingir a combinação de modelos produtivos que melhor otimiza o potencial de afirmação nos diversos setores e fileiras que beneficiam dos recursos do território como elementos nucleares de um potencial de valorização económica ainda só parcialmente explorado. É um eixo temático cujas intervenções são exercidas na esfera produtiva e da articulação interempresarial.

A Atratividade – As intervenções são exercidas na esfera da integração sistémica de espaços de valorização e na esfera da integração territorial do sistema urbano-rural-natural, que beneficiam do ciclo virtuoso resultante da atratividade exercida pelos espaços de localização existentes no território, e que permitem, no jogo da sua interação cruzada, estruturar produtos de localização residencial (partindo de espaços residenciais), produtos turísticos (partindo de pontos dispersos e desconectados de interesse turístico) e produtos de localização empresarial (partindo de áreas de localização empresarial).

A Conetividade – As intervenções são dirigidas à ativação dos canais de conectividade, materiais e imateriais, exigidos por pessoas (na conjugação da esfera da vivência e fruição das vilas e cidades, com a esfera do usufruto patrimonial e cultural), por bens (na conjugação da esfera da articulação empresarial com o universo das instituições científicas e tecnológicas, com a esfera da valorização económica e produtiva dos valores e recursos patrimoniais), pela informação (na conjugação da esfera da articulação interempresarial com a esfera da correspondente inserção nos sistemas urbanos de acolhimento) e pelo conhecimento (na conjugação da esfera da articulação das dinâmicas de associativismo empresarial com a esfera das dinâmicas de apropriação empresarial dos resultados do sistema científico e tecnológico).

A Resiliência – As intervenções são dirigidas à dinâmica de articulação de competências (as existentes na região e as que é preciso mobilizar externamente) em torno da obtenção de resultados. O equilíbrio entre as esferas individual e coletiva exige a montagem operacional de um sistema de colaboração interinstitucional, com capacidade de antecipar tendências e de organizar a solução regional operativa que confira capacidade coletiva de resposta social às mutações das exigências individuais em termos de inclusão social e coesão territorial, que confira capacidade coletiva ao sistema ecológico e ambiental para embutir critérios de sustentabilidade não imobilizadora nas iniciativas individuais, e que confira capacidade coletiva de resposta do sistema económico e formativo às exigências microeconómicas de competitividade e crescimento sustentado.

5.5.2 Plano Estratégico de Viana do Castelo

A Câmara aprovou em 5 de Março de 2012 a revisão do Plano Estratégico com um horizonte até 2020. Este assenta numa visão, missão e valores, elementos de referência que, refletem o resultado esperado da sua execução, servem para mobilizar e orientar o processo de desenvolvimento do concelho aí delineados.

Estes elementos de referência são:

Visão: Viana do Castelo, destino atlântico associado aos valores da sustentabilidade, motor de uma economia baseada no mar e nas energias renováveis e espaço de ambiências, urbanas e rurais, que reinterpretam a tradição regional em contextos de inovação e contemporaneidade

Missão: atrair investimento orientado para a consolidação de dinâmicas económicas existentes/ emergentes com sentido de inovação, num quadro de crescente coesão e sustentabilidade, contribuindo para a afirmação de Viana do Castelo nos planos regional e nacional.

Valores:

Contemporaneidade no sentido de obrigar à adoção e integração das dimensões de inovação e de sustentabilidade nos sistemas cultural, social e económico e nas estruturas locais;

Coesão enquanto garantia de crescente equidade nas estruturas, social e territorial, locais perante as oportunidades e no acesso a bens e serviços públicos;

Participação traduzida no envolvimento ativo e sistemático dos agentes, públicos e privados, na prossecução da estratégia de desenvolvimento formulada e na execução e regulação do respetivo plano de ação;

Cooperação no duplo sentido, de interação interna e de abertura e relacionamento com o exterior, assegurando a Viana do Castelo um posicionamento ativo no contexto das dinâmicas de globalização.

Para além destes elementos, o Plano Estratégico define um conjunto de objetivos dos quais, face ao enquadramento da área de reabilitação a delimitar se salientam os seguintes:

Garantir uma evolução territorial harmoniosa, abrangendo as dimensões da ocupação e gestão do território, da mobilidade e do acesso aos serviços coletivos;

Qualificar o mercado de trabalho e melhorar o seu funcionamento;

Promover a qualificação das pessoas num sentido de melhoria da sua qualidade de vida e de desenvolvimento da dimensão humana e num quadro de abertura à diversidade e ao multiculturalismo;

Promover e valorizar o capital cultural local e regional e favorecer a sua transformação em fatores de qualificação das pessoas, de melhoria da sua qualidade de vida e de fomento das artes e da criatividade;

Aprofundar respostas inovadoras, multidisciplinares e integradas, para os problemas sociais e da exclusão.

Promover a salvaguarda e valorização das áreas ambientalmente mais sensíveis, designadamente, a orla costeira, as zonas ribeirinhas e outras áreas de Rede de Natura;

Reforçar o concelho de Viana do Castelo como destino turístico, sustentável e diferenciador, baseado na diversidade de recursos e ativos locais e regionais.

5.5.3 Programa Polis Litoral Norte

O Polis Litoral Norte é um programa nacional que foi lançado em 2008, com a preocupação de requalificação e valorização da orla costeira, dada a sua importância estratégica em termos ambientais, económicos, sociais e culturais. O programa foi aprovado em Resolução do Conselho de Ministros 90/2008, de 3 de Junho, para a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, em espaços de intervenção prioritária, designadas Polis Litoral - Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira.

Os objetivos essenciais destas intervenções são:

- a) Proteger e requalificar a zona costeira, tendo em vista a defesa da costa, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade, a renaturalização e a reestruturação de zonas lagunares e a preservação do património natural e paisagístico, no âmbito de uma gestão sustentável.
- b) Prevenir e defender, pessoas, bens e sistemas de riscos naturais.
- c) Promover a fruição pública do litoral, suportada na requalificação dos espaços balneares e do património ambiental e cultural.
- d) Potenciar os recursos ambientais como fator de competitividade, através da valorização das atividades económicas ligadas aos recursos do litoral e associando-as à preservação dos recursos naturais.

As ações realizadas no concelho de Viana do Castelo foram agrupadas pelas seguintes tipologias de intervenção:

Das ações previstas e realizadas, destaca-se o investimento realizado na tipologia de reforço dos sistemas dunares e das estruturas de defesa costeira, em particular a intervenção de defesa costeira e proteção de pessoas e bens na Frente Marítima da Praia Norte. O equilíbrio desta zona costeira particularmente ameaçada pelo avanço do mar, garante a manutenção dos diferentes usos do território numa ótica de prevenção de risco e consequentemente, de proteção de pessoas e bens, através de um novo muro marginal, de defesa costeira e com implantação mais recuada. Também a transferência de equipamentos de praia, da via de circulação automóvel e das áreas de estacionamento para nascente, fora da faixa de risco e a criação, no intermédio, de uma “zona tampão” ampla, de uso público, permitirá que esta praia urbana, continue a ter um intenso uso, mas nas devidas condições de segurança. Desenvolveu-se ainda o areal da praia e a respetiva capacidade para uso balnear.

Ainda dentro desta tipologia, foi realizada a proteção, reabilitação e reforço do sistema costeiro nas praias da Amorosa e a sul da Pedra Alta, com a construção de uma frente resistente ao avanço do mar, com recurso a patamares de geocilindros resistentes, com núcleo em areia e encostados ao sistema dunar, que, no entanto, continuará a permitir o acesso pedonal às praias através de passadiços sobrelevados e escadas.

Outra tipologia a destacar, são as infraestruturas de apoio ao uso balnear, com as intervenções nas praias da Ínsua e da Arda/Bico, com a proteção e reabilitação do sistema costeiro na praia da Ínsua, envolvendo o reperfilamento de areias na praia, com movimentação de areias da faixa entre-marés para a zona superior da praia, execução de uma estrutura de areias confinadas em cilindros de geossintéticos, construção de paliçadas e ordenamento da área de estacionamento e acessos pedonais à praia (passadiços). Também nas praias da Amorosa e de Castelo do Neiva deu-se à colocação e recuperação de passadiços pedonais sobrelevados de acesso à praia.

Relativamente à tipologia dos troços da Ecovia do Litoral Norte, foi executado o corredor Ecológico entre Carreço e Afife, as infraestruturas para valorização e visitação de áreas classificadas no concelho, assim como do estuário do rio Neiva.

5.5.4 PMDFCI - Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios

O PMDFCI visa operacionalizar ao nível local e municipal as normas contidas na legislação da defesa da floresta contra incêndios, em especial no Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho e legislação complementar, no Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de Maio) e nos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) e Planos Distritais de Defesa da Floresta contra Incêndios (PDDFCI).

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios é um instrumento operacional de planeamento, programação, organização e execução de um conjunto de ações de prevenção, que visa concretizar os objetivos estratégicos de diminuição do impacto dos incêndios florestais, procurando defender melhor a floresta, a vida das pessoas e os seus bens.

No concelho de Viana do Castelo, desde há cerca de duas décadas e meia que se reflete na floresta uma conjuntura negativa de fatores que proporcionam uma maior suscetibilidade e vulnerabilidade aos incêndios, com tendências de agravamento, registando-se no ano de 2005 uma das piores tragédias, tanto em número de ocorrências como em área ardida e risco de pessoas e bens.

Existe a perceptibilidade de algumas condições estruturais que determinam esta situação, desde o crescente abandono das atividades agrícolas e florestais à ausência de implementação de medidas adequadas de

ordenamento, gestão, vigilância e fiscalização dos espaços florestais, sendo necessário conjugar esforços para inverter esta conjuntura.

O objetivo geral deste Plano visa iniciar um processo gradual da diminuição do número de incêndios e da área ardida, através da execução das diversas ações preconizadas num plano de ação e através de uma melhor coordenação e atuação de todos os agentes envolvidos.

Num momento de novas mudanças ao nível das estratégias de prevenção e combate aos incêndios florestais, procurou-se o melhor enquadramento deste Plano em função das orientações entretanto emanadas e do conhecimento que possuímos em relação à floresta deste território.

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra incêndios (PMDFCI) visa estabelecer a estratégia municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), através da definição de medidas adequadas para o efeito e do planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades, de acordo com os objetivos estratégicos decorrentes do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), em consonância com os respetivos Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) e com o Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDDFCI).

A elaboração do Plano cabe ao Município de Viana do Castelo sob a coordenação do Presidente da Câmara Municipal, através do apoio técnico do Gabinete Técnico Florestal (GTF) devendo a Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF) emitir parecer prévio e aprovado pelo ICNF. A sua estrutura adequa-se ao Regulamento homologado no Despacho n.º 443-A/2018 de 9 de janeiro de 2018, à Portaria n.º 1139/2006 de 25 de Outubro, no Despacho n.º 4345/2012 de 27 de Março e ao “Guia Metodológico para elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios”, apresentado pela ex. Autoridade Florestal Nacional agora ICNF em Abril de 2012.

O processo de elaboração do PMDFCI teve por base as características específicas do território do concelho, no que respeita nomeadamente às decorrentes da sua natureza florestal e rural, urbana e periurbana. As propostas de ação foram desenvolvidas e organizadas em função da melhor resolução dos problemas identificados neste concelho, de acordo com os objetivos estratégicos definidos no PNDFCI, nomeadamente aumentar a resiliência do território aos incêndios florestais, reduzir a incidência dos incêndios, melhorar a eficácia e a eficiência do ataque e da gestão de incêndios, recuperar e reabilitar os ecossistemas e as comunidades e adotar uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

A proteção da floresta contra os incêndios é uma prioridade na política do concelho de Viana do Castelo. Para tal, pretende-se intensificar as ações de prevenção e vigilância. Contudo, considera-se também essencial a regulação do uso e da gestão florestal do território, aspetos que foram traduzidos na revisão do PDM. É ainda necessário promover a gestão florestal efetiva no terreno, através de novos Programas de apoio que atendam às particularidades regionais da floresta já identificadas no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho (PROF AM).

PMDFCI integra também os objetivos gerais e específicos definidos no Plano Nacional de Defesa da Floresta contra incêndios, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, constante no anexo C.

Neste momento, o PMDFCI encontra-se em atualização, prevendo-se a sua aprovação até maio de 2019 e uma vigência de 10 anos.

5.5.5 PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

De acordo com as regras estabelecidas pelo Acordo de Parceria e pelos Programas Operacionais, foi desenvolvido em 2015 um Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) com o objetivo de contratualizar as prioridades de investimento inscritas no eixo urbano do Programa Operacional Regional.

Nesse sentido, o PEDU de Viana do Castelo inclui 3 prioridades de investimento, a saber e descritas a seguir:

Prioridade de Investimento 4.5 (4e) Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação;

Prioridade de Investimento 6.5 (6e) Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído;

Prioridade de Investimento 9.8 (9b) Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais.

5.5.5.1 PARU – Plano de Ação de Regeneração Urbana

O PARU foi criado em 2015, integrando e constituindo uma componente da candidatura do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Viana do Castelo. Este documento foi desenvolvido para centros históricos, zonas ribeirinhas ou zonas industriais abandonadas incluídas em Áreas de Reabilitação Urbana.

No âmbito do PARU colocam-se os seguintes objetivos estratégicos:

- a) Reforçar a atratividade da Cidade de Viana do Castelo
- b) Melhorar a oferta residencial através da recuperação e reocupação dos imóveis, para melhoria das condições de vida da população
- c) Qualificar o espaço público visando o reforço das dinâmicas culturais e de sociabilidade urbanas a partir dos equipamentos e dos elementos patrimoniais
- d) Promover a reabilitação e a reutilização dos edifícios e espaços públicos, permitindo preservar os valores naturais, urbanísticos, paisagísticos e patrimoniais.
- e) Apostar na afirmação das principais vocações e fileiras económicas da Cidade e do território
- f) Gerar novas atmosferas urbana que estimulem a inovação económica e social

O PARU enquadra quatro Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e identifica as seguintes prioridades de investimentos e respetivas ações promovidas pela CMVC:

- a) ARU do Centro Histórico
- b) ARU da Frente Ribeirinha
- a) ARU Cidade Poente
- b) ARU Darque

Entretanto, todas estas ARU's já deram lugar a Operações de Reabilitação Urbana, que mais à frente serão expostas. Mais recentemente, em 2017, foram somadas mais três ARU's, referidas no ponto seguinte.

5.5.5.2 PAICD – Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas

Uma das componentes deste PEDU é o Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD). As situações de vulnerabilidade económica, cultural e social evidenciadas e diagnosticadas pelo Município e outros parceiros locais, resultaram na inclusão no PAICD de quatro comunidades desfavorecidas.

- a) Comunidade desfavorecida de Poente (Areosa);
- b) Comunidade desfavorecida de Darque;
- c) Comunidade desfavorecida de Meadela;
- d) Comunidade desfavorecida do Centro Histórico.

Tendo em conta os elementos de diagnóstico da situação social do centro urbano recolhidos e analisados, e considerando a identificação, delimitação e caracterização das áreas de ação integrada, perfilam-se no horizonte deste Plano quatro eixos de intervenção estratégica principais:

- a) Formação profissional e a promoção do emprego e da empregabilidade;
- b) Reforço da solidariedade intergeracional, combate ao isolamento social e promoção do envelhecimento ativo;
- c) Requalificação do parque habitacional degradado e a promoção do acesso à habitação por grupos sociais específicos;
- d) (Re)qualificação e animação do espaço público associadas às operações de regeneração urbana.

Tendo em linha de conta o diagnóstico efetuado e as linhas estratégicas delineadas, foi proposto que o PAICD do PEDU de Viana do Castelo desenvolvesse um conjunto de ações capazes de operacionalizar os seguintes objetivos estratégicos:

- a) Requalificar o parque habitacional degradado e promover o acesso à habitação;
- b) Requalificar e animar espaços públicos inseridos em zonas desfavorecidas;
- c) Reabilitar e reconverter equipamentos de utilização coletiva de vocação social, cultural e económica;
- d) Fomentar a empregabilidade e combater o desemprego de longa duração;
- e) Combater o insucesso escolar e a integração dos jovens;
- f) Promover a convivialidade intergeracional e o envelhecimento ativo.

De uma forma global, as ações e investimentos previstas nas quatro comunidades desfavorecidas tem vindo a ser realizadas no intervalo previsto para execução. Do todo, pode-se destacar o investimento realizado na reabilitação de Equipamento Coletivo / CROSJVC, na reabilitação do Bairro Social da Escola Técnica e requalificação do seu espaço público envolvente, na requalificação do espaço público envolvente à Habitação Social na Avenida do Atlântico e na requalificação do Edifício do Hospital Velho - Albergue / Espaço Intergeracional.

5.5.5.3 PMUS – Plano de Mobilidade Sustentável

O PMUS de Viana do Castelo é um contributo para o Plano de Mobilidade Sustentável e tem como objetivo central viabilizar a qualificação do espaço público na cidade, a promoção da multimodalidade e a melhoria da

repartição modal, com consequências benéficas para a sustentabilidade urbana do ponto de vista ambiental, a sustentabilidade energética da Região Norte/ País, e ainda a sustentabilidade orçamental das pessoas e organizações.

No caso da cidade, a qualificação do espaço público com redução do espaço automóvel sem comprometimento das suas funcionalidades essenciais, será o aspeto mais decisivo num processo gradual de internacionalização, designadamente na vertente turística. Contudo, deverá frisar-se que o objeto principal desta estratégia é o incremento da mobilidade das pessoas e bens, preferencialmente conseguida em simultâneo com melhorias nas condições ambientais da cidade e com melhor desempenho da equação energética em geral.

Nesse sentido, foram traçados três objetivos estruturantes da mobilidade enquanto componente essencial de estratégias de desenvolvimento urbano (PEDU) para a cidade de Viana do Castelo:

- a) Promover o crescimento da mobilidade intraurbana;
- b) Preparar as bases que deverão impulsionar a atratividade da cidade à escala da sub-região, da Euro região e à escala internacional;
- c) Criar condições para o significativo aumento da utilização dos transportes coletivos urbanos.

Em termos de investimentos previstos no PEDU, a calendarização das operações revista em setembro de 2018 identifica a execução das ações referentes à ciclovia do Cabedelo, a pedonalização da Rua da Olivença e do Largo Mestre César.

Paralelamente, a CIM Alto Minho desenvolveu o PAMUS – Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável (Alto Minho 2020), visando promover uma visão de região integrada a partir de diferentes perspetivas que envolvem políticas / estratégias de mobilidade, tendo como presente os aspetos ambientais, sociais e económicos.

Nesse sentido, o PAMUS prevê a concretização dos seguintes objetivos estratégicos:

- a) Melhoria da eficiência e da eficácia do transporte de pessoas e bens;
- b) Promoção de uma harmoniosa transferência para modos de transporte mais limpos e eficientes;
- c) Garantia de um sistema de acessibilidades e transporte mais inclusivo;
- d) Redução do impacto negativo do sistema de transportes sobre a saúde e a segurança dos cidadãos, em particular dos mais vulneráveis;
- e) Redução da poluição atmosférica, do ruído, das emissões de gases com efeito de estufa e do consumo de energia.

Tendo em consideração os objetivos estratégicos referidos, o PAMUS prevê um conjunto de propostas exequíveis, quer ao nível municipal, como intermunicipal. As intervenções realizadas referentes ao concelho de Viana do Castelo, são as mencionadas na avaliação da execução do PMUS.

5.5.6 ARU's - Áreas de Reabilitação Urbana

A delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) encontra-se prevista pelo Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo DL nº 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto.

De acordo com o referido diploma legal, uma ARU consiste numa *“área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana.”*

A proposta de delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana no território de Viana do Castelo, enquadra-se na estratégia de desenvolvimento definida para o Município, que tem na reabilitação urbana e na melhoria do ambiente urbano um dos seus principais pilares de sustentação.

Atualmente, e todas publicadas na página eletrónica da CMVC, o município de Viana do Castelo tem as seguintes Áreas de Reabilitação Urbana:

ARU Cidade Norte - Publicada no Diário da República n.º 6, 2ª Série, de 17/04/2017, sob o Aviso n.º 4080/2017 e retificada pelas Declarações de Retificação n.º 304/2017 de 17 de maio;

ARU Frente Atlântica - Publicada no Diário da República n.º 6, 2ª Série, de 17/04/2017, sob o Aviso n.º 4079/2017 e retificada pelas Declarações de Retificação n.º 303/2017 de 17 de maio;

ARU Frente Marítima da Amorosa - Publicada no Diário da República n.º 6, 2ª Série, de 17/04/2017, sob o Aviso n.º 4078/2017 e retificada pelas Declarações de Retificação n.º 305/2017 de 17 de maio.

De uma forma sucinta, poderemos estabelecer os objetivos comuns a todas e que representam maior relevância:

- Promover o Crescimento Inteligente
 - a) Consolidar e reforçar a rede de equipamentos públicos;
 - b) Consolidar e reforçar as estruturas promotoras de atividades desportivas, culturais e recreativas.
- Promover o Crescimento Sustentável
 - a) Apoiar a atividade económica;
 - b) Melhorar o ambiente urbano;
 - c) Apoiar a atividade económica relacionada com o turismo;
 - d) Modernizar e gerir adequadamente as infraestruturas existentes, com vista a um desempenho mais eficiente;
 - e) Melhorar a eficiência energética do edificado;
- Promover o Crescimento Inclusivo
 - a) Manter e criar empregos nos setores ligados à reabilitação urbana, ao turismo, ao comércio e aos serviços;
 - b) Melhorar a acessibilidade a bens, serviços e equipamentos;
- Ao nível da Administração e gestão do território
 - a) Reforçar a política de reabilitação que vem sendo prosseguida pelo município para o território concelhio;
 - b) Definir um contexto regulamentar, económico e fiscal propício à reabilitação;
 - c) Assegurar o acesso a fontes de financiamento para a reabilitação urbana;

- d) Adotar medidas de gestão adequadas à promoção da reabilitação urbana, nomeadamente através de programação, regulamentação e fiscalidade, bem como da integração das medidas de modo claro e eficaz;
- e) Dar acesso aos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre os edifícios ou frações a um conjunto mais alargado de incentivos disponíveis.

5.5.7 ORU's - Operações de Reabilitação urbana

Operação de Reabilitação Urbana (ORU) consiste, de acordo com o definido na alínea h) do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), publicado através do DL nº 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto no “conjunto articulado de intervenções visando, de uma forma integrada, a reabilitação urbana de uma determinada área”.

Atualmente, o município de Viana do Castelo tem as seguintes Operações de Reabilitação Urbana:

ORU Centro Histórico de Viana do Castelo – Publicada no Diário da República nº 138, 2ª série, de 19 de julho de 2013, sob a forma do Aviso nº 9320/2013;

ORU Frente Ribeirinha de Viana do Castelo - Publicada no Diário da República nº 184, 2ª série, de 21 de setembro de 2015, sob a forma do Aviso nº 10703/2015ª;

ORU Darque - Publicada no Diário da República nº 184, 2ª série, de 21 de setembro de 2015, sob a forma do Aviso nº 10702/2015.

ORU Cidade Poente - Publicada no Diário da República nº 184, 2ª série, de 21 de setembro de 2015, sob a forma do Aviso nº 10704/2015.

Todas as ORU's aprovadas são através de instrumento próprio com um prazo de vigência previsto de 15 anos, tendo sido traçados objetivos para a reabilitação urbana destas áreas com base em 5 domínios de atuação:

Cidade inclusiva, valorizada e com qualidade de vida

- a) Privilegiar a função residencial
- b) Melhorar a qualidade ambiental
- c) Eliminar barreiras arquitetónicas

Cidade sustentável

- a) Criar dinâmica de conservação corrente / preventiva do edificado
- b) Valorizar o património e melhorar a atratividade turística
- c) Fomentar a adoção de medidas de sustentabilidade ambiental
- d) Mobilizar e atrair os recursos financeiros necessários para a execução da operação

Cidade inteligente

- a) Fomentar o carácter multifuncional e criativo desta área
- b) Melhorar a infraestrutura digital de armazenamento e distribuição de informação
- c) Promover parcerias com instituições de ensino superior (IPVC, UM, ESG, ...)

Mobilidade

- a) Identificar e implementar soluções para os constrangimentos à mobilidade dos residentes e dos utilizadores da cidade

Governança

- a) Implementar um modelo participado de gestão da ORU
- b) Definir um conjunto de incentivos que reforcem estatuto prioritário desta área para investidores nas áreas da promoção imobiliária e da construção
- c) Criar condições para que possam ser aplicáveis a esta área todas as medidas previstas na lei para a execução das operações de reabilitação urbana
- d) Identificar as áreas de intervenção prioritária (unidades de intervenção)

Relativamente à avaliação das ações previstas das ORU's, a do Centro Histórico de Viana do Castelo é aquela que está implementada à mais tempo, e também por isso, é a que apresenta mais ações concretizadas. De uma forma global, poderão ser destacadas as intervenções realizadas no espaço público (Rua de São Tiago e Rua de Olivença), os largos e áreas a pedonalizar (Largo Mestre César concluído e Jardim D. Fernando em curso), intervenções de valor patrimonial (Hospital Velho), algumas intervenções em empreendimentos privados em fase de licenciamento e as intervenções em empreendimentos privados – setor social com a obra do edifício na Rua Luís Jácome em curso. No que diz respeito à execução das ações previstas na calendarização do PERU, verifica-se que todas estão no intervalo previsto para execução.

Relativamente às ORU's da Frente Ribeirinha de Viana do Castelo, Darque e Cidade Poente, todas elas implementadas no ano de 2018, ainda não foram produzidos nenhuns relatórios de monitorização de execução, e por isso, criadas condições de avaliar o processo de gestão e os resultados obtidos.